

A Igreja Matriz de Loures

Coordenação
Sílvia Ferreira



LOURES
CÂMARA MUNICIPAL

A Igreja Matriz de Loures

**Coordenação
Sílvia Ferreira**

Índice

7

Nota de abertura

Vereador Vasco Touguinha

9

Nota do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Loures

Duarte Nuno Morgado

11

Apresentação

Sílvia Ferreira

15

Notas sobre a intervenção arqueológica na zona envolvente da Igreja Matriz de Loures (2003). Confirmações e novidades

Ana Cristina Oliveira

47

Memórias de pedra e práticas funerárias na Igreja Matriz de Loures

Filipa Avellar

73

A igreja de Santa Maria de Loures (sécs. XIII-XVI), novos dados, novas interpretações

José Manuel Vargas

111

Santa Maria de Loures no primeiro quartel do século XVIII: descrição da igreja a partir de uma visita feita em 1719

Rui Manuel Mesquita Mendes

145

A pintura maneirista e barroca na Igreja Matriz de Loures – obras de Lourenço de Salzedo, Simão Rodrigues, André Reinoso e Bento Coelho

Vítor Serrão

185

Arquitetura, ornamento e iconografia – A obra de embutidos de pedraria policroma ao serviço da eucaristia na Igreja de Santa Maria de Loures (1692-1716)

Maria João Pereira Coutinho

211

A escultura e a talha da capela-mor da Igreja de Santa Maria de Loures (1688-1721). Uma nova obra para um novo tempo

Sílvia Ferreira

243

A Igreja de Santa Maria de Loures. Ciclos de Saque e Silenciamento (1834-1910)

Célia Nunes Pereira

Nota de abertura

Vasco Touguinha

Vereador da Câmara Municipal de Loures

O percurso iniciado em 2018, pelo Município, organizando um colóquio focado na Igreja Matriz de Loures conclui-se, agora, com a publicação e divulgação do livro resultante desse encontro.

O Colóquio *Igreja de Santa Maria de Loures: descodificar o passado, projectar o futuro*, cumpriu os objetivos que nortearam a sua organização. Ou seja, a igreja foi, então, objeto da atenção, pensamento e trabalho por parte de uma comunidade diversificada de investigadores que, através de múltiplos olhares, levou ao conhecimento dos participantes interessados, um conjunto de apresentações públicas que refletiram trabalhos e resultados de estudo em áreas como Arqueologia, História e História da Arte, através dos quais a Igreja de Santa Maria de Loures falou e se fez ouvir.

Alcançou, ainda, o patamar da vontade de dar seguimento a um outro evento congénere que, três anos antes, em Bucelas, havia reunido outro conjunto de estudiosos e interessados com um olhar então dirigido para a igreja matriz da freguesia.

Circunstâncias de muita ordem explicam que só este ano seja publicado este livro. A ocasião permite que se diga que, com a divulgação destes estudos, estão agora plenamente atingidos os propósitos da organização do colóquio e sossegados os muitos interessados, e até (alguns) ansiosos por esta divulgação.

É com muita honra que me associo a este momento.

É de reconhecer, em caloroso cumprimento, o papel assumido pelo Instituto de História da Arte, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, na coordenação da obra. Condutor e parceiro em momentos de interesse para o património cultural do Município de Loures concretiza assim, mais uma vez, a colaboração ativa e apoio no trabalho de investigação e divulgação cultural desenvolvidos pela rede de museus de Loures.

Dando seguimento à sua ação convicta na salvaguarda da memória das comunidades, a Santa Casa da Misericórdia de Loures é o parceiro institucional com quem o município partilha o mais vivo interesse na vivência, manutenção e valorização dos bens patrimoniais edificados, móveis e imateriais, de cariz religioso, que o passado nos deixou em herança.

O Município de Loures reconhece a premência de outros patrimónios congéneres do seu território serem colocados na mira de um olhar pleno de intenção e inspiração do qual resultem mais e mais trabalhos, conhecimento útil e valorização do legado patrimonial coletivo. Aguardam-se, pois, novas concretizações na esteira do mesmo trabalho em parceria.

Nota do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Loures

Duarte Nuno Morgado

A tradição multiseular de criação, de desenvolvimento e de salvaguarda de património histórico e artístico tem sido garantia de continuidade, de diálogo e de futuro também no seio das Misericórdias. Com uma origem fundamentada na ação pelo bem comum, as Santas Casas da Misericórdia tornaram-se referências dentro e fora do país pela capacidade plástica que foram desenvolvendo em todas as dimensões da humanidade. A arte enquanto expressão do sentido estético revelou-se como importante instrumento de paz, de proximidade e de unidade. A identidade de cada comunidade com as suas histórias e as suas diferentes características, foram dando corpo a um vasto património que hoje nos lembra o que recebemos e que nos desafia a pensar no que iremos deixar aos vindouros. Por tudo isto é evidente que a história de cada Misericórdia se funda com o percurso de cada comunidade. Assim sucede em Loures, onde nasce esta feliz parceria materializada na presente publicação. Seja este o primeiro de muitos outros trabalhos de cooperação e de multidisciplinaridade com novos dados e novos conhecimentos a partilhar com a sociedade civil e académica, e assim se compreenda melhor como em conjunto podemos alcançar o tão desejado bem comum.

Apresentação

Sílvia Ferreira

O crescente interesse por parte do público em geral, do município, das comunidades locais e dos investigadores do património sobre a rica e diversa presença no território de Loures de monumentos de significativo impacto histórico, artístico e vivencial tem levado, nos últimos anos, à organização de congressos, colóquios, encontros e workshops sobre estes temas, com o objetivo amplo de divulgar e melhor conhecer este acervo.

Detentora de um património monumental diversificado, imbuído de rica história, que remonta aos alvares da nacionalidade e se estende até aos nossos dias, a região de Loures é um guarda joias, cujo conteúdo está a espera de ser redescoberto, estudado e fruído na sua plenitude.

Com estes pressupostos bem presentes, e no sentido da comunicação e divulgação mais ampla dos estudos de vários investigadores em história, arqueologia e história da arte, organizou a Câmara Municipal de Loures, em parceria com o Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a paróquia e a Junta de freguesia de Santa Maria de Loures, em 2018, um colóquio intitulado: *Igreja Matriz de Loures: Descodificar o passado, projectar o futuro*.

Esta ação, enquadrada na política de divulgação do património arqueológico e artístico de Loures, surgiu na esteira de outras já dedicadas a equipamentos e ambientes semelhantes, como

foi o caso do encontro intitulado *Igreja Matriz de Bucelas. O património artístico*, que conheceu publicação dos seus textos em 2018 ou do congresso internacional *As Festas Barrocas entre o Sagrado e o Profano: A Europa e o Atlântico / Baroque Festivals between the Sacred and the Profane: Europe and the Atlantic*, do qual se publicaram, igualmente, em 2021 os textos apresentados.

A igreja matriz de Loures, com os seus séculos de história, de que o seu património presente e ausente dá testemunho direto e indireto, já foi alvo de alguns estudos parcelares dispersos por livros e revistas, não conhecendo, porém, uma abordagem de conjunto, sistemática e analítica. Com o colóquio promovido em 2018, e agora com a presente publicação, foi nosso objetivo contribuir para colmatar, ainda que de forma também ela parcelar, como bem se entende, dada a vastidão da história e recheio artístico do monumento, áreas do conhecimento que até agora não tinham sido contempladas de forma extensiva.

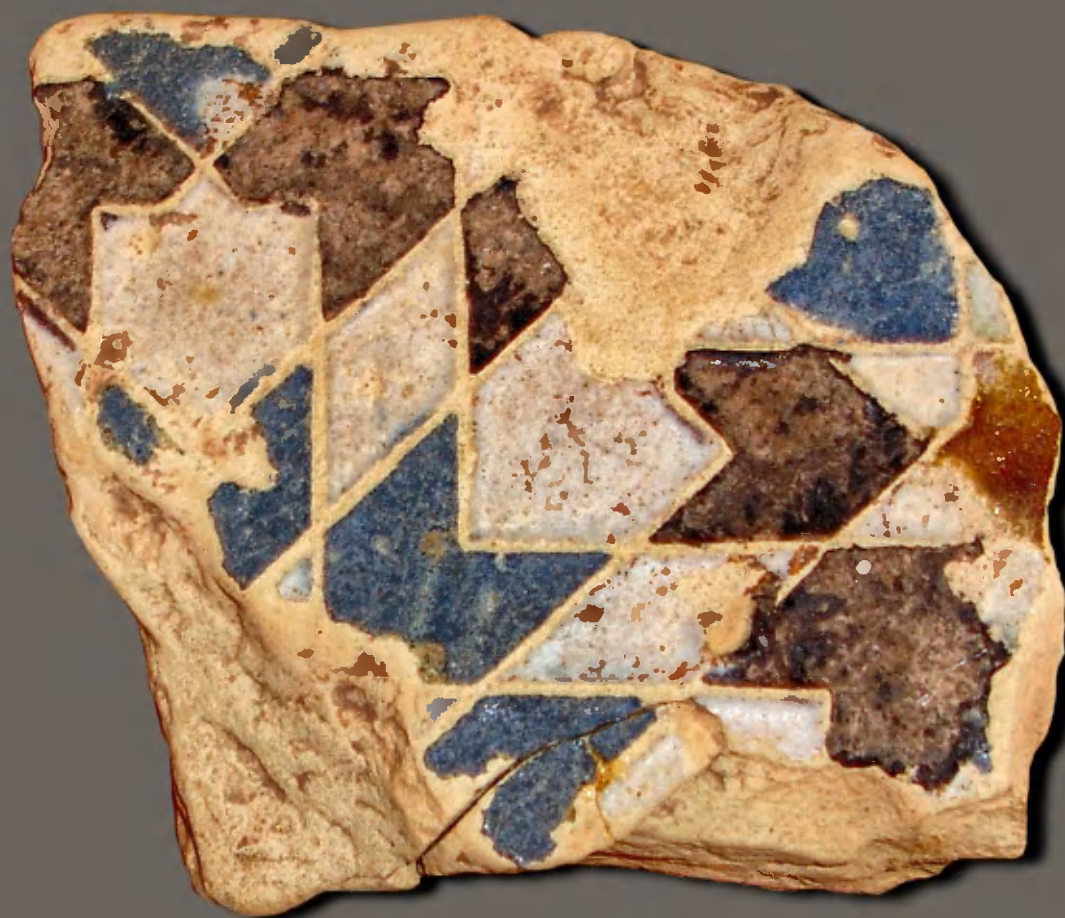
Do encontro de vários investigadores no colóquio de 2018 surgiu um manancial de nova informação e abordagens, quer sobre o território de Loures em relação com a sua comunidade de fiéis, quer sobre a história e arte da Matriz. O panorama da escassez de estudos mais aprofundados sobre este Monumento Nacional (Decreto de 16-06-1910, DG, 1.ª série, n.º 136 de 23 junho 1910 / ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 214 de 12 setembro 1958) prende-se em grande parte com o desaparecimento quase total do seu acervo documental. O grande silêncio das fontes diretas de estudo sobre a igreja matriz e suas artes levaram vários autores, que colaboram nesta publicação, a procurar em arquivos diversos as informações, que nem a igreja nem o município detinham.

Até hoje, a mais fiel monografia sobre a história e a arte da Igreja de Santa Maria de Loures é aquela publicada por Mendes Leal, em 1909, intitulada *Admirável Igreja Matriz de Loures*. Fonte incontornável de notícias sobre o edificado e suas artes, é a partir dela que muita da investigação feita até agora se sustenta e progride.

Estas dificuldades acrescidas no estudo e o esforço suplementar dos autores justificam também a morosidade na investigação e o consequente dilatar de tempo na publicação dos resultados. Nesta monografia contamos com contributos que privilegiaram, entre outros, os estudos dos testemunhos dos vestígios arqueológicos e osteológicos na esfera geográfica da matriz, dos lavrados em pedra referentes a lápides sepulcrais,

a marcas de canteiros e a inscrições diversas, daqueles que se suportam em novidades e novas leituras sobre o lugar de Loures e a fundação da sua igreja matriz e ainda do contributo do texto de uma visita feita em 1719 para o melhor conhecimento das irmandades, suas capelas e obrigações. No âmbito dos elementos artísticos presentes na igreja e sua fortuna contamos com os aportes dos textos dos autores que se dedicaram a estudar os ciclos pictóricos dos retábulos colaterais e das telas dos altares da nave, com cronologias que oscilam entre os séculos XVI e XVII, os embutidos marmóreos, a talha e a escultura da capela-mor, obras de grande vulto do ciclo de engrandecimento artístico e magnificência barroca da igreja e, por fim, com um estudo basilar para a compreensão do estado do antigo e atual acervo artístico da igreja na sequência dos “ciclos de saque e silenciamento”, que tiveram como rastilho a onda anticlerical da primeira república.

Aceitando o desafio que o primeiro encontro e publicação sobre a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação de Bucelas lançou, no sentido da continuidade do estudo e divulgação do património histórico-artístico da região de Loures, apresentamos agora esta monografia, que pretendemos seja mais um contributo válido para resgatar da relativa obscuridade patrimónios tão significativos e impactantes, não só para a região onde se inserem, mas igualmente e fazendo justiça à sua classificação como Monumento Nacional, para todo o país, como parte de um património coletivo, que urge preservar e divulgar.



Notas sobre a intervenção arqueológica na envolvente da Igreja Matriz de Loures (2003). Confirmações e novidades

Ana Cristina Oliveira

Câmara Municipal de Loures

[Em 1649] também foi proibido que se continuasse a colocar ossadas na igreja e foram mandadas tirar outras que depois foram lançadas em grandes covas abertas no adro.

(P. Álvaro Proença, 1940: 24)

Enquadramento legal

Em 2003, a implementação do projeto camarário “Arranjos Exteriores à Envolvente da Igreja Matriz de Loures” dava início à transformação e reformulação do espaço envolvente da Igreja Matriz.

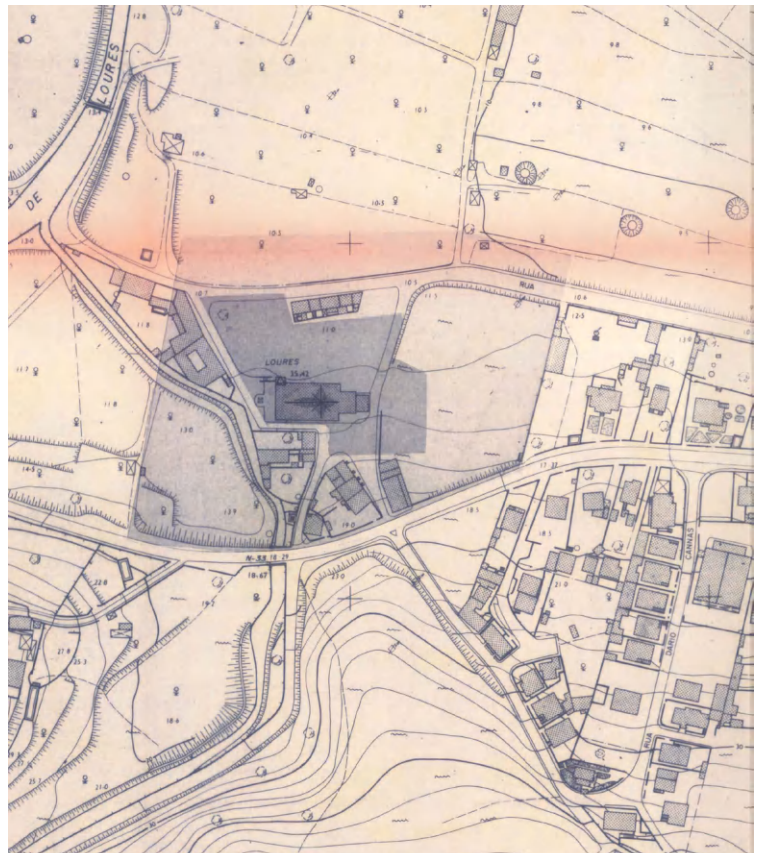


Fig. 1 – Igreja Matriz e Cruzeiro de Loures. Imóveis classificados. Monumento Nacional (1910) com Z.E.P. (1958), esc.: 1:2000, 1980, Câmara Municipal de Loures

Tratando-se de um Monumento Nacional, todo o processo de obra realizada na sua envolvente e na Zona Especial de Protecção teve, necessariamente, acompanhamento arqueológico, o qual esteve a cargo do Gabinete de Arqueologia da Divisão do Património Cultural da Câmara Municipal de Loures.

Esse acompanhamento conduziu à deteção da estrutura pétrea adossada ao corpo da Igreja, facto que justificou os posteriores trabalhos de intervenção, que viriam a ser enquadrados na categoria C (ações preventivas a realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactos devidos a empreendimentos públicos ou privados), conforme Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos (Dec.-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro).

A área reservada para a obra circunscrevia um trapézio delimitado, a Norte, pela R. Padre António Vieira e, a Sul, por um núcleo de habitações confinando com a Estrada Nacional 8.

A obra pretendeu potenciar um melhor usufruto da envolvente da igreja matriz, devolvendo a noção de “adro” à zona norte da Igreja.

Em função do projeto, os maiores revolvimentos de terra resultaram de obras de drenagem e da colocação da rede de rega e do sistema elétrico, intervenções que não ultrapassaram 1 metro de profundidade.

Enquadramento geográfico e natural

A Igreja de Santa Maria, Matriz de Loures, pertence ao concelho e freguesia de Loures, distrito de Lisboa.

Na Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha 417 está cartografada no ponto de coordenadas Lat. 38° 49' 52" Long. 0° 02' 42" Lx.

O local de implantação da Igreja, nas proximidades do rio de Loures, encontra-se a uma altitude de c. 13 metros, confinando com terrenos de horta e com habitações de carácter rural. A sua construção remete para tempos em que o local era isolado das habitações do núcleo principal do Lugar de Loures, muito embora se encontrasse junto à Estrada Velha que fazia a ligação daquele lugar com a povoação do Barro e, deste, com o Lugar de Pinheiro de Loures.

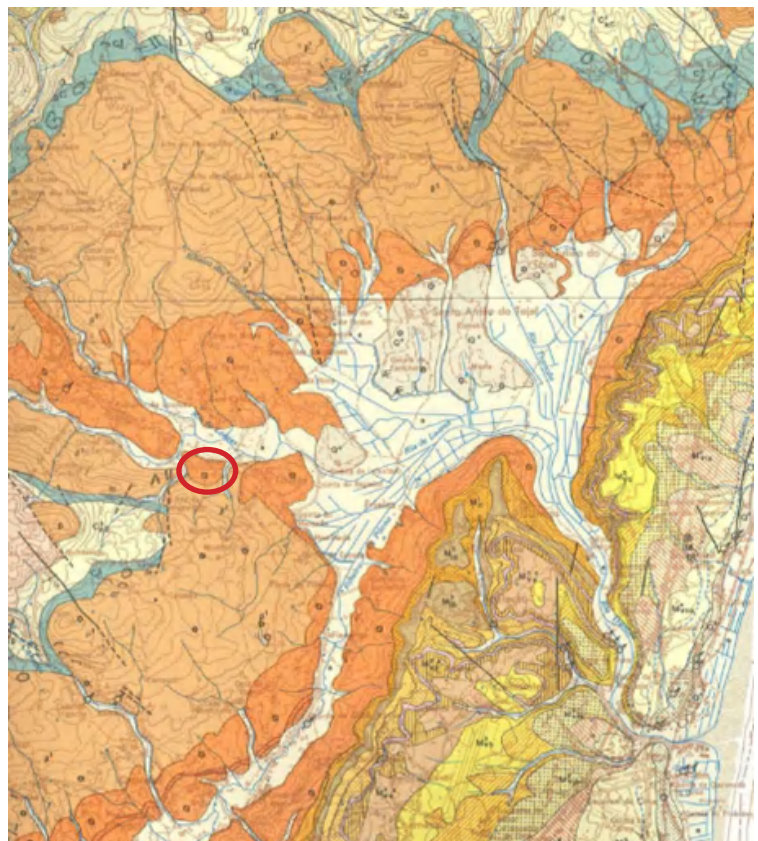
Na Carta Geológica, escala 1:50 000, fl. 348, o ponto de localização da Igreja Matriz de Loures assenta em terrenos datados do Eocénico – Oligocénico, caracterizados pela presença de conglomerados, arenitos e argilas da Calçada de Carriche; “Calcários de Alfoanelos”; conglomerados, arcoses, argilas e calcários

Fig. 2 – Localização da Igreja Matriz de Loures. Carta Militar de Portugal, Fl. 403, esc.:1:25 000, Museu Municipal de Loures (MML), Serviço Cartográfico do Exército



da Estação de Benfica. Estes terrenos estão delimitados, a Norte, Este e Oeste, por aluviões, e a Sul, Este e Oeste por terrenos do Complexo Basáltico de Lisboa.

Fig. 3 - Localização da Igreja Matriz de Loures. Carta Geológica de Portugal, fl. 34B, esc.: 1:50 000, MML, Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)



Situada em terrenos de baixa altitude na periferia da Várzea de Loures, a Igreja é circundada a Norte, a Nascente e a Poente, por braços do rio de Loures. Este rio nasce na Venda do Pinheiro, no sítio do Bocal, e desagua no rio Trancão, afluente da margem direita do rio Tejo. É também conhecido como Rio da Verdelha.

Em termos geomorfológicos, salientamos que a Igreja Matriz se localiza na periferia da unidade geomorfológica denominada Bacia de Loures (ou Várzea de Loures). Esta encontra-se talhada nas margens e argilas do “Complexo de Benfica”, formando uma ampla depressão em forma de funil com cotas muito baixas, onde raramente se ultrapassam os 20 metros de altitude, na qual convergem numerosos cursos de água, nomeadamente a ribeira da Póvoa e o rio de Loures.

Desta forma, e na sequência da grande proximidade da Várzea e do seu assentamento a baixa altitude, a envolvente da Igreja tem sido ao longo dos tempos sujeita a frequentes e, por vezes, grandes, inundações. Algumas delas com um carácter particularmente destruidor.

A Várzea ou Bacia de Loures foi, em tempos, navegável até Loures, Santo Antão do Tojal e lugares vizinhos. O Terramoto de 1755 constituiu uma das principais causas para que os rios que banham a lezíria de Loures deixassem de ser navegáveis. A este fator natural somaram-se os detritos (pedras e areias) provenientes dos vários tipos de solos, arrastados pelos rios que os atravessam, facto que contribuiu para o progressivo assoreamento. Refiram-se, igualmente, as obras de canalização das águas da lezíria, que terminaram em 1939 e que foram o fator determinante do séc. XX para a inavegabilidade dos rios da lezíria.

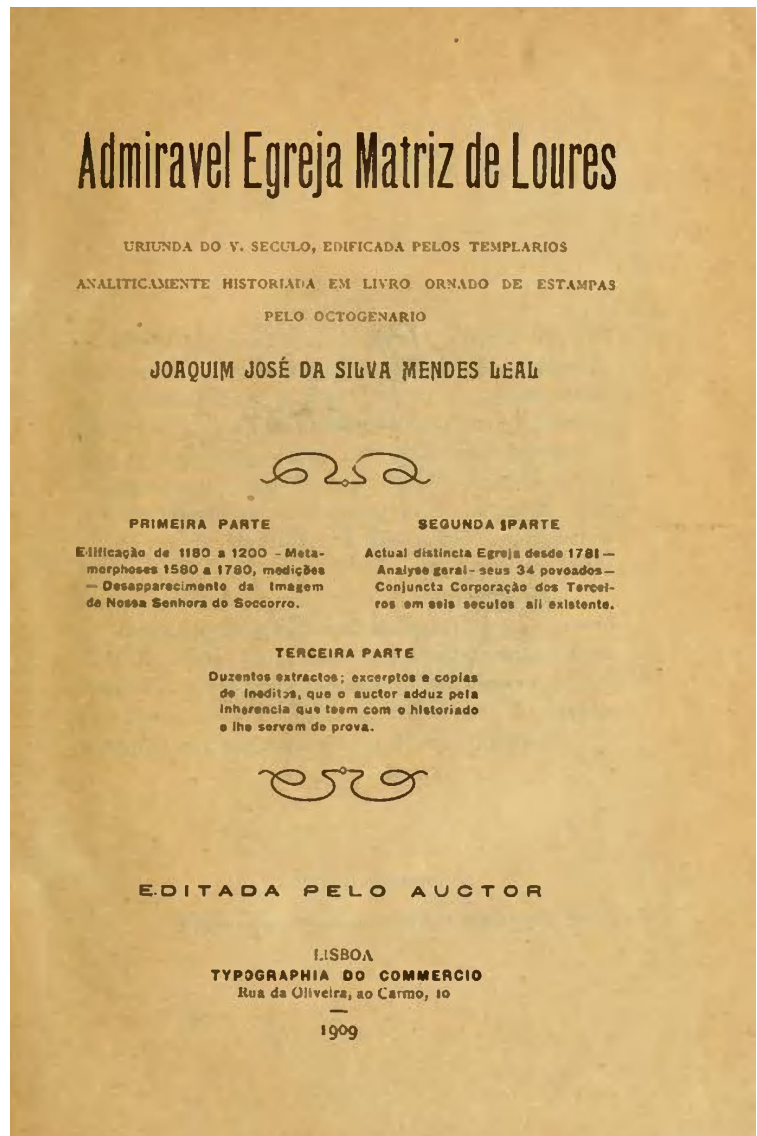
Enquadramento histórico

Pinho Leal na sua obra *Portugal Antigo e Moderno*, de 1875, refere que em 1250 o Bispo D. Ayres Vasques nomeou um vigário para a Igreja de Loures (Leal, 1874: 457).

O livro *Admirável Igreja Matriz de Loures*, publicado em 1909 por J. Mendes Leal, veicula importante informação sobre a Igreja e sobre o seu enquadramento.

O autor refere que, em criança, conheceu e viu o adro da Igreja “muito cheio de pedras, em semicírculo ao alto, com a cruz gravada que usavam os Templários, demonstrando campos funerárias” (Leal, 1909: V). Esta informação corresponde a uma descrição muito sumária do cemitério-adro da Igreja Matriz de

Fig. 4 – Folha de rosto do livro *Admiravel Egreja Matriz de Loures*, de J. Mendes Leal. Centro de Documentação Anselmo Braamcamp Freire (CDABF), do MML



Loures numa época que rondará 1820 – aritmética possível porque sabemos que o autor tem 90 anos quando escreve este livro – ou seja, ainda numa época anterior à da lei que acaba com os cemitérios à volta das igrejas e anterior, também, à mudança física do cemitério de Loures para um espaço próprio que ainda hoje se mantém. O novo cemitério de Loures começou a funcionar a 15 de novembro de 1890.

Mendes Leal teve oportunidade de consultar documentação do arquivo da Igreja, inédita e anterior a 1600. Relativamente ao adro e envolvente próxima da Igreja veicula-nos a seguinte informação:

- em 1620 é começada a nova torre dos sinos, para substituir o velho campanário, arruinado, no centro do cemitério, e que

virá a ser demolido em 1625. A nova torre fica concluída em 1624;

- em 1626 ficaram concluídas 6 moradias mandadas construir para evitar que a Igreja estivesse totalmente isolada e “haver perto quem defendesse o Sacrário”;
- em 1630 começaram a ser construídos os acrescentos às paredes laterais que iriam unir à torre do relógio, formando uma nova frontaria e aumentando o comprimento da igreja em 10 metros. As grandes obras de ampliação e de restauro da Igreja terminaram em 1781;
- de 1640 a 1642 foi construída dentro do adro em frente da porta principal da Igreja uma pequena casa de campo mandada fazer por D. Manuel Godinho, Desembargador do Paço de Filipe II de Portugal. Foi demolida em 1777;
- em 1642 o adro foi rodeado de meio muros e confirmou-se, então, a medição do cemitério-adro: “do lado do Norte uma extensão pela estrada chamada a *velha*, que do Nascente a Poente, desde a Azinhaga das Hortas até à esquina da R. Fria, que mede 98 a 100 metros, voltando por essa esquina da R. Fria que, Norte a Sul, corre ao Poente, mede a extensão de 68 metros até à quina Sul do adro do cemitério, voltando essa quina Sul do adro a seguir pelo Sul, mede de extensão por esse lado epistolar 62 metros e voltando no fim pela quina da Azinhaga das Hortas (traseira da Igreja) até à dita estrada velha, tem de extensão os já citados 98 a 100 metros, até à saída do adro, junto à primeira moradia na estrada velha” (Leal, 1909: 9-10);
- em 1680 foi edificada, junto à torre dos sinos, pelo nascente, a torre para o relógio. “O mostrador do relógio está voltado ao Norte na máxima altura da face da respetiva torre, a par da dos sinos, por onde tem serventia a alta casa quadrada, onde é armada ou construída a competente máquina, sendo dali para baixo todo o vão da torre oco, para o preciso giro das cordas e pesos, tendo o vão térreo uma porta para o adro, onde antes se guardava a cal com destino aos enterros” (Leal, 1909: 11). Esclareceu o Autor que “a serventia é pela escada da torre dos sinos” (Leal, 1909: 122);
- em 1672 estava concluída a construção de uma casa baixa de arrecadação nas costas da parede da capela-mor sobre terreno da Azinhaga das Hortas;
- em 1675 ficou terminada a construção de outra arrecadação, a par da anterior, com serventia para o largo de Santa

Maria, para guarda de objetos funerários e ferramentas de covais;

- em 1676 a Irmandade do Santíssimo mandou arrancar as árvores do adro e plantar oliveiras;
- em 1695 deliberou-se aproveitar o terreno norte do cemitério, a par da parede da capela-mor, para construção de uma grande sacristia e a obra teve início em 1696;
- nos meios muros que cercavam o adro-cemitério foram abertas 4 comunicações com cancelas de ferro, em 1868.

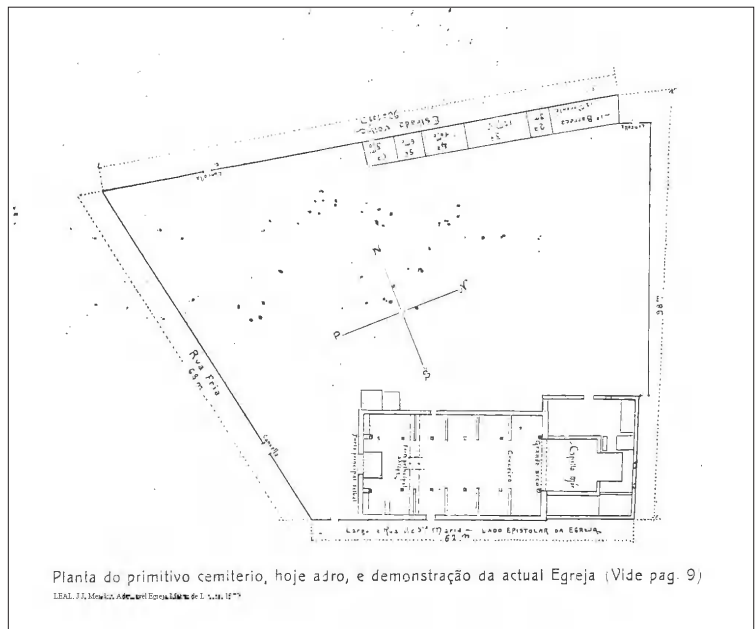


Fig. 5 - Planta do antigo cemitério-adro da Igreja Matriz de Loures, publicada por LEAL, J. J. Mendes, *Admiravel Igreja Matriz de Loures*, 1909

Ainda no tempo do Autor existia “no fim do adro, unido à sacristia grande, uma tira de terreno fechado, mas sem telhado, chamada casa dos ossos” (Leal, 1909: 124).

Fotografia tirada c. 1936, pertencente aos arquivos do SIPA, confirma a posição da Antiga Torre do Relógio e de outros anexos da Igreja mencionados por Mendes Leal.

À época do Terramoto de 1755, o pároco de Loures era o vigário Teotónio José de Brito e Barros que aí permaneceu entre 1746 e 1794. Foi este padre que respondeu ao inquérito enviado a todos os párocos do reino por Padre Luís Cardoso, em 1758, cumprindo as determinações do aviso de 18 de janeiro, desse mesmo ano, do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo. Em resposta à pergunta 6ª “Se a Paróquia está fora do lugar ou dentro dele? Quantos lugares tem a fre-



Fig. 6 – Igreja de Santa Maria de Loures. Torre do Relógio, edificada em 1680, demolida em 1936, s/d. SIPA FOTO 00512912.

guesia?”, é mencionado o lugar Junto à Igreja “situado em vale muito aprazível e delicioso, cercado das mais excelentes fazendas e pomares de toda a qualidade de frutas e enobrecido com a maravilhosa Igreja Paroquial; compreende 25 fogos e 91 pessoas” (Cardoso, 1758: 1252). Assim se descreve a envolvente da Igreja. Sabendo que houve impactos do Terramoto nesta zona, o questionário é omissivo sobre eventuais danos sofridos pela Igreja Matriz.

Condição do sítio intervencionado antes do início dos trabalhos de arqueologia

A Envolvente da Igreja Matriz de Loures, na fase imediatamente anterior ao início dos Arranjos Exteriores, que enquadram a presente intervenção arqueológica, apresentava-se como um terreno descampado, com um arvoredado disperso e esparso. Sem infraestruturas. O edifício da Igreja Matriz emergia de um chão de terra batida, que não revelava qualquer outro vestígio ou indício patrimonial. O terreno foi servindo como parque de estacionamento.

A baixa altitude dos terrenos de implantação e a sua localização na periferia da Várzea, tornaram a Igreja Matriz numa testemunha, e vítima, das frequentes cheias que, ao longo dos tempos, foram assolando o seu espaço envolvente. Pertencentes aos ficheiros online do SIPA, encontram-se imagens que documentam o estado do adro da Igreja após as violentas cheias de 1967. As cheias terão sido o principal fator responsável pela acu-



Fig. 7 - Envolvente da Igreja Matriz de Loures em momento anterior à obra de Arranjos Exteriores e à intervenção arqueológica, ambas ocorridas entre finais de 2002 e ao longo de 2003, MML. © Ana Cristina Oliveira

mulação de sedimentos no local, revolvimentos de terras, mais ou menos profundos, e efeito de ruína provocado no edificado existente no local. Na fotografia 8, podemos verificar a ausência do Cruzeiro da Igreja concluindo-se que terão sido as cheias as responsáveis pela sua destruição. As cheias terão sido responsáveis por grandes perturbações ao nível da estratigrafia do antigo cemitério-adro provocando grandes revolvimentos e movimentação dos ossos existentes. A topografia original do terreno não terá sofrido grandes alterações embora tenham ocorrido deposições de sedimentos.



Fig. 8 – Cheias de 1967, envolvente da Igreja de Santa Maria Matriz de Loures, s/d. SIPA FOTO 00510914



Fig. 9 - Cheias de 1967, envolvente da Igreja de Santa Maria Matriz de Loures, s/d. SIPA FOTO 00510912

Descrição e resultado dos trabalhos arqueológicos

Acompanhamento da obra

O acompanhamento dos revolvimentos de terra e da abertura de valas consistiu na observação, registo fotográfico e recolha de espólio trazido à superfície pela máquina retroescavadora. O trabalho realizado nesta fase pode ser descrito através da expressão sintética “uma observação arqueológica sobre uma escavação ou demolição que não é efetuada diretamente pelo arqueólogo, mas que a este compete controlar da melhor forma que seja possível” (Silva, 2005: 460). Não foram, durante esta fase dos trabalhos, efetuados outros registos mais detalhados como, por exemplo, tomada de medidas, desenhos ou implantação topográfica. Não houve, igualmente, participação da arqueóloga-responsável nas reuniões de obra.

Constatou-se, na área revolvida, uma considerável dispersão de vestígios materiais de interesse arqueológico e patrimonial, bem como de vestígios de ossadas humanas.

Escavação da estrutura T(torre)

A estrutura sobre a qual incidiram os trabalhos de escavação localiza-se em posição adjacente à da torre sineira da Igreja, pelo lado nascente. De planta quadrada, a estrutura encontra-se adossada ao canto formado pelo corpo da Igreja e pela atual torre do relógio e sineira. Foram construídas duas novas paredes voltadas, respetivamente, a norte e a oriente.

Conforme mencionado no ponto Enquadramento Histórico, a torre do relógio existiu no local correspondente a esta estrutura, pelo que não temos dúvidas que as paredes encontradas correspondem à base dessa torre.

Partindo desta certeza, o objetivo da intervenção foi sondar as áreas interna e externa às paredes da estrutura descoberta, até um máximo de profundidade correspondente à cota máxima atingida pela obra, ou seja, não ultrapassando 1 metro de profundidade, perceber as características da construção e, se possível, a sua ligação à Igreja.

Atendendo às características do local a intervir, não houve necessidade de implantar um reticulado para prossecução dos trabalhos de escavação. As sondagens seguiram a orientação proporcionada pela própria ortogonalidade das paredes da estrutura. Definiram-se três áreas de intervenção: Área A – correspondente ao espaço interior da estrutura; Área B – faixa adjacente exterior, a norte, limitada pelo prolongamento da linha exterior da torre sineira e por área de sondagem, a nascente; Área C – faixa adjacente exterior, a nascente, com 1 m de largura e comprimento definido por Área B, a norte, e, a sul, pela parede Norte da Igreja.

Todos os pontos cotados foram referenciados relativamente a um ponto de cota absoluta – 12,420 m – superior a todos os restantes. Todas as cotas obtidas são absolutas e negativas.

A escavação progrediu manualmente, com decapagem por camadas naturais, com registo em desenho à esc. 1:10 e 1:20 e em fotografia.

Área A

Os trabalhos, na Área A, tiveram início com a medida das cotas absolutas nos quatro cantos interiores da estrutura e no ponto central da Área. Os resultados foram os seguintes: A1 = 12,200 m; A2 = 12,220 m; A3 = 12,090 m; A4 = 12,080 m; A5 = 12,170 m.

A primeira camada, com espessura variável entre os 9 e os 5 cm, correspondia a uma terra castanha-amarelada, contendo



do material pétreo em calcário, que aparentava ter pertencido ao aparelho dos muros da estrutura, fragmentos de telha, bem como alguns ossos humanos dispersos (Fig. 10).

A segunda camada, de terra idêntica, continha concentração de ossos amalgamados, com cerâmica, telhas e argamassa, com extensão ao longo da face interior da parede norte da estrutura, e uma distribuição de materiais diversos como ferros, ossos, calcários e cerâmicas, por toda a área. Três concentrações de ossos, que passamos a designar como ossários (A, B e C), entre as cotas 12,040 m e 12,050 m, definiam o topo desta camada. O ossário A desenvolvia-se no canto formado pelas paredes nascente e norte da Estrutura, prolongando-se ao longo das mesmas. À cota 11,890 m, cobria parcialmente a camada 3 e a sua base encontrou-se à cota 11,680 m. O ossário B localizava-se no canto definido pela parede norte da estrutura e pela parede nascente da Igreja, com prolongamento na direção do ossário A, tocando-o; ficou delimitado, a sul, pela camada 3, e a sua base estava entre as cotas 11,800 m e 11,900 m. O ossário C desenvolvia-se ao longo da parede norte da Igreja até ao canto com a sua parede nascente, na base tocava a camada 4 (11,840 m) e 6 (11,660 m).

Fig. 10 – Aspeto da Área A, no início dos trabalhos, uma estrutura aflora a Nascente (primeiro plano), Igreja Matriz de Loures (exterior). MML, 2004.

© Ana Cristina Oliveira

A terceira camada correspondia a um depósito branco, duro e arqueologicamente estéril localizado numa faixa central, no sentido nascente / poente, com cota de topo de 11,970 m, delimitado a leste por estreita faixa de terra, a camada 5. Estes sedimentos correspondiam a uma acumulação de cal misturados com pequenos calcários. No processo de remoção desta camada surgiram, na sua base (11,780 m), 2 lajes em calcário, não aparelhadas, ambas em posição horizontal, assentando sobre a camada 8.

A quarta camada correspondia a uma terra castanho-claro/esbranquiçado, contendo algum material arqueológico disperso e diverso como ossos, fragmentos de telhas, pregos, fragmentos de azulejos e fragmentos de cerâmicas. Esta camada ocupava uma área restrita junto à parede norte da igreja, estando limitada pela camada 3. No seu interior foi localizado o Esq. VI, com a cota de topo (medida sobre o crânio) 11,840 m.

A quinta camada correspondia a uma terra que acompanhava a linha das duas paredes construídas da estrutura e que interpretámos como terras de enchimento das fossas abertas para implantação dos muros. Esta camada encontrava-se diretamente sob a camada 2, tocando a estrutura. De cor castanha não muito escura, corresponde a uma terra homogénea, solta, contendo o Esq. IX, ossos soltos e alguns ossos que se encontram presos à argamassa da face interna da parede da estrutura que lhe serve de limite. No seu interior encontraram-se, igualmente, fragmentos de telha e de cerâmicas diversas, alguns pregos em ferro. A cota de base correspondeu a 11,440 m, encontrando-se o Esq. X na base da camada e tocando, a base, a camada 7.

A sexta camada correspondia a uma terra escura, castanha, um pouco solta, contendo alguns materiais dispersos, entre eles muitos fragmentos de telha, pequenos carvões dispersos e basaltos de média dimensão tombados. Nesta camada foram, ainda, encontrados dois enterramentos identificados como Esq. VII (cota sobre o crânio: 11,660 m) e Esq. VIII (cota sobre o crânio: 11,680 m). Esta camada tocava diretamente as camadas 3, 4, 5 e 7.

A sétima camada correspondia a uma terra castanha-avermelhada, mais ou menos plástica, contendo fragmentos de telha e pequenos calcários. Recolheu-se um fragmento de bordo em vidro verde. Esta camada detetou-se entre as cotas 11,780 m e 11,390 m, tocando as bases dos ossários A e B. De espessura variável, mas fina, distribuía-se por toda a área, com pouco espólio, não tendo sido detetados no seu interior nem ossos nem esqueletos.



Fig. 11 – Área A, c. 6. Esqueletos VII e VIII, Igreja Matriz de Loures (exterior). MML, 2004.
© Ana Cristina Oliveira

A oitava camada apresentava terra castanho-escura, barrenta. No topo surgiu alinhamento de basaltos tocando a base de um dos grandes calcários da camada 3. O alinhamento, sem argamassa, assentava na terra escura. Tratava-se de uma camada espessa, caracterizada pela presença de esqueletos completos, com orientações diversas entre si, alguns deles sobrepostos, contendo, ainda, ossos e dentes soltos e dispersos. Em alguns casos estabeleceu-se a associação entre o esqueleto e elementos do espólio arqueológico (ex: moedas, pregos). Os enterramentos realizaram-se em covacho e, em alguns casos, o covacho estava delimitado por basaltos. O achado de 42 pregos foi interpretado como indiciando enterramentos em caixão, não subsistindo, porém, outras evidências (presença de ferragens, por exemplo)

dessa eventual prática. A presença de alfinetes pode, por outro lado, indicar a prática do envolvimento dos corpos em sudário. As duas práticas podem ter coexistido. A camada revelou-se homogénea nas suas características: a cor da terra, a sua textura argilosa, a presença contínua de enterramentos, presença de materiais arqueológicos e alguns basaltos e calcários de tamanho pequeno. Nesta camada identificaram-se os esqueletos XI a XIII e XV a XVII, crânios soltos e presença de ossos soltos em posição suprajacente / subjacente em relação a alguns dos esqueletos. Esta camada toca nas camadas 2, 3, 4 e 6.

A escavação desta camada foi interrompida à cota de 10,880 m, mantendo-se as características descritas acima e a sucessão de mais enterramentos, realidade perceptível pelo afloramento de ossadas junto à parede nascente da Igreja.

Área B

A faixa exterior, a norte, definida entre a torre sineira e o ângulo da estrutura, denominou-se Área B.

Os valores das cotas medidas antes do início da decapagem variaram entre os valores 12,010 m; e 11,870 m.

A camada 1 correspondia a uma camada com características pouco homogéneas, onde se verificou existir uma intrusão de terra castanha-amarelada, contendo pedras, fragmentos de telha e alguns ossos, com uma terra mais castanha, que continha no seu interior fragmentos de cerâmica, pregos em ferro, pequenos calcários e fragmentos de telha juntamente com ossos. Algumas cerâmicas e calcários apresentavam-se queimados.

A segunda camada correspondia a um nível de argamassa onde, aparentemente, foram abertos covachos (irregulares) para enterramento.

A terceira camada, de terra castanha não muito escura, solta, continha o Esq. I (cota sobre o crânio: 11,840 m) ao qual estava associada uma moeda (11,790 m), o Esq. II (cota sobre o crânio: 11,820 m), cujos pés se prolongavam para a Área C, o Crânio III (cota sobre o crânio: 11,830 m), o Esq. IV (cota sobre o crânio: 11,830 m) e o Esq. V (cota sobre fémur: 11,830 m). Verificou-se a deposição em covachos (irregulares) e sobreposição direta de enterramentos.

A quarta camada, sob o nível de assentamento dos esqueletos, correspondia a uma terra castanha-escura, de textura barrenta e com um conteúdo muito heterogéneo, compondo uma camada bastante espessa, variando entre os 26 e os 77 cm. Ve-

rificou-se a presença de níveis de blocos basálticos de média dimensão, não estruturados, que poderão ter resultado de algum derrube ou, eventualmente, de arrastamento pelas águas. Registaram-se 3 níveis. No extremo nascente da sondagem, detetou-se o topo de uma estrutura, identificada como M1, a qual se considerou poder pertencer a um muro ou a uma parede. Entre o espólio arqueológico contido nesta camada encontrou-se cerâmica de construção (destacam-se 2 fragmentos de azulejo policromo), cerâmicas domésticas diversas (comum vermelha, faiança, porcelana), objetos metálicos (alfinetes e pregos), fragmentos de vidro (de recipientes e de aros), alguns líticos talhados, dispersos, sem enquadramento cronológico. De assinalar, ainda, a presença de alguns carvões pontualmente distribuídos sob a camada de derrube dos basaltos.

A quinta camada consistia numa terra escura, de textura granulosa, não plástica, cujo topo estava a uma cota variável entre 11,070 m e 11,020 m. O espólio recolhido integra material osteológico disperso, carvões, cerâmica comum vermelha, cerâmica de construção, artefactos em ferro (pregos), fragmentos de vidro, líticos. No extremo nascente da sondagem, a estrutura M1 corta esta camada. No extremo poente da sondagem, encostada à parede da Igreja, à cota 10,990 m, detetou-se uma área delimitada por pedras basálticas, definindo uma área fechada de planta oblonga (E1), indeterminada.

A sexta camada era uma terra avermelhada, granulosa, circunscrita no interior de E1. No seu interior recolheram-se fragmentos de cerâmica comum e alguns ossos humanos. É possível que este contexto pudesse ter sido uma sepultura.

A escavação desta sondagem foi interrompida à cota 10, 730 m. No corte norte da Área B detetou-se a presença de uma estela funerária in situ e associada a um enterramento. Esta situação, relevante do ponto de vista científico, não foi investigada. Posicionada fora dos limites da área de escavação, pareceu-nos ser melhor opção deixar o achado para uma eventual melhor oportunidade de investigação.

Área C

A faixa exterior, a nascente, a Área C, apresentava as seguintes cotas altimétricas no início dos trabalhos: 12,100 m e 12,000 m.

A camada 1 apresentou-se pouco homogénea e pouco espessa. A camada 2, pouco homogénea, de cor castanho-claro, com manchas mais claras intercaladas, de textura granulosa, não

compacta, contendo pequenas pedras, fragmentos de material cerâmico de construção, fragmentos de cerâmica doméstica, pregos em ferro e ossos humanos. Localizaram-se, nesta área e ao nível da base da camada, os pés do Esq. II (cf. Área B), à cota 11,670 m. A espessura desta camada variou entre 33 e 60 cm.

A camada 3 continha uma terra bastante homogênea, de cor castanho-escura, de textura muito barrenta, plástica, com um conteúdo bastante heterogêneo onde se destacou a presença de material arqueológico e osteológico diverso, bem como estruturas e elementos pétreos soltos (basaltos, na maioria, e alguns calcários), alguns deles de grandes dimensões. No interior desta camada surgiu, no topo norte da sondagem, um alinhamento de basaltos identificado, posteriormente, como M1 (cf. Área B, c. 4, 5). Detetou-se a presença de uma concentração pétrea, com maior expressão em termos de presença de basaltos, de pequena e média dimensão, na zona central da sondagem. Não definia uma estrutura, nem se detetaram vestígios de argamassa. Interpretou-se como derrube ou material de arrastamento. Registou-se a presença de um ossário localizado junto à parede norte da igreja, estando os ossos presos numa concentração de argamassa que daí se prolonga até à base do muro nascente da Estrutura T. Registaram-se dois enterramentos, em covacho, de ambos os lados da mencionada acumulação de basaltos, o Esq. XIV (Fig. 12) e do Esq. XVIII. Ao longo da escavação desta camada detetou-se a presença de carvões, por vezes pequenas concentrações, isolados ou próximo de cerâmicas. Elementos líticos, em sílex, ocorreram pontualmente em toda a área escavada, bem como cerâmica doméstica e de construção.

Os trabalhos nesta sondagem foram interrompidos à cota 10,810 m (cota de assentamento dos esqueletos).

O eventual troço de muro (Estrutura M1) assinalado no topo norte da Área C não tem leitura no âmbito das sondagens abertas. Será indício da existência de estruturas datadas da fase anterior às obras de ampliação da Igreja? Na eventualidade de se virem a concretizar novos trabalhos arqueológicos nesta zona, um alargamento em área na envolvente da Antiga Torre do Relógio poderá fornecer dados complementares para o entendimento desta estrutura.

Estrutura T

A estrutura que corresponde à base da torre e que justificou a intervenção arqueológica, é definida por duas paredes formando



ângulo reto, tocando os silhares da base da parede norte da Igreja e da parede nascente da respetiva torre sineira, constituindo, assim, uma área fechada de planta quadrada, com as seguintes medidas: parede nascente – comp.: 3,00 m, larg.: 0,80 m; parede norte – comp.: 3,00 m, larg.: 0,80 m. Área interior: 4,41 m².

A Estrutura T(orre) apresenta um aparelho constituído por blocos de calcário de grande dimensão, definindo as faces exteriores e um preenchimento constituído por blocos menores em calcário, basalto, alguns seixos rolados e fragmentos cerâmicos. Os elementos pétreos encontravam-se consolidados com argamassa de cal e areia.

Na parede voltada a poente, detetou-se, na linha que encosta à parede norte da Igreja, uma alteração no aparelho original provocada pela colocação de um tubo para levar um fio de eletricidade para o interior da Igreja. Nessa extensão várias pedras foram levantadas e, posteriormente, recolocadas por cima do tubo. A progressão da escavação do interior (Área A) e exterior (Área B e Área C) da Estrutura T, colocou a descoberto os alicerces de sua construção e permitiu definir o nível do assentamento. Pelo lado exterior da Estrutura T, conservada, atingiu-se uma altura de 1,20 m (Área B) e 1,29 m – 1,33 m (Área C).

Nas Áreas B e C, cuja abertura e escavação permitiu observar as características exteriores do aparelho dos alicerces da Torre, verificou-se ter sido sustentada num embasamento construído

Fig. 12 – Área C, c. 3, Esq. XIV (na placa, onde se lê XVII, leia-se XIV), Igreja Matriz de Loures (exterior). MML, 2004.

© Ana Cristina Oliveira

Fig. 13 – Planta da Estrutura T(orre), ao nível do topo dos vestígios pertencentes à antiga torre do relógio da Igreja Matriz de Loures. MML, 2006.
Desenho de Ana Cristina Oliveira



por degraus, pensa-se que para garantir a necessária robustez. Na Área C, a face exterior da parede apresenta dois degraus, estando o topo do primeiro a uma cota de 11,730 m, e o topo do segundo a uma cota de 11,430 m. Na Área B só se verificou a existência de um nível de alargamento do alicerce norte da Estrutura T, à cota 11,740 m. Nas faces internas da Estrutura T os alicerces não apresentam reforço.

Espólio arqueológico

De entre os materiais arqueológicos recolhidos, os materiais de construção, como telhas e tijolos, foram objeto de recolha seletiva. Foram recolhidas algumas amostras de sedimentos e de carvões. O espólio osteológico foi recolhido por unidades coerentes – osário, esqueleto, osso isolado – e localizado tridimensionalmente na área e respetiva camada.

O espólio recolhido provém das três áreas escavadas e do terreno da obra sujeito a acompanhamento arqueológico.

Todos os materiais arqueológicos recolhidos foram inventaria-

dos com o código I.M. e numerados de 1 a N, encontrando-se depositados nas reservas do Museu Municipal de Loures.

Não foram encontrados bens móveis com valor e raridade para serem inscritos no Inventário Geral dos Bens Arqueológicos.

O conjunto heterogéneo de achados provenientes das terras revolvidas inclui material osteológico diverso e em estado fragmentário maioritariamente, estelas funerárias, 1 ceitel de D. Afonso V, fragmentos de lápides com e sem inscrição, placas em calcário interpretadas como tampas de sepultura, fragmentos (originais?) dos braços da cruz do antigo cruzeiro do cemitério-adro, fragmentos de azulejos, fragmentos de cerâmicas e outros objetos do quotidiano. Igualmente por ação da máquina retroescavadora foi descoberta a estrutura pétrea que foi posteriormente escavada. Os achados apontam para uma cronologia global de Época Moderna.

Não constatámos, no contexto em presença, eventuais materiais associáveis a uma cronologia do Paleolítico.

Área A

O espólio arqueológico da Área A distribui-se por diversas categorias: cerâmicas de construção e domésticas, vidro, metal, líticos. Em algumas situações é possível fazer a associação entre espólio e enterramentos.

Entre as cerâmicas de construção distinguiram-se: vários fragmentos de telha e de tijolo; azulejos em estado muito fragmentário, monocromáticos e lisos (verdes - 24, brancos - 27 e azuis - 20) e 4 fragmentos de azulejo bicolor azul e branco, lisos.

As cerâmicas domésticas correspondem à maior percentagem dos materiais encontrados, dividindo-se pelos seguintes tipos: cerâmica comum vermelha, faiança e porcelana. A cerâmica comum vermelha corresponde, por sua vez, ao tipo mais representado contando-se, entre os fragmentos recolhidos, bordos (24), asas (8), fundos (11), bojos (190) e 2 fragmentos de tampa. De entre os fragmentos decorados, 2 apresentam puncionamentos e 3 caneluras. Encontraram-se diversos fragmentos de recipientes cerâmicos em faiança, 18 apresentando decoração pintada a azul sobre fundo branco e 6 fragmentos brancos. Menos representativos são os fragmentos de porcelana encontrados. Recolheram-se 7 fragmentos, decorados com pinturas vegetais a azul sobre fundo branco.

De sublinhar que os fragmentos de faiança e de porcelana não se encontram nas camadas 7 e 8.



Fig. 14 – Brinco de Época Moderna, séc. XVII, associado ao Esq. VIII, Área A. MML, 2005.

© Luís Carlos Reis

Os materiais em vidro encontrados dividem-se por fragmentos de recipientes (16, entre bojos e bordos) e fragmentos de aro (3), sendo estes policromados e retorcidos, eventualmente pertencentes a pulseiras.

O espólio metálico encontrado inclui 42 pregos e fragmentos de uma possível corrente em ferro, em muito mau estado de conservação, e uma moeda, em bronze, associada ao Esq. XII. A moeda é um ceítal de D. João II, séc. XV, (1455-1495).

Entre o espólio recolhido constam 7 elementos líticos em sílex, e um em quartzo hialino.

Encontrou-se uma conta, com perfuração central, em osso que, no atual contexto, podemos supor ter pertencido a um terço.

De destacar o achado de um brinco (Fig. 14), associado ao Esq. VIII, entre os sedimentos do lado direito do respetivo crânio. Trata-se de um brinco em metal, em forma de lágrima, com pérola branca envolvida por duas fiadas de pequenos alvéolos, eventualmente negativos de encaixe de pequenas pedrinhas. Não se

conserva o sistema de fechar e/ou pendurar. Não se encontrou o seu par (Oliveira, 2011).

Área B

O espólio arqueológico recolhido na Área B não é muito numeroso e apresenta as mesmas características referidas para a Área A.

Entre o material cerâmico de construção distinguem-se telhas, azulejos, tijolo e estuque. Recolheram-se 17 fragmentos de telha; entre os fragmentos de azulejo destacam-se 5 fragmentos monocromáticos, lisos (2 verdes; 2 brancos; 1 azul) e 2 fragmentos com decoração geométrica (Fig. 15), policromáticos; recolheu-se um fragmento de tijolo e 4 fragmentos de estuque com vestígios de pintura branca (Oliveira, 2014).

Entre o material de cerâmica doméstica distingue-se a cerâmica comum vermelha, a faiança e a porcelana. A cerâmica co-

Fig. 15 – Fragmento de azulejo de aresta, finais séc. XV/séc. XVI, Área C, perfil Nascente. MML, 2014. © Ana Cristina Oliveira



zum vermelha é a presença mais significativa, recolheram-se 72 fragmentos, entre bordos, fundos, bojos e asas. Os exemplares de faiança correspondem a 2 fragmentos, ambos brancos, lisos. Entre os 3 fragmentos de porcelana, 2 apresentam pintura a azul e branco, outro é branco, liso.

Entre o espólio metálico destaca-se o achado de uma moeda, em bronze, associada ao Esq. I – um Real e meio, de D. João V, de 1712 -, sobre as costelas; uma moeda, em bronze, encontrada em posição lateral relativamente ao crânio do Esq. II – Real e meio de D. Afonso VI, séc. XVII - e um alfinete sem cabeça, em bronze (?), entre o crânio III e o Esq. II. Outro alfinete, completo, na mesma matéria-prima, surgiu à cota 11,680 m, na camada 2. Recuperaram-se 16 pregos em ferro, dispersos.

Entre o material lítico contam-se 2 núcleos e 4 lascas com retoque, todos em sílex.

Recolheram-se 2 contas em osso, perfuradas, sendo uma delas alongada e decorada e a outra lisa e esférica, possivelmente de terço.

Recolheram-se 4 fragmentos em vidro esverdeado, transparente, correspondendo, um deles, a um bordo.

Área C

O espólio arqueológico recolhido na Área C é pouco numeroso, distribuindo-se pelas seguintes categorias: cerâmica de construção, cerâmica doméstica, metal, vidro e líticos.

Nenhum dos enterramentos aqui assinalados possuía algum tipo de espólio associado.

Na categoria de cerâmica de construção recolhemos telhas (9 fragmentos) e azulejos de revestimento de paredes, lisos (2 fragmentos).

A cerâmica doméstica recolhida inclui exemplares de cerâmica vermelha comum (destacamos a recolha de asas triangulares, asas em fita, bordos e fundos diversos), num total de 37 fragmentos e exemplares de faiança (fragmentos brancos lisos e fragmentos decorados a azul e branco), num total de 4 fragmentos.

Entre os escassos objetos metálicos recolhidos destaca-se um alfinete, sem cabeça (11,520 m), em bronze (?), 3 pregos em ferro, dispersos (cotas altimétricas: 11,980 m; 11,780 m, entre ossos; 11,850 m).

Destaca-se o aparecimento de 2 fragmentos de bojo em vidro verde, alojados no interior de um osso de rótula (11,790 m). Também nesta Área os líticos talhados se distribuem pontual-

mente ao longo das camadas escavadas. Destacamos, a recolha de 2 núcleos (11,040 m; 10,920 m), 2 lascas (10,870 m; 10,920 m), 2 lascas retocadas (11,030 m; 10,800 m), em sílex. Em quartzo, uma possível lasca retocada (11,120 m).

Espólio osteológico

À semelhança do espólio arqueológico, também o espólio osteológico recolhido durante a intervenção se encontra nas Reservas do Museu Municipal de Loures.

A responsabilidade dos trabalhos de antropologia de campo foi integralmente assumida pelo Dr. Hugo Cardoso, no que respeita aos Esqueletos I, IV, V e VI, de cujo trabalho redigiu Relatório Final. A partir de 19 de maio de 2003, o antropólogo Luís Lopes assumiu o acompanhamento de levantamento dos restantes esqueletos e ossários, sendo o trabalho executado de acordo com a sua orientação. Não produziu Relatório Final, tendo entregado à signatária, responsável pela direção dos trabalhos de arqueologia, as Notas relativas ao trabalho que realizou. O Dr. Luís Lopes faleceu em 2008.

Área A

No interior da camada 2 da Área A foram delimitados e escavados os ossários A, B e C. Característica comum a todos é a concentração de ossos longos e de crânios, deslocados do local e posição originais, seguindo uma arrumação próxima das paredes da estrutura e da Igreja (Foto 14), verificando-se que os ossos mais pequenos estão ausentes. Os ossários não são uniformes no que respeita à disposição do seu conteúdo. O ossário B aparentava alguma arrumação, com os ossos longos no centro, justapostos e paralelos, rodeados pelos crânios (5). No entanto, no decurso da decapagem do ossário, surgiu mais um crânio. Os negativos deixados pelos ossários são irregulares, de tipo covacho. A base do ossário B apresentava uma cota central de 11,850 m. À cota de 11,640 m o ossário A estendia-se para o ossário B. O ossário A apresentou um conjunto de 5 crânios entre diversos ossos longos. Não se notou preocupação na disposição dos ossos. O ossário C continha apenas ossos longos e não aparentava nenhuma organização.

Alguns ossos dos ossários A e B estão presos por argamassa, à face interna do muro Norte.

Os ossos dos ossários A, B e C foram recolhidos pela equipa de arqueologia, sob supervisão do Dr. Hugo Cardoso, que procedeu

ao seu registo e preenchimento das respetivas fichas.

Sob o ossário C detetou-se a presença de dois esqueletos, Esq. VII e Esq. VIII. O Esq. VIII encontrava-se em decúbito dorsal e braços cruzados sobre o tórax, o crânio apresentava-se coberto por argamassa. O Esq. VII ocupava posição paralela e contígua, sem intervalo entre ambos. Pareciam ocupar um espaço destinado a um enterramento simultâneo. Num nível superior aos esqueletos detetaram-se carvões dispersos e terra esbranquiçada (possivelmente restos de cal) sobre a rótula esquerda do Esq. VII.

Em redor do Esqueleto X, para Oeste, encontraram-se alguns basaltos de pequena/média dimensão, dispersos. Este esqueleto foi truncado na zona dos membros inferiores pela vala de construção da parede Nascente da Estrutura T(orre). Tal permite colocar o enterramento em momento anterior ao da construção.

Na zona superior das costelas do Esq. XI, foram recolhidos vários dentes na terra barrenta. As vértebras superiores da coluna "tocam" a parede Norte da Igreja tornando difícil perceber "espaço" para posicionamento do respetivo crânio. Supomos que o crânio deste esqueleto se encontrava deslocado, muito fragmentado, e tocando o Esq. XIII.

Os esqueletos XII e XIII formavam uma unidade que interpretámos como intencional e correspondendo a uma deposição simultânea, assente sobre a terra plástica e escura, com pequenas pedras e fragmentos de cerâmica. O Esq. XII, infantil, encontrava-se deposto sobre o Esq. XIII, de criança. Com uma posição paralela à do Esq. XI, mas mais a norte. Pequenas pedras e fragmentos de cerâmica sob a cabeça do Esq. XII e sobre o Esq. XIII. Detetaram-se carvões sobre o maxilar do Esq. XIII. A vala de construção da parede nascente da Estrutura T atingiu parcialmente os pés do Esq. XIII. Sob e na envolvente destes esqueletos encontravam-se blocos de basalto de média dimensão os quais poderão ter sido, eventualmente, utilizados para definir / estruturar um espaço de sepultação.

Sob o nível de pedras onde assentava o conjunto formado pelos esqueletos XII e XIII, surgem os ossos dos pés do Esq. XVII. Este esqueleto encontrava-se incompleto conservando-se, apenas, os membros inferiores e os ossos da bacia. Em posição lateral ao fémur direito e bacia, estava o Crânio A que não sabemos se pertence a este esqueleto.

A limpeza de terras à volta do Esq. XV tornou visível parte dos membros inferiores de mais um esqueleto, localizado a poente daquele. Interrompemos aí a limpeza e decidimos não dar segui-

mento à escavação e à remoção deste esqueleto. A sucessão de esqueletos, sobretudo no interior desta área, já nos obrigara a ultrapassar a profundidade inicialmente estipulada nos objetivos iniciais definidos para a intervenção.

Área B

Na Área B destaca-se a situação singular do achado do Crânio III. Isolado, localizado lateralmente ao crânio do Esq. II e em mau estado de conservação. Admite-se que alguns ossos soltos e fragmentados, localizados sobre o Esq. II, pudessem ter pertencido ao esqueleto deste crânio.

O Esq. IV é, também, um esqueleto infantil, em mau estado de conservação.

O Esq. V, apenas muito parcialmente conservado, sobrepõe-se ao Esq. II. Com os membros inferiores conservados apenas ao nível do fémur direito, este quase toca o Crânio III. Não conserva membros superiores, nem crânio, nem as vertebrae mesiais e cervicais da coluna. Sem materiais associados.

Área C

Na Área C, o Esq. XIV conservava-se parcialmente ao nível dos membros inferiores, com ausência do fémur direito. No contexto do seu achado, não se detetou qualquer espólio associado. O enterramento foi feito em covacho, no extremo sul da Área C, próximo da zona onde identificámos um derrube. A cova de enterramento estava definida por basaltos.

O Esq. XVIII, localizava-se a norte do esqueleto anterior, camada 3, sob nível de derrube de basaltos. Atendendo à sua posição com prolongamento para o interior do corte nascente, procedeu-se à escavação e levantamento do crânio e das 1ª e 2ª vértebras cervicais. Não se detetaram materiais associados a este esqueleto.

O ossário D corresponde a uma concentração de ossos longos “arrumados” contra a parede norte da igreja, e respetivas fundações, e prolongando-se sob a base da Estrutura T. O ossário forma um bloco amalgamado com argamassa, preso à parede da igreja. A cota medida no topo é de 11,160 m. A base do ossário assenta às cotas 11,020 m (junto ao corte nascente) e 10,920 m (junto à Estrutura T).

A informação disponível sobre os esqueletos levantados, no decurso destes trabalhos, nas Áreas A, B e C, consta da Tabela seguinte:

Tabela de esqueletos
Torre do Relógio – Igreja Matriz de Loures – 2013

Esqueleto	Localização	Tipo de sepultura	Materiais associados	Profundidade z	Orientação Posição
Esq. I	Área B. Deposição paralela ao longo do lado exterior do muro norte da estrutura T; limitado por argamassa branca, no lado oposto.	Covacho	moeda em bronze z = 11,790 m, entre costelas e falanges	z = 11,840 m (sobre o crâneo)	Nascente (cabeça) / Poente
Esq. II	Área B. Deposição paralela ao longo do lado exterior do muro norte da estrutura T.	Covacho	frag. alfinete z = 11,650 m, entre as costelas direitas e o osso da bacia; Frag. prego ferro z = 11,670 m na ligação da tibia com o pé direito; prego sobre esq. z = 11,680 m; moeda junto crâneo z = 11,740 m	z = 11,820 m (sobre o crâneo)	Nascente / Poente (cabeça)
Crâneo III	Área B. No exterior do muro norte entre os Esq. IV e V, sobre Esq. II.	sobre esqueleto		z = 11,700 m (assentamento do crâneo)	
Esq. IV	Área B. Deposição paralela ao longo do lado exterior do muro norte da estrutura T; limitado por argamassa branca, no lado oposto.	Covacho	prego junto bacia z = 11,800 m; prego próximo z = 11,820 m	z = 11,780 m	Nascente / Poente (cabeça)
Esq. V	Área B. Deposição paralela ao longo do lado exterior do muro norte da estrutura T; toca o Esq. II.	sobre esqueleto		z = 11,830 m (sobre fémur)	Nascente (cabeça) / Poente
Esq. VI	Área A. Paralelo à parede norte da igreja.	Covacho	prego x = 0,22 m y = 0,67 m z = 11,840; prego x = 0,22 m y = 1,06 m z = 11,830 m; prego x = 0,61 m y = 0,95 m z = 11,790 m	z = 11,840 m	Nascente / Poente (cabeça)
Esq. VII	Área A. Paralelo à parede norte da igreja; toca no Esq. VIII.	Covacho	cabeça grande de prego em ferro z = 11,700 m próximo dos joelhos; prego próximo joelho z = 11,80 m; prego junto pés z = 11,70 m	z = 11,660 m (crâneo)	Nascente / Poente (cabeça) Decúbito dorsal. Braços cruzados sobre o peito
Esq. VIII	Área A. Paralelo à parede norte da igreja; toca no Esq. VII. Crânio coberto por argamassa.	Covacho	2 pregos em ferro presos entre si z = 11,820 m nos pés; Brinco x = 0,11 m y = 0,12 m z = 11,680 m junto ao crâneo	z = 11,680 m (crâneo)	Nascente / Poente (cabeça)
Esq. IX	Área A. Cortado pela construção da torre do relógio (estrutura). Cobre ossário e Esq. X (parcialmente).	Na vala de construção da parede norte da Estrutura T, coberto pelo ossário A.	cer. azul e branca x = 1,72 m y = 1,52 m z = 11,700 m sobre o esqueleto frag. vidro azulado nas costelas	z = 11,660 m	Nascente / Poente (cabeça)
Esq. X + crâneo	Área A. Esqueleto juvenil. Cortado pela vala de implantação da parede nascente da Estrutura T. Parcialmente coberto pelo Esq. IX e por ossário.	Na vala de construção da parede norte da Estrutura T.	frag. de prego z = 11,590 m	z = 11,500 m + 11,530 m (crâneo)	Nascente / Poente (cabeça)

► Continuação

Tabela de esqueletos Torre do Relógio – Igreja Matriz de Loures – 2013					
Esqueleto	Localização	Tipo de sepultura	Materiais associados	Profundidade z	Orientação Posição
Esq. XI	Área A. Posição transversal ao canto formado pelas paredes nascente da Estrutura T e norte da Igreja - Área A. S/ memb. inferiores, cortado pela construção da parede nascente da Est. T. Crânio deslocado da sua posição no esqueleto.	Covacho	Frag. Aro vidro x = 0,16 m y = 1,86 m z = 11,06 m	z = 11,000 m (sob bacia)	sudoeste (parte superior do tronco) / nordeste
Esq. XII	Área A. Posição transversal ao eixo principal da Igreja. Cabeça assenta numa camada de pedras que assentam sobre o Esq. XIII.	sobre esqueleto; pequenos basaltos rodeavam o espaço de sepultação	moeda z = 11,190 m na mão esquerda	z = 11,160 m	sudoeste (cabeça) / nordeste
Esq. XIII	Área A. Posição transversal ao eixo principal da Igreja; parcialmente truncado nos pés.	sobre camada de pedras que definem o espaço de sepultação; sob Esq. XII		z = 11,160 m (sobre coluna)	sudoeste (cabeça) / nordeste
Esq. XIV	Área C. Paralelo à parede norte da Igreja; cortado pela parede nascente da estrutura, ao nível do arranque do fémur.	covacho, delimitado por basaltos		z = 10,820 m (assentamento dos pés)	Nascente / Poente (cabeça)
Esq. XV	Área A. Paralelo à parede norte da Igreja.	covacho delimitado por basaltos	2 pregos sobre bacia z = 11,000 m; prego próximo z = 11,000 m; prego sobre pulso esq. Z = 10,960 m;	z = 11,000 m	Nascente / Poente (cabeça)
Esq. XVI	Área A. Paralelo à parede norte da igreja; cortado pela parede nascente da estrutura, ao nível dos fémures.	assenta em camada de pedras que definem o espaço de sepultação	prego próximo z = 11,000 m; prego próximo z = 10,920 m	z = 10,950 m	Nascente / Poente (cabeça)
Esq. XVII	Área A. Posição transversal ao eixo principal da Igreja; pés sob camada de assentamento do Esq. XIII; muito incompleto.	Covacho		z = 10,860 m	sudoeste / nordeste (membros inferiores)
Esq. XVIII	Área C. Paralelo à parede norte da igreja; prolonga-se para o interior corte nascente.	covacho delimitado por basaltos		z = 10,990 m (sob crâneo)	sudoeste (cabeça) / nordeste

Notas Finais

A decapagem mecânica e o prosseguimento da obra não colocaram a estrutura arqueológica em risco.

Confirmou-se um contexto arqueológico de cemitério com uma longa diacronia. Cenário expectável em função dos dados históricos conhecidos sobre o local.

No decorrer desta intervenção arqueológica não foram detetadas evidências de outros contextos arqueológicos. Nomeadamente, não se identificaram vestígios que pudessem ser associados a contextos de cronologia pré-histórica. Os diversos elementos líticos recolhidos nas áreas escavadas, encontram-se deslocados do seu contexto original. Conforme mencionámos no início, existem referências a achados líticos de épocas pré-históricas no espaço envolvente da Igreja.

A partir da observação do impacto das paredes da Estrutura T sobre alguns dos enterramentos, verificamos que a construção da Torre se processou num momento em que o cemitério já existia. Nas camadas superiores, onde se encontram níveis de enterramentos mais recentes, essa situação não existe, o que será sinal de que a Torre era já uma presença física no local. Por outro lado, considera-se que os ossários referidos são consequência da implantação da Torre em solo cemiterial o que implicou a necessidade de remoção de alguns dos esqueletos e posterior recolocação, em deposições secundárias – os ossários – no solo sagrado do cemitério. Terá existido um sobrado, sobre os ossários, com a função de “chão” da torre?

A profundidade atingida durante as escavações ultrapassou, de forma variável, a cota da obra. Para este facto concorreram, apenas, os contextos arqueológicos encontrados (sucessão de enterramentos (Área A) e sucessão de níveis de distribuição de basaltos / derrubes (Área B)).

A área escavada é muito pequena relativamente à área de cemitério, conforme planta do mesmo na referida obra de Mendes Leal. Considerando a área intervencionada em 2003 como “amostra” do todo, os enterramentos e ossários identificados indicam uma densa utilização do espaço e uma vasta diacronia de enterramentos cuja data de início desconhecemos. Sabemos que terminaram no séc. XIX. A associação de moedas a três dos enterramentos permitiu confirmar enterramentos neste local adjacente à Igreja nos séculos. XVIII, XVII e XV.

Os enterramentos identificados seguem orientações diversas de deposição do corpo. Assim, encontrámos esqueletos depositos com o crânio orientado a poente e os pés para nascente; com o crânio orientado a nascente e os pés a poente; e esqueletos com o crânio orientado a sudoeste e os pés a nordeste. O decúbito dorsal é a forma comum de deposição do corpo, no universo observado.

Não se detetou, nesta intervenção, a presença das grandes covas, com ossadas, fruto da determinação de 1649, conforme referido pelo Pe. Álvaro Proença (PROENÇA, 1940: 24). As ossadas retiradas das suas posições originais e que foram detetadas e assinaladas como ossários, no presente trabalho, foram arrumadas em posição secundária em data posterior à da construção da Torre do Relógio.

Bibliografia

CARDOSO, Luís Pe. (Coord.) – *Memórias Paroquiais (Loures, Lisboa)*, 1758 [Consult. Setembro, 2018]. Disponível online em <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4240607>

GUEDES, Jorge e COSTA, Luís (2006) – Cabeceiras de sepultura do adro da Igreja Matriz de Loures. *Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 199-213.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo B. de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário*. vol. IV, Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874

LEAL, Joaquim José da Silva Mendes – *Admirável Igreja Matriz de Loures*, Lisboa: Typographia do Commercio, 1909.

OLIVEIRA, Ana Cristina (2002) – Notícia sobre Novos Achados Arqueológicos em Loures. *Arqueologia como Documento* (Catálogo de Exposição). Loures: Museu Municipal de Loures, Câmara Municipal de Loures, p. 37-43.

OLIVEIRA, Ana Cristina – Notícia do Achado de um Brinco Moder-

no – Igreja Matriz de Loures - Torre do Relógio. *Revista da Rede de Museus de Loures*. Loures: Câmara Municipal. N.º 2 (2005), p. 13-14.

OLIVEIRA, Ana Cristina (2006) - Cabeceiras de sepultura do concelho de Loures. *Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 215-242.

OLIVEIRA, Ana Cristina, "Brinco", *Peça do Mês*, Maio, 2011. [Consult. Setembro, 2018]. Disponível online em <https://www.cm-loures.pt/Conteudo.aspx?DisplayId=4517>

OLIVEIRA, Ana Cristina, "Azulejo de aresta", *Peça do Mês*, Junho, 2014. [Consult. Setembro, 2018]. Disponível online em <https://www.cmloures.pt/Conteudo.aspx?DisplayId=4517>

PROENÇA, Pe. Álvaro – *Subsídios para a história do concelho de Loures*. Lisboa: Typ. Da União Gráfica, 1940.

SILVA, António Manuel S. P. - O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 8/ núm. 1 (2005), p. 459- 469.



Memórias de pedra e práticas funerárias na Igreja Matriz de Loures

Filipa Gomes de Avellar

Investigadora independente

Introdução

Quando Duarte Nuno Morgado, conhecedor do valor que a Epigrafia (1) representa no património nacional, me desafiou para colaborar no colóquio que se estava a preparar sobre a Igreja Matriz de Loures, acedi ao convite apesar de desconhecer o espólio epigráfico em questão e de saber não existir um inventário atualizado sobre o mesmo que pudesse consultar. Realizar um inventário epigráfico em tempo útil era impossível, pois é trabalho aturado. Resolvi, ainda assim, apresentar uma relação das inscrições existentes, com leitura modernizada, procurando demonstrar como a Epigrafia é fonte documental preciosa e como todas as inscrições têm um único propósito: “perpetuar memórias” (2).

E, como o espaço envolvente da Matriz de Loures bem como o seu próprio chão (3) (Leal, 1909: 183) serviram de cemitério, com ocupação praticamente contínua desde o século XIV (4) (LEAL, 1909:183) ao XIX (5), a perpetuação de memórias é ainda mais evidente.

Este trabalho, para o qual contribuíram as informações recolhidas na obra “Admirável Igreja Matriz de Loures”, de Mendes Leal, datada de 1909 e as informações prestadas pela arqueóloga da Câmara Municipal de Loures, Ana Cristina Oliveira (6), sendo incompleto (7) é, ainda assim, o primeiro a abordar o espólio epigráfico da igreja Matriz de Loures.

O espólio epigráfico e funerário da Igreja Matriz de Loures

Referir, em exclusivo, o espólio epigráfico existente no interior da Matriz de Loures podia ter sido uma opção, mas a relação entre a igreja e o antigo cemitério do adro é indissociável, por isso, incluem-se as inscrições ali existentes e ainda três monumentos funerários não epigrafados cuja decoração permite afinar cro-

nologias, relativas à ocupação do espaço, e caracterizar socialmente os sepultados. Excluíram-se desta relação as tampas de sepultura deslocadas do adro da igreja para o Museu Municipal de Loures (MML) por ser impossível identificá-las com segurança uma vez que se encontram misturadas com outras peças epigráficas provenientes de outros monumentos do Concelho (8) (Fig. 1).



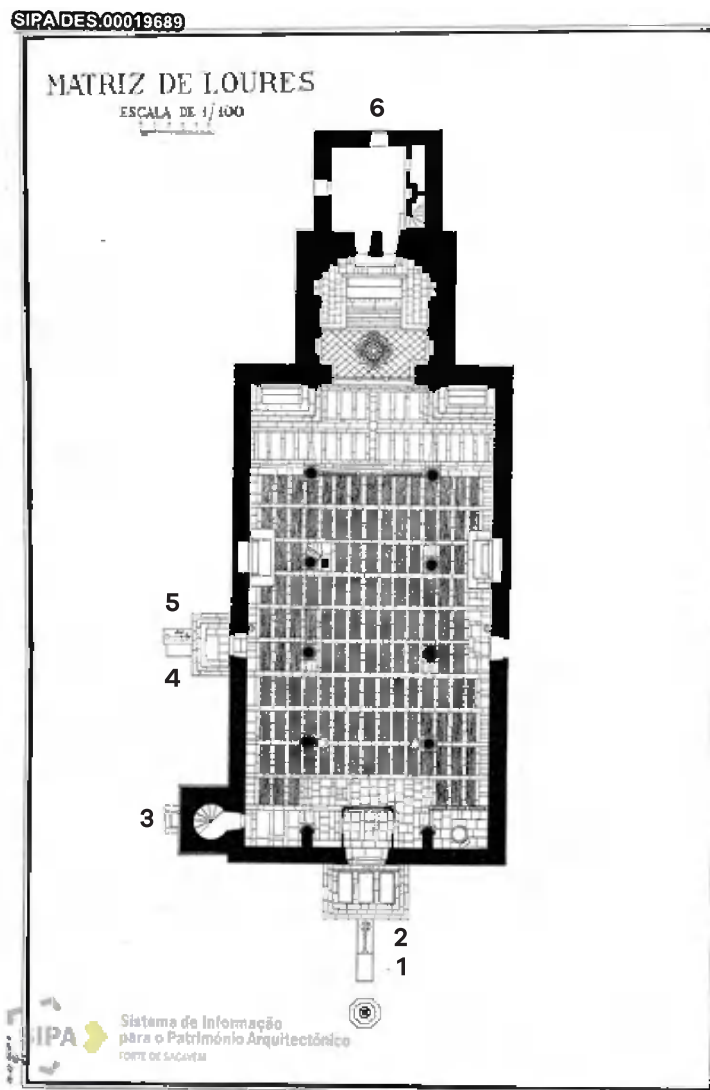
Convém explicar, ainda, que alguns exemplares deste conjunto não se encontram no seu primitivo local. Por exemplo, nas obras levadas a cabo, nos anos 60 do séc. XX, para requalificar o adro, aproveitaram-se três pedras tumulares existentes no interior da igreja, datadas do séc. XVII, para servirem de “lajedo nos patamares das portas principal e norte da Igreja” (9). E quando, a partir do séc. XVII, os enterramentos se começaram a fazer maioritariamente dentro da igreja, o pavimento foi sofrendo modificações constantes substituindo-se, entre os anos de 1820 e 1821, 540 lajes quadradas, que cobriam as covas, por 180 cam-pas cobertas por tampas de madeira (LEAL, 1909: 103).

A listagem das inscrições e monumentos funerários foi organizada segundo o local de localização: adro e interior da igreja. Cada um dos exemplares foi numerado para melhor identificação e deverá ser assinalado, futuramente, na planta do edifício

Fig. 1 - Acervo de tampas de sepultura e lápides, existente no MML, 2022. © Ana Cristina Oliveira

já existente, (10) sendo que a leitura das inscrições vai modernizada e reconstituída (Fig. 2).

Fig. 2 – Planta do interior da Igreja Matriz de Loures realizada em 1968, pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Nela estão assinalas os seguintes exemplares deste espólio: nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6. SIPA DES.00019689. IPA Antigo PT031107070002



Na sua totalidade este espólio é composto por 17 inscrições e 3 tampas de sepultura anepígrafas (=sem inscrição), a saber:

Lápides epigrafadas: 4

2 Localizadas no adro e 2 no interior da igreja. Nº de inventário: 3, 6, 12 e 14.

Tampas de sepultura epigrafadas: 6

1 Localizada no adro, 4 no interior da igreja, 1 na torre sineira. Nº de inventário: 4, 7, 8, 9, 10 e 20.

Lajes epigrafadas: 1

Localizada no interior da igreja. N.º de inventário: 13.

Tampas de sepultura sem inscrição, mas decoradas: 3

Localizadas no adro. N.ºs de inventário: 1, 2 e 5.

Fragmentos de lajes ou tampas de sepultura epigrafadas: 6

Localizadas no interior da igreja. N.ºs de inventário: 11, 15, 16, 17, 18 e 19.

Adro

N.º 1



Fig. 3 - Tampa de sepultura com elementos heráldicos. Adro da Igreja Matriz de Loures, 2022 © José Vicente | Agência Calipo

Tampa de sepultura sem inscrição, mas com decoração. Localização: inserida no pavimento do adro, diante da porta principal. A importância desta tampa de sepultura reside no facto de exibir o único testemunho heráldico deste espólio. Apresenta cortes nos flancos indicativos de reaproveitamento. Como a decoração é mais incisa do que gravada e a superfície pétrea está muito desgastada não é possível identificar as peças heráldicas representadas. O escudo é de espigão com cadeado suspenso, sem prego, ladeado à esquerda, por uma espada de guardas retas e pomo circular. Escudo e espada são atributos de nobreza e indicam a condição social do sepultado. Sem texto epigráfico e brasão de armas identificado é possível, no entanto, datar esta tampa sepulcral através da tipologia do escudo e da espada que, comparada com outros exemplares idênticos datados, a remetem para a segunda metade do séc. XIV (11) (BARROCA, 2000: 1677-1681; 1808-1809; 1811-1812) ou primeira do XV (12) (BARROCA, 2000: 2114-2116).

Nº 2



Fig. 4- Tampa de sepultura com cruz processional de pé alto. Adro da Igreja Matriz de Loures, 2022.

Tampa de sepultura sem inscrição, mas com decoração. Localização: inserida no pavimento do adro, diante da porta principal. Sem inscrição gravada, a superfície desta tampa de sepultura encontra-se com algumas erosões e cortes irregulares nos flancos indicando possível reaproveitamento. Exibe, ao centro, uma cruz processional de pé alto. A cruz inserta em círculo é pátea, bem proporcionada e denota cuidado na execução. O seu encomendador era, seguramente, alguém com posses mas o facto do formato da cruz ser idêntico ao usado pelos Templários não significa que fosse membro dessa ordem. A representação da cruz pátea é muito usual em monumentos funerários, nomeadamente em cabeceiras de sepultura como demonstram dez dos dezasseis exemplares provenientes do cemitério do adro (13), nomeadamente o exemplar nº15, hoje conservado no interior da igreja (OLIVEIRA, 2006: 228-238). Pela decoração e tipologia da cruz, a tampa sepulcral pode ser datável do século XIV (14) (BARROCA, 2000: 1754-1755).

Nº 3

Fig. 5 - Lápide indicativa de uma estação da Via Sacra. Adro da Igreja Matriz de Loures, lado Norte, 2022 © José Vicente | AgênciaCalipo



Inscrição indicativa de uma estação da Via Sacra gravada numa lápide. Localização: no adro junto da parede norte da igreja.

Leitura: Esta é a segunda estação que consta de 20 e 1 passos que até ela andou o Senhor, 1699.

Esta lápide a indicar o segundo passo do percurso da antiga Via Sacra de Loures, encontra-se desinserida de contexto e foi reaproveitada para servir de base de um altar. Mendes Leal lê erradamente o ano que não é 1669 (LEAL, 1909: 91), como indica, mas 1699. Inicia com uma cruz, símbolo da paixão de Cristo, que a Via Sacra recria e recorda. De realçar a erudição da peça, tanto a nível formal, com campo epigráfico pouco comum em formato losangular como a nível decorativo, por apresentar motivos vegetalistas inspirados em têxteis. É exemplar precioso por ser uma das poucas estações da Via Sacra (LEAL, 1909: 91) que chegou aos nossos dias e recordar antigas vivências religiosas da comunidade local.

Nº 4

Fig. 6 - Tampa de sepultura de João Pedro Ramos. Adro da Igreja Matriz de Loures, lado Norte, 2022
© José Vicente | Agência Calipo



Inscrição funerária gravada numa tampa de sepultura. Localização: Inserida no pavimento do adro defronte dos degraus da porta lateral norte

Leitura: Neste lugar estão os ossos de João Pedro Ramos, trocando a vida temporal pela eterna em o dia 30 de (...)

É a única tampa de sepultura epigrafada existente no adro da igreja. Encontra-se em péssimo estado de conservação, fraturada e campo epigráfico muito delido. Estes fatores impedem a leitura do mês e ano da morte do sepultado. Gravada numa letra capital quadrada de traçado regular, datável do séc. XVIII ou XIX, a sua curiosidade advém do tipo de formulário empregue, em especial da fórmula inicial “Neste lugar estão os ossos” em vez de “Aqui jaz” ou “Sepultura de” mais usuais; e da frase “trocando a vida temporal pela eterna” em vez de “faleceu”.

Indica terem ali sido enterrados apenas as ossadas de João Pedro Ramos. A fórmula inicial usada é explicada na visitaçāo diocesana levada a cabo, em 1652, pelo desembargador padre Francisco de Arronches Abrantes quando proíbe o costume de enterrar as ossadas dentro da igreja e exige a abertura de valas no adro para a sua colocação (LEAL, 1909: 218). Esta prática deve ter sido respeitada, pois não volta a ser mencionada nas visitações seguintes. Admite-se, portanto, que João Pedro Ramos tenha sido sepultado no interior da igreja, como era aliás costume à época, e anos mais tarde, aquando da abertura da cova para levantamento dos ossos estes tenham sido enterrados no adro sob esta tampa de sepultura.

Nº 5



Fig. 7 - Tampa de sepultura com cruz processional e instrumentos de pedreiro: esquadro, maceta e maço. Adro Igreja Matriz de Loures, lado Norte, 2022 © José Vicente | Agência Calipo

Tampa de sepultura sem inscrição, mas com decoração. Localização: inserida no pavimento do adro defronte dos degraus da porta lateral norte

Esta tampa de sepultura sem inscrição apresenta, ao centro, uma cruz processional de pé alto, ladeada por um maço, uma maceta e um esquadro, instrumentos identificativos da profissão do sepultado: um mestre pedreiro. Junto do braço esquerdo da cruz, que é de forma pátea estilizada, podem ver-se três "A" capitulares com traço horizontal sobre as duas pernas da letra, invertidos para a direita, idênticos a uma das marcas de canteiro gravada em alguns silhares estruturais da igreja (Fig. 8).



Fig. 8 - Siglas de canteiro: "A" invertido para a direita, gravada na tampa de sepultura e siglas de canteiro gravadas num silhar da igreja. Igreja Matriz de Loures, exterior, 2022 © José Vicente | Agência Calipo



Esta marca, normalmente composta por uma sigla, era gravada pelo canteiro em cada pedra que executava. Desta forma, o seu trabalho era identificando e contabilizado para efeitos de pagamento. No fundo, a marca de canteiro era uma espécie de assinatura. A sigla "A", por exemplo, foi bastante usada ao longo dos tempos pelos pedreiros, conhecendo-se vários edifícios que a exibem (15) (BONIFÁCIO, 1958: siglas nº 45 a 187). O "A" aqui gravado pode tratar-se da abreviatura do nome próprio Afonso, bastante comum à época (NUNES, 198: 90) (16). Admitindo a possibilidade de a gravação da sigla ser coeva da tampa de sepultura podemos estar perante a marca do mestre pedreiro. E, se assim for, a mesma indica ter sido ele um dos construtores do antigo templo tardo-medieval que terá existido neste local, para dar assistência aos ofícios fúnebres, e do qual não há provas documentais (17) nem arqueológicas (18).

Note-se que a representação de instrumentos ligados a profissões gravados em monumentos funerários é usual na Epigrafia (MOREIRA1994a; MOREIRA, 1994b). No conjunto das cabeceiras de sepultura provenientes da Igreja Matriz de Loures, já aqui referido, um dos exemplares, o nº 14, apresenta numa das faces um compasso gravado (OLIVEIRA, 2006: 235). Mais um defunto que foi mestre arquiteto ou desempenhou ofício ligado a medições.

Nº 6

Inscrição comemorativa de construção e de posse gravada numa lápide. Localização: sobre a janela da parede este da Igreja
Leitura: Casas da Irmandade do Santíssimo Sacramento – 1693
Uma lápide encimada por uma cruz, colocada sobre a janela da parede este da Igreja, indica o local onde se situavam as casas da Irmandade do Santíssimo Sacramento construídas no ano de 1693. A confraria tem compromisso datado de 1673 (Leal, 1909: 21; 236).

Interior da igreja

Nº 7



Fig. 9 – Tampa de sepultura de Francisco Luís Coutinho no interior da Igreja Matriz de Loures, 2022 © José Vicente | Agência Calipo

Inscrição funerária gravada numa tampa de sepultura. Localização: no pavimento, debaixo do coro-alto junto à parede fundeira, do lado da epístola (esquerdo).

Leitura: Aqui jaz Francisco Luís Coutinho faleceu em 14 de Agosto de 1833. Padre Nosso Ave Maria.

Parte do texto não está visível por ter sido tapado quando foi cravada na pedra uma armação de madeira para suportar estandartes. Ainda assim a leitura do texto é reconstituível. A letra capital quadrada é típica do século XIX e o da época e o formulário usado é idêntico ao da inscrição nº 9.

Nº 8



Fig. 10 - Tamba de sepultura de Francisco Rosa no interior da Igreja Matriz de Loures, 2022

© José Vicente | Agência Calipo

Inscrição funerária gravada numa tampa de sepultura. Localização: inserida na parede norte, lado da epístola (esquerdo)

Leitura: Aqui Jaz, Francisca Rosa de idade de 83 anos, 4 meses que faleceu a 27 de Janeiro, de 1839. Viúva de Francisco Soares que faleceu a 20 de Dezembro de 1809. Por apreço de suas virtudes mandou erigir este monumento sua filha Maria Rosa.

A inscrição gravada em letra capital quadrada do século XIX está hoje colocada verticalmente na parede. Topo inferior partido. O texto fornece a biografia resumida da defunta.

Nº 9

Inscrição funerária gravada numa tampa de sepultura. Localização: no pavimento debaixo do coro-alto, junto à parede do lado da epístola (esquerdo).

Leitura: Aqui Jaz José Paulo Fernandes de Loures que faleceu em 22 de Junho de 1833. Padre-Nosso Ave-Maria.

Esta tampa de sepultura apresenta formulário idêntico ao da inscrição nº 7. A letra utilizada é a capital quadrada típica do séc. XIX. De realçar a inclusão do topónimo “Loures” na composição do apelido do defunto.

Nº 10

Inscrição funerária gravada numa tampa de sepultura. Localização: no pavimento debaixo do coro-alto junto à parede fundeira, do lado da epístola (esquerdo).

Leitura: Padre-Nosso Ave-Maria AQJJ DE F. S. A. T. 1883

A leitura desta inscrição é de difícil interpretação. Como esta tampa sepulcral se encontra debaixo de um pesado armário (19) ficamos sem saber se há texto ocultado. Se houver as siglas “PN” “AM” (Padre Nosso Ave Maria), habitualmente usadas como fórmula final, vejam-se as inscrições nº 7 e 9, foram gravadas a meio do texto. Se não existir mais texto houve uma inversão no uso desta fórmula que passou a iniciar a inscrição, o que é caso raro. Acresce ainda a dificuldade em decifrar as siglas que compõem o texto epigráfico, que até à presente data se revelaram incompreensíveis.

A importância desta inscrição advém da data nela gravada – 1883. Os primeiros decretos de legislação dos cemitérios municipais foram elaborados, em 1835, por Rodrigo da Fonseca Magalhães, e proibiam os enterramentos dentro das igrejas por motivos de sanidade pública (CATROGA, 1993: 595) (20). Esta proibição levou, como se sabe, a revoltas populares ocorridas de Norte a Sul do país, pois o maior obstáculo ao cumprimento da lei, o mais difícil de ultrapassar, foi o do costume (21). Ora, este enterramento ocorrido 52 anos depois da lei de Rodrigo da Fonseca, prova que, apesar das leis de proibição, o chão da igreja de Loures continuou a receber inumações. Vem corroborar que só a 15 Novembro, de 1890, se fez o primeiro enterramento no novo cemitério municipal (22) (LEAL, 1909: 95 e 169).

Nº 11

Inscrição funerária gravada numa laje. Localização: no pavimento, lado da epístola (esquerdo).

A inscrição em letra gótica encontra-se hoje ilegível. Este tipo de alfabeto é usado em Portugal desde inícios do séc. XV até meados do XVI.

Nº 12

Inscrição comemorativa de construção de lavabo gravada



Fig. 11 - Inscrição comemorativa de construção de lavabo. Igreja Matriz de Loures, Sacristia, 2022
© José Vicente | Agência Calipo

numa lápide. Localização: atual sacristia.

Leitura: Ano de 1562.

Numa pequena moldura a encimar o lavabo, encontramos a data comemorativa da sua construção, 1562 (LEAL, 1909: 42 e 43). Este conjunto escultórico de estilo maneirista é de excelente execução e testemunha as obras realizadas na igreja durante o século XVI, nomeadamente a construção da nova sacristia. Destaque para a cartela maneirista, que envolve a moldura do campo epigráfico, com motivos em *ferronnerie*, idênticos aos usados nas cartelas onde assentam os dois mascarões de cuja boca saía a água.

Nº 13



Inscrição funerária hoje fragmentada em duas lajes. Localização: nave central da igreja.

Leitura: "Sepultura de Bartolomeu Tomé e de sua mulher Antónia Luís e de seus herdeiros, faleceu na era de 1571 anos".

Trata-se da inscrição funerária mais antiga deste espólio. A tampa de sepultura foi partida em duas ficando uma das partes colocada no lado do evangelho e a outra no da epístola da nave central. Este procedimento indica o reaproveitamento da tampa original para lajear o pavimento. A análise paleográfica e epigráfica executada às duas inscrições, com medidas das letras e dos espaços interlineares, provou tratar-se de uma mesma inscrição. Desconhecemos quem seria Bartolomeu Tomé mas seria seguramente alguém com posses e poder para ser sepultado no interior da igreja num jazigo familiar identificado por uma epígrafe.

Esta inscrição testemunha a prática de enterramentos dentro da igreja a partir de finais do séc. XVI e a existência, nessa época, de carneiros (jazigos subterrâneos) destinados a uma mesma família laica.

Fig. 12 – Dois fragmentos que compunham a tampa da sepultura original de Bartolomeu Tomé, sua mulher e herdeiros, no interior da Igreja Matriz de Loures, Sacristia, 2022 © José Vicente | Agência Calipo

Nº 14



Fig. 13- Inscrição comemorativa de obra realizada. Igreja Matriz de Loures, interior, entre o altar da “comunhão da Virgem” e a porta lateral sul, 2022 © José Vicente | Agência Calipo

Inscrição comemorativa de obra gravada numa lápide. Localização: inserida na parede, do lado do evangelho (direito), entre o altar da “comunhão da Virgem” e a porta lateral sul.

Leitura: “No ano de 1807 foi retificada esta igreja de escaiola, cuja obra foi feita de avultadas esmolos, que deu toda a irmandade do Santíssimo, e o mais povo desta freguesia. *Date, et dabitur vobis*”.

Esta inscrição é a única que apresenta uma frase redigida em latim. A expressão “*Date, et dabitur vobis*” traduzida significa: “Dai, e dar-se-vos-á”. A sua inserção no texto epigráfico é preciosa por dois motivos: primeiro, porque permite atribuir a sua autoria a um eclesiástico - é redigida em latim e copia uma citação bíblica, retirada do Evangelho de São Lucas (23); segundo, porque ao escolher essa passagem bíblica o autor do texto pretende lembrar aos patrocinadores da obra, mas também a outros paroquianos (ainda que a maioria fosse seguramente analfabeta) que a esmola oferecida para o embelezamento da igreja ser-lhes-ia devolvida na mesma proporção. Esta mensa-

gem evangelizadora implícita na inscrição está em conformidade com os propósitos eclesiásticos expressos, por exemplo, na visitação realizada à igreja, em 1683. Nela, o padre visitador *instigou o povo que não esmorecesse na continuação das obras projectadas; que em lugar de gastarem em festas profanas, que só serviam a prazeres que arruinavam os corpos, o empregassem na magnificência e reedificação da sua Igreja; por que Deus por esse zelo e fervor, lhe hade remunerar com muitos graus e gloria a reedificação espiritual de suas almas* (LEAL, 1909: 225).

Esta inscrição é, assim, testemunho do cumprimento das recomendações do clero diocesano e da solidariedade paroquiana no empenho de embelezamento da sua igreja.

N.ºs 15, 16, 17, 18 e 19

Inscrições funerárias gravadas em fragmentos de lajes que formaram tampas de sepulturas. Localização: inseridas no pavimento do lado do evangelho.

Devido a estarem muito fragmentadas e com as superfícies epigráficas muito delidas foi impossível realizar a sua leitura.

Torre sineira

Nº 20

Inscrição funerária e de prece gravada numa tampa de sepultura fragmentada no flanco esquerdo o que dificulta a leitura integral do texto. Localização: inserida no parapeito da torre sineira. Leitura reconstituída: “Lembra-te Cristo de teus novíssimos morte juízo. No eterno paraíso não pecarás. Pecador terreno pela santa cruz rezes um Padre-Nosso e uma Ave-Maria pela minha alma e pelas do purgatório”.

Desconhece-se a localização primitiva desta tampa de sepultura que estaria, muito provavelmente, no interior da igreja. O seu reaproveitamento como material pétreo levou ao corte do lado esquerdo suprimindo as primeiras letras das palavras iniciais das treze linhas do texto, cuja leitura se reconstituiu. O interesse deste exemplar reside na originalidade do seu texto epigráfico que foge aos formulários habituais das inscrições funerárias. A identidade do defunto, a data e ano da morte são omissas é indicada a sua condição de pecador e são solicitadas orações pela sua alma e pelas almas do purgatório, evidenciando a devoção do sepultado. Destaque também para a qualidade gráfica do alfabeto gravado em capital quadrada do séc. XIX, com



Fig. 14 – Inscrição funerária e de prece. Torre sineira, 2022. © José Vicente | Agência Calipo

algumas letras contendo pequenos floreados no seu traçado. A paginação é cuidada com uso de letras de maior dimensão no início de cada palavra o que auxilia a leitura. A palavra “terreno” abreviada em “TERO” deveria ter o “O” sobrescrito a indicar abreviatura mas o paginador optou por coloca-lo na linha para uniformizar a caixa do texto.

Organização do espaço e práticas funerárias

As informações fornecidas por Mendes Leal referentes às visitas diocesanas efetuadas à Igreja Matriz de Loures, entre 1600 e 1655, (LEAL, 1909: 189-239) são fonte preciosa para conhecer a ocupação e evolução do espaço funerário no interior da igreja. Em 1607, por exemplo, o visitador doutor Padre António Moniz da Câmara, ordenou o dever de se igualarem as lajes das campas da igreja e mandou executar 6 bancos corridos para as mulheres não se sentarem sobre as campas sepulcrais, indiciando es-

tar já o chão da igreja repleto delas (LEAL, 1909: 192). Em 1626, a preocupação com a regularidade do lajedo do chão, volta a ser indicada, pois o visitador desembargador Padre Agostinho Botelho da Fonseca exige que o vigário fiscalize o nivelamento das campas de sepultura; e faz ainda notar que, se porventura o oficial encarregue desse trabalho partir alguma, a pague (LEAL, 1909:207). Passados vinte e tal anos o problema com o lajedo do chão persiste, pois, na visitação de 1643, o desembargador Padre António Carvalho de Parada exige que o cargo de couveiro seja substituído pelo de canteiro ou pedreiro por a maioria dos enterramentos serem dentro da igreja e se pretender o nivelamento do pavimento (LEAL, 1909:215). Na visitação de 1652 a preocupação com a limpeza do chão é indicada pela existência do cargo de varredor (LEAL, 1909: 218).

Como a partir de 1660, a maioria dos enterramentos passaram a ser realizados dentro da igreja, foi necessário reorganizar o espaço funerário para melhor aproveitamento do mesmo (LEAL, 1909: 8). Para tal, foram construídas 200 sepulturas emparedadas, cobertas por 3 lajes quadradas. As inscrições nº 15, 16 e 17, gravadas em lajes, são disso prova.

Deste período devem também datar as duas lajes, nº 17 e 18, por apenas conterem numeração gravada em algarismos árabes. Esta numeração servia para regular e orientar as inumações registadas nos livros de óbitos, entretanto desaparecidos (24) (LEAL: 1909: 168). Explica-se melhor: quando se procedia a um enterramento registava-se o número do coval aberto no livro de óbitos. Esse número tinha de corresponder ao gravado na laje sepulcral que cobria o sepultado. Como uma cova só poderia receber outra inumação, no mínimo ao fim de 5 anos, era o livro de óbitos que fornecia a indicação de qual seria o próximo coval a abrir (AVELLAR, 1997: 49).

No ano de 1666, o nivelamento do chão da igreja ainda não estava regularizado pois torna-se a insistir no coveiro ter ofício de pedreiro. E, talvez, para tornar o cargo apelativo, se estipula o seu ordenado: 120 réis por cada enterro de um adulto e "40 réis por cada laje que levantasse e nivelasse a campá quando a baixasse" (LEAL, 1909: 33). E porque neste baixar e levantar de campas algumas não ficavam bem niveladas nem bem cobertas, maus cheiros deviam existir no interior da igreja. Talvez, por isso, em 1671, se aconselhe que em dias festivos as tampas de sepultura da igreja sejam cobertas com rosmaninhos, juncos ou ervas secas - para atenuar os maus odores. (LEAL, 1909: 33).

Fig. 15 - Tampas de madeira a cobrir as antigas sepulturas do pavimento. Igreja Matriz de Loures, interior, 2022 © José Vicente | Agência Calipo

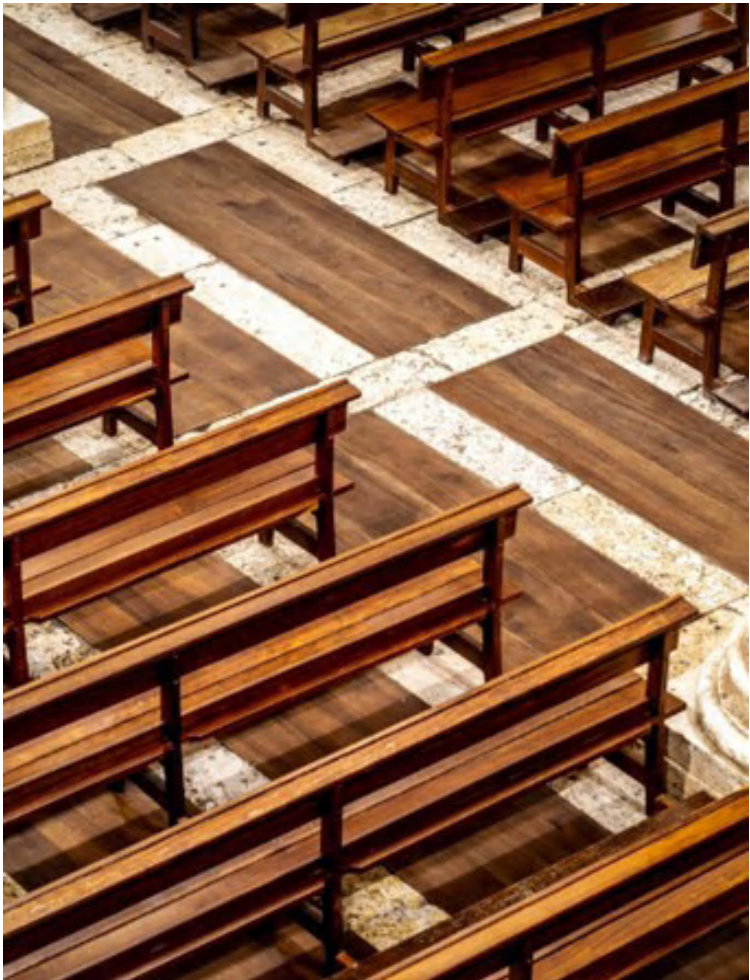


Fig. 16- Reformas no pavimento da igreja Matriz de Loures realizadas pela DGEMN SIPA, fotos 00510966 e 005510967, s/d. IPA Antigo PT031107070002

No séc. XIX, as 540 lajes quadradas que cobriam as covas foram substituídas por 180 campas cobertas por tampas de madeira. Mendes Leal informa que este trabalho custou à fábrica da igreja 180\$600 (LEAL, 1909: 103). E que a madeira chegou de barco à Póvoa de Santo Adrião e dali seguiu em carros de bois até à matriz de Loures (LEAL, 1909: 103). Destas 180 tampas de madeira subsis-



tem atualmente, no pavimento da igreja, 131 (Fig. 15).

As restantes 49 devem ter desaparecido nas reformas levadas a cabo pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em data que não se conseguiu apurar, mas da qual existem testemunhos fotográficos (LEAL, 1909: 103) (Fig. 16).

Conclusão

As inscrições mais antigas deste espólio, nº 12 e nº 13, datadas do séc. XVI, localizam-se no interior da igreja e noticiam dois acontecimentos distintos, mas fundamentais para a história do monumento. A inscrição nº 12, ao indicar a data de 1562, comprova que o lavabo foi expressamente executado para a nova sacristia, e é o único exemplar dessa empreitada que chegou até nós (LEAL, 1909: 42-43). A inscrição nº 13, ao fornecer a data da morte de Bartolomeu Tomé, 1571, enterrado no jazigo de sua família, testemunha a prática de inumações de entidades laicas no interior da igreja em finais do séc. XVI.

Do séc. XVII, não existem exemplares epigrafados no interior da igreja, mas no adro há dois: as inscrições nº 3 e nº 6. A inscrição nº 6, datada de 1693, indica a localização da casa mandada erigir pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, a nº 3, datada de 1699, a paragem da Via Sacra, na segunda estação, no adro da igreja. O séc. XVIII não está representado neste espólio, não existindo inscrições nem no interior nem no exterior da matriz. Já do séc. XIX são a maioria das epígrafes, encontrando-se praticamente todas no interior da igreja. Cinco delas, as inscrições n.ºs 4, 7, 8, 9, 10 e 20, são de tipologia funerária, indicando que o chão da igreja continuou a servir de cemitério. Gravadas em tampas de sepultura ou em lajes sepulcrais, estas epígrafes tinham a função de assinalar o local preciso do enterramento do sepultado, e lembrar as missas de sufrágio a rezar pela salvação da sua alma. A inscrição nº 20 destaca-se pela originalidade do formulário e pela boa qualidade gráfica dos seus caracteres.

Uma outra, a inscrição nº 14, dá notícia da aplicação da técnica de escaiola ao comemorar uma obra patrocinada pela Irmandade do Santíssimo e demais paroquianos.

Os únicos testemunhos do século XIV e XV encontram-se no adro da igreja. Trata-se de três tampas de sepultura anepígrafes, inscrições nº 1, 2 e 5, comprovando que nessas épocas remotas os enterramentos se faziam, não no interior da igreja, mas

no cemitério do adro, como aliás também prova o conjunto de cabeceiras de sepultura daí provenientes. Desse período tardo-medieval encontramos, ainda, as siglas de canteiro gravadas em alguns silhares estruturais da atual igreja, provenientes, muito provavelmente, do antigo templo que ali terá existido.

Ao longo desta exposição procurou demonstrar-se como as informações contidas no espólio epigráfico e funerário da Igreja Matriz de Loures contribuem para uma melhor compreensão da sua história ao longo dos tempos. Cada um destes exemplares é parte integrante da história da Matriz de Loures. São um precioso legado histórico e sociocultural, pois avivam memórias e vivências que não podem ser esquecidas.

E, é por esta razão, e, principalmente, em memória das memórias inscritas nas pedras do espólio epigráfico da Igreja Matriz, que o Patriarcado da Diocese de Lisboa e o Município de Loures, conscientes do valor deste património, municipal e até nacional, (25) devem cooperar ativamente na sua inventariação, salvaguarda e divulgação.

Notas

(1) Para os menos familiarizados com o objeto de estudo desta ciência, diga-se que a Epigrafia estuda a escrita sobre materiais duráveis (pedra, vidro, madeira, etc.) e procura, através das informações registadas, reconstruir um passado mais, ou menos longínquo. Um documento epigráfico é, muitas vezes, a única informação que possuímos sobre um determinado assunto, daí o seu valor. A Epigrafia tem grandes afinidades com a Paleografia, ciência que também estuda a escrita, mas usada noutros suportes, o pergaminho e o papel. A Paleografia ao centrar-se na história da evolução dos alfabetos, usados ao longo dos tempos, é auxiliar precioso na decifração e datação das mensagens epigráficas.

(2) Daí a escolha intencional do suporte em matéria durável, pois pretende-se que a memória perdure no tempo; o texto é pensado com o objetivo de publicitar uma mensagem; e a letra escolhida tem em vista a legibilidade e a estética sendo, regra geral, caligráfica.

(3) A atual igreja foi contruída sobre parte do antigo cemitério

(4) Mendes Leal refere a existência do cemitério no adro desde o século III, mas a informação carece de fontes documentais e arqueológicas que o comprovem.

- (5) Ver inscrição nº 17, datada de 1883.
- (6) A quem agradeço toda a disponibilidade e ajuda prestada.
- (7) É necessário inventariar todo espólio epigráfico e funerário, segundo as normas atuais e localizar cada um dos exemplares na respetiva planta.
- (8) Este conjunto epigráfico encontra-se em péssimas condições de conservação.
- (9) O Padre João Perestrelo teve, por despacho datado de 30/7 de 1969, parecer favorável da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para efetuar essas mudanças. (SIPA TXT-00524087 e 00524092 <http://WWW.monumentos.gov.pt>.)
- (10) SIPA DES.00019689. IPA Antigo PT031107070002.
- (11) Vejam-se, como exemplo as inscrições: nº 613, datada de 1348; nº 646, datada de 1369 e nº 646, datada de 1371 no *Corpus epigráfico medieval português*.
- (12) Cf. Inscrição nº 744, datada de 1412 ainda a usar a mesma tipologia do escudo e espada.
- (13) Este conjunto de cabeceiras de sepulturas encontra-se atualmente depositado no Museu Municipal de Loures, à exceção de dois exemplares, o nº 15 e 16, expostos no interior da igreja matriz. Todo o conjunto foi estudado pela arqueóloga Ana Cristina Oliveira.
- (14) Veja-se, por exemplo, a inscrição nº 631, datada de 1362.
- (15) Ver siglas nº 45 a 187 recolhidas por Luís Bonifácio nos silhares do Mosteiro de Alcobaça.
- (16) A abreviatura de Afonso para estar completa falta-lhe um “O” sobrescrito sobre o A (A°).
- (17) Veja-se o artigo de António Vargas.
- (18) Nas campanhas arqueológicas levadas a cabo pela arqueóloga Ana Cristina Oliveira não se encontraram vestígios estruturais da sua existência.
- (19) Que não foi possível deslocar aquando da visita efetuada à igreja.
- (20) A chegada da cólera-*morbis* a Portugal, em 1830, é a razão que leva o governo de D. Pedro IV a proibir o enterramento dentro das igrejas, como medida preventiva contra a epidemia. Desde o séc. XVIII que se procurava acabar com esta prática.
- (21) A famosa revolta da Maria da Fonte, ocorrida em 1846, é disso prova. Ilustra o contraste entre a cultura erudita, consciente do problema e empenhada em o resolver, e a cultura popular agarrada a tradições e resistente a mudanças que não compreende.
- (22) Uma defunta – assentamento nº 154 – Livro de Óbitos. (LEAL, 1909:95 e 169).

(23) Lucas 6, 38. A Duarte Nuno Morgado agradecemos a informação da identificação desta citação bíblica.

(23) Em 1907, foram inventariados pelo pároco da igreja 54 livros de óbitos.

(24) A Igreja Matriz de Loures é classificada como Monumento Nacional, desde 1910, pelo decreto de 16-06-1910.

Bibliografia

AVELLAR, Filipa Gomes do - As inscrições funerárias do coro-baixo (1629-1744), *Monumentos* (dossier Mosteiro de Santa Clara-a-Nova de Coimbra) Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 18 (2003), p. 49.

BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa* (862-1422). 3 vols. (II tomos). Lisboa: FCG-FCT, 2000.

BONIFÁCIO, Luís - *Siglas do Mosteiro de Alcobaça*. 1958, s. l.

CATROGA, Fernando - Morte Romântica e religiosidade cívica. In: José Mattoso (coordenação.) *História de Portugal*. Vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 595-599.

MENDES, J.J. da Silva Mendes, *Admiravel Egreja Matriz de Loures*, reedição, Coleção Fé e Cultura, 2017.

MOREIRA, José Beleza - Algumas Profissões representadas em estelas discoides portuguesas. *Cuadernos de Sécción. Arqueologia -Etnografia*. 10 (1994), p. 271-296, 1994.

MOREIRA, José Beleza - Mais algumas profissões representadas em estelas discoides portuguesas. *Actas do V Congresso Internacional de Estelas Funerárias*. Sória: Disputación Provincial de Soria. 1994.

NUNES, Eduardo Borges - *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*. Lisboa: Faculdade de Letras, 1981.

OLIVEIRA, Ana Cristina - Cabeceiras de Sepultura do Concelho de Loures. *O Arqueólogo Português*. suplemento nº 3 (2006), pp. 215-242.



A igreja de Santa Maria de Loures (sécs. XIII-XVI): novos dados, novas interpretações

José Manuel Vargas

Investigador independente

Sinopse

A fundação da igreja de Santa Maria de Loures e a formação da respectiva paróquia são analisadas à luz de novos documentos e da crítica e re-interpretação dos escassos estudos sobre o tema e que, invariavelmente, apontavam para uma suposta origem templária da igreja.

Analisa-se o processo de povoamento e de formação das paróquias no termo de Lisboa no período dito da Reconquista, em que se evidenciam quer a iniciativa régia, quer dos bispos de Lisboa, bem como o papel das ordens militares e religiosas, em particular dos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de S. Vicente de Fora.

Documenta-se a evolução do topónimo Loures desde as primeiras formas conhecidas, Lourias (1164), Laurias (1220) até à forma actual que se fixou nos finais do séc. XV, inícios do séc. XVI, passando por variantes intermédias (Louras, Loiras, Loires).

Comparam-se as sucessivas listas de igrejas que mencionam a igreja de Loures, no contexto das igrejas do termo (1220, 1229, 1321, 1343), tentando vislumbrar as questões do direito de padroado e de recebimento dos dízimos.

Na ausência de qualquer descrição da igreja medieval ou quinhentista, procura-se extrair o máximo de informação dos raros vestígios arqueológicos e da estrutura arquitectónica da primitiva igreja. Além das cabeceiras de sepultura (estelas discóides), já objecto de estudo, inventariam-se algumas dezenas de siglas lapidares e analisam-se três tampas de sepultura tardo-medievais, não epigrafadas.

Esboça-se uma delimitação do território da paróquia, a identificação dos principais lugares da freguesia e o surgimento de capelas curadas, filiais da matriz de Loures: Santo Estêvão das Galés, Lousa, Póvoa de Santo Adrião e Odivelas.

Destaca-se a criação do julgado e da vintena de Loures, no séc.

XV, a par de uma progressiva importância do núcleo populacional em torno da igreja matriz e do seu crescimento na direcção e unindo-se com as Alvogas Novas.

Por último, descreve-se o processo de criação da comenda da igreja de Santa Maria de Loures, da Ordem de Cristo, entre 1514-1517, e referem-se os primeiros comendadores.

Povoamento e formação das paróquias no Termo de Lisboa

A formação das paróquias no Termo de Lisboa é um assunto que, não obstante o seu interesse, não tem merecido a devida atenção dos investigadores, até porque é escassa a documentação, sobretudo para as três décadas seguintes à conquista de Lisboa em 1147. A mesma ausência de documentação se verifica em relação ao processo de povoamento dessa mesma área regional e no mesmo período, embora aqui a falta seja mais bem suprida com o recurso a fontes indirectas.

O território ou termo de Lisboa abrangia uma vasta área que confrontava, ao tempo da chamada Reconquista, com os limites dos territórios de Sintra, Torres e Vedras e Alenquer, mantendo todas estas circunscrições idênticas configuração territorial à que tinham sob o domínio sarraceno na província de Balata.



Fig. 1 – O Termo de Lisboa nos séculos XII/XIII. Pormenor de “Têntame duma Carta Histórica”, publicado por Azevedo: 1937

Assim se explica que não haja diplomas régios “sobre a sua criação e respectivos estatutos de orgânica local e limites” (Azevedo, 1937: 48), nas décadas imediatas à conquista de Lisboa. O próprio foral de Lisboa data apenas de 1179, enquanto o de Alenquer é de 1212 e o de Torres Vedras de 1250. A data relativamente precoce do foral de Sintra (1154) explicar-se-á mais por razões de natureza militar e defensivas do litoral. Assinale-se também como facto muito significativo a atribuição, em 1170, do foral dos mouros forros de Lisboa, ou seja, um foral específico para a minoria muçulmana que permaneceu nos campos ao redor da cidade.

O modo como as terras e propriedades conquistadas em 1147 foram repartidas por D. Afonso Henriques é conhecido, em resumo, através da “Crónica da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Fora”: Entom divisou totalas cousas, assi terras come herdades e possissões, que eram dês o termo de Santarém todo a redor do mar, e dês Óbidos até Lixboa”. Aos Francos, deu os senhorios da Azambuja, Vila Verde, Atouguia e Lourinhã; aos ingleses, aos de Colónia e outros que quiseram voltar para as suas terras deu riquezas. Quanto aos portugueses, diz a referida crónica que lhe couberam as terras do território de Lisboa:

Entom deu e divisou toda a terra que era arredor de Lixboa per partes aos portugueses em que pudessem lavrar e criar, segundo o que cada um merecia. E desta terra apartou el rei gram parte de que houvesse de dotar e herdar os ditos mosteiros de S. Vicente de Fora e outrossi de Santa Maria dos Mártires (Fonseca, 1995: 87-88).

Perante esta descrição, ocorre a questão de saber o que teria sucedido à população que vivia e trabalhava nos casais e aldeias do termo. O que os documentos e a toponímia nos permitem concluir é que a maior parte da população terá permanecido e o que mudou foram os senhores das terras e herdades. Na documentação mais antiga para este território, em particular nos contratos imobiliários, surgem com alguma frequência, quer nas confrontações das propriedades, quer nas testemunhas, nomes de proprietários moçárabes (Silva, 2008). A toponímia, ainda que um pouco tardia, revela-nos alguns nomes de origem árabe (Alvalade, 1158 (1); Alpriate, 1162(2); Bucelas, 1172(3); Odivelas, 1190 (4); Sacavém, 1191(5); Almargem, 1204 (6); Alqueidão, 1236 (7); Alvogas, 1253 (8); Caneças, 1309 (9)) e outros de raiz

latina que “atestam a sobrevivência do elemento hispano-godo” (Azevedo, 1937: 55), tais como Romaneira (1190) (10), Frenelas (1220) (11), Montachique (1220) (12). Outros ainda de ressonâncias arcaicas e obscura etimologia: Bululuti /Beloroth (1180/1195) (13), Aroil (1191) (14), Mazolas (1270) (15), Monfirre (1272) (16).

No território que, grosso modo, veio a integrar a paróquia de Loures no século XIII, estão documentados como principais detentores de propriedades, ainda no século XII e desde pelo menos 1164 (17) (Apêndice documental, doc. 1), os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, tanto por parte do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como do Mosteiro de S. Vicente de Fora, ou do mosteiro feminino de Chelas. Também o bispo de Lisboa era senhor de uma herdade ou várias, desde pelo menos 1170 (18).

Uma inquirição ou lista de propriedades das ordens militares e religiosas, datada de cerca de 1220-1221 (19), permite-nos traçar um quadro mais alargado e mais preciso dos senhores das propriedades no Termo de Lisboa, de que referimos as situadas na área paroquial de Loures ou vizinhas:

Ordem de S. João do Hospital	Bucelas – uma herdade, um casal e metade de um moinho Furadouro – um moinho Odivelas – uma boa granja com três casais Lumiar – uma vinha Almargem – uma granja com três casais
Ordem do Templo	Odivelas – uma granja com dois moinhos Alpriate – uma granja com salinas Trigache – uma peça de herdade Lumiar – uma boa granja com dois casais
Santa Cruz de Coimbra	Alpriate – uma herdade com dois casais Loures – duas boas herdades com os seus moinhos de água Frielas – umas boas salinas Almargem – uma granja Cabeça de Novolas – uma granja com sete casais
S. Vicente de Fora	S. Julião [do Tojal] – uma granja com 15 casais, vinhas, moinhos e salinas Romeira – uma granja com dois casais Lumiar – uma vinha Carnide – uma vinha e uma herdade
Ordem de Santiago	Trigache – uma herdade

A inquirição não menciona os bens que o mosteiro de Chelas já detinha em Aroil (1191) e Lousa (1218) (20), nem outros só documentados depois de 1220: Barrosa 1228 (21), Alqueidão, 1236, Alvogas, 1253, Mazolas, 1260. Charneca de Baixo, 1275 (22). Refira-se também que o mosteiro de S. Vicente de Fora alargou as suas posses, mais concentradas no Tojal, a uma herdade na Pipa (1238) (23) e outra em Monfirre (1272). E que o mosteiro de Alcobaça obteve, por doação, a herdade de Paradela (1263) (24).

O topónimo Loures

O topónimo Loures surge pela primeira vez, na documentação conhecida, em 1164, sob a forma **Lourias** (25). A mesma forma ocorre num documento, não datado, do reinado de D. Afonso II (1211-1223) (26). Na inquirição de c. 1220-21, atrás referida, aparece a forma **Laurias** que se manterá em documentos de 1229 (27) e de 1236 (28), para a partir de 1253 (29) ser substituída pela forma Loiras, mais propriamente grafada **Loyras**, ocorrendo esta até meados do século XIV, altura em que há um período de coexistência com a forma **Louras**, aparecida em 1372 (30) e que irá prevalecer por todo o século XV e ainda nos inícios do século XVI, até ser substituída em definitivo pela forma **Loures** que já surgia, esporadicamente desde finais do século XIV.

Fig. 2 - A evolução do topónimo.
Arranjo gráfico do autor



Outras formas do topónimo que surgem nos documentos são *Loires* (1342) (31) e *Loyris* (1371) (32), mas tão isoladamente que pouco usadas terão sido, se é que não se trata de erros do escriptor.

Quanto à origem do topónimo, subsistem algumas dúvidas e

dá-se mesmo o caso de dois credenciados etimologistas apresentarem versões muito distintas e inconciliáveis. José Pedro Machado, no seu *Dicionário Onomástico e Etimológico* (...), vol. II, 1984: 897, considera que Loures deriva de “louros”, sendo um caso das formas meridionais em que o –e está em vez do – o, (ou do –a). Para A. Almeida Fernandes, *Toponímia Portuguesa – Exame a um Dicionário*, 1999: 397, Loures não é mais do que a forma ditongada de “loras”, com a base *lor(a)* pré-romana, isto é, o mesmo que *lura*. Refira-se que tanto um como o outro autor desconheciam as formas mais arcaicas do topónimo, acima referenciadas.

Propomos como hipótese que o antigo topónimo seja derivado do latino *laurea* (loureiro) que no plural do latim vulgar seria *laureas*. A existência na região de matas de loureiros terá levado à adopção do topónimo *Lourias* ou *Lurias*, isto é terra ou lugar onde há loureiros. Note-se ainda que a escolha de um topónimo relacionado com o coberto vegetal parece ser um indicador do despovoamento do lugar ao tempo da Reconquista. Situação idêntica ocorreu com o vizinho topónimo Tojal, referido na documentação desde 1190 (33). Alguns indícios vão mesmo no sentido de que a designação Loures seria micro-regional (34) antes de ser local, abrangendo inicialmente uma área bastante mais vasta do que o primitivo núcleo populacional que se formou perto da igreja.

A igreja de Loures

Séculos XII-XIII

A igreja de Santa Maria de Loures é mencionada pela primeira vez, nos documentos conhecidos, cerca de 1220-1221, numa lista de igrejas constante da inquirição já referida. A lista assinala 25 igrejas na cidade, 4 nos arrabaldes (*in circuitu ville*) e 9 no termo (*in montibus*). As igrejas do termo eram então as seguintes:

S. Pedro de Barcarena (*Brequenena*); Santa Maria de Bucelas (*Abuzelas*); Santa Maria de Belas (*Bellis*); S. Pedro de Lousa (*Louza*); Santa Maria de Loures (*Lurias*); Santo Antonino de Farnes; Santa Maria de Monte Agraço (*Monte Agracio*); S. Julião de Albergaria Montachique (*Monte Aiseque*); Santa Maria de Vila Franca de Xira (*Zira*).

Nesta lista não figura qualquer informação adicional sobre as igrejas, não havendo a certeza se seriam todas sedes de pa-

róquia, nem a quem pertencia o direito de padroado, ou qual o seu rendimento. Observa-se também que, por razões que desconhecemos, não foram listadas três igrejas do termo, já documentadas desde 1191: Sacavém, Unhos e Frielas (Cunha, 1642: 99). Uma segunda relação das igrejas do termo, cuja data certa se desconhece (35), podendo ser de 1229, segundo alguns autores, e de 1259, segundo outros (36), apresenta as mesmas 9 igrejas e pela mesma ordem, acrescentando apenas a igreja de S. João de Alhandra.

No que se refere particularmente a Santa Maria de Loures, dispomos de mais algumas informações que, de forma indirecta, confirmam a sua existência em finais do século XII, inícios do século XIII. Assim, sabe-se que em 15 de Julho de 1241 (Cunha, 1642: 153v-155) se fez uma composição ou concordata entre D. Sancho II e o bispo D. Soeiro sobre dúvidas que havia já com o anterior bispo D. João acerca do direito de padroado das igrejas de Santa Cruz de Lisboa, Santa Maria de Loures, Santo António (Santo Antonino nas listas de 1220 e de 1229), Santa Maria de Enxara do Bispo e Santa Maria de Monte Agraço. Nas alegações por parte do bispo foi afirmado que os dízimos e o direito de padroado dessas igrejas pertenciam à Sé de Lisboa por doação de D. Afonso II. Essa doação, datada de 13 de Abril de 1218 (37), não refere os nomes das igrejas, nem os seus padroeiros, mas sim que o Rei doava ao bispo e ao cabido as “décimas dos rendimentos pertencentes ao direito real na diocese de Lisboa”, supõe-se que em reconhecimento da importante participação de D. Soeiro na conquista de Alcácer, em Outubro de 1217. Antes, em 17 de Abril de 1217 (38), D. Afonso II tinha dado uma carta de protecção régia ao bispo e ao cabido. As relações de D. Afonso II com o bispo pioraram depois e não tiveram melhoria com D. Sancho II que subtraiu várias igrejas e bens à diocese, antes de 1233, tendo depois a situação evoluído favoravelmente ao bispo, em finais de 1239, culminando na concordata de 1241.

Em 1250, a 3 de Janeiro (Cunha, 1642: 164), o bispo D. Aires Vazques instituiu novo vigário na igreja de Loures, e a 12 de Abril determinou que a igreja se “edificaria assim pelo bispo como pelo cabido, com despesas iguais e os frutos se partiriam igualmente”. O vigário foi colocado na igreja em Maio, com autoridade para “vencer os dízimos dos fregueses de Santa Cruz que por ali morassem” (Cunha, 1642: 164v). Este vigário é certamente Martinho Pais que D. Aires contemplou no seu testamento, de 22 Setembro 1258, com 70 libras (39). De todas estas iniciativas do

bispo D. Aires depreende-se que terá procedido a uma reorganização da igreja de Loures, após um período conturbado de algumas décadas, e que os limites da paróquia não estavam ainda bem definidos. Assinale-se ainda que a divisão das rendas e das despesas das igrejas entre a mesa episcopal e a capitular era uma prática que vinha desde 1150, quando o bispo D. Gilberto constituiu o cabido, divisão essa que levantou dúvidas desde cedo e houve necessidade de se proceder a nova divisão em 1 de Maio de 1191, cujo resultado só conhecemos parcialmente. O bispo deu a sua prebenda e a igreja de S. Pedro de Alfama ao cabido e tomou para si as igrejas de Sacavém, Frielas, Unhos e Vila Verde que até então pertenciam ao cabido (Cunha, 1642: 99).

Em resumo, não sabemos ao certo se a fundação da igreja de Santa Maria de Loures foi de iniciativa régia ou episcopal, havendo no entanto alguns elementos suficientes para colocar como hipótese de trabalho que tenha sido fundada durante o episcopado de D. Álvaro (1164-1184), aliás bem documentado como proprietário na zona (40), mas que, no período confuso das relações entre os primeiros reis e os bispos, o direito de padroado tenha pertencido ora a uma parte ora a outra, antes da concordata de 1241.

Século XIV

Em 1320-21 foi elaborada uma lista muito completa dos rendimentos de todas as igrejas do reino para dar cumprimento a uma concessão feita pelo Papa João XXII a D. Dinis das décimas das igrejas e mosteiros para subsidiar a guerra contra os mouros. Essa lista (41) dá-nos novas indicações (rendimento, estatuto) sobre a igreja de Santa Maria de Loures e sobre a sua importância relativa às outras igrejas do termo que não são todas mencionadas em separado como nas listas anteriores e que procuramos agrupar no quadro seguinte:

Santa Maria de Bucelas	250 libras	
Santa Maria de Belas	100	
Santa Maria de Loures	300	Vigaria
Santo Antonino [de Famiães]	60 libras	Vigararia e duas capelanias perpétuas
Santa Maria de Monte Agraço	100	
S. Julião do Tojal	100	
S. Julião de Frielas		Raçoeiro – 170
S. Silvestre de Unhos	300	Raçoeiro – 80
S. João de Alhandra	30	Vigararia
S. João do Lumiar	300 libras	Dois porcionários 180 + 80
Santa Maria de Sacavém	650 libras	Raçoeiro – 180
S. Lourenço de Carnide	300 libras	Com a ermida 50 libras oc raçoeiro 40 lbs

Comparando a lista de 1320-21 com as listas de 1220 e de 1229, observa-se que deixaram de ser referidas as igrejas de S. Pedro de Barcarena e a de S. Pedro de Lousa, provavelmente por serem sufragâneas às igrejas de S. Martinho de Lisboa e a Santa Maria de Loures, respectivamente, e os seus rendimentos estarão englobados nestas. A igreja de Santo Antonino de Famiães passou a ser designada sem a indicação do lugar e surgirá depois como Santo Antoninho e Santo Antão do Tojal. A igreja de S. Julião de Montachique deixa de ser referida e aparece em seu lugar a de S. Julião do Tojal. As igrejas de S. João do Lumiar e de S. Lourenço de Carnide, entretanto criadas, tiveram parte da sua área paroquial destacada da paróquia de Loures, sem limites bem demarcados nesse período, deve assinalar-se. Das igrejas do Lumiar e de Frielas foi concedido o direito de padroado ao Mosteiro de Odivelas por D. Dinis, em 5 Outubro 1318 (42). Uma nova lista resultante duma visitação efectuada em 1342-43 pelo bispo D. Vasco Martins (43) dá-nos uma informação complementar da lista anterior, ao indicar os padroeiros das igrejas do termo:

Bucelas	Rei
Belas	D. Maria Taveira
Santiago dos Velhos	Bispo
Loures	Bispo
Santo António	Bispo
Monte Agraço	Cabido Sé Lx ^a
Tojal	Most. S. Vicente Fora
Frielas	Most. Odivelas
Unhos	Rei
Alhandra	(Bispo)
Lumiar	Odivelas
Sacavém	Rei
Carnide	(Ord. Cristo)

A vigararia de Santa Maria de Loures

As mais antigas notícias de que dispomos sobre o estatuto do pároco da igreja de Loures referem-no como vigário, apresentado pelo bispo de Lisboa. Em 1250 (Janeiro, 7), o bispo D. Aires Vasques “instituiu novo vigário” (Cunha, 1642: 164) em Santa Maria de Loures, na sequência de uma concordata com D. Afonso III que confirmou (ou restituiu) o direito de padroado à Mitra de Lisboa. Com um rendimento anual estimado em 300 libras, em 1320, o mesmo que as igrejas do Lumiar e de Carnide, a vigararia de Loures era uma das pretendidas pelo clero sacerdotal, até porque o exercício do vicariato não exigia uma presença local contínua, estando os ofícios a cargo de um cura coadjutor. Está por fazer uma lista completa dos párocos medievais de Loures, sendo de assinalar que, em todos os casos de que temos informação, a sua permanência à frente da paróquia foi, invariavelmente, de curta duração. Com base nas súplicas publicadas nos *Monumenta Portugaliae Vaticana* e na tese de

mestrado de Mário Farelo (2003), podemos esboçar uma relação dos vigários de Loures nos séculos XIV e XV. Além de D. Martinho Pais, vigário em meados do séc. XIII, sabemos que, antes de 1342, era vigário de Loures Mestre Estêvão Miguel de Lisboa, em 1345 aparece como prior Afonso Eanes, para em 1353 nos surgir Afonso Domingues de Linhares (bispo da Guarda de 1364 a 1394) que tinha largado a vigararia de Santo Estêvão de Alfama para tomar posse da de Loures, a título perpétuo. Mas logo em 1360 pediu a demissão desta, para obter o deado, canonicato e prebenda da Guarda. Ainda nesse ano veio para Loures veio Afonso Gonçalves, mas antes de 1364 já o prior era Domingos Fernandes. No século XV, são conhecidas várias súplicas ao Papa para concessão da igreja de Loures. Em 1450, António Martins, doutor em decretos, pediu o canonicato e prebenda de Lisboa e a igreja de Loures. Em 1455, o prior de Loures era João Gonçalves, deão de Lisboa. De 1465 é a súplica de Garcia de Meneses. De referir ainda que uma das prebendas mais cobiçadas pelos cónegos do Cabido da Sé era o “Pão de Loures”, uma ração de cereais distribuída anualmente na festa de Santiago (Farelo, 2003: 50-51).

Como seria a primitiva igreja de Loures?

Desconhece-se por completo qual a configuração arquitectónica da igreja de Santa Maria nos primeiros tempos, pois não chegaram até nós descrições do seu aspecto e foi profundamente remodelada nos séculos XVI, XVII e XVIII. Embora se tenha mantido parte da estrutura e a orientação Nascente-Poente, não se conservaram quaisquer elementos de valor românico ou gótico que nos permitam ter mais do que suposições quanto à sua traça arquitectónica. A julgar por outras igrejas da região de Lisboa do mesmo período, podemos presumir que o aspecto da edificação do templo de Loures não seria muito diferente das igrejas de S. Pedro de Sintra (primeira), S. Salvador de Monte Agraço, Santo André de Mafra, Santa Maria da Lourinhã e Santa Maria de Sintra. A primitiva igreja de Santa Maria de Loures teria muito possivelmente características idênticas às de outras igrejas romano-góticas da mesma época e região.

Concorrem para essa dedução alguns vestígios arqueológicos e arquitectónicos que, apesar de escassos, são bastante significativos: cabeceiras de sepultura, tampas de sepultura, cantarias medievais com siglas lapidares e a planta alongada do templo, com orientação Nascente - Poente.



Cabeceiras de sepultura

As cabeceiras de sepultura em forma de estelas discoides e geralmente com cruces páteas, muito comuns nas necrópoles medievais, têm em Loures uma assinalável representação, conservando-se algumas dezenas de exemplares no Museu Municipal e na própria igreja (dois exemplares).

A semelhança das cruces páteas com a cruz dos Templários e o facto de a Igreja de Loures ter sido comenda da Ordem de Cristo (mas só a partir de 1514-1517) como veremos adiante levou a que alguns autores tivessem atribuído uma pretensa origem templária à igreja, tradição que continuou até aos nossos dias, apesar de não existir qualquer prova documental, nem sequer da presença da Ordem do Templo como detentora de bens e propriedades em Loures (44). As estelas discoidais com a cruz pátea têm sido encontradas em muitas das necrópoles nos adros de igrejas. No Termo de Lisboa, refiram-se a título de exemplo, S. Lourenço de Carnide, Santa Maria de Benfica, S. Julião de Frielas, Santiago dos Velhos, Santa Maria de Bucelas.

As estelas de Santa Maria de Loures comprovam a existência não de qualquer igreja templária mas sim de um templo medieval de razoável dimensão e importância, dado o elevado número de enterramentos no exterior da igreja.

Fig. 3 – Fachada principal e lateral da Igreja de Santo André de Mafra. C. 1940. IPA.00002340. Foto do SIPA 00513027

As tampas de sepultura tardo-medievais de Santa Maria de Loures

“À entrada da porta principal, pela parte externa, vêem-se duas campas, sem inscrição, mas que denotam grande antiguidade” (Pereira, 1909: 544)

Com efeito, a análise comparada das duas tampas de sepultura, ambas anepígrafas, referidas por Esteves Pereira, aponta para uma cronologia tardo-medieval (século XV ou mesmo finais do séc. XIV). Numa delas, observa-se uma cruz processional com cruz pátea, idêntica outras existentes na região, por exemplo, uma lápide proveniente de S. Miguel de Torres Vedras e outra existente na igreja de Santiago dos Velhos, e deve corresponder à sepultura de um eclesiástico.

Fig. 4 - Tampas de sepultura I.
Igreja de Loures, 2022. @ José
Vicente | Agência Calipo. Igreja
de S. Miguel de Torres Vedras.



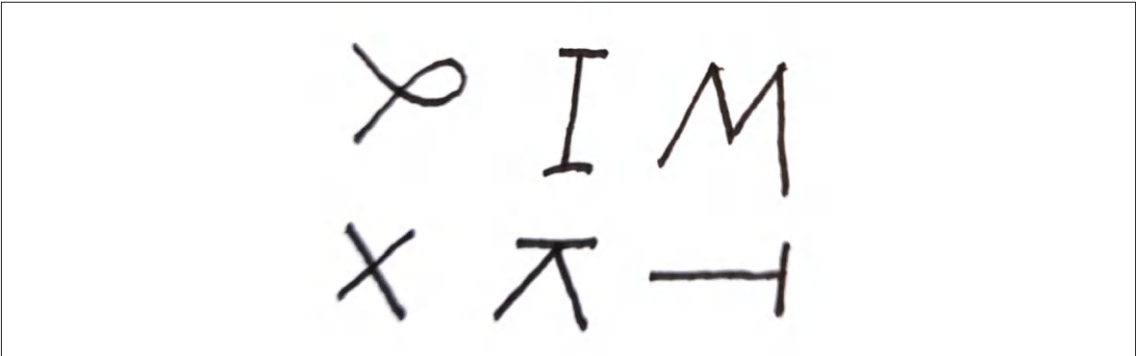
A outra tampa sepulcral tem gravado um escudo de cadeado, ladeado por uma espada, o que indica tratar-se do túmulo de um cavaleiro, cuja família não conseguimos descortinar, dada a erosão do escudo brasonado e a ausência de inscrição. Encontram-se lápides semelhantes a esta, na Sé de Lisboa e na igreja de N. S. Mártires, Silves, por exemplo.



Fig. 5 - Tampas de sepultura II.
Igreja de Loures, 2022. @ José
Vicente | Agência Calipo. Ermida
de Nossa Senhora dos Mártires,
Silves.

Uma outra tampa de sepultura, também medieval, conserva-se frente ao portal lateral norte, com cruz processional e uma série de símbolos que parecem instrumentos de pedreiro. Tem afinidades com as tampas de sepultura do chamado “Túmulo dos dois irmãos” (Sintra) e uma outra proveniente de Santa Maria de Sintra, depositada no Museu de Odrinhas.

Fig. 6 – Marcas de canteiro no
exterior da Igreja Matriz de
Loures, 2022 @ José Vicente |
Agência Calipo



De difícil datação (séc. XVI?) são as três tampas de sepultura anepígrafas e apenas com uma moldura que se encontram logo a seguir ao degrau da porta principal. São certamente as três sepulturas “lajeadas” de presbíteros que se encontravam na demolida sacristia do lado da Epístola (Mendes Leal, 1909: 146).

Siglas lapidares

No exterior da igreja, nas cantarias da base na fachada principal e nas fachadas laterais, assim como no interior, nas cantarias da base do lado da Epístola, ainda são visíveis numerosas siglas lapidares, mais de 60 que testemunham o trabalho de 10 a 12 canteiros diferentes, no período medieval.

O território da paróquia

Os limites das paróquias só muito tardiamente foram demarcados em Lisboa e no seu termo. As paróquias não tinham fronteiras precisas, eram centros com um certo raio de acção, como observou José Mattoso (Mattoso, 1985: 37-56). A necessidade de uma demarcação mais rigorosa ocorreu depois se ter generalizado a obrigação do pagamento dos dízimos, a partir do século XIII.

O bispo D. Airas Vasques, no sínodo de 1248, “mandou que nenhum pároco receba dízimos de terras não limitadas, sob pena de excomunhão” e “ordenou-o assim porque como então se povoavam de novo muitas terras e havia dúvidas em que limites e termos ficavam, procuravam os párocos desta ou daquela igreja haver os dízimos” (Cunha, 1642: 163).

Em 1257 (Setembro, 27), Alexandre IV passou ao bispo um breve para que limitasse as igrejas da sua diocese, mas por motivos que desconhecemos não se terá concretizado essa demarcação nas igrejas de Lisboa e do seu termo, pois não chegou até nós qualquer documento que a comprove e sabemos como essa questão se prolongou até à segunda metade do século XV (Vargas, 2002: 53). Houve sim uma demarcação das igrejas de Sintra, em 1253 (Costa, 1980: 103-108) e outra das igrejas de Torres Vedras, em 1309 (Lopes, 1964-66: 135-152). No termo de Lisboa, em 1299, o bispo D. João determinou que os moradores de Benfica pagassem os dízimos ao mosteiro de S. Salvador (45): “A nós disseram que homens lavradores e outros que hão possessões e vinhas no termo de Lisboa (...) não são limitados, nem assinados (...) e não dão dízimos a nenhuma das ditas igrejas, salvo onde querem”. Em 30 de Julho de 1382, consta que o bispo de Lisboa,

D. Martinho, determinou que se fizesse nova divisão (Cunha, 1642: fl. 266), decisão que não se terá concretizado, até porque o bispo D. Martinho teve o fim trágico que se conhece, em 1383. Em Lisboa, os problemas dos limites das freguesias arrastaram-se, pelo menos, até ao século XV, e são conhecidas numerosas sentenças sobre questões de dízimos, protestos vários perante o bispo, ou perante o rei, e em última instância apelos ao papa. Nos cartórios das colegiadas das igrejas de Lisboa, conservou-se muita dessa documentação, sendo especialmente representativa a da igreja de S. Martinho, cujo prior teve conflitos com as paróquias de Carnide (46), Barcarena (47), Belas (48) e Alverca (49).

A demarcação sistemática das freguesias de Lisboa só ocorreu cerca de 1468 -1477, por iniciativa do Cardeal D. Jorge da Costa que nomeou dois «limitadores», como se prova pela “Carta de Demarcação e Limite de Santo Estêvão”, de 25 de Outubro de 1476 (50). Terão sido demarcadas todas as freguesias de Lisboa e termo, mas no estado actual dos nossos conhecimentos apenas sabemos terem-se conservado os documentos das demarcações de S. Lourenço (1476) (51), Benfica (1476) (52), Mártires (1476) (53), Madalena (1477) (54) e Santa Marinha (1475) (55), esta última com os limites da anexa Santiago dos Velhos. Datadas de 1468 havia três cartas na Torre do Tombo que se extraviaram com os limites da freguesia de S. Martinho e das suas anexas S. Pedro de Barcarena e S. Pedro de Alverca (56).

Na ausência de uma carta de demarcação da paróquia de Loures, ou de visitas, para o período em estudo (séculos XIII-XVI), só podemos esboçar os seus limites territoriais a partir das referências avulsas aos lugares da freguesia, na documentação, ou por notícias posteriores que mencionam a criação de capelas curadas ou freguesias sufragâneas a Loures, casos de Santo Estêvão das Galés, Póvoa de Santo Adrião, Odivelas, Lousa e Caneças. Além disso, importa referir que parcelas do território abrangido pela paróquia de Loures vieram a ser destacadas para constituição de algumas freguesias como por exemplo Almargem do Bispo, Lumiar, Carnide e Benfica.

Para o período em estudo (sécs. XII-XVI), os lugares da paróquia de Santa Maria de Loures, referidos na documentação (entre parêntesis a menção mais antiga), são os seguintes:

A-da-Freira (1388) (57); A-dos-Calvos (1371/1375) (58); Almargem (1204) (59); Alqueidão [de S. Julião] (1236) (60); Alvitos (1505) (61);

Alvogas (1253) (62); Alvogas Novas (1384) (63); Alvogas Velhas (1363) (64); Aroil (1191) (65); Barro, Ponte do (1351) (66); Barrosa (1228) (67); Bocal (1371) (68); Bolores (1316) (69); Bululuti / Beloroth (1180/1195) (70); Caneças (1309) (71); Casal dos Cavaleiros (1398) (72); Chacoso (1353) (73); Charneca de Baixo (1275) (74); Choutaria (1447) (75); Cortiça (1360) (76); Covas (1326) (77); Covas de Ferro (séc. XV) (78); Famiães (1185/1187/1193) (79); Fonte Santa (1316) (80); Granja [da Cortiça] (1360/1393/1406) (81); Loures (1164) (82); Lousa (1218) (83); Marnotas (1338) (84); Mata de Loures (1271) (85); Mazolas (1260) (86); Mealhada (1370) (87); Mingarrinhos (1395) (88); Monfirre (1272) (89); Moninhos (1360) (90); Montachique (1220) (91); Montemuro (1371) (92); Murteira (1347) (93); Odivelas (1190) (94); Paio Joanes / A-de-Pai Joanes (1273/1360) (95); Paradelas (1256/1263/1289) (96); Pinheiro (1315) (97); Pipa (1238) (98); Pomar de Cavaleiros (1170) (99); Ponte de Loures (1327) (100); Ponte de Lousa (1404) (101); Póvoa [de Loures] (1412) (102); Ribeira de Loures (1380) (103); Sacoto [Quinta do] (1394) (104); Salemas (1511) (105); Santa Eulália (1466) (106); Tojalinho (1570) (107); Torre dos Trotões (1390) (108); Trigache (1220) (109); Vale de Nogueira (1462) (110); Verdelha (1372/1376) (111).

A análise desta lista de lugares, segundo as mais antigas referências documentais, dá-nos algumas indicações sobre o processo de povoamento do território que constituiu a paróquia de Loures. A primazia do (re)povoamento terá pertencido aos frades de Santa Cruz de Coimbra, com bens em Loures (1164), Pomar de Cavaleiros (1170) que supomos integraram a Herdade de Santa Cruz, referida em documento de 1172 (112). Esta propriedade dos crúzios era designada, no séc. XIV, por Granja da Cortiça e estava dividida nos casais da Granja de Baixo e Granja de Cima, junto à Ribeira de Loures e Tojalinho. No século XVI aparece com a denominação de “Quintã da Granja de Loures” (113). O mosteiro de S. Vicente de Fora também era detentor de diversas propriedades na zona desde finais do século XII (Bolores, Famiães, Bucelas e principalmente S. Julião do Tojal). A partir do início do século XIII, assinala-se uma forte presença do mosteiro de Chelas, com bens em Aroil, Lousa, Barrosa, Alqueidão de S. Julião, Mazolas, Alvogas. Por todo o séc. XIV alastra a mancha de povoamento e a presença de outras corporações religiosas, como sobejamente demonstrou José Augusto Oliveira, na sua tese de mestrado *Organização do Espaço e Gestão de Riquezas. Loures nos séculos XIV e XV*, 1999.

O mapa de Fernando Álvares Seco, impresso em 1561, dá particular destaque ao golfo do Rio Tejo que entrava por Sacavém e legenda-o como Rio de Loures. Anote-se que os outros lugares re-



Fig. 7 - O Rio de Loures no mapa de Fernando Álvares Seco – 1561. Bibl. Nacional, Cartografia

feridos são P(onte de) Loures, Póvoa (de Loures, depois de Santo Adrião) e Marnotas. Ou seja, a povoação de Loures propriamente dita não está assinalada.

O crescimento do núcleo populacional junto á igreja e a sua ligação ao lugar das Alvogas Novas ocorreu já numa fase tardia, como bem se deduz de um mapa bastante pormenorizado, publicado em 1762.

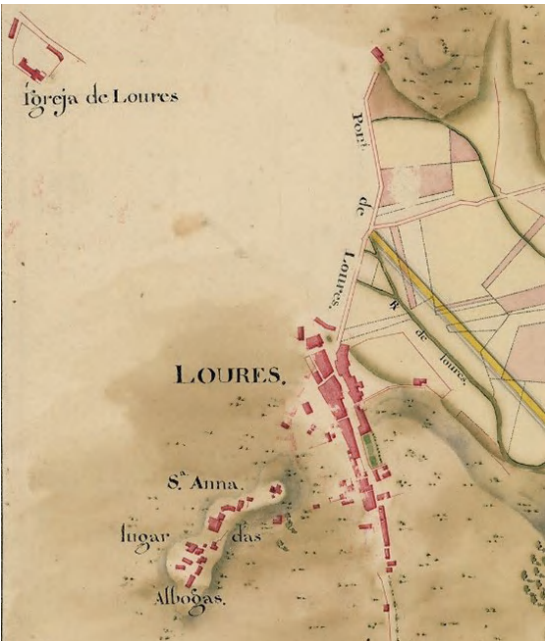


Fig. 8 - Pormenor do Mapa Topográfico que por Ordem de Sua Magestade (...), Instituto Geográfico e Cadastral, C.A. 126

A criação de novas freguesias

O crescimento demográfico de alguns lugares da freguesia e a sua distância da igreja matriz tornaram inevitável a criação de novas freguesias desagregadas do território da antiga paróquia de Loures. Todavia, o processo de emancipação dessas freguesias deparou com resistências, sobretudo devido ao recebimento dos dízimos e de outros réditos, e passou por uma fase intermédia de criação de curatos anuais, em que os curas eram apresentados pelo povo dos lugares que pagava em reconhecimento ao vigário de Santa Maria de Loures uma certa porção. As novas freguesias, criadas nessas condições, no século XVI, foram por esta ordem: Póvoa de Santo Adrião, Lousa, Santo Estêvão das Galés e Odivelas. Ainda no século XVIII, todas elas eram consideradas filiais ou anexas a Loures (Pereira, 1980) (114); (Cardoso, 1758). A freguesia curada da Lousa pagava ao vigário de Loures 1200 réis por ano e as de Santo Estêvão das Galés e Odivelas pagavam 2000 réis cada.

O primeiro cômputo populacional de que dispomos para estas freguesias é de 1620 e consta do *Livro das Grandezas de Lisboa*, de Frei Nicolau de Oliveira:

Freguesias	Fogos	Pessoas
Loures	775	3750
Lousa	70	220
Santo Estêvão das Galés	156	560
Odivelas	250	676
Póvoa de Santo Adrião	70	280

Ermidas na paróquia de Loures (século XVI)

Além da igreja matriz e das capelas curadas, existiam, no século XVI, na paróquia de Loures, várias ermidas onde se celebravam missas e outros actos de culto, sendo algumas delas de fundação medieval.

Ermida e Albergaria/Hospital (?) do Espírito Santo, Loures

Tal como em muitas outras freguesias, também em Loures terá existido uma ermida e albergaria/hospital do Espírito Santo, embora não sejam conhecidas provas documentais que, inequivocamente, o confirmem. Um documento datado de 1266 (Dezembro) (115), refere uma “albergaria de Loyras”, cuja localização não se conhece, mas é de presumir que seria junto à povoação e junto a uma via principal. Cerca de 1541-1453 há notícia de ter sido construída uma ermida do Espírito Santo sobre as ruínas de um “antigo convento franciscano” que dataria do séc. XIII e que foi destruído pelo terramoto de 1531 (Proença, 1940:74-76). Esta ermida que tinha junto uma albergaria e hospital, situava-se sensivelmente no lugar onde esteve o posto de fiscalização da polícia de trânsito e, não será demasiado ousado supor que fosse também esse o local da antiga albergaria e, talvez, de uma primitiva ermida com a invocação do Espírito Santo, título que se terá mantido no convento franciscano e ermida do séc. XVI.

Ermida de S. Miguel, Pinheiro de Loures / Tojalinho

A ermida de S. Miguel terá sido fundada, em finais do séc. XIII, por iniciativa particular de Gil Picoto, rico mercador de Lisboa, junto ao paço que possuía, com outros bens, em Pinheiro de Loures (116). Vários documentos do cartório de Santos-o-Novo (1ª metade séc. XIV) referem a ermida de S. Miguel, onde havia “passados soterrados”, uma albergaria e a “casa da emparedada” (117). A ermida já estaria muito arruinada antes do terramoto de 1755 e foi depois reedificada, ficando ao cuidado dos Congregados da Avé-Maria que ali prestavam assistência a pobres e enfermos, segundo consta da informação paroquial de 1758.

Nossa Senhora da Redonda, A-dos-Calvos

Mencionada como igreja de Nossa Senhora da Redonda num documento de 1431(118), esta ermida ainda existente em A-dos-Calvos conserva boa parte da sua antiga estrutura, quer na capela-mor e cabeceira, quer num portal gótico até há alguns anos visível sob o reboco. Desse portal dava conta o Santuário Mariano: “mostra grande antiguidade, o arco dela fechado em agudo o está dizendo” (Santa Maria, 1707: 462-454). Uma ima-

gem de pedra de Nossa Senhora da Redonda (Virgem com o Menino), datável de finais do séc. XV- inícios do XVI, e que era objecto de grande devoção, logrou conservar-se até aos nossos dias e é, provavelmente, a mais antiga escultura religiosa ainda existente em toda a freguesia de Loures.



Fig. 9 - Nossa Senhora da Redonda, A-dos-Calvos, 2018
© Duarte Nuno Morgado

Santa Eulália

A ermida de Santa Eulália, no lugar do mesmo nome, hoje na freguesia de Almargem do Bispo, foi instituída por Diogo Vasques em 1466 (26 de Julho), segundo atestam quer uma inscrição existente sobre o portal da igreja, quer o instrumento da sua instituição, o qual que se conservou, em traslado, no arquivo do Hospital de S. José (119).

São Pedro e Santa Petronilha, Murteira

Com existência documentada, pelo menos desde 1577 (120), poderá remontar ao século XV esta antiga ermida que o Padre Ál-

varo Proença refere como muito arruinada e abandonada, em 1940, dando-nos também a informação que, numa visitação de 1617 fora ordenado aos mordomos que comprassem uma nova imagem de S. Pedro (Proença, 1940: 83).

São Pedro, Caneças

Muito distante da matriz, a ermida de S. Pedro no lugar de Caneças, tem a sua existência atestada pelo menos desde 1532 (121) e sabe-se que era alpendrada, tal como outras ermidas quinhentistas da região (p. ex. N. S. Saúde, N. S. Enfermos). Há notícia de, em 1672, se ter realizado uma festa em honra do patrono por ter livrado Caneças de uma epidemia que assolara os arredores.

Por volta de 1754-1758, passou a ter funções paroquiais, embora sujeita a Loures:

No lugar de Caneças há uma ermida do povo dedicada a S. Pedro, onde, por concessão do Senhor Cardeal Manuel, tem sacrário com o Santíssimo, atendendo à distância da paróquia, precedendo consentimento do vigário para o dito efeito, dando esta comissão ao capelão para na sua ausência ou dos mais párocos da freguesia administrar os sacramentos da Eucaristia ainda por Viático e Extrema Unção. Também houve concessão para nela se enterrarem alguns dos paroquianos do distrito. (Pereira, 1980: 104).

Curiosamente, apesar do crescimento da povoação, Caneças demorou séculos a libertar-se da sujeição a Loures e a paróquia só seria criada em 1 de Março de 1964, ou seja, depois da criação da freguesia civil que tinha ocorrido em 1915.

Santo Amaro e São Filipe, A-dos-Cães

Desconhece-se a data da fundação desta ermida, cujo alpendre com colunas renascentistas denota a sua antiguidade.

Nossa Senhora da Saúde, Montemor

Construída na sequência da peste que assolou Lisboa em 1598, a ermida de Nossa Senhora da Saúde, em Montemor, foi sempre uma capela de muita devoção e é notável, do ponto de vista artístico, pelos seus azulejos seiscentistas.

Loures nos séculos XV-XVI. Julgados e vintenas

O território do termo de Lisboa ficava todo a Norte e a Poente

da cidade e do Tejo. As suas dimensões variaram nas diversas épocas, constituindo um grande aro envolvente que abrangia muitas povoações desde Oeiras a Alverca e prolongando-se muito a Norte do actual concelho de Loures.

No termo de Lisboa, segundo o cômputo de Damião de Góis, em 1554 (Góis, 2002: 181), contavam-se 240 povoações, das quais 36 tinham magistrados próprios de que somente nas causas mais graves competia apelar para as justiças de Lisboa (Lobo, 1984: 132).

Essas circunscrições do termo, para administração de justiça, eram chamadas julgados e os oficiais de justiça eram designados juizes, alcaides e vintaneiros, ou juizes de vintena (agrupamentos de pelo menos 20 vizinhos) e tinham o seu escrivão próprio.

São conhecidas várias listas de julgados a partir de 1495 (122) e na área da freguesia de Loures surgem, com algumas variações, os julgados das Alvogas Novas, Barro, Montemuro, Marnotas, Odivelas e Loures.

Numa relação das rendas dos julgados e termo da cidade (123), elaborada pelo senado da câmara de Lisboa, em 1496, para arrematação pública da cobrança dessas rendas, o julgado de Loures era de longe o mais rentável.

Olivais	1000 reais	Camarate	600
S. João da Talha	950	Frielas	700
Póvoa do Governador	900	Ameixoeira	700
Calhandriz	300	Póvoa do Conde	300
Santiago dos Velhos	100	Lumiar	400
Arranhó	180	Paço [do Lumiar]	400
Montagraço	500	Benfica	1650
Bucelas	600	Vila de Rei	15
Vila Longa	600	Barcarena	120
Tojal	900	Carnide	125
Loures, com sua vintena	5000	Odivelas	950
Unhos	500	Santo António	760

A comenda nova de Santa Maria de Loures

A comenda da Ordem de Cristo de Santa Maria de Loures foi criada na sequência da bula *Redemptor Noster* do papa Leão X que concedeu a D. Manuel I rendas eclesiásticas até ao montante de 20.000 cruzados das suas igrejas e mosteiros para a dotação de comendas na Ordem de Cristo (Sousa e Silva, 2012: 9). Essas comendas foram chamadas “novas”, por oposição às comendas medievais e só eram providos nelas os cavaleiros que tivessem servido durante dois anos em África a expensas próprias. Ao regressar, apresentavam um certificado do cumprimento do serviço e solicitavam ao rei a mercê de uma comenda, sendo então providos nela e recebendo o hábito da Ordem de Cristo. O processo de criação das comendas novas decorreu entre 1514-1517 e logo em 1515 foi tomada posse pelo rei de muitas das igrejas e mosteiros onde as comendas tinham sido constituídas (124). Entre o reduzido número das igrejas do bispado de Lisboa que, estando nomeadas para comendas, não tinha sido tomada posse, nem tinham comendador em 1517, encontravam-se as igrejas de Santa Maria de Loures, São Martinho, Santa Justa e Santo Estêvão (125).

Em data que não podemos precisar, supomos que cerca de

Fig. 10 – Capela-mor da Igreja Matriz de Loures. Fecho de abóbada com a cruz da Ordem de Cristo, 2022 © José Vicente | Agência Calipo



1520-30, foi concedida a Rui Gonçalves Maracote (Gaio, Felgueiras, *Nobiliário* (...), VII e IX). Em 1532 já consta do Rol das Igrejas e Comendas do Mestrado de Cristo (126). A primeira carta de provisão na comenda de Loures de que temos conhecimento data de 1551, Agosto, 20, sendo concedida a Frei Cristóvão Soares: “Sendo vaga por falecimento de Frei Nuno Gonçalves que dela foi o último possuidor (...) e considerando os serviços de Frei Cristóvão Soares, irmão de André Soares, escrivão da minha Fazenda, e por ter servido dois anos na cidade de Tânger” (127) (Apêndice documental, doc. 2). Em finais do séc. XVI, entrou na posse da comenda, o cavaleiro D. Pedro de Almeida a quem, por volta de 1590, tinha sido mandado pelos visitantes que fizesse tombo da comenda, o qual foi elaborado em 1594 (128). O tombo não descreve a igreja, mas sim as propriedades que lhe pertenciam e que eram poucas e de escassos rendimentos: terra e herdade no Vale da Lagoa, acima da igreja, ao longo do regadio de Dona Grimanesa; courela de terra e vinha que está onde chamam Frol de Cavalo; courela onde chamam os Chãos, junto ao caminho e rossio do concelho; outra courela logo abaixo; outra na várzea abaixo da Igreja; outra nos Mortórios. Estas cinco courelas estão emprazadas e pagavam por ano 700 réis em dinheiro e 3 galinhas boas, em uma só paga, por dia de Natal, na igreja. Fez-se inovação, isto é, actualização das condições do emprazamento que passou a ser em três vidas, com os mesmos 700 réis, só se acrescentando uma galinha.

Foram colocados marcos a demarcar as propriedades da comenda.

No tombo, fez-se o traslado de alguns contratos, entre eles o de um aforamento do pomar da igreja, feito em 1512, com a condição do foreiro pagar no dia de Natal 200 reais e duas galinhas. Uma avaliação dos rendimentos das comendas, em 1586, atribuiu à comenda da igreja de Loures um rendimento de 200 mil réis (*Definição e Estatutos* (...), 1628: 143). Em 1604 já era comendador D. Lopo de Almeida, filho do anterior comendador, e a comenda foi avaliada em 390 mil réis (Falcão, 1859: 241). Na comenda de Santa Maria de Loures, o rendimento provinha mais dos dízimos do que dos foros de propriedades e tão ou mais importante do que o rendimento era o prestígio auferido pelos comendadores.

Apêndice documental

Doc. 1

1164, Fevereiro – *Testamento de Domingos Ruivo em que deixa ao mosteiro de Santa Cruz a terça parte da sua herdade de Loures e de casas e vinhas.*

(ANTT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Livro de D. João Teotónio, fl. 58v.-59)

Testamentum dominici rubei de tercia parte suarum hereditatum in ulixbona

In dei nomine Hee est carta testamenti et firmitudinis quam ego Dominicus Rubeus facere iussi Deo et Colimbriensi monasterio Sancte Crucis uobis quoque domno Johanni eiusdem monasterii priori et ceteris fratribus ibidem commorantibus de tercia parte illius hereditatis mee de Lourias que est in território Ulixbone et de tercia parte mee uinee et meorum domibus et de tercia unius mule. Hoc autem feci pro remedio anime mee meorum parentum ut in orationibus et beneficiis eiusdem monasterii ubi corpus meum sepeliri mandavi cum ceteris benefactoribus partem habeamus. Et est sciendum quia hoc quod ego monasterio Sancte Crucis mando de medietate mea comendo. Alia medietas remaneat libera uxori mee Habeatis igitur uos fratres sancte Crucis et omnes sucessores uestri terciam supradicte hereditatis et uinee et domibus et mule et faciatis inde quicquid uid uobis palacuerit in perpetuum. Sed si aliquis de meis propinquis uel de extraneis hanc cartam in aliquo infringere aut diminuere uoluerit non sit ei licitum sed pro sola temptatione sit maledictus et excommunicatus et cum Iuda traditore dampnatus et quantum inde auferre uoluerit tantum uobis in duplum componat et. Et insuper hoc meum factum semper plenum róbure obtineat. Facta testamenti et firmitudinis carta mense februarii Era M^a CC^a II^a. Ego supradictus Dominicus Rubeus qui hanc cartam facere iussi coram idoneis testibus própria manu roboravi et hoc sig+num feci.

Qui presentibus fuerunt: Ego Ramirus frater eius conf. Johannes ts., Didacus ts., Gundisaluus ts., sesnandus ts. – Pelagius presbiter notuit.

Doc. 2

1551, Agosto, 20 – Carta da comenda da igreja de Santa Maria de Loures, dada por D. João III a Frei Cristóvão Soares, cavaleiro da Ordem de Cristo.

(ANTT, Chancelaria de D. João III, Livro 4º de Privilégios, fls. 309v. – 310)

Dom João, a quamtos esta minha carta virem faço saber que o samto padre leo decimo comcedeo per suas bulas que El Rey meu senhor e padre que samta glorja aJa que se podem tomar pelas Remdas das JgreJas destes Reinos vymte mil cruzados de Remdas e se crjasem e ffizesem samtas comemdas da hordem e cavalarja de nosso senhor Jhesu Christos quamtas parecesse que das ditas Remdas se poderjam crjar e ffazer e que os Reis destes Reinos podem nomear as ditas comemdas dos cavaleiros da dita ordem que na gerra contra os Jmfiees pelejassem o tempo que polos ditos Reis for ordenado ou em outra marcha na dita gera tevesem bem servjdo.

E amtre as JgreJas nomeadas na dita copia dos XX mil cruzados de cujas Remdas se fizeram as ditas comemdas foy nomeada a JgreJa de samta maria de loures no arcebispado de lisboa e de todas suas foy ffeyta comemda tiramdo sesemta cruzados que se forão apartados pera em cada huum ano se darem da dita Remda ao Reytor e prior da dita JgreJa e o mais que polo Regimento ffeito amtre os comemdadores e Reitores he ordenado.

E semdo ora a dita comemda vagua per faleçimemto de frey nuno gonçalvez comemdador que della foy ultjmo posujdor, avendo eu respeito aos servjcos que na dita gera a nosso senhor e a mjm tem ffeito frey christopvão soares cavaleiro professo da dita ordem Jrmão d'andre soares stripvam da minha ffa zemda e a ter servjdo por minha provjsão dous anos na cidade de tamgere a sua custa e despesa pera vemcer hua comemda segumdo vj pela dita provjsão e per hua certidão do Capitão e comtador e ofeciaees da dita cidade, o nomeo à dita comemda de samta maria de loures e ey por bem que elle a tenha e aJa com todas as Remdas, foros, direitos e pertemças que lhe de direito pertemcerem tyramdo os ditos Lx cruzados cadano que sam Reservados pera o reitor e o mais que pelo dito Regimento he ordenado como dito he.

E per esta mamdo ao comtador da dita ordem que lhe dê loguo a pose da dita comemda e de todas suas Remdas, foros, direitos, pertemças e lhe deyxte todo ter aver aRecadar e possuir e lhe faça emtregar todo o depoyto que della ouver sem lhe niso ser

posta duvjda nem embargo algum porque asy he minha mercê e o dito frey Christopvão seja obrigado de demtro de oyto meses (fl. 31) primeiros segujimtes mandar pagar em a dita forma os direitos ordenados à see apostoliqua e tirar sua provjsão em forma.

E per esta peso muito por mercê ao samto padre que aJa por bem de lhe mamdar passar a dita provjsão na qual ffara menção de como he provjdo da dita comemda per virtude desta minha carta de nomeação.

E a dita minha provjsão per que servjo a dita comemda e a certidão do capitão e ofeciaees da dita cidade de tamgere foy tudo roro ao asynar esta que por firmeza dello lhe mandey passar.

E o dito ffrey christopvão soares mostrará a certidão de manoeL da Costa stripvam da camara da dita ordem de como esta carta ffiqua Registada no livro do Registo das comemdas que pera isso mamdey ffazer.

Dada em allemquer a XX dias d'agosto, adrjam lucio a fez, ano do nacimento de nosso senhor jhesu Christo de mil bcLj amdre soares a fez.

Comcertada: Joam da Costa

Comcertada: Pero d'oliveira

Notas

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Santa Cruz de Coimbra*, Livro de D. João Teotónio, fls. 49-49v.

(2) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Liv. D. João Teotónio, fls. 45v.-46.

(3) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, maço 7, doc. 8.

(4) ANTT, *S. Vicente de Fora*, Livro 121. Fonte impressa: Acabado, 1967 - *Inventário de Compras*, doc. 32.

(5) Cf. (Cunha, 1642: 99).

(6) *Inventário de Compras*, doc. 50.

(7) ANTT, *Chelas*, mç. 11, nº 211.

(8) ANTT, *Chelas*, mç. 4, nº 69.

(9) ANTT, *S. Julião de Frielas*, mç. 1, nº 11.

(10) *I nventário de Compras*, doc. 61.

(11) ANTT, *Gaveta 1-2-18*.

(12) ANTT, *Gaveta 1-2-18*.

(13) ANTT, *Inventário de Compras*, docs. 57, 17.

- (14) ANTT, *Chelas*, mç. 62, nº 1237.
- (15) ANTT, *Chelas*, mç. 3, nº 57
- (16) *Obituário de S. Vicente de Fora*, publ. Santos, 2008: fls. 7, 21v e 48.
- (17) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Liv. D. João Teotónio, fl. 58v.-59.
- (18) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, mç. 7, nº 29; *S. Vicente de Fora*, Livro 121 - *Inventário de Compras*, docs. 11, 12, 57.
- (19) ANTT, *Gaveta 1-2-18*.
- (20) ANTT, *Chelas*, mç 7, nº 132.
- (21) ANTT, *Chelas*, mç 11, nº 202.
- (22) ANTT, *Chelas*, mç 7, nº 123.
- (23) ANTT, *S. Vivente de Fora*, 1ª incorporação, mç. 2, nº 44.
- (24) ANTT, *Alcobaça*, 2ª incorporação, mç. 1, nº 3.
- (25) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Livro de D. João Teotónio, fl. 58v.-59.
- (26) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. 1, fl. 54v.
- (27) ANTT, *Gaveta 19-14-7*
- (28) ANTT, *Chelas*, mç. 11, nº 211.
- (29) ANTT, *Chelas*, mç. 4, nº 69.
- (30) *Cabido da Sé (...)*, 1954: 221-222.
- (31) "Livro da Roda", in *Cabido da Sé (...)*, 1954: 322-328.
- (32) "Rationes Decimarum Lusitaniae", Arq. Vaticano, *Collectoriae* 179, publ. Boissellier, 2012: 253-325.
- (33) *Inventário de Compras*, doc.34.
- (34) Os bens referidos em Loures no documento de 1164 e que ficaram para o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra localizavam-se numa área próxima do actual Pinheiro de Loures. A micro-região com a designação corográfica de Loures abrangeria uma área desde Pinheiro de Loures e Mata de Loures, ao longo do Rio de Loures e até ao Mar de Loures (assim chamado na documentação medieval por ali chegarem as marés).
- (35) ANTT, *Gaveta 19-14-7*
- (36) A lista de igrejas que se conserva na Gaveta 19-14-7 foi datada de 1209-1229 (Silva, 1942), com base no título que lhe foi apostado no séc. XVIII, em que se emendou 1247 para 1267. Como no final da lista se transcreveu um documento diverso, datado de 1297, presume-se a atribuição da data de 1267 se tenha devido a um erro de leitura do x aspado. Tanto Rui de Azevedo (Azevedo, 1937: 49-52) como o Pe. Avelino Jesus da Costa (Costa, 1998: 670-671) consideraram que a lista dataria de 1259, enquanto outros autores (Boissellier, 2012, por todos) optam por 1229, tendo a fa-

vor desta hipótese o facto da lista ser muito idêntica no conteúdo e paleograficamente á lista de 1220-21.

(37) ANTT, *Forais Antigos*, mç. 12, nº 3, fl. 41.

(38) ANTT, *Gaveta* 1-3-14.

(39) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 3º, fls. 32v-33.

(40) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, mç. 7, nº 29; *S. Vicente de Fora*, Livro 121 - *Inventário de Compras*, docs. 11, 12, 57.

(41) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Livro 97; ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, Livro 3; Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Collecção Pombalina*, ms. 179 (publ. Almeida, 1971: IV, 90-144).

(42) ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 3, fl. 121.

(43) "Livro da Roda", in *Cabido da Sé (...)*, 1954: 322-328.

(44) A circunstância da igreja de Santa Maria de Loures ter sido comenda da Ordem de Cristo, a partir de 1514-17, aliada ao facto de no adro da igreja terem sido encontradas cabeceiras de sepultura de forma discoidal com a cruz pátea, usada também pela cruz da Ordem do Templo, levou vários autores (p. ex. Mendes Leal, 1909; Brasão, 1975) a atribuírem uma origem templária à matriz de Loures. Não se conhece qualquer documento que ateste a presença da Ordem do Templo em Loures. A inquirição de 1220-1221 sobre os bens das ordens militares apenas menciona bens dos templários em territórios vizinhos (Odivelas, Triga-che, Lumiar, Alpriate) e mesmo um tombo dos bens da Ordem de Cristo, datado de 1505, só refere bens na Ameixoeira, Alvitos e Alpriate (ANTT, OC/CT, Liv. 302, fls. 101-109).

(45) ANTT, *S. Salvador*, maço 4, nº 162.

(46) ANTT, *S. Martinho*, mç.1, nº8

(47) ANTT, *S. Martinho*, mç 1, nº 4

(48) ANTT, *S. Martinho*, mç.2, nº 5

(49) ANTT, *S. Martinho*, mç., nº 2

(50) ANTT, *Santo Estêvão*, mç. 8, nº141, e traslado de 1532, Agosto, 1, mç.1, nº10.

(51) ANTT, *S. Lourenço*, mç. 8, nº 148 (traslado de 1572).

(52) ANTT, *S. Salvador*, mç. 4, nº 64.

(53) Publ. Frei Apolinário da Conceição, *Demonstração Histórica da Primeira e Real Paróquia (...) N. S. Mártires*, 2 tomos, Lisboa, 1750.

(54) ANTT, *Santa Maria da Madalena*, nºs 18 e 19 (traslado de 1543).

(55) ANTT, *Santa Marinha*, mç. 6, nºs 226 e 227.

(56) ANTT, *S. Martinho*, mç. 2, nºs 46, 47 e 48 (cf. caderneta C-343)

(57) ANTT, *Chelas*, mç. 23, nº 454

- (58) ANTT, *Santa Cruz do Castelo*, nº 205; *Santos-o-Novo*, nº 787
- (59) *Inventário de Compras*, doc. 50.
- (60) ANTT, *Chelas*, mç. 11, nº 211.
- (61) ANTT, *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, Livro 302, fl. 101.
- (62) ANTT, *Chelas*, mç. 4, nº 69
- (63) ANTT, *Santa Cruz do Castelo*, nº 293; *Chelas*, nºs 40, 798.
- (64) ANTT, *Chelas*, mç. 33, nº 648.
- (65) ANTT, *Chelas*, mç. 62, nº 1237.
- (66) *Cabido da Sé (...)*, p. 258.
- (67) ANTT, *Chelas*, mç. 11, nº 202.
- (68) ANTT, *Visconde de Vila Nova de Cerveira*, cx. 10, nº 18 (casal do Bocal, junto a Montemuro, Serra e Penedo).
- (69) ANTT, *Chelas*, mç. 20, nº 387.
- (70) *Inventário de Compras*, docs. 57,17.
- (71) ANTT, *S. Julião de Frielas*, mç. 1, nº 71.
- (72) ANTT, *S. Lourenço*, mç. 4, nº 74.
- (73) ANTT, *Chelas*, mç. 67, nº 1333.
- (74) ANTT, *Chelas*, mç. 7, nº 123.
- (75) ANTT, *Chelas*, mç. 50, nº 994.
- (76) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Liv. 6, fls. 76v-77.
- (77) ANTT, *Gaveta* 21-3-16.
- (78) ANTT, *Santo Elói*, Liv. 18, fls. 95-95v
- (79) *Inventário de Compras*, docs. 11, 12 e 39.
- (80) ANTT, *Núcleo Antigo*, Liv. 314, fl. 87-87v.
- (81) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Liv. 6; *Santos-o-Novo*, nºs 781 e 758.
- (82) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Liv. D. João Teotónio, fl. 58v.-59.
- (83) ANTT, *Chelas*, mç.7, nº 132.
- (84) ANTT, *Santa Cruz do Castelo*, nº 76.
- (85) ANTT, *Gaveta* 12-12-2.
- (86) ANTT, *Chelas*, mç.3, nº 57.
- (87) ANTT, *S. Julião de Frielas*, mç. 1, nº 70
- (88) ANTT, *Odivelas*, Liv. 13, fl.2
- (89) *Obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora* (ed. Santos, 2008) fls.7, 21v, 48.
- (90) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Liv. 6.
- (91) ANTT, *Gaveta* 1-2-18.
- (92) ANTT, *Visconde Vila Nova de Cerveira*, cx, 10, nº 18.
- (93) ANTT, *Santos-o-Novo*, nº 864.
- (94) *Inventário de Compras*, doc. 32
- (95) ANTT, *Chancelaria Afonso III*, Liv. 1, fl. 120; *Santa Cruz de Coimbra*, Liv. 9, fls. 74-75.

- (96) ANTT, *Chelas*, mç. 8, nº147; *Alcobaça*, 2ª inc. mç. 1, nº 3: *Gaveta* 6-1-27
- (97) ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. 4, fl. 73.
- (98) ANTT, *S. Vicente de Fora*, 1ª inc. mç.2, nº 44.
- (99) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, mç. 7, nº 29.
- (100) ANTT, *Santos-o-Novo*, nº 797.
- (101) ANTT, *Santa Marinha*, cf cad. 341.
- (102) ANTT, *Nossa Senhora da Graça*, Liv. 1, fl.64v. (casal da Póvoa, junto a Frielas).
- (103) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, liv. 6.
- (104) ANTT, *Santos-o-Novo*, docs. 794, 864, 865 (antes chamada quinta das Covas, deve o nome a Martim Esteves Sacoto, foreiro no séc. XIV ao mosteiro de Santos).
- (105) ANTT, *Santos-o-Novo*, nº 782.
- (106) ANTT, *Hospital de S. José*, Livro 37, fls. 320-322v.
- (107) *Livro da Fazenda e Rendas (...) em 1570*: 283-284 (Aldeia do Tojalinho junto da Granja da Cortiça).
- (108) ANTT, *S. Vicente de Fora*, 1ª inc.mç.35, nº27.
- (109) ANTT, *Gaveta* 1-2-18.
- (110) ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 9, fl45v.
- (111) *Cabido da Sé (...)*: 51, 221.
- (112) ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, mç. 7, nº 8.
- (113) Vd. nota 104.
- (114) ANTT, *Dicionário Geográfico* (freguesias de Loures, Póvoa de Santo Adrião, Lousa, Santo Estêvão das Galés e Odivelas).
- (115) ANTT, *Chelas*, mç.7, nº 122.
- (116) Gil Domingues do Picoto, cidadão e rico mercador de Lisboa, em finais do séc. XIII, casou com Maria Esteves, filha de Marinha Gomes, barregã de D. Dinis. Possuía um paço e quinta em Pinheiro de Loures, com ermida e albergaria anexa, bens de que se fizeram partilhas em 1320. A família de Gil do Picoto associou-se, na região, aos descendentes de Vasco Martins de Loures, proprietários de uma quinta vizinha. Uma boa parte dos bens destas quintas entrou depois na posse do mosteiro de Santos, passando a Quinta do Pinheiro a designar-se por Casal da Fonte Santa, no séc. XVI (cf. Oliveira, 2007: 194 e ss.; Oliveira, 1999:60).
- (117) ANTT, *Santos-o-Novo*, nºs. 766, 812, 838.
- (118) ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 4º, fls. 133-134.
- (119) ANTT, *Hospital de S. José*, Livro 37, fls. 320-322v. (Informação que agradecemos a Rui Mesquita Mendes)
- (120) Informação amavelmente comunicada por Rui Mesquita Mendes.

- (121) Idem.
- (122) Arquivo Histórico Municipal de Lisboa, AHML, *Livro 4º de Vereação*, fl. 7 e ss.
- (123) AHML, *Livro 4º de Vereação*, fl. 44v. e ss.
- (124) ANTT, *Gaveta 7-17-4*.
- (125) ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mc. 22, doc. 120.
- (126) AHML, *Livro dos Pregos*, fl. 352, publ. 2016, p. 620.
- (127) ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 4 de Privilégios, fls. 309 v.º-310.
- (128) ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Tombos das Comendas, Liv. 294.

Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Municipal de Lisboa

Livro 4º da Vereação; Livro dos Pregos.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelarias Régias - *D. Afonso III; D. Dinis; D. João I; D. Afonso V; D. João II*

Corporações Religiosas - *Colegiada de Santa Cruz do Castelo; Colegiada de Santa Maria Madalena; Colegiada de Santa Marinha; Colegiada de Santo Estêvão; Colegiada de S. Julião de Frielas; Colegiada de S. Lourenço; Colegiada de S. Martinho; Mosteiro de Nossa Senhora da Graça de Lisboa; Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça; Mosteiro de Santa Maria de Chelas; Mosteiro de Santo Elói de Lisboa; Mosteiro de Santos-o-Novo; Mosteiro de S. Dinis de Odivelas; Mosteiro de S. Salvador de Lisboa; Mosteiro de S. Vicente de Fora.*

Corpo Cronológico

Dicionário Geográfico de Portugal

Gavetas

Hospital de S. José

Mesa da Consciência e Ordens -Ordem de Cristo/Convento de Tomar; Tombos das Comendas.

Núcleo Antigo

Viscondes de Vila Nova de Cerveira

Fontes impressas

AA.VV. - *Livro dos Pregos* (estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices). Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, 2016.

ACABADO, Maria Teresa Barbosa - *Inventário de compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora: cartulário do séc. XIII*. Coimbra: ed. autor, 1967.

BOISSELLIER, Stéphane - *La construction administrative d'un royaume. Registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII-XIVe siècles)*. Lisboa: CEHR – UCP, 2012.

Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brândões. Livro dos bens próprios dos reis e rainhas. Documentos para a história da cidade de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal, 1954.

Chancelarias portuguesas : D. João I (org. e rev. João José Alves Dias ; transcr. Pedro Pinto). Lisboa : Centro de Estudos Históricos, 4 vols. 2004- 2006.

CUNHA, D. Rodrigo da - *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*. Lisboa:1642.

Definições e Estatutos dos Cavaleiros e Freires da Ordem de N. S. Jesus Cristo. Lisboa: Pedro Craesbeck, 1628.

FALCÃO, Luís de Figueiredo, *Livro em que contém toda a Fazenda e Real Património (...)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da - *Crónica da Tomada de Lisboa : Chronica da fundação do Moesteiro de São Vicente de Lixboa....* (ed. fac-similada, paleográfica e crítica, com anotações). Lisboa, 1995.

GAIO, Felgueiras - *Nobiliário de famílias de Portugal*. Braga: Pax, 17 vols., 1938-1941.

GÓIS, Damião de - *Elogio da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Guimarães editores, 2002. (1ª ed. 1554).

LIMA, Jorge Hugo Pires - *Propriedades de Santa Cruz de Coimbra em Lisboa no século XII. Arquivo Histórico de Portugal*. II série, nº 8, (1941) Lisboa, 340-348.

LOBO, António de Sousa Silva Costa - *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa: Rolim, 1984 (Fac-símile 1ª ed.1903).

MADAHIL, António G.R. - *Livro da Fazenda e Rendas da Universidade de Coimbra, em 1570*. Coimbra: Universidade, 1940.

Monumenta Portugaliae Vaticana. 5 tomos, 4 vols., Braga: Editorial Franciscana 1968-1982.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de - *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa, 1640 [ed. fac-similada]. Lisboa: Vega, 1991.

- PEREIRA, Isaiás da Rosa - *Subsídios para História da Diocese de Lisboa*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de - *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas (...)*. Tomo Primeiro, Lisboa, 1707.
- SANTOS, Maria José Azevedo - *Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora : a comemoração dos que passaram deste mundo*. Lisboa : Academia Portuguesa da História, 2008.
- VENTURA, Leontina; OLIVEIRA; António Resende de - *Chancelaria de Dom Afonso III*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 3 vols. 2006-2011

Estudos

- ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. 4 vols., Porto: Livraria Civilização, 1967-1971.
- AZEVEDO, Rui Pinto - Período de formação territorial. In BAIÃO, António (coord.) - *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Vol. I, Lisboa: Editorial Ática, 1937.
- BRANCO, Maria João - Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração. In *Lusitania Sacra*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2ª série, Tomo X (1998), p. 55-94.
- BRASÃO, Eduardo - A Igreja matriz de Loures e os templários. In *Actas do Colóquio Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1975.
- COSTA, Avelino de Jesus - "Censual". In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 6, 1998, 670-671.
- COSTA, Francisco - *O Paço Real de Sintra*. Sintra: Câmara Municipal, 1980.
- DAVID, Pierre - *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI.e ao XII.e siècle*. Paris: Institut Français au Portugal, 1947.
- FARELO, Mário (2003) - *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*, (dissertação de mestrado em História Medieval). Lisboa: FLUL.
- FRAGOSO, Vítor (coord.) - *Carta Arqueológica do Município de Loures*. Loures: Câmara Municipal, 2011.
- LEITÃO, André de Oliveira (2011) - *O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização (meados do século IX – início do século XIV)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LOPES, F. Félix – Para a História de Torres Vedras. *Lusitânia Sacra*. Lisboa. 1ª série, nº 7 (1964-1966), 135-152.

MATTOSO, António Gonçalves – As Paróquias de Lisboa Através dos Tempos. *Lumen*. Lisboa. n.º 27 (1963), p. 534-550.

MATTOSO, José – A História das Paróquias em Portugal. In *Portugal Medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, pp. 37-56

MENDES LEAL, Joaquim José da Silva – *Admirável igreja matriz de Loures*. Lisboa: ed. Autor, 1909 (reimpressão fac-similada, Amigos da Matriz de Loures, 2017).

OLIVEIRA, Ana Cristina – Cabeceiras de sepultura do concelho de Loures. In *O Arqueólogo Português, suplemento 3 - Actas do VIII Congresso internacional de estelas funerárias*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2006, p. 215-242.

OLIVEIRA, José Augusto C. F. de – *Organização do espaço e gestão de riquezas: Loures nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1999.

OLIVEIRA, Luís Filipe – Uma barregã régia, um mercador de Lisboa e as freiras de Santos. In *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade. Actas do II Colóquio A Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 182-196.

OLIVEIRA, Padre Miguel de – *As Paróquias Rurais Portuguesas. Sua Origem e Formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950.

PEREIRA, J. M. Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: dicionário histórico, corográfico (...)*. Lisboa: João Romano Torres, 4º vol. 1909.

PRADALIÉ, Gérard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Palas, 1975.

PROENÇA, Padre Álvaro – *Subsídios para a história do concelho de Loures*. I volume- (Loures). Lisboa: União Gráfica, 1940.

SOUSA E SILVA, Isabel L. Morgado de – *As Comendas Novas da Ordem de Cristo (século XVI)*. Porto: Fund. Engº António de Almeida, 2012.

SILVA, A. Vieira da – A Evolução Paroquial de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: C.M.Lisboa. Nºs 13-14 (1942).

SILVA, Carlos Guardado da – *O mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrente e o património rural*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

SILVA, Carlos Guardado da – A toponímia e o povoamento moçárabe, árabe e islâmico na região de Loures, in *O medieval e o moderno em Loures – viagens pelo património*: Loures, Câmara Municipal, 2008, pp. 13-20.

VARGAS, José Manuel - O património das Ordens Militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de Afonso II. In *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III. Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, 2.º vol. (1999), p. 114-123.

VARGAS, José Manuel - As Freguesias de Lisboa e do seu Termo na Idade Média. *Olisipo, Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa. II Série, nº 17 (2002), p. 47-66.

Cartografia

Carta Militar de Portugal, 1/25000, folha 417 - Loures, 1965, Serviço Cartográfico do Exército.

Carta Militar de Portugal, 1/25000, folha 403 - Bucelas (Loures), 1962, Serviço Cartográfico do Exército.

MAPA TOPOGRAPHICO/que por Ordem de Sua Magestade Eri-gio/o Tene Coronel Luis D'alincourt. (...) O qual./ contem o lugar de mealhada (...). Lugar de Loures e seu Rio (...). Quinta dos Padres Vicente/Rio Trancão, São Adrião. Peteos, das Alebres./ Granja, Lugar de S.Antº. do Tujal, S. Julião do Tujal, marnotas (...)/1762. (Instituto Geográfico e Cadastral. CA 126).

DAVEAU, Suzanne - *Um Antigo Mapa Corográfico de Portugal (c. 1525). Reconstituição a partir do códice de Hamburgo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da FLUL, 2010.

SECO, Fernando Álvares - *[Mapa de Portugal]* 1561. Biblioteca Nacional, Cartografia C.C. 960V.



Santa Maria de Loures no primeiro quartel do século XVIII: Descrição da igreja a partir de uma visita feita em 1719

Rui Manuel Mesquita Mendes

ARTis-FLUL

Introdução

O estudo do património histórico e artístico do Concelho de Loures e, em particular, do seu património civil e religioso, conta não só com a contribuição de vários levantamentos e inventários (1), mas também com estudos e monografias históricas de vários autores, uns menos conhecidos, como Dário Canas (1944) e Silva Madeira (1970) (2), outros mais consagrados como Joaquim Mendes Leal (1909) (3) e o Padre Álvaro Proença (1940) (4). Além destes, importa também ler (ou reler) as fontes primárias do século XVIII como a *Corografia Portuguesa* do Pe. António Carvalho da Costa (1712), o *Mappa de Portugal* do Pe. João Baptista de Castro (1763), as *Memórias Paroquiais de Loures* – escritas pelo seu vigário Teotónio José de Brito Barros em 12 de Maio de 1758(5), e as *Visitações do Termo de Lisboa* do ano de 1760, publicadas pelo Pe. Isaías da Rosa Pereira (1980) (6).

Ainda assim, são várias as lacunas documentais e históricas respeitantes a esta matéria, em particular quanto à origem e evolução das confrarias e altares da Igreja matriz de Santa Maria de Loures, assim como das suas anexas, as ermidas públicas e particulares existentes nos limites desta antiga paróquia, que ainda no século XVIII incluía também os territórios, hoje, pertencentes às freguesias de Caneças e Santo António dos Cavaleiros.

Para colmatar estas lacunas é necessário alargar o âmbito da investigação das fontes disponíveis, sobretudo as respeitantes ao património religioso, não só o relacionado especificamente com edifícios de culto e assistência (como conventos, hospitais, igrejas e ermidas), mas também o existente nos edifícios e propriedades particulares, capelas e oratórios de palácios, solares e quintas. Nesse sentido, fizemos no presente estudo a sua análise tendo como ponto de partida uma nova fonte primária sobre a freguesia de Santa Maria de Loures no primeiro quartel do século XVIII, por nós identificada no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.

A fonte identificada e inédita na historiografia da paróquia é a *Descrição da Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures e suas anexas*, feita a partir de um auto de uma visitação realizada no tempo do vigário Pe. André Carvalho, pelo Desembargador António Gomes da Costa, em nome de D. Tomás de Almeida, 1º Cardeal-Patriarca de Lisboa, em 16 de Junho de 1719 (veja-se o apêndice documental).

Esta visitação e auto inserem-se no contexto histórico, cultural e político do reinado de D. João V (1706-1750), marcado pelo estabelecimento do Patriarcado de Lisboa Ocidental (1716) e pela fundação da Academia Real da História Portuguesa (1720), surgida na sequência da criação ao longo do século XVIII de outras academias régias europeias, e que tinha como objetivo recolher elementos para uma História de Portugal e das suas conquistas, assim como uma História eclesiástica do reino e dos seus bispados.

Na descrição feita por aquele desembargador e ministro da Relação Patriarcal, visitador da segunda visitação geral do Cardeal Dom Tomás ao seu Patriarcado – a primeira tinha sido feita pessoalmente logo em 1717 – , além de se verificar o estado das paróquias, procede-se igualmente a um primeiro levantamento histórico e demográfico das freguesias do Patriarcado, o qual foi depois continuado pelo labor do oratoriano Padre Luís Cardoso, a partir de 1732, com a produção do seu *Diccionario Geografico*, do qual, por se ter perdido o seu espólio no Terramoto de 1755, só foram lançados dois tomos em 1747 e 1751.

Luís Cardoso, com o impulso do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, através de interrogatórios enviados aos bispados e a todas as paróquias e povoações do reino, recolheu novamente, a partir de 1758, as suas descrições geográficas, demográficas, históricas, económicas, e administrativas, para além da questão dos estragos provocados pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755, dando assim origem às conhecidas *Memória Paroquiais ou Dicionário Geográfico Manuscrito*, concluído este na Casa de Nossa Senhora das Necessidades, em Lisboa, da Congregação do Oratório, no ano de 1832, muitos anos depois da morte do seu primeiro organizador, falecido em 1769.

Nesta visitação de 1719 encontramos informações sobre as igrejas paroquiais e suas anexas: - sacrário; - pia batismal; - altares maior, colaterais, secundários e capelas, sua invocação, fábrica, irmandades, confrarias e seus compromissos;- A sacristia; - obrigações pias de missas e aniversários; - ermidas públicas,

fábrica e irmandades; - ermidas particulares (capelas de quintas e outras); - casas religiosas; - os cargos e ofícios da igreja e sua cômputo; - dízimos e outras contribuições; e - dados demográficos.

A informação da visitação de 1719, acrescida a outras fontes já conhecidas do século XVIII e respeitantes aos anos de 1712, 1758, 1760 e 1763 (vide acima), permite estabelecer um quadro geral da paróquia de Santa Maria de Loures nesse período, em particular da sua igreja matriz, objecto de estudo da presente publicação.

No presente ensaio, além da bibliografia disponível, contamos também com outros dados menos conhecidos, compilados não só a partir dos fundos da Câmara Eclesiástica de Lisboa existentes na Torre do Tombo e do respetivo *Registo Geral, Expediente e Direitos da Chancelaria* (no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa), como também de outros fundos documentais privados e públicos, em particular o do *Hospital de São José* (Torre do Tombo) na parte respeitante à instituição de morgadios e capelanias e à sua relação com os espaços de culto, públicos e privados, da antiga freguesia de Santa Maria de Loures.

O século XVIII foi um período que, apesar de todas as suas vicissitudes políticas e sociais, próprias do *culminar do Antigo Regime*, deixou neste território um legado histórico, artístico e patrimonial bastante significativo.

A Freguesia de Santa Maria de Loures

A origem e evolução da paróquia de Santa Maria de Loures no período medieval é já objecto do texto de José Manuel Vargas, inserido neste volume, pelo que não nos debruçaremos sobre esta temática nesta breve introdução (7). Importa, contudo, salientar que no fim do século XV o território da paróquia de Loures confrontava com o território de outras paróquias igualmente antigas, com sede em lugares do termo de Lisboa, como Bucelas, Frielas, Tojal, ou com sede na cidade, como Santa Justa (com jurisdição sobre o Lumiar) e São Nicolau (Milharado) e ainda com freguesias da vila e termo de Sintra, como as das igrejas de São Miguel de Sintra (com jurisdição sobre Almargem e Montelavar) e de São Miguel de Alcainça.

É neste extenso território da paróquia medieval de Loures, que abarcava uma parte significativa do termo da cidade de Lisboa (ca. 90 km²), que então se começam a formar outras novas paróquias, resultantes da sua divisão, com a separação de uma

parte dos lugares do julgado de Albogas que, embora mantendo-se no termo da cidade, integraram a nova freguesia de Almargem do Bispo (1477/1483) (8), e depois, em consequência ou no decurso do Concílio de Trento (1545-1563), separar-se-ão da freguesia de Santa Maria de Loures as povoações e lugares mais distantes da matriz, a saber: - Póvoa de Santo Adrião (1524/1560) (9), Odivelas (1563 / 1579)(10), Santo Estêvão das Galés (ca. 1560-70) (11) (PEGAS, 1671: 78) e Lousa (1220-1259, ca. 1590) (12).

As novas freguesias, cujos moradores nomeavam e pagavam à sua custa o capelão cura que lhes administrava os sacramentos eclesiásticos, mantinham-se como dizimeiras à Comenda de Loures, sua matriz (13), e por isso os seus rendimentos eclesiásticos também providenciavam a fábrica da capela-mor e sacristia da Igreja de Santa Maria de Loures, assim como o pagamento da cômputa dos ofícios eclesiásticos a cargo da comenda, o principal dos quais era o de pároco de Loures.

A administração dos párocos de Loures, de acordo com as indicações de Mendes Leal, teve, em regra, uma grande estabilidade até ao século XVIII, sendo alguns mencionados por longos períodos. Entre esses vigários e priores que exerceram o seu mester na paróquia de Loures entre os séculos XVI e XVIII, encontramos os seguintes párocos: João da Nóvoa (1552), Tomé da Silva (1595-1604), Pero Antunes (1596-1599), Martim Soares da Cunha (1599-1601), António da Fonseca (1601-1647), Paulo Antunes Raposo (1647-1657), Domingos Antunes (1657-1658), Francisco Nunes (1658-1666), de novo Domingos Antunes (1666-1667), Manuel Godinho (1667-1692), que foi um notável clérigo e escritor, fundador da desaparecida da Capela do Socorro, embora muitas vezes ausente da paróquia (14), André Carvalho (1694-1735), visitado em 1719, conforme auto publicado em anexo, António Barata (1735-1736), Estêvão de Brito Barros (1736-1750), Teotónio José de Brito Barros (1750-1795), - autor da memória paroquial de 1758 - e José Luís Coutinho (1795-1803) (PROENÇA, 1940: 45).

Igualmente importantes, pela sua estabilidade e ligação a Loures, foram os seus comendadores da Ordem de Cristo, ainda que a sua comenda só tenha sido outorgada a esta Ordem por Roma, a pedido do rei D. Manuel I, no ano de 1517 (15). Foram estes comendadores peças chave na história das obras (ou falta delas) da igreja, em particular na sua capela-mor (além da sacristia e residência paroquial) onde tais obras eram da obrigação do comendador, cujo patrocínio era solenemente reforçado pela presença do símbolo máximo da Ordem, a Comenda ou



Figs. 1 e 2 - Igreja Matriz de Loures, 2022 @ José Vicente | Agência Calipo



Cruz de Cristo, aposta no fecho da abóbada da capela-mor. Os principais comendadores de Loures na Ordem de Cristo pertenceram até ao século XVIII à Casa de Fronteira e Alorna e seus antepassados, como: D. Lopo de Almeida, Alcaide-mor de Alcobça e sobrinho do Arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida; D. João de Almeida (1641) (16), Vedor da Casa dos Reis D. João e D. Afonso VI, e Gentil-homem de sua Câmara; D. Pedro de Almeida Portugal, O *Barbas*, 1º Conde de Assumar, que foi Vice-Rei do Estado da Índia, onde faleceu (1677-1679); D. João de Almeida

de Portugal, 2º Conde, Conselheiro de Estado e Embaixador a Carlos III depois Imperador da Alemanha, Académico de número da Academia Real, Comendador de Santa Maria de Loures (1650) (17); D. Pedro de Almeida Portugal, 3º Conde, Académico de número e Censor da Academia Real, Governador de Minas Gerais, Mestre de Campo General, e ultimamente Vice-Rei da Índia (1744), depois Marquês de Castelo Novo (1744), e 1º Marquês de Alorna (em 1748), voltando ao Reino (em 1752) foi nomeado Mordomo-mor da Rainha D Maria Ana de Áustria, D. João de Almeida de Portugal, 2º Marquês e 4º Conde, que não viu as suas comendas confirmadas no período do governo de Pombal e, ultimamente, a Casa da Marquesa de Chaves e Condessa de Peniche (1831) (18).

Mas regressando à função do pároco de Loures, este era, em 1760, “Vigário colado cuja apresentação antigamente era do Prelado, junto com o Cabido de Lisboa, e vagando no tempo da divisão do Senhor Cardeal de Almeida (...)”. Loures tinha outro pároco chamado o capelão do povo, que com o vigário recebia as ofertas do povo, e o comendador dava cõgrua ao vigário, tesoureiro e pagava e apresentava tanto ao referido pároco como a um cura (19). Era, assim, largo o número de clérigos em Loures, “sendo doze os que actualmente (em 1768) celebraõ na dita Igreja, alem de muitos hóspedes, e Cappellaes, que há em toda a dita freguezia, onde há muitas Ermidas (e que) vêm muitas vezes celebrar a dita Igreja” (20).

Em Loures, além das cerimónias da Quaresma, havia então um calendário religioso muito amplo, como indica Mendes Leal, nele se destacando, além das festas anuais das ermidas públicas, uma série de festas ligadas aos principais santos e santas representados na igreja matriz (LEAL, 1909: 186-187), organizadas por suas confrarias, irmandades e mordomias, que enumeramos na segunda parte do capítulo seguinte.

A igreja paroquial e as suas confrarias, capelas e altares

Construção, reformas e outras obras (séculos XVI-XVIII)

O sítio de Santa Maria de Loures ficava, no início do século XVIII, como um “Lugar muy fresco, & aprazível, duas legoas distante, de Lisboa” (COSTA, 1712: 616). Na sua história e nas várias descrições da igreja, verificamos que a sua construção decorreu entre o século XVI e a primeira metade do século

XVIII, época em que foram introduzidas certas melhorias, algumas já descritas no ano de 1719 (Veja-se o apêndice documental), em que o templo é dado como “hum grave edeficio a capella mayor he de Abobeda de pedraria com huma tribuna novamente feita com os degraos do Altar mayor, presbitérios, banquetta do altar e bazes da tribuna de pedra de embutidos”(21). Outro visitador diz-nos ali haver (em 1760)

(...) os retábulos ... antigos, apainelados com pinturas góticas. Na boca da capela-mor tem suas grades e esta é majestosa, toda guarnecida de talha dourada ao moderno com as bases de pedra imbutida, despesa que fez o povo, posto ser esta pertencente ao comendador (...) tem órgão de fábrica grande feito à custa dos paroquianos que liberalmente dispendem de suas fazendas para o ornato e funções da mesma igreja. (PEREIRA, 1980).

A igreja matriz de Loures que chegou à primeira metade do século XVIII foi, em larga medida, o resultado de um conjunto alargado de obras patrocinadas, quer pela Comenda da Ordem de Cristo, na capela-mor (em meados do séc. XVI) e sacristia (em 1562), quer pela contribuição ou finta dos seus fregueses, nas obras de reconstrução do corpo da igreja iniciadas em 1594 (LEAL, 1909: 327-330), mas só concluídas depois 1619, com a construção da torre sineira (1620/1624) e das portas laterais (1623/1624) (22), que provavelmente tiveram a intervenção de um arquiteto régio, como, por ex. Luís de Frias Pereira, autor de planos similares para o Mosteiro da Rosa na Caparica (MENDES, 2017).

Foram várias as obras de consolidação e embelezamento da igreja, entre os séculos XVII e XVIII, conforme se detalha nos restantes textos inseridos neste volume, assumindo com particular importância o contributo, a partir de 1664, da Irmandade do Santíssimo Sacramento, no azulejamento e obras de talha e embutidos, esta já descrita em 1719 (veja-se o apêndice documental).

Estando uma boa parte das obras concluídas em 1678, ali se celebrou um importante acto religioso, lembrado pelo seu pároco: “Neste anno em dia de S. Lucas (18 de Outubro) (em que) chrisinou o Ill.mo Sr. Arcebispo Luis de Sousa nesta Igreja mil e quinhentas pessoas, e se acharam no mesmo dia nesta Igreja dous Bispos chrismando S. Ill.ma e o Bispo do Maranhão. E me ordenou S. Ill.ma que Deus guarda ensine a Doutrina” (23).



Igualmente importante, como marco temporal, foi a edificação no fim do primeiro quartel do século XVIII de uma segunda torre sineira, cujo sino tinha no meio em relevo a imagem da Virgem e na borda=DEDICADO * A N * DASSVMPCAO * LVIS GOMES DE OLIVEIRA * ME FES * ANNO DE 1724 (24).

Outra grande obra da primeira metade do século XVIII foi a pintura do teto, provavelmente obra ou restauro posterior a 1735, ano em que o mesmo ameaçava ruína (LEAL, 1909: 315, 317). A sua empreitada permanece ignorada, embora o interesse do pintor Policarpo de Oliveira Bernardes em mandar construir umas casas em Loures, no Rossio de Santana, em 1736 (25), possa dar uma pista quanto à autoria da mesma.

Pelas descrições constantes nas memórias e visitas do século XVIII sabemos que a organização da Igreja matriz de Loures era distinta daquela que veio a ter no início do século XX. Em 1760, por exemplo, esta era uma igreja “de três naves de formatura grande e elevada com seu coro e cruzeiro, dentro do qual ficam os altares colaterais, para os quais se sobe por três degraus. E os retábulos são antigos apainelados com pinturas góticas. Na boca da capela-mor tem suas grades e esta é majestosa, toda guarnecida de talha dourada ao moderno com as bases de pedra embutida” (26). Tinha mais, no corpo da igreja, “um altar de cada parte, sen-

Fig. 3. Comparação entre a porta lateral da Igreja matriz de Loures (1623) e a porta da Igreja do antigo Mosteiro da Rosa da Caparica, projetada por Luís de Frias Pereira (ca. 1626). Porta lateral José Vicente | Agência Calipo



Fig. 4. Tecto da Igreja de Santa Maria de Loures, 2022 @ José Vicente | Agência Calipo

do o da do Evangelho dedicado a Santo André e Almas e nele está colocada uma veneranda imagem de Cristo crucificado com o título de Boa Sentença, e mostra ser antiga. Tem órgão de fábrica grande (...). Tem porta principal e de cada uma das ilhargas uma travessa”.

Seguindo o quadro resumo seguinte (Quadro 1), com a indicação do nome, data de fundação ou primeira referência documental (cujo detalhe se deve consultar nas notas subsequentes) e memórias em que são citadas os altares, capelas, confrarias, irmandades e mordomias da igreja, sabemos, por exemplo, que este templo era então (no século XVIII) composto de cinco altares, o principal da capela mor era dedicado à padroeira, a Virgem Maria Nossa Senhora da Assunção ou Santa Maria da Várzea, os colaterais, com seus retábulos de pintura gótica eram igualmente dedicados à Virgem Maria, um a Nossa Senhora da Graça o outra a Nossa Senhora da Conceição, e os travessos ou do corpo da igreja, composto de três naves, eram um dedicado a Santo André e

Almas, onde se venerava igualmente o Senhor Jesus da Boa Sentença, e o outro a Nossa Senhora do Rosário.

Cada um destes altares era paramentado pela sua irmandade ou confraria próprias, que zelava pelos bens deixados para



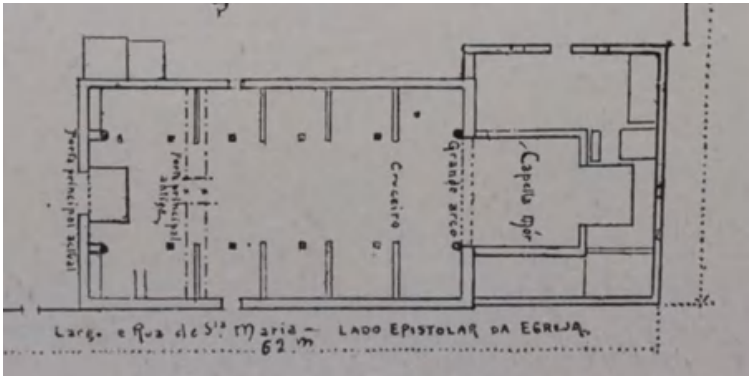
Fig. 5 - Vista do interior da igreja.
Altars colaterais e da nave, 2022.
@ José Vicente | Agência Calipo

o seu culto e pela manutenção da respetiva fábrica. Além destas, existiam ainda algumas mordomias ou mesários que zelavam pelo culto particular das respetivas imagens, sendo responsáveis pela festa anual celebrada em sua devoção e pelas esmolas deixadas a cada uma. Além destes altares atrás mencionados, há ainda registo de mais três, um dedicado a São Marçal, e outros dois existentes em capelas que vieram a desaparecer nos séculos posteriores à sua fundação, um na capela dedicada ao Espírito Santo, referida em 1587, mas omitida em 1719, e outro na capela dedicada a Nossa Senhora do Socorro, que o Pe. Manuel Godinho edificou em 1673, mas que por falta de conservação e bens próprios, vem a ser desativada na segunda metade do século XVIII.

Altar e capela-mor de Santa Maria da Várzea ou N.^a Sr.^a da Assunção (1220)

O altar principal da capela-mor da Igreja matriz de Santa Maria de Loures terá sido dedicado inicialmente a Santa Maria da Várzea, denominação obscura que aparece, por exemplo, no texto da visitação de 1719. No entanto, a sua denominação mais comum é de Nossa Senhora da Assunção, orago da igreja e da irmandade fabriqueira – “a antiquíssima Irmandade da Senhora da Assumpção, Orago da Igreja” (LEAL, 1909: 197) – que apa-

Fig. 6. Planta da atual igreja, situada junto do primitivo cemitério, hoje adro (LEAL, 1909)



Quadro 1: Altars, capelas, confrarias, irmandades e mordomias da igreja de Loures (séc. XVIII)						
T	Altar e Capela	T	Corporações pias	1719	1758-63	Notícias
C	Santa Maria da Várzea	I	N.ª Sr.ª da Assunção	o	o	1220 / 1613-1674
-	»	I	Santíssimo Sacramento	o	o	1618 / 1673
-	»	M	São Brás			1781
-	»	M	Santo Amaro			1781
-	»	M	N.ª Sr.ª do Cabo			1436
A	N.ª Sr.ª da Graça	I	N.ª Sr.ª da Graça	o	o	1542 / 1640
-	»	C	Santo Nome de Jesus			1635
-	»	M	São João Baptista			1662
-	»	M	São Sebastião			1662
A	N.ª Sr.ª da Conceição	I	N.ª Sr.ª da Conceição	o	o	1567
-	»	I	Santa Maria Madalena			1618
-	»	M	Santa Luzia			1781
-	»	M	Santa Catarina			1781
C	Espírito Santo	C	Espírito Santo	n/r	n/r	1532 / 1587
A	São Marçal	C/M	São Marçal	n/r	n/r	1646
C	Santo André e Almas	-	-	o	o	1621
-	»	C	Santo André			1621 / 1781
-	»	I	São Miguel e Almas	o	o	1621 / 1765
-	»	M	Santo António			1662
C	N.ª Sr.ª do Socorro	-	-	o	o	1673
A	N.ª Sr.ª do Rosário	C	N.ª Sr.ª do Rosário	n/r	o	1794 / 1635

Notícias = Datas de instituição – se sinalizada (*) da 1ª referência documental – da imagem ou confraria do altar ou capela. Vide: notas
A / C = Altar / Capela; C / I / M = Confraria / Irmandade / Mordomia

rece em 1613 na decisão de que deveriam concorrer os louvados fabriqueiros da igreja e a Irmandade da Senhora d'Assumpção na celebração dos atos da Semana Santa na capela-mor (LEAL, 1909: 53). À instância de seus irmãos e mordomos e para aumento do culto e esmolas, a Igreja de Santa Maria de Loures alcançou certas indulgências perpétuas concedidas por Breve apostólico passado em Roma pelo papa Alexandre VII (1659) (27). Esta irmandade foi depois incorporada na Irmandade do Santíssimo em 1676 (LEAL, 1909: 55). Em 1776, a fábrica adquiriu uma imagem em grande vulto da Senhora d'Assunção para colocar na frontaria da capela-mor, por cima do sacrário, para substituir o painel do antigo retábulo (LEAL, 1909: 143).

Irmandade do Santíssimo Sacramento (1618 / 1673)

A Confraria do Santíssimo aparece referida em 1618, numa ordem do visitador aos gerentes da confraria para que estes fizessem na sacristia do clero um grande armário para se recolher a imagem do Senhor Crucificado que servia nos atos da Semana Santa (LEAL, 1909: 270) e a mesma obrigou-se anos depois a completar as obras da igreja em 1664 (LEAL, 1909: 336-338). Esta só foi definitivamente formada como irmandade em 1676 (LEAL, 1909: 55), embora o seu compromisso já tivesse sido aprovado em 1673 (LEAL, 1909: 323), ali estabelecendo-se então a obrigação de terem missa quotidiana com capelão (28). A reforma do seu compromisso, recomendada em 1763, só veio a acontecer em capítulo geral de 15 de Março de 1801, melhorando a administração dos rendimentos da irmandade e o culto do Santíssimo, compostos por insignificantes foros e pelos anuais dos irmãos velhos (de 480 réis) e joias dos irmãos novos (de 4\$800 réis) que pagavam os irmãos e mordomos (29).

Mordomia de São Brás (1781)

Mordomia ou corporação de oblatos, que ainda existia em 1781, e que anualmente celebrava uma festa ao santo (PROENÇA, 1940: 45). Tinha uma imagem colocada na capela-mor na boca do trono do altar-mor (LEAL, 1909: 143).

Mordomia de Santo Amaro (1781)

Mordomia ou corporação de oblatos, que ainda existia em 1781, anualmente celebrava uma festa ao santo (PROENÇA, 1940: 45) cuja imagem se achava na capela-mor na boca do trono do altar-mor (LEAL, 1909: 143).

Mordomia do Círio do Cabo (1436)

O Círio dos Saloios de Loures ao Santuário de Santa Maria do Cabo é já referido em 1436, (MARTINS, 1957: 92).

Altar colateral de N.^a Sr.^a da Graça, lado do Evangelho, (1542) e sua Irmandade

Altar com o título de N.^a Sr.^a da Graça e Rosário (BARROS, 1758: 1253), os seus mesários e mordomos são referidos como irmandade em 1640 e nas obras da igreja (1662) (LEAL, 1909: 290, 298-299), mas em 1719 tinham somente procurador, por ali não haver irmandade. Teve foros com obrigação de missas anuais instituída por Álvaro Gonçalves, o qual mandou sepultar-se na Igreja de Loures na nave de Santa Maria da Graça (em 1542) (30). Este altar tinha no início do século XX imagens de vulto de São João Baptista, Senhor morto (dentro de esquife), São José e Menino Jesus (no berço e de pé) (LEAL, 1909: 130-132).

Confraria do Nome de Jesus (1635)

Confraria que foi beneficiada com esmolas no testamento de Brites Nogueira (1635) (31). Esta irmandade ainda existia em 1781 (PROENÇA, 1940: 45).

Mordomia de São João Baptista (1662)

Associação de fiéis responsável pela festa anual do santo (PROENÇA, 1940: 45).

Mordomia de São Sebastião (1662)

Mordomia ou corporação de oblatos referida nas obras da igreja (em 1662) (LEAL, 1909: 298-299), ainda existia em 1781 (PROENÇA, 1940: 45), fixando-se no Altar do Rosário depois de ter estado inicialmente no de N. Sr.^a da Graça.

Altar colateral de N.^a Sr.^a da Conceição, lado da Epístola, (1567) e sua Irmandade

Era paramentado por uma irmandade da mesma invocação com os legados deixados, em testamento, a esta imagem, como o de Pedro Vicente (1567) (32). Pouco depois, o pintor da rainha, Lourenço de Salzedo ou Saucedo, terá vindo a esta igreja (ca. 1570-1575), pintar as oito tábuas do seu retábulo, em que se encontram representados São João Baptista, Imaculada Conceição, Santo António de Lisboa, Santo Agostinho, Nascimento da Virgem, São Sebastião, Santa Luzia e Santa Maria Madalena (veja-se neste

livro, o capítulo escrito por Vítor Serrão). A confraria é registada em 1719 com capelão (33) e compromisso (veja-se o apêndice documental), que então não estava aprovado, mas foi-o em 24 de Fevereiro de 1720 (34), sendo talvez desta época a reforma do altar, onde existiam, no início do século XX, as imagens de vulto de Santa Luzia e Santa Catarina (LEAL, 1909: 130-132).

Irmandade de Santa Maria Madalena (1618)

Santa representada no retábulo do Altar da Conceição, a cujo culto se ordenou que os seus devotos nomeassem gerência como irmandade (em 1618) (LEAL, 1909: 270, 271). Ainda existia em como mordomia ou corporação de oblatos com sua festa anual, em 1781 (PROENÇA, 1940: 45).

Mordomia de Santa Luzia (1781)

Mordomia ou corporação de oblatos com sua festa anual, que ainda existia em 1781 (PROENÇA, 1940: 45).

Mordomia de Santa Catarina (1781)

Mordomia ou corporação de oblatos com sua festa anual, que ainda existia em 1781 (PROENÇA, 1940: 45).

Antiga Capela do Espírito Santo (1587) e sua Confraria (1532)

Antiga capela e confraria que depois veio a estabelecer-se na Casa ou Igreja do Espírito Santo entre os anos de 1541 e 1543 (LEAL, 1909: 148-149). Pedro Cardoso (Coutinho) e s.m. Isabel Ferreira deixaram uma quinta em Loures ao seu filho Francisco Cardoso, com obrigação de missas nesta capela, em 1587 (35). Perto do púlpito de pedra da nave central, existe um mealheiro com o emblema do Espírito Santo (referido em 1600) ligado a esta capela, a qual deve ter desaparecido nas obras do século XVII (LEAL, 1909: 148-149).

Antigo altar ou Mesa de São Marçal (1646) e sua confraria ou mordomia

Mencionado no testamento de Adrião Luís, feito em 4 de Abril de 1646, onde este manda sepultar-se na Tumba de N.^a Sr.^a da Conceição defronte da Mesa de São Marçal (36), cujo altar deve ter desaparecido nas obras do século XVII, ainda que a sua mordomia ou corporação de oblatos ainda celebrasse anualmente uma festa ao mesmo santo por volta de 1781 (PROENÇA, 1940: 45).

Capela (de Santo André e) das Almas, hoje Senhor Jesus e Almas e sua irmandade (1621)

Esta capela e confraria foram erigidas no século XVII, junto do Altar da Senhora da Graça, i.e., a nave do lado do Evangelho (esquerdo), sendo a única capela existente no corpo da igreja até a fundação da Capela do Socorro, na nave oposta a esta, em 1673. O seu altar aparece, por vezes, com o título do Senhor Jesus da Boa Sentença, sendo esta “uma veneranda imagem de Cristo crucificado com o título de Boa Sentença, e (que) mostra ser antiga” (37), cuja devoção era administrada pela Irmandade das Almas (38). A capela tinha na sua parede fundeira uma pintura do chamado “Senhor Jesus e Almas”, e em vulto as imagens dos seus titulares, o grande crucifixo com o Senhor Jesus da Boa Sentença, São Miguel pesando as Almas e, nas mísulas, o Santo André e Santo António, a que se acrescentou depois o São Sebastião, vindo da desmanchada Capela do Socorro (LEAL, 1909).

Confraria de Santo André (1621 / 1781)

Confraria antiga, que ainda existia em 1781 (PROENÇA, 1940: 45), e em cujo altar e capela se erigiu também a Irmandade das Almas.

Irmandade de São Miguel e Almas (1621)

A Confraria das Almas já existia em 1621, erecta no altar de Santo André e Almas, sendo demandados os seus mordomos a cumprir as missas da obrigação do seu compromisso (LEAL, 1909: 273). Tinha bens deixados em legado por um João Dias em 1651 (39). O seu compromisso estava aprovado pelo ordinário, com obrigação de missas, capelão e missa cantada pelo Dia de Santo André (veja-se o apêndice documental), mas foi depois foi revisto em 1733, com a confirmação de um acordo para pedirem esmola para missas pelas almas, na estrada pública e lugares determinados (40).

Mordomia de Santo António (1662)

Mordomia ou corporação de oblatos, que anualmente celebrava uma festa ao seu santo em 1781 (PROENÇA, 1940: 45), mas cujos mesários e mordomos são já referidos nas obras da igreja (em 1662) (LEAL, 1909: 298-299).

Antiga capela de N.^a Sr.^a do Socorro (1673)

A única capela privada da Igreja matriz de Loures foi fundada em 1673 por um dos mais notáveis eclesiásticos que parou aqui esta



Fig. 7- Capela do Senhor Jesus e Almas. Nave do lado do Evangelho, 2022 @ José Vicente | Agência Calipo

igreja, o Padre Manuel Godinho, a cuja biografia nos referimos anteriormente (vide ponto I). Localizava-se na “nave da Senhora da Conceição, em correspondência da Capela da Irmandade das Almas que fica na outra nave” (41). A propósito da origem desta capela, não seguimos Mendes Leal quanto a ter sido fundação do Dr. Manuel Godinho, Desembargador do Paço (em 1594) (LEAL, 1909: 28), pois os documentos da Câmara Eclesiástica clarificavam que, de facto, o Padre Manuel Godinho não se apropriou de nenhuma antiga capela, como diz Leal, mas sim que naquele ano de 1673, “por devaçam da Senhora do Socorro” se propôs erigir de novo uma “cappella na ditta Igreja d’ Loures pera o que tem já lavrada a pedraria, e Licença dos Louvados da freguezia de quem hé a Igreja” e dos fregueses, “sem pessoa alguma sair com im-

pedimento algum, antes dizerem todos que a ditta Capella seria em grande ornamento da Igreja por não ter mais que a sua de huma parte e lhe faltar esta pera correspondência" (42). Obtida a licença ordinária, dada em 8 de Maio de 1673 (43), lavrou-se a obra nova descrita (em 1719) como

huma Cappella que fes o vigario Manuel Godinho para ser sepultado nella sem renda alguma e por sua morte foi sepultado no Convento da Madre de Deos em o testamento com que faleceo deichou a mesma Igreja a dita Capella de que tem verba do mesmo testamento e na parede junto da dita Capella se vê huma pedra branca sem Letras, que antes em vida do dito vigario me constou as tinha e declaravaõ se sua capella hoje a fábrica della corre por conta da Igreja (veja-se o apêndice documental).

Esta capela foi depois adquirida por Manuel Rebelo de Carvalho. Este antigo notário apostólico, natural de Frielas, Beneficiado na Igreja de Loures, obrigou-se a dotar e paramentar a capela, à sua custa e pelo rendimento do seu *pomar de Palhais*, que ficava junto da Igreja, conforme escritura de obrigação lavrada em 1723 (44). Esta capela foi demolida já depois do Grande Terramoto de Lisboa, no ano de 1777, abrindo-se uma nova porta no seu local, tendo a imagem passado para a fronteira Capela das Almas, com a sua bonita frontaria de comprido dossel e depois para um novo Altar da mesma invocação, tendo a imagem da Senhora do Socorro desaparecido da matriz depois de 1808, talvez na sequência das Invasões Francesas (LEAL, 1909: 183).

Capela de N.^a Sr.^a do Rosário (1794) e sua confraria (1635)

Confraria instituída no altar da Graça, com esmolas de Brites Nogueira, dadas no seu testamento feito em 25 de Abril de 1635 (45), sendo igualmente referida em 1652 (como irmandade) e em 1662 (LEAL, 1909: 296, 298-299). Não tinha altar próprio na primeira metade do século XVIII (em 1719 e 1758), tendo a confraria sido reformada em 1747 e de novo aprovada por provisão de 8 de Agosto desse ano (46). Teve um Breve de Indulgência Perpétua para "a Igreja de Santa Maria do Lugar de Loures do Patriarchado celebrada no 1.º Domingo de Outubro dia em que se celebra a festa da Senhora a favor de D. Theodozia Josefa de Jezus", dado em 1794 (47), sendo provavelmente desta época a edificação do altar ou capela desta invocação na Nave da Senhora da Conceição (do lado da Epístola),

com retábulo pintado no fundo, representando um ato de comunhão à Virgem e, em vulto, a imagem padroeira desse altar, Nossa Senhora do Rosário, com Santo Alberto, S. Domingos, S. Sebastião e S. Francisco de Assis (LEAL, 1909).



Fig. 8 - Capela de N.ª Sr.ª do Rosário, 2022 @ José Vicente | Agência Calipo

Conclusão

No presente texto procurámos reconstituir a descrição e configuração da Igreja Matriz de Loures na primeira metade do século XVIII, a partir de fontes primárias inéditas ou pouco conhecidas e da bibliografia existente.

A fonte primária mais relevante para este ensaio, e que lhe serve de apêndice documental, é o texto de uma visita feita a esta

igreja em 1719 e cuja transcrição aqui publicamos pela primeira vez. Recorremos à mesma para traçar a evolução histórica e artística da Igreja Matriz de Loures até ao século XVIII, quer na sua vertente material, quer quanto à origem e evolução das corporações pias aqui estabelecidas. Reconhecemos que, pelo limitado espaço do presente ensaio, não foi possível desenvolver esta abordagem e alargá-la aos restantes espaços de culto então existentes na freguesia, em particular às igrejas e ermidas públicas e às capelas particulares ali indicadas, assim como outras constantes nas visitas e descrições setecentistas. Procuraremos desenvolver, em futura publicação, estes dados, de interesse para a história da freguesia de Loures.

A primeira metade do século XVIII, marcada pelo reinado de D. João V (1706-1750), foi um período de particular enriquecimento artístico e cultural para a paróquia e Igreja Matriz de Loures, facto a que não será alheio a proximidade do eixo Lisboa-Mafra e a existência desde, pelo menos, os finais do século XVI, de algumas importantes quintas de recreio nobres, como as dos Condes de Alva e Condes de Coculim, entre outras, ou ainda os palácios e casas de campo do Correio-mor e do Cardeal Patriarca Dom Tomás de Almeida, este em Santo Antão do Tojal, lugares em que o ambiente artístico joanino se manifestou com preponderância. Uma parte do rico espólio artístico, que ali existia ainda na primeira metade do século XVIII, conforme procurámos demonstrar neste ensaio, veio a desaparecer após esta cronologia, dadas não só as vicissitudes políticas e sociais, próprias do ocaso do Antigo Regime, como também as ruínas materiais causadas pelo Grande Terramoto de 1755, pelas Invasões Francesas e pelo fecho da Igreja em 1911.

Todavia, neste território e nesta igreja permanecem, ainda assim, um importante legado histórico, artístico e patrimonial.

Apêndice documental

Descrição da Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures e suas anexas em 16 de Junho de 1719.

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa [AHPL], *Livros de Visitas*, Liv. dos Termos da Visita ao Patriarcado de Lisboa no ano de 1719 (Ms. 576), fl. 15-18vº. (Agradecimentos: Dr. Ricardo Aniceto e Dr.^a Teresa Ponces).

Visita à Paróquia de Santa Maria de Loures, em 16 de Junho de 1719, pelo Dr. António Gomes da Costa, Ministro da Relação Patriarcal, visitador por D. Tomás de Almeida, 1.º Patriarca de Lisboa Ocidental.

[Fl. 15]

Vezita da Igreja de St.^a Maria de Loures

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e sette sentos e dezanove aos dezaseis dias do mes de Junho em esta Igreja de Santa Maria de Loures adonde veyo em vezita o Doutor Antonio Gomes da Costa Menistro da Rellação Patriarchal e vezitador este prezente anno neste Patriarchado pello Illustrissimo Reverendissimo Senhor Dom Thomas de Almeyda primeiro Patriarcha da Santa Igreja de Lisboa Occidental. Sendo recebido à porta da Igreja pello Padre Vigario della Andre Carvalho na forma do seremonial Romano e depois de feita oração e a procição sobre os defuntos porsedeu à vezita do Sacrario onde achou hum Cofre de Prata dourada por dentro, e por fora, onde se guarda o Santissimo Sacramento, hum vaso sacramental da mesma materia, em que se leva o Senhor aos enfermos e se dá na Igreja a Comunhão [FL. 15v] cuberto hum e outro com seu pano de tella com guarnição de ouro hum pavilhão e cortina do mesmo. O Sacrario hé de madeira dourado todo por dentro aonde tem corporal, e pedra ara, fecha se seguramente com porta e em tudo esta com todo o aseyo, o que muito louvo. Tem huma Custódia de prata dourada com que se expoem o Senhor.

E porguntado ao Reverendo Parocho a forma porque era levado aos enfermos, achou era levado com toda a decencia na forma que expoem o Sagrado Concilio Tridentino e que havia alguma falta e omissão nos Padres da freguezia em o acompanharem pello que mandou que aquelles que culpavelmente faltassem a tam precisa oCuppacção digo obrigação pagaria (sic) irremovivelmente sincoenta reis por cada ves para a Comfraria do Senhor.

Tem continuamente Lampada aseza a custa da Comfraria do Senhor para o que lhe da o Comendador dous cantaros de azeite em cada hum anno.

E Procedendo a vezitar a Pia Baptismal a achou ser feita de pedra bem lavrada e vedada, que fazia despedir bem agoa, e junto a ella o almario em que se guardaõ os Santo Oleos em tres

ambulas de prata com suas inscripções para serem conhecidas, tem mais duas ambulas pera se levarem a extrema unção aos enfermos e examinando-se o modo por que se admenistravaõ, hum e outro Sacramentos, achou ser com a decençia que manda o Seremonial Romano.

Vezitando o Altar mayor o achou decentemente ornado com as toalhas, vestimentas, pedra ara, a Invocaçãõ hé Nossa Senhora da Assumpção, nelle está instituida a Irmandade do Santissimo Sacramento que hé aprovada pello ordinario, tem por obrigaçãõ do seu Comprimisso missa quotidiana pellos Irmaõs vivos e defuntos para o que tem Cappelaõ actual que a satisfas, tem mais obrigaçãõ de duas missas de hum Legado que tambem se satisfazem, hé obrigado a fábrica desta Cappella o Comendador, para o que da doze mil Reis em cada hum anno, supre o mais a Irmandade do Santissimo, tem de obrigaçãõ hum nocturno e missa por cada irmaõ que falese o que se cumpre.

Vezitando o Altar de Nossa Senhora da Graça o achou paramentado de todo o necessario, neste altar está [Fl. 16] instituída-Comfraria da mesma Senhora, que se acha somente com procurador, por não ter Irmandade, tem alguns foros que lhe foraõ deichados com obrigaçãõ de vinte e sinco missas rezadas cada anno, e seis cantadas e hum nocturno pellas almas das pessoas que lhe deicharaõ os ditos foros, cujas obrigações estão satisfeitas athé o anno de mil sete senttos e dezoito e pera que com efeito se cumpraõ com pontualidade, ordenou o Senhor vezitador que daqui em diante o Reverendo Vigario faça cantar as missas em seos tempo, e não lhe pagando o procurador o evite dos Officios Devinos.

Vezitando o altar das Almas o achou paramentado como o asima, nelle ha huma Confraria das Almas com Cumprimisso aprovado pello ordinario tem per obrigaçãõ missa quotidiana pellos irmaõs vivos e defuntos para o que o que tem Cappella actual que satisfaz a dita obrigaçãõ tem mais de obrigaçãõ hum nocturno e missa por cada Irmaõ que falese que se cumpre, tem mais de obrigaçãõ hum officio de nove lições com sua missa cantada e ofertadas dia de Santo Andre e tem vesperas solemnes, pellas almas do Purgatorio o que se cumpre, tem mais na sua outava da Paschoela, digo no Domingo de Paschoela, hum nocturno com missa cantada e sermaõ pellas mesmas almas do Purgatorio o que se não cumpre haverá seis o sete annos pouco mais o menos; tem alguns foros que lhe deicharaõ de que a menza tem títulos com obrigaçãõ de duas misas cantadas em

cada hum anno pella alma de Luiza Ribeiro e duas rezadas pella alma de Genebra Fernandes, que estam por dizer a dous annos e mandou o dito Senhor em que se digaõ logo e que se cumpra o aniversario (sic) no outavario dos Santos e as missas cantadas que se deverem atrazadas e que daqui em diante com penna de quatro mil reis se cantem com os sufragios que ordena o Cumprimisso.

E Vezitando o altar de Nossa Senhora do Socorro o achou para-mentada (sic) como os asima e nelle não há Comfraria alguma ese altar foi huma Cappella que fes o vigario Manuel Godinho para ser sepultado nella sem renda alguma e por sua morte foi sepultado no Comvento da Madre de Deos em o testamento com que faleceo deichou a mesma Igreja a dita Capella de que tem [Fl. 16v] verba do mesmo testamento e na parede junto da dita Capella se vê huma pedra branca sem Letras, que antes em vida do dito vigario me constou as tinha e declaravaõ ser sua a Capella, hoje a fábrica della corre por conta da Igreja.

E vezitando o altar de Nossa Senhora da Conceipção o achou nos paramentos como os mais declarados nelle há huma Comfraria da mesma Senhora, a qual tem Cumprimisso sem ser aprovado, tem hum quotidiano Capellaõ que dis missa actualmente pellos Irmaõs vivos e defuntos tem mais de obrigação hum nocturno por cada irmaõ que falese com sua missa, tem mais dia de Nossa Senhora da Conceipção missa cantada com sermaõ e vesporas solemnes o que tudo se satisfas, tem mais de obrigação das irmãs veúvas e solteiras em dia de Todos os Santos hum nocturno com sua missa cantada e sermaõ podendo ser em o dito dia e se não em outro esta obrigação se não satisfas haverá sete o outto annos; tem mais alguns foros de que tem titulos com obrigação de sinco missas rezadas cada hum anno pellas almas de quem lhos deichou que se cumprem, ordenou o Senhor vezitador que se cumpra o que detremina o Cumprimisso o qual faraõ aprovar no termo de hum mes por sua Illustríssima Reverendíssima e os sufrágios que faltaõ se satisfaraõ no mesmo termo com penna de quatro mil reis e não se satisfazendo remeterá o Reverendo Vigario certidaõ ao Doutor Prometor como tambem falta se se faltar ao que ordeno a respeito dos sufrágios em que tem faltado os irmaõs das Almas a quem cometo a mesma penna.

Tem mais os Irmaõs do Santissimo Sacramento obrigação de missa quotidiana no altar mayor pellos Irmaõs vivos e defuntos que se satisfas per hum Cappellaõ actual; ordenou o Senhor vezitador que por evitar os descaminhos que podem succeder para o futuro (sic), os procuradores das Irmandades e Cappellas desta Igreja

com penna de quatro mil reis cada hum tirem duas certidões dos testamentos das pessoas que lhe deicharaõ bens com emcargos e sem elles e do Tombo das Propriedades obrigadas aos emcargos das quais se guardará huma no Cofre da Igreja e outra se remeterá à Câmara Patriarchal e não o fazendo o Reverendo Vigario mandará certidaõ ao Doutor Prometor e se exzeminará as esmolhas que foraõ deichadas porque no cazo que não sejaõ as competentes para o tempo se possa corre por [FL.17] por reduçaõ para louvar do escrupulo de se não satisfazer as vontades dos testadores, hindo ao Hospital por Legados não cumpridos, sendo deichados em lugar serto.

E vezitando da Sanchristia achou os paramentos necessarios e alguns ornamentos rricos com caxões capazes de se guardarem, e por que achou hum inventário ordenou o Reverendo Parocho remetesse huma copia para a Camara e metese outra no Cofre da Igreja e fizesse huma taboa em que se escrevesem as obrigações de missas e aniversarios das Confrarias e Igreja que estaria sempre na Sanchristia Tem esta freguezia outto ermidas, a saber em Loures, o Espirito Santo; nas Alvogas, Santa Anna; em Montemor, Nossa Senhora da Saúde; em Canessas, S. Pedro; na dos Calvos, Nossa Senhora da Redonda; na dos Canos, S. Phellippe; na Murteira, São Pedro; da Fonte das Lagariças (sic), S. Miguel; as quais estão com bastante decencia e tem os paramentos necessarios para se dizer missa, não tem nenhuma fábrica particular, porque a todas estão obrigados os moradores de cada lugar. A do Espirito Santo, Canessas, com o S. Miguel, e a da Morteira tem alguns foros com obrigações de missa, que com effeito se sastifazem. Tem mais a ermida de Santa Eulalia no lemite de Santo Estevão das Galés, filial desta Igreja, a cujo Parrocho pertense as ofertas e administração desta ermida [Nota lateral: Nota o que vai sobre a ermida de Santo Estêvão das Galés].

Tem mais ermidas particulares em quintas, a saber: na de Francisco Correa da Silva da invocação de Santa Luzia; na Estrada, na Quinta de Belchior da Cunha Brochado a invocação de Saõ Sebastiam; na Quinta do Contador Mor, na do Reis huma ermida; na Ponte de Frielas na Quinta de Francisco de Mello, a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres; na Quinta do Correyo mor huma da invocação de Nossa Senhora; as quais todas estam com decencia e tem paramentos para se sebrar (sic) como também as de Dona Izabel Senhorinha da invocação de S. Joachim; e a de Luis Manuel Monis Pereira da invocação de Nossa

Senhora do Bom Sucesso; e ultimamente a de Nossa Senhora da Nazare, na Quinta de Jozeph de Brito Castro de Mello na Ponte de Frielas, a qual o Senhor vezitador suspendeo e prohiu que nella se diga missa por estar indecentissima, como também suspende o calis e ornada com pena de excomunhaõ mayor quem com elle se diga missa por não estar capas.

Há no limite desta freguezia hum [fl. 17v] Convento do Espírito Santo no sitio da Mialhada de religiosos Capuchos da Província da Rabida, que regularmente tem vinte religiosos pouco mais ou menos que se sustentaõ de esmolos e vivem religiozamente. Esta Igreja hé da invocação de Nossa Senhora da Assumpção com o titullo de Santa Maria da Varge; hé hum grave edefício, a Capella mayor hé de Abobeda de pedraria, com huma tribuna novamente feita com os degraos do Altar mayor, presbiterios, banquetta do altar e bazes da tribuna de pedra de embutidos. O corpo da Igreja hé de três naves lagiado, o pavimento é devidido em sepulturas com seos estrados de madeira; o tecto forrado de bordo tudo com muita decencia e compustura, tem quatro confissionarios de madeira fechados com suas grades, tem quatro frestas grandes por banda, com suas vidraças e duas no coro com seu oculo fica clarissima a Igreja.

Hé matriz de que sahiraõ quatro filiaes a saber Odivellas, Povia de Santo Adriaõ, Louza e Santo Estevaõ das Galés, não se sabe o tempo em que foi fundada nem por quem; o Parrocho hé hum vigario perpetuo e o seu provimento de concurso, o qual tem de congrua quarenta mil reis em dinheiro que lhe paga o Comendador.

Tem hum Cappellaõ curado com obrigação de admenistrar os sacramentos o qual apresenta alternativamente pello prellado e pello Cabido da Seé Oriental tem de congrua trinta Alqueires de trigo e nove mil reis em dinheiro de que lhe paga a metade o Prellado desta diocesi e a outra o Cabbido da Seé Oriental e leva este Cappellaõ metade das offertas funerais e tem obrigação de dizer missa pro popullo os Domingos e dias Santos.

Tem mais hum cuadjutor que apresenta o Conde de Assumar como Comendador da Ordem de Christo e da-lhe de congrua hum moyo de trigo huma pipa de vinho e quatro mil Reis em dinheiro, pertende ter a quarta parte das offertas de todo o peé de Altar que toca ao Reverendo Vigario sobre que corre Legitio (sic) [Nota lateral: «e tem duas Sentenças a seu favor e hé escriptaõ Manuel Ferreira da Legacia»].

Tem mais hum Thezoureiro que apprezenta o Comendador e lhe

dá de congrua trinta Alqueires de trigo hum quarto vinho de treze almudes e quatro mil Reis em dinheiro.

Os Dizimos desta freguezia e suas anexas se repartem pella maneira seguinte: o grosso que consiste em trigo, semteyo, milho, sevada se reparte em duas metades das quaes leva a mitara huma o Cabbido da See [Fl. 18] Oriental outra e de huma e outra a metade leva o Comendador a décima parte.

Das miunsas que são tudo o mais de que se paga dízimo se lhe parte tambem em duas ametades das quais leva o Comendador huma e da outra ametade a Mitara e a outra ametade o Cabbido da Seé Oriental.

Do celeiro do Paõ que chamaõ pequeno no sitio da Morteira leva somente a Mitara todo o dízimo e della a décima e delle a décima parte o Comendador Tem esta freguezia prezentemente nella asistentes des clerigos todos sacerdotes em que entra também o Reverendo Vigario consta de sete sentos e vinte e hum fogos e duas mil e duzentas e trinta e sete pessoas mayores e quatro sentos e vinte menores [2657 habitantes] de que tudo mandou fazer este autto que assignou e eu Jozeph da Silva Leal escrivão da vezita que o escrevy.

(a) António Gomes da Costa (Nota adicional: Vai mais na volta Costa)

André Carvalho Vigario nesta Parochial de Santa Maria de Loures, certefico que por ordem do Muito Reverendo Senhor Doutor António Gomes da Costa Menistro da Relaçam Patriarchal, e Vizitador recebi hum Edital impresso de que hé a cópia o que vai a Fl. 6 deste Livro o que Li inter missarum solemnias aos meus freguezes e tersa feira que se contaram treze do presente mez de Junho, e ao depois o fixei nas portas desta Igreja e nellas se acha ainda Fixado athé o presente, e por esta me ser pedida, a passey hoje 17 de Junho de 719.

(a) o Pe. Vig.º Andre Carvalho [Fl. 18v]

Memoria do que faltou na freguezia de Sancta Maria de Loures.

Achou o Senhor vezitador que João de Freitas do Lugar de Loures era obrigado a mandar assender huã a Lampeda na Capella maior todos os Domingos e dias Santos pera o que estavam vinculadas huas cazas sittas no Lugar de Loures, e que faltava a esta obrigação, pello que ordennou que o procurador ou Thezoureiro do Senhor, vendo que a alampada se não acende as horas costumadas, a assenda com o aceite da Confraria pera a

qual pagava de pena o administrador, e o possuidor das cazas sincoenta reis por cada ves.

Achou que o povo nas vespas proximas passados pagava a procuração, e com esta Igreja hé a Matriz e não podia haver contracto a esta matéria contra o povo, revendo os livros antigos da fábrica achou que esta tal despeza não fazia, e que nos annos proximos se comessou a levar humas vezes mais outras menos, o que talvez seria contra direito por se pagarem mais promptamente os vezitadores, e por esta rezaõ a não levou sem embargo de que lhe deraõ o sustento de que tudo mandou esta declaração pera se dar providencia em Synudo sobre esta materia, eu o Padre Bento de Oliveira e Vasconcellos, Secretário desta vezita o escreuy.a). António Gomes da Costa.

Notas

(1) Os levantamentos já conhecidos e mais utilizados são o volume dedicado ao Concelho de Loures da colecção *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa* coordenado por Carlos de Azevedo (1983), a obra seminal *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa* de Anne de Stoop (1986) e ainda, o inventário municipal do *Património Cultural Construído* (1988) e a *Carta Arqueológica do Município de Loures* (2000). Vide: AZEVEDO, Carlos de, FERRÃO, Julieta, GUSMÃO, Adriano de – *Monumentos e Edifícios Notáveis do Concelho de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1983; STOOP, Anne de – *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Lisboa. Porto: Livraria Civilização Editora, 1986; Câmara Municipal de Loures– *Património Cultural Construído: aglomerados [do Concelho de Loures]*, des. Carlos Costa, fotog. Maria José Lopes. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1988; *Carta Arqueológica do Município de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2000.

(2) CANAS, Dário – *O Concelho de Loures: Notas sobre o seu passado (...)*. Lisboa, 1944; MADEIRA, Silva – *Elementos subsidiários para a história do Concelho de Loures*. Loures: Edição do Autor, 1974.

(3) LEAL, Joaquim José da Silva Mendes – *Admirável Egreja Matriz de Loures*. Lisboa: Typ. Commercio, 1909.

(4) PROENÇA, Pe. Álvaro – *Subsídios para a História do Concelho de Loures*. 1.º Vol. Lisboa: Tip. da União Gráfica, 1940.

(5) Para o presente estudo seguimos a nossa leitura do manus-

crito original cit. BARROS, Teotónio José de Brito – «[Memórias Paroquiais de Loures]», in *Dicionário Geográfico Manuscrito*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT, *Memórias paroquiais [1758]*, vol. 21, n.º 142, pp. 1249-1260), Loures, 12 de Maio de 1758. Entretanto, as mesmas já foram objecto de estudo e publicação em: CAPELA, José Viriato, MATOS, Henrique, CASTRO, Sandra – *As Freguesias dos Distritos de Lisboa e Setúbal nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*. Colecção – Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758, Vol. 10. Braga: Edição de autor, 2016.

(6) PEREIRA, Isaiás da Rosa – *Subsídios para a história da diocese de Lisboa do século XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.

(7) Sobre o território de Loures na Idade média vide, além dos estudos já citados: OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – *Organização do Espaço e Gestão de Riquezas. Loures no século XIV e XV*. Lisboa [s.n.]. Dissertação de Mestrado em [História Medieval] apresentada à [Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa], 1997; OLIVEIRA-LEITÃO, André – “O povoamento do termo de Lisboa no pós-Reconquista: o papel de duas casas monásticas dos arrabaldes na estruturação de um território (1147-1321)”. In FONTES, João Luís Inglês et. al. (Coord.). *Lisboa Medieval, Gente, Espaços e Poderes*. Lisboa: IEM, 2016, pp. 155-176; VARGAS, José Manuel – “As Freguesias de Lisboa e do seu termo na Idade Média”. *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, s. 2, n.º 17 (2002), pp. 47-66.

(8) Por uma escritura sobre o Casal de Camarões, sabemos que esta já se achava no distrito da freguesia de Almargem no ano de 1511, cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Convento da Penha Longa*, mç. 10, n.º 38-39.

(9) ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mç. 1280, s/n.º, Ano de 1717.

(10) Auto de posse dos bens da Capela de Catarina Dinis, cf. ANTT, *Hospital de São José*, Liv. 57, fl. 70v.

(11) ANTT, *Hospital de São José*, Extractos, Escrivão Botelho, Cx. 504, Liv. 8, N.º 396; Autos de Capelas, mç. 51, n.º 2, Cx. 622.

(12) ANTT, *Mosteiro de Santos-o-Novo de Lisboa*, n.º 1829.

(13) Diz o visitador de 1760 que “as filiais como Odivelas, Pova e Santo Estevão das Galés e também Lousa pagam em reconhecimento ao vigário certa porção”, cf. Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHPL), *Visitações*, Ms. 54 [1760], fls. 44-44v.

(14) Manuel Godinho, antigo padre da Companhia de Jesus, an-

dou pelo Oriente ao serviço desta ordem religiosa, e foi autor de uma curiosa memória de viagem, impressa inicialmente com o seguinte frontispício: *Relação do Novo Caminho que fez por Terra e Mar vindo da Índia para Portugal no anno de 1663 o Padre Manuel Godinho da Companhia de Jesus, enviado a Magestade d' El Rei N. S., D. Affonso 6.º pelo seu viso-rei António de Mello e Castro, e Estado da India. — A Luiz de Vasconcellos e Sousa, conde de Castel melhor, dos conselhos de d' Estado e Guerra de S. M., seu Escrivão da Puridade, &, Em Lisboa: com licença. Na officina de Henrique Valente de Oliveira, impressor d' El-rei N. S. Anno de 1665*, reeditada por Gioacchino Ventura em 1842. A sua habilitação para Comissário e Qualificador do Santo Ofício feita em 1689 diz-nos que este eclesiástico, já então Clérigo do Hábito de São Pedro, teólogo e pregador, era filho de Manuel Nunes de Abreu e Joana do Rio Godinha, naturais das vilas de Nisa e Montalvão, e residentes nesta última e em Coimbra, onde morreram. Foi Lente em Teologia na Religião da Companhia de Jesus, de que fora religioso, e vivia em 1689 junto do Mosteiro da Madre de Deus na sua Quinta à Cruz da Pedra, cf. ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 35, doc. 765. Diz o coordenador da segunda edição da sua obra, em 1842, que o próprio Manuel Godinho era natural na vila de Montalvão, onde nascera no ano de 1630, e contando apenas quinze anos de idade entrou para a Companhia de Jesus, no Noviciado de Coimbra, aos 3 de Junho de 1645. Ignora-se quando passou às missões da Índia; mas ali mereceu a confiança do vice-rei, António de Mello e Castro, que não duvidou em encarregá-lo de participações importantes, enviando-o à corte nos finais de 1662 numa missão certamente de alta monta, de muito segredo, e também de urgência, como se depreende de várias passagens da sua Relação, como no fim do cap. 3.º e princípio do 5.º, em que relata os disfarces que adotara para não ser reconhecido nem dos outros europeus que na Índia mercadejavam, nem dos mouros e outros infiéis (sic). O padre Godinho chegou à corte em Outubro de 1663, sendo provável que el-rei D. Afonso 6.º e seus ministros lhe fizessem condigno acolhimento, senda a obra acabada de imprimir no Colégio de Santo Antão em 2 de Outubro de 1665 (GODINHO; VENTURA, 1842). Foi vigário da freguesia de Santa Maria de Loures de que, de acordo com os registos paroquiais, tomou posse em Maio de 1667 exercendo até 1683, tendo sido substituído muitas vezes pelos curas e coadjutores da Igreja, deixando de aqui residir pessoalmente em 1677. Foi também prior da paróquia de S. Nicolau de Santarém e

beneficiado na do mesmo orago na cidade de Lisboa, em cronologias que não foi possível apurar. Segundo Barbosa Machado, faleceu em 1712, com a idade de 78 ou 81 anos.

(15) ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 22, n.º 120, 18-11-1517.

(16) *Inventario dos livros das portarias do Reino*, I, 1909: 347.

(17) ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Chancelaria da Ordem de Cristo, Liv. 41, fls. 2v-3v.

(18) *Gazeta de Lisboa*, 10-12-1831.

(19) AHPL, *Visitações*, Ms. 54 [1760], fls. 43v-44.

(20) ANTT, *Ministério do Reino*, Consultas da Mesa da Consciência e Ordens, mç. 409, 28-1-1768.

(21) AHPL, *Visitações*, Ms. 576, fl. 17v.

(22) LEAL, 1909: 274, NOÉ, Paula (1991); ROSA, Ana (1997) – Igreja Paroquial de Loures / Igreja de Santa Maria, pub. <http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4046> (14.4.2018).

(23) Arquivo Distrital de Lisboa (ADLSB), *Registos Paroquiais (PRQ)*, Loures (PLRS07), Casamentos, Liv. C3, imagem m0023.

(24) O sino foi depois vendido à Junta de Paróquia de São Miguel de Alcainça em 1864 (VALDEZ, 1895: 11) e esta segunda torre foi demolida durante o século XX, no decurso dos restauros feitos pela antiga DGEMN.

(25) Auto de vistoria de 23 de Julho de 1736, pelo mestre medidor José Freire, de algumas obras feitas no baldio público de Loures onde “ahy apareceu Polycarpo de Oliveira Bernardes e reprezentou que elle pertendia poder fazer humas cazas pera sua vivenda, e abitaçaõ em hum pedaço de chão citto no Rocio de Santa Anna que fica junto deste dito Lugar”, cf. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico (AML-AH), *Administração*, Foros 040.

(26) AHPL, *Visitações*, Ms. 54 [1760], fl. 44.

(27) Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF), PT/ACMF/DGJC/LIS/LOU/PRDIV/018.

(28) ADLSB, 1.º *Cartório Notarial de Lisboa*, Of.º B, Livros de notas, Cx. 20, Liv. 424, fl. 8, 1682/06/11, contrato com o Pe. João Baptista.

(29) ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mç. 1808, Mar.º de 1811.

(30) ANTT, *Hospital de São José*, Liv. 57, fls. 97v-sgs.

(31) ANTT, *Hospital de São José*, Liv. 57, fls. 66-sgs.

(32) ANTT, *Hospital de São José*, Liv. 57, fls. 199-sgs.

(33) Em 1738, o seu capelão era o Padre Manuel Antunes, cf. ADLSB, *Registos Paroquiais [PRQ]*, Loures [PLRS07], Casamentos, Liv. C5, Fl. 109.

(34) ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mç. 1832, s/n.º,

1720/02/24.

(35) A quinta era composta de casas de sobrado e térreas, com seu pátio, pomar serrado, poço de água, vinhas, oliveiras, terras e matos, que partia com a estrada de Sintra e com a estrada de Loures e com outra quinta que estava de fora do mato e do Norte partia com quinta que foi de José Figueira e do Sudoeste outra quinta, cf. ANTT, *Hospital de São José*, Liv. 57, fls. 186-sgs, 12-12-1587.

(36) ANTT, *Mosteiro de São Dinis de Odivelas*, Liv. 13, fls. 143, 26-7-1677.

(37) AHPL, *Visitações*, Ms. 54 [1760], fls. 43v-44; BARROS, 1758: 1253.

(38) ANTT, *Cartório Notarial do Distribuidor de Lisboa*, Cx. 41, Liv. 126, fl. 63.

(39) ANTT, *Hospital de São José*, Liv. 57, fls. 133-sgs.

(40) ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mç. 1810, n.º 216, 1733/07/15.

(41) ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mç. 1810, doc. 212.

(42) ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mç. 1810, doc. 212.

(43) AHPL, *Registo Geral*, Ms. 373, fl. 199.

(44) ANTT, *Câmara Eclesiástica de Lisboa*, mç. 1808, s/n.º, 1723/06/02.

(45) ANTT, *Hospital de São José*, Liv. 57, fl. 66-sgs.

(46) AHPL, *Registo Geral*, Ms. 449, fl. 49.

(47) AHPL, *Bulas e Breves*, Ms. 749, fl. 146v, 1794/09/23.

Bibliografia

ANDRADE, Paulo – *Quinta do Conventinho: Parte 2. Antecedentes e fundação / Problemática da data da Fundação*, disponível online em <http://blog.thomar.org/2011/09/quinta-do-conventinho-parte-ii.html>

AZEVEDO, Carlos de, FERRÃO, Julieta, GUSMÃO, Adriano de – *Monumentos e Edifícios Notáveis do Concelho de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1983.

BARROS, Teotónio José de Brito – *Memórias Paroquiais de Loures. Dicionário Geográfico Manuscrito*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT, *Memórias paroquiais [1758]*, vol. 21, n.º 142, pp. 1249-1260). Loures, 12 de Maio de 1758.

Câmara Municipal de Loures – *Carta Arqueológica do Município de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2000.

- Câmara Municipal de Loures – *Património Cultural Construído: aglomerados [do Concelho de Loures]*. des. Carlos Costa, fotog. Maria José Lopes. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1988.
- Câmara Municipal de Loures – *Roteiro Turístico de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2012.
- Câmara Municipal de Loures – *Moinhos e azenhas de Loures*. Loures: Museu Municipal de Loures, 1994.
- Câmara Municipal de Loures - Arquivo Municipal. Disponível online em <https://app.cm-loures.pt/portalarquivo/>
- CANAS, Dário – *O Concelho de Loures: Notas sobre o seu passado (...)*. Lisboa: [s.n.], 1944.
- CAPELA, José Viriato, MATOS, Henrique, CASTRO, Sandra – *As Freguesias dos Distritos de Lisboa e Setúbal nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*. Coleção – Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758. Vol. 10. Braga: Edição de autor, 2016.
- CARDOSO, Jorge – *Agiologio lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do reino de Portugal e suas conquistas... composto pelo licenciado George Cardoso natural de mesma cidade*. Tom. II, Lisboa: Na officina de Henrique Valente D'Oliveira, 1657.
- CARDOSO, Pe. Luís – *Diccionario Geografico*. Tomo II. Lisboa: Officina Sylviana, 1751, disponível online em <http://purl.pt/13938/3/>
- CARVALHO, Armindo Ayres de – Documentário artístico do primeiro quartel de setecentos, exarado nas notas dos tabeliães de Lisboa. *Bracara Augusta*. 27 (1973), 131-212.
- CARVALHO, Armindo Ayres de – *D. João V e a Arte do seu tempo*. Mafra: Edição do autor, 1960-1962 (2 Vols).
- CASTRO, João Baptista – *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Tomo III. Parte V. 2.^a ed. Lisboa: Off. Patriarchal de Francisco Luiz Ameno, 1763.
- COSTA, Pe. António Carvalho da – *Corografia portugueza, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal (...)*. Tomo III. Lisboa: Off. Valentim da Costa Deslandes, 1712.
- CUNHA, D. Rodrigo da – *História ecclesiastica da Igreja de Lisboa*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1642.
- DE CERERO, Fr. Stanislao Melchiorri (cont.), WADDING, Lucas et al – *Annales Minorum: seu Trium Ordinum a S. Francisco institutorum*. Vol. 21 (1575-1584). Ancona: Ex Typ. Josephi Aureli, 1844.
- FERREIRA, Fernando Mendes – *Património cultural construído do concelho de Loures: inventário Geral* (Manuscrito). Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, 1987-1988.

FERREIRA, Sílvia – *A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720). Os Artistas e as Obras*. Lisboa [s.n] Tese de Doutoramento em [História- especialidade Arte, Património e Restauro] apresentada à [Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa], 2009.

GODINHO, Manuel, VENTURA, Gioacchino – *Relação do Novo Caminho que fez por Terra e Mar vindo da Índia para Portugal no anno de 1663 o Padre Manuel Godinho da Companhia de Jesus*, 2ª ed., Lisboa; Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842.

GONZAGA, Fr. Francisco – *De origine Seraphicae Religionis Franciscanae eiusque progressibus, de Regularis Observationis institutione, forma administrationis ac legibus, admirabilique eius propagatione*. Parte III, Cap. Provincia Arrabidorum. Ex Typ. Dominici Basae, 1587.

Jardins da Quinta do Correio-Mor. Disponível online em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=22629

LEAL, Joaquim José da Silva Mendes – *Admirável Igreja Matriz de Loures*. Lisboa: Typ. Commercio, 1909.

MADEIRA, Silva – *Elementos subsidiários para a história do Concelho de Loures*. Loures: Edição do autor, 1974.

MARTINS, Mário – *Peregrinações e livros de milagres na nossa idade média*. 2.ª ed. Lisboa: Edições Brotéria, 1957.

MENDES, Rui Manuel Mesquita – Os Desenhos do Mosteiro de Nossa Senhora da Rosa de Caparica (1593-1630) e o arquiteto régio Luís de Frias Pereira. *Artis: Revista de História de Arte e Ciências do Património*, nº 5, 2017, pp. 38-47.

NOÉ, Paula; ROSA, Ana – *Igreja Paroquial de Loures / Igreja de Santa Maria (1991, 1997)*, Disponível online em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4046

Paróquia de Loures/locais de culto. Disponível online em <https://www.paroquiadeloures.pt/locaisculto.html>.

PEGAS, Manuel Álvares – *Emmanuelis Alvarez Pegas ... Commentaria ad ordinationes Regni Portugalliae ...* Lisboa: Ex typographia Ioannis A Costa, 1671.

PEREIRA, Agostinho José – *Diccionario Topografico Statistico e Historico do Districto Administrativo de Lisboa* [manuscrito].

ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 2761, 1842.

PEREIRA, Isaías da Rosa – *Subsídios para a história da diocese de Lisboa do século XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980.

PIMENTEL, Alberto – *Portugal Pittoresco e Illustrado, II: A Extremadura Portuguesa*, Lisboa, 1908

PROENÇA, Pe. Álvaro – *Subsídios para a História do Concelho de Loures*. 1.º Vol. (Loures). Lisboa: Tip. da «União Gráfica», 1940.

PROENÇA, Raul – *Guia de Portugal (Generalidades, Lisboa e Arredores)*. Vol. I. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924 (1.ª ed); (reedição de 1979 pela Fundação Calouste Gulbenkian, com apresentação e notas de Sant'Anna Dionísio).

Regulamento do Plano Director Municipal de Loures (2018). Disponível online em <https://www.cm-loures.pt/media/pdf/PDF20180208115714224.pdf>

Roteiro Turístico de Loures. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2012.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de – *Santuário Mariano e História das Imagens milagrosas de nossa Senhora e das milagrosamente aparecidas (...)*. Tom. 1. Lisboa: Off. Antonio Pedrozo Galrao, 1707.

SILVA, Augusto Vieira da – O termo de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Ano I, n.º 4 (1943), pp.11-22. Sistema Nacional de Informação Cadastral. Disponível online em <https://snic.dgterritorio.gov.pt/visualizadorCadaastro>

STOOP, Anne de – *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1986.

VALDEZ, José Joaquim d'Ascensão – *Algumas Notícias para a Descrição Histórica do Logares de Alcainça, Malveira e Carrasqueira do Concelho de Mafra*. Lisboa: Typ. do Jornal O Dia, 1895.

VARGAS, José Manuel – As Freguesias de Lisboa e do seu termo na Idade Média. *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*. S. 2, n.º 17 (2002), pp. 47-66.

VELLOZO, Eduardo Pereira Queiroz – *Roteiro das Ruas de Lisboa e Concelho de Loures*. 6.ª Ed. 1890.



A pintura maneirista e barroca na igreja de Santa Maria de Loures: obras de Lourenço de Salzedo, Simão Rodrigues, André Reinoso e Bento Coelho

Vitor Serrão*

(ARTIS-IHA-FLUL)

Um grande edifício sacro que é um notável museu de arte

Classificada como *Monumento Nacional* por decreto de 16 de Junho de 1910, a igreja matriz de Santa Maria de Loures é sem dúvida, tanto pelo seu prospecto construtivo como pelo seu recheio artístico, um dos mais importantes edifícios religiosos da Diocese de Lisboa.

Obra vultosa de arquitectura, que na sua feição remanescente reflecte a grande campanha reconstrutiva do segundo terço do século XVI, para cuja direcção de traça já se aventou o nome do engenheiro militar António Rodrigues, a igreja oferece aos visitantes uma ampla estrutura de feição renascentista distribuída por três naves formadas por colunas de ordem toscana, que conferem ao espaço um exigente gosto clássico, pensado com erudição e construído com meios suficientes. Se para essa campanha da época de D. João III não se conhecem documentos, mais do que a própria estrutura da igreja, já para as amplas beneficiações que aí se realizaram no fim da centúria, em contexto filipino, nos chegou uma provisão régia de 19 de Julho 1594 em que, por ordem de Filipe II de Portugal, foi lançada uma finta anual no valor de 20.000 reais sobre todos os moradores de Loures para, de acordo com os oficiais da fábrica paroquial e as obrigações dos visitadores, se ultimarem as obras que então se faziam (MENDES LEAL, 1909: 240-242). Este alvará, que deixa inferir a existência de impostos precedentes, indica-nos também que a corte seguia com atenção as fases construtivas e de decoração desta grande sede paroquial estabelecida nos arredores da cidade.

O templo, que se ergue no lugar onde existia uma ermida medieval sobre a qual pouco de concreto se conhece, mereceu sólido estudo de investigação a Joaquim José da Silva Mendes Leal, autor do livro *Admirável Igreja Matriz de Loures* (1909), trabalho para

o qual ainda pôde compulsar abundante documentação do cartório paroquial (entretanto dispersa ou de todo desaparecida, o que muito se lamenta), incluindo vários livros de visitas pastoriais, de actas das irmandades e de receitas e despesas da fábrica, todos dos séculos XVII e XVIII (MENDES LEAL, 1909: 24-66 e 96-144). Esta monografia de Mendes Leal continua a constituir-se como fonte incontornável para o conhecimento das campanhas de obras realizadas na paróquia desde o século XVI e, ainda que nela escasseiem as referências concretas às campanhas artísticas e aos mestres nelas envolvidos, não deixa de ser um testemunho relevante para se perceberem muitas das valências históricas de Santa Maria de Loures.

Uma mais-valia do templo – mas, estranhamente, não das mais conhecidas – é formada pelos retábulos de talha que integram vários painéis pintados nos séculos XVI e XVII e que enobrecem quatro dos altares (os dois colaterais e os dois das naves laterais). Trata-se de peças de muito mérito, sobretudo os oito quadros maneiristas que integram o altar de Nossa Senhora da Conceição, no colateral do lado da Epístola, que são os melhores do templo e se devem a um excelente pintor de origem andaluza chamado Lourenço de Salzedo (Sauzedo, ou Cauzedo) (ALMADA, FIGUEIRA e SERRÃO, 2000:15-77).

Só por estes painéis se justifica uma visita demorada à igreja. Embora este altar esteja geminado com o que lhe corresponde na banda do Evangelho – o de Nossa Senhora da Graça, retábulo esse já de início do século XVII, produzido na oficina de Simão Rodrigues e seus colaboradores –, a verdade é que se trata de obra muito anterior, o que leva a supor que pudesse tratar-se do conjunto retabular principal, que ornava o altar-mor até às grandes obras de cerca de 1600. De facto, uma das tábuas representa a padroeira da igreja. Este primeiro retábulo ter-se-ia desmanchado com as reformas de início do século XVII, sendo os quadros reordenados no altar da nóvel irmandade de Nossa Senhora da Conceição, correspondente a outro que então se fez de raiz no altar de Nossa Senhora da Graça.

No geral, trata-se de um acervo pictórico de épocas, estilos e méritos muito diferentes, mas com qualidades acima da mediania, todos identificados em datas mais ou menos recentes com a fixação das respectivas autorias e uma mais clara definição da sua importância em termos artísticos. De facto, todas elas se devem a alguns dos melhores pintores activos em Portugal na fase maneirista, como Salzedo (SERRÃO, 2003: 249-265) (autor das tábuas do



Fig. 1 - Altar de Nossa Senhora da Conceição. Talha de mestre entalhador desconhecido (c. 1610), tábuas de Lourenço de Salzedo (c. 1570). Igreja Matriz de Loures, 2022. © José Vicente | Agência Calipo

altar da Conceição) e Simão Rodrigues (cuja oficina se responsabilizou pelas tábuas do colateral da banda do Evangelho, como se disse) (SERRÃO, 1987: 24-25), e na fase barroca, como André Reinoso (com uma soberba tela de gosto sevilhano, no altar de Nossa Senhora do Rosário) (SERRÃO, 1987: 23-30) e, no fim do século XVII, Bento Coelho da Silveira (cuja oficina produziu a tela do altar do Senhor Jesus e Almas). A presença de todas estas obras no templo principal de Loures mostra que a fábrica da paróquia tinha mesmo uma afirmada importância no contexto do Arcebispado de Lisboa, unindo o gosto actualizado de párocos e mecenas a meios suficientes para concretizar obras de relevância, o que lhe possibilitava recorrer à melhor mão-de-obra artística da capital para as satisfazer.

Também há indícios de perdas, como é o caso de duas pinturas que Mendes Leal ainda referencia e não são já hoje localizáveis: “dois ignorados e antiquíssimos quadros, de merecimento, (existentes) na Casa Forte da Igreja”, que o memorialista viu em 1909, considerando-os “seguramente optimos, de escola hespanhola e de auctor hespanhol”. Os quadros são duas cabeças admiráveis (as cabeças degoladas de São Paulo e de São João Baptista) que considera “prodigiosas”, anotando numa delas a legenda S. Pab., que confirmou a filiação autoral, castelhana ou andaluza. Mais destaca nestas peças, infelizmente inlocalizáveis, “a lividez cadavérica, a expressão verídica dos dois craneos cobertos de uma pelle pálida, as frentes raiadas de fios de sangue e os olhos amortecidos, a barba esquelética, n’uma palavra o admiravel e expressivo estudo de duas cabeças de homem degoladas por uma causa santa” (MENDES LEAL, 1909: 299). Este tipo de peça devocional de imaginário tão impactante, mostrando em toda a sua crueza e nudez as cabeças de santos mártires degolados encontra bastantes exemplos na pintura sevilhana do século XVII, desde a escultura de Juan de Mesa à pintura de Francisco Pacheco, e também na obra de José de Ribera em Nápoles ou ainda, em Milão, na de Francesco del Cairo, entre tantos outros testemunhos. O elogio que se transcreve às duas telas de Loures leva a crer que se tratasse, de facto, de um pintor espanhol acima da mediania e muito se lamenta, pois, o seu desaparecimento.

Antes de se proceder a uma análise, necessariamente sumária, deste acervo pictórico, muito importa alertar para o facto de que alguns dos painéis se encontram em deficiente estado de conservação e reclamam um esforço de reabilitação conservativa, que se aguarda como prioridade a curto prazo. Do acervo de pintu-

ra da igreja desapareceu, entretanto, o antigo retábulo-mor quinzentista, sobre o qual muito pouco se sabe, para além do que diz Mendes Leal sobre obras de restauro que o presbitério sofreu desde 1604 e até cerca de 1623, (MENDES LEAL, 1909: 39-41) e sobre as reparações sofridas em 1639 por efeito da extrema humidade do sítio e das novas necessidades de culto, com o crescimento populacional, que impuseram o alargamento do espaço.

É certo que a capela-mor foi ampliada e aprofundada por ordem dos visitantes filipinos e o retábulo-mor substituído, dando lugar, no tempo de D. João V, ao aparatoso aparelho retabular de talha barroca com embutidos marmóreos e imaginária lavrada, em que estiveram envolvidos o mestre entalhador Bento da Fonseca de Azevedo e o mestre de pedraria Manuel Francisco Botelho (MENDES LEAL, 1909: 107-113 e 255-259), obra-prima da cenografia quinto-joanina, já entretanto bem estudada pelas especialistas Sílvia Ferreira e Maria João Pereira Coutinho. Mas não deixa de ser valiosa a hipótese, já por nós formulada, de o actual retábulo de Nossa Senhora da Conceição poder integrar as tábuas do primitivo conjunto do altar-mor de cerca de 1570.

O retábulo de Nossa Senhora da Conceição e o grande pintor Salzedo

É o retábulo colateral da banda da Epístola, por ser cronologicamente o mais antigo, e por ser, sem dúvida, o mais aprimorado e interessante de todos sob o ponto de vista artístico, dado o merecimento do pintor encarregado de executar os respectivos painéis, que deve merecer a nossa maior atenção.

Ainda que a documentação registada por Mendes Leal nada regista a seu propósito (MENDES LEAL, 1909: 29 e 98-99) (1), pode presumir-se que estas tábuas fossem integrantes do antigo retábulo-mor da igreja, e que foram depois apeadas, com as obras de início do século XVII, e apostas num dos altares gémeos que então se fizeram nos colaterais. Sabemos, todavia, que pouco antes de 1570 tinham decorrido grandes obras no presbitério (das quais resta ainda um porta-óleos renascentista datado de 1562) e também na sacristia, então construída, pelo que deve ter sido no contexto desses melhoramentos que o retábulo-mor, dedicado à padroeira, Nossa Senhora da Conceição, se mandou pintar, pois a sua cronologia aponta para uma data próxima a 1570. As alterações introduzidas na capela-mor, que as visitas filipinas mandaram ampliar, justificariam o apeamento e substituição destas pinturas, todavia resguardadas, dada a sua importância, num dos

novos altares do corpo que, entretanto, se mandaram fazer. Parece-nos ser esta a mais lógica explicação para a evidente disparidade de tempos e níveis artísticos entre os dois altares colaterais da igreja.

Como se disse, o mais antigo conjunto de pintura – e o de melhor qualidade, de quantos subsistem na igreja, em termos plásticos e inventivos – é formado pelos painéis que integram na actualidade o altar de Nossa Senhora da Conceição, o retábulo colateral direito, ornado com oito tábuas de cerca de 1570 que se devem ao pintor sevilhano Lourenço de Salzedo (c. 1530-1577).

A estrutura de entalhe maneirista, em austera estrutura de três andares sobrepostos, com colunas estriadas de capitéis jónicos (no andar do meio e no de baixo) e coríntios (no último andar), num trabalho de boa marcenaria lavrada que denuncia já o gosto austero e despojado da retabulística epimaneirista de início do século XVII (idêntico, aliás, ao do altar gémeo do lado do Evangelho), preserva oito pinturas a óleo sobre madeira de castanho, que representam os seguintes temas religiosos:

- em cima, *São João Baptista* (fig. 2), à esquerda, a *Imaculada Conceição* (Fig. 3), ao centro, e Santo António de Lisboa (Fig. 4), à direita;
- na central, *Santo Agostinho* (Fig. 5), à esquerda, o *Nascimento da Virgem* (Fig. 6), ao centro, e *São Sebastião* (Fig. 7), à direita;
- na inferior, *Santa Luzia* (Fig. 8), à esquerda, e *Santa Maria Madalena* (Fig. 9), à direita.

Figs. 2, 3, 4, 5 – Lourenço de Salzedo (c. 1570). São João Batista; Imaculada Conceição; Santo António e Santo Agostinho. Igreja Matriz de Loures, 2022.

© José Vicente | Agência Calipo



Trata-se de um conjunto de inestimável importância artística, dada a qualidade do mestre pintor envolvido na encomenda e a *bravura* formal e compositiva com que as tábuas foram executadas. Só em datas recentes, mais concretamente após o processo de restauro dos painéis do retábulo-mor do Mosteiro de Santa Maria de Belém (Jerónimos) (ALMADA, FIGUEIRA e SERRÃO, 2000), se começou a perceber melhor o estilo e a qualidade inventiva de Salzedo, um artista que permanecia até então muito injustamente desconhecido por parte dos historiadores de arte, portugueses e espanhóis, sendo um nome quase ausente da historiografia artística que se dedica ao século XVI. Até datas recentes, mal se conhecia mesmo o seu nome, aliás grafado de várias maneiras: Sauzedo, Salzedo, Cauzedo, Canzedo (MOSER, 1950: 27-31), ALMADA, FIGUEIRA e SERRÃO, 2000: 15-77).



Figs. 6 e 7 - Lourenço de Salzedo.
Nascimento da Virgem e São
Sebastião. Altar de Nossa
Senhora da Conceição. Igreja
Matriz de Loures, 2022. © José
Vicente | Agência Calipo

Novas pesquisas, entretanto, vieram alargar o nosso conhecimento sobre a vida e obra de Salzedo e deram a conhecer que era andaluz de origem e que se formou como artista na Roma dos anos 50 e 60 do século XVI, nos círculos rafaelescos de Giorgio Vasari, tendo tido importante actividade, tanto a óleo como a fresco, quer na Cidade Papal, quer também em Florença (SERRÃO, 2003: 249-265), (REDÍN MICHAUS, 2007: 209-216 e 338-339). Deve ter tido uma primeira educação em Sevilha, junto do tão roma-



**Figs. 8 e 9 - Lourenço de Salzedo,
Santa Luzia e Santa Maria
Madalena. Altar de Nossa
Senhora da Conceição. Igreja
Matriz de Loures, 2022.
© José Vicente | Agência Calipo**

nizado pintor Luís de Vargas (SERRERA, 1985: 353-404), (BROWN, 1990: 47-48), (GIL e SERRÃO, 2005: 121-135), antes de empreender a viagem a Roma, onde a documentação notarial revelada pelo historiador de arte Gonzalo Redín (REDÍN MICHAUS, 2007) trouxe novos conhecimentos biográficos, assim como as propostas de identificação de obras sugeridas por Nicole Dacos (DACOS, 2012: 103-105). Mais se sabe que pouco antes de 1564 veio para Portugal, onde toma assento definitivo como pintor e retratista da rainha D. Catarina de Áustria. O testamento da rainha, aliás, tal como se verifica na crónica jerónima de Frei Manuel Baptista de Castro, nomeia-o com estima, e no texto do referido cronista ieronimita surge citado como «*o grande pintor Salzedo*», o que constitui preito de indisfarçável admiração (2).

Em terras portuguesas passou Salzedo os últimos anos de vida, supondo-se que viesse para a corte com especial estatuto de retratista, com trabalhos de qualidade, onde alia a tradição neerlandesa do retratismo de Anthonis Moro (MARÍAS, 1994: 11-34), (JORDAN-GSCHWEND, 1994) com as inovações formais e a pose ciclópica próprias do Maneirismo romano, o que valorizou sem dú-

vida a sua proposta estética junto da rainha sua protectora. Além das efígies reais de D. Catarina de Áustria e de D. João III (este, em retratos póstumos), que andavam mal atribuídas a Cristóvão Lopes (CAETANO, 1998: 214-215), (MENDES, 2018, pp. 99-100) (3), realizou os grandes painéis do retábulo do Mosteiro dos Jerónimos (1570-1572), os do antigo mosteiro de Vale Benfeito (c. 1570) (SEABRA CARVALHO, 1995: 230-233 e 491-492) e os deste altar da igreja matriz de Loures (c. 1575), entre outras obras de grande imponência. Mas a morte surpreendeu-o em Lisboa, ainda jovem, em 1577, interrompendo um percurso que parecia fadado para altos voos. Todas estas pinturas mostram o gosto pela *Bella Maniera* romana, em que o artista se formou, num grandioso estilo. Salzedo revela-se muito pessoalizado pelos estilemas a que manteve fidelidade, com desenho excelente, gigantismos de escala, liberdades formais e caprichos de sensualidade, estes últimos bem visíveis no retábulo de Loures, que bem pode ter sido patrocinado pela corte de D. Catarina em dotação à paróquia de Santa Maria... Neste conjunto, essa força pessoalizada de Salzedo observa-se na belíssima tábua de *Santa Maria Madalena*, por exemplo, e também na elegante *Santa Luzia*, ambas delicadamente anichadas em edículas fingidas em vigorosa tensão de poses, a lembrar, por exemplo, a figura de *Santa Catarina em julgamento perante o Imperador*, do antigo retábulo de Vale Benfeito.

Fig. 10 - Lourenço de Salzedo, Santa Catarina em julgamento perante o Imperador. Mosteiro de N.ª S.ª da Conceição de Vale Benfeito, 1995. © Vítor Serrão



O *São João Baptista*, por seu turno, revela uma *terribilità* de tensão corpórea que é claramente miguelangelesca. E o *Nascimento da Virgem*, com as suas referências rafaelescas e salviatescas, é mais um testemunho da força com que os modelos da Roma maneirista se impuseram na linguagem pictural deste retábulo. São aspectos que tornam este altar de Loures um dos melhores testemunhos artísticos do Maneirismo romanizado na cultura portuguesa do tempo de Camões!

A menorização de um artista com estas potencialidades continua a criar razões de estranheza, mas deveu-se, em grande parte, ao estado calamitoso em que se encontravam as grandes tábuas do retábulo dos Jerónimos, que tinham sido alvo de sucessivos repintes e descaracterizações, pelo que só após o seu restauro, em 1999 (ALMADA, FIGUEIRA e SERRÃO, 2000) (4), foi possível apreciar



**Fig. 11 - Lourenço de Salzedo,
Lamentação sobre o corpo de
Cristo, 1570-72. Igreja do Mosteiro
dos Jerónimos, 1995 © Vítor
Serrão**

melhor a *grande maneira* do artista a quem D. Catarina de Áustria encomendou, em 1570, essa importante empresa: admire-se, em especial, a belíssima *Lamentação sobre o corpo de Cristo*, de exímia execução, que centra a fiada superior.

Novos dados documentais vieram, entretanto, iluminar melhor o percurso deste pintor tão injustamente esquecido e dar a conhecer as suas obras, confirmando atribuições antigas e abrindo campo a uma espécie de ressurreição artística de Lourenço de Salzedo que, em verdade, de há muito se impunha. O mais importante desses estudos deveu-se a Gonzalo Redín, já citado, ao atestar documentalmente a passagem de Salzedo por Roma, antes de 1558, e ao destacar as obras que realizou junto do Cardeal Juan Álvares de Toledo (REDÍN MICHAUS, 2007: 203-206 e 288-292).

Vendo algumas das pinturas do retábulo de Loures, dir-se-ia, por momentos, que estamos na Roma do *Cinquecento* e num espaço tão surpreendente quanto a célebre Cappella Chigi na igreja de Santa Maria del Popolo, onde a pala central com o *Nascimento da Virgem*, começada por Rafael de Urbino (1520) e prosseguida por Sebastiano del Piombo, com ultimção de Francesco Salviati, foi por certo uma das referências formais tomadas por Salzedo ao pintar em Loures, anos mais tarde, o quadro do *Nascimento da Virgem*! São os modelos da *Bella Maniera* romana, o capricho das formas, a sinuosidade *serpentinata* dos modelos, a cor ácida, as linhas de ambiguidade e as tensões em busca do excesso que tornam o pintor tão actualizado e a suas obras tão marcantes e inovadoras, como o revelam as pinturas deste altar de Nossa Senhora da Conceição. A notável capela Chigi foi planeada e desenhada por Rafael em 1513, por encargo do rico banqueiro Agostini Chigi (sendo acabada muito mais tarde por Gian Lorenzo Bernini, em contexto barroco, nos anos 1652-1656). Rafael desenhou o tema da *pala* central, mas morreu precocemente e foi Sebastiano del Piombo quem começou a pintura, também ele com intermitências, interrompendo em 1534 o trabalho que seria, finalmente, acabado por Francesco Salviati em 1555.

Ora, sabe-se hoje que em 1558 «*Lorenzo Sanzedo pittor*» estava em Roma, pois ele nos surge num contrato firmado no escritório de um notário espanhol, estando a trabalhar com o grande pintor Gaspar Becerra para o Cardeal Juan Álvares de Toledo (5). Realizava então as pinturas a fresco para os salões de um palácio do referido Cardeal, e estava envolvido com Giorgio Va-

sari, também, em obras de decoração no Palazzo da Cancillería. Ou seja, Salzedo actuava nos melhores círculos artísticos de então...Mas também nos surge ligado ao clérigo português Francisco de Barros, o que mostra que as relações com o mercado lusitano eram anteriores ao convite para integrar a corte de D. Catarina de Áustria, em 1564, data em que já estava instalado em Lisboa, em casas de morada a Santos-o-Velho. Aqui casou com Jerónima de Salazar, de quem teve quatro filhos, o último nascido poucas semanas volvidas sobre o prematuro falecimento do pintor.

As pinturas de Loures atestam a forte lição do Maneirismo romano e, por extensão, o sentido de *aggiornamento* de quem lhe encomendou esta obra. Na *Imaculada Conceição* que centra a fiada cimeira, por exemplo, Salzedo desenvolve uma escala ciclópica de figura e um sentido de deformação e alteamento de cânone que se repete também numa das tábuas do antigo retábulo do Mosteiro de Vale Benfeito com o mesmo assunto (c. 1570), o que remete para o conhecimento, por exemplo, de um artista como Girolamo Siciolante da Sermoneta (1521-1575), cuja pintura pôde seguramente conhecer nos anos passados em Roma.

Aliás, um outro mal conhecido quadro de Salzedo, que representa *Cristo descido da cruz*, foi pintado a mando do Arcebispo de Évora D. João de Melo e Castro (que governou a Arquidiocese alentejana de 1565 a 1574) e se encontra no Museu de Arte Sacra da Catedral eborense, tem o interesse de seguir precisamente o modelo de um painel da autoria de Girolamo Siciolante, de 1542-1544, que se encontrava na Cappella Muti-Paparuzzi na igreja dos Santi Apostoli (e se encontra nos nossos dias no Muzeum Narodowe de Poznań) (HUNTER, PUGLIATTI, FIORANI, 1983: 23 e est. 3), (Hunter, 1996: 26-28 e 127-131) (6). Ora esta pintura pôde perfeitamente ser observada e admirada por Salzedo durante a sua estância em Roma, justificando a coerência da fonte utilizada (SERRÃO, 2003: 249-265). Salzedo conheceu bem esses modelos, fruto do estágio de anos na Cidade Eterna.

Também o painel de *São João Baptista* na fiada superior do retábulo de Loures, e o ousado desnudo de *São Sebastião*, assumem um gigantismo de pose e um sentido da *terribilità* maneirista que entroncam na fidelidade à *Bella Maniera* romana, em que se educou, assim como o mais austero, mas nem por isso menos convincente *Santo Agostinho*. São pinturas de santos em corpo inteiro, em linhas serpentinadas ou dinâmicas *contrappositi* e tensões de corpo, com vestes sopradas e matizes de cores

mescladas, que fogem aos estereótipos das iconografias tradicionais e que oferecem, por isso, um grande interesse artístico, até pela sua cronologia temporã (c. 1570), a comprovar a ousadia e *aggiornamento* do pintor.

As referências à *terribilità* de Sebastiano del Piombo, e as citações miguelangelescas e à *grazia* refinada de Girolamo Siciolante, são constantes nas obras de Salzedo, e não parece justo menorizá-las, como de certo modo fez Gonzalo Redín, para quem, reconhecendo embora “un buen dibujo y un correcto modelado de las figuras” (REDÍN MICHAUS, 2007: 291), o artista reflecte um certo “monolítico hieratismo de personajes”, muito longe “del dinamismo y sofisticación de la *bella maniera* de un Salviati”. Ora este parecer (escrito com o sentido de enaltecer o papel de Becerra face ao de Salzedo) não faz jus aos méritos do pintor de D. Catarina nem ao seu sentido de inovação. É esse sentido criativo, muito afirmado nos seus pessoalismos de estilo, que está também patente, reconheçamo-lo, nas tábuas de Vale Benfeito, de Loures, na citada pintura da Sé de Évora e, ainda, num *Cristo deposto da cruz* na igreja de São Leonardo de Atouguia da Baleia, todas com acertos de desenho, estilemas pessoais, refinamento sedutor de poses, finura de modelação de pormenores (como a vegetação e os objectos acessórios), transparência de cores vivas e mescladas (como os azuis, verdes, carmins e amarelos), e subtis jogos de *tensão*, aspectos bem maneiristas só passíveis de ser desenvolvidos em quem, como Salzedo, conhecesse *de visu* a realidade transalpina.

Na obra de Salzedo incluem-se ainda, por vezes, apontamentos sensuais e de tónus profano, caso da para-erótica figura de *Santa Maria Madalena*, personagem de surpreendente beleza civilista, integrada no andar inferior do retábulo de Loures num verdadeiro acto de provocação estética que resistiu, apesar de tudo, ao reacionarismo de gerações de visitantes pastorais e que atesta o facto de que, sem dúvida, os fabriqueiros de Loures eram pessoas cultas e de sentido *aggiornato* face às novidades artísticas dimanadas de Itália. Essa ambígua abertura à sensualidade (justificada pela representação de Santa Maria Madalena, símbolo do arrependimento e elogio virtuoso do *decorum*) não deixa de ser surpreendente numa época em que, já sob a batuta dos valores da Contra-Reforma, a arte sacra se tornava, mais do que tudo, catequética e didascálica... Mesmo assim, alguns anos volvidos (c. 1590), um outro sevilhano instalado em Portugal, Francisco Venegas, não deixará de pintar uma

Madalena de ousada nudez (igreja da Graça) ou uma galante Vénus de ressaibos neoplatónicos (igreja da Luz de Carnide), em ousadias compositivas que o disciplinado controle moralizante dos novos tempos já não recomendavam...

O discurso plástico, tanto na pintura sacra como na encomenda áulica cortesã, rege-se por essa inovação, refrescante e sedutora, da *Bella Maniera*. De facto, vendo-se os quatro retratos régios que Salzedo fez, dois de D. Catarina de Áustria e (póstumos) os dois de seu marido D. João III, também aí as escalas compositivas usadas pelo pintor são temerárias, com monumentais figurinos (no caso, os santos patronos dos reis), escalas de ambiência cenográfica e apontamentos arquitecturais subtis, com um renovado sabor do *despejo* de planos - valores esses que, por certo, agradavam à elite cortesã de D. Catarina e tornaram este pintor andarilho um caso bem à parte no panorama artística da Lisboa em tempo de regência de D. Catarina por menoridade de D. Sebastião.

Face aos casos dos também italianizados pintores António Campelo e Gaspar Dias, estrelas no panorama artístico nacional destes anos sessenta e setenta do século XVI (SERRÃO, 2016: 53-74), (GARRIGA, 2017: 48-61) ou de João Baptista e António Leitão, portugueses que também foram a Roma, em 1560, aprender a arte da Pintura, a figura de Lourenço de Salzedo não podia deixar de se impor na corte de Lisboa como um astro em ascensão. Só a má fortuna provocada pela sua morte prematura, em circunstâncias ainda não esclarecidas, o subtraiu a uma carreira que parecia fadada para mais altos voos...

De facto, Lourenço de Salzedo conduziu a boa tradição do Maneirismo italianizado ao seu próprio limite de possibilidades, face aos novos gostos de austeridade que a *Contra-Maniera* entretanto introduzida na Península com os ditames de Trento cedo iria impor no domínio da arte sacra. Ainda que tivesse aberto caminho a um outro pintor andaluz que se veio estabelecer em Lisboa logo a seguir à sua morte, chamado Francisco Venegas (que na realidade só se destaca como grande pintor de corte depois de 1580, ou seja, após a morte de Salzedo) (SERRÃO, 2003, pp. 249-265), a breve estada do artista em terras portuguesas (c. 1564 a 1577) não foi suficientemente forte para criar discipulado e marcar um percurso de futuro. O gosto de Salzedo teria, sim, continuidade escurialense, através de um Pellegrino Tibaldi, por exemplo - mas essa é uma outra história, também ela relacionada com o esgotamento dos modelos pictóricos que

da *Bella Maniera* ainda poderiam persistir, face à onda avassaladora de um novo conservadorismo formal com intuítos pedagógicos...

Doravante, a História da Arte deve passar a ver Lourenço de Salzedo, não como um mero epígono sem chama de uma corrente romanista já em desuso no Portugal de 1570, mas sim como um dos seus mais competentes e exaltados cultores. O que já se sabe sobre o artista resume-se assim:

c. 1530. Nascimento de Lourenço de Salzedo, provavelmente em Sevilha (7).

1556. O pintor já se encontrava em Roma ao serviço do Cardeal de Compostela, Frei Juan Álvares de Toledo, seu protector.

1558, 2-II. Segundo testemunho do clérigo português Francisco de Barros, o pintor estava em Roma, envolvido em obras do seu mester, e acabara de realizar, a mando do Cardeal Frei Juan Álvares de Toledo, e junto ao pintor Gaspar Becerra, a decoração fresquista da capela do palácio romano onde vivia esse cardeal espanhol (Redín Michaus, 2012: doc. nº VI e 338-339).

1564. Salzedo já está em Portugal, onde mora em casas na Portaria da Rainha, na freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa, sendo casado com Vitória de Salazar.

1564. Pinta o retrato da rainha D. Catarina de Áustria e o retrato póstumo de D. João III, hoje no Mosteiro da Madre de Deus de Xabregas.

1570 c.ª. Pinta as tábuas do retábulo do mosteiro Jerónimo de Vale Benfeito, fundado pela rainha D. Catarina de Áustria.

1570 c.ª. Pinta o retábulo do altar de Nossa Senhora da Conceição na igreja de Santa Maria de Loures.

1570-1572. Recebe o encargo de pintar as seis tábuas do retábulo do Mosteiro dos Jerónimos.

1570. Baptismo de Lucas, primeiro filho de Lourenço de Salzedo e Vitória de Salazar, na igreja de Santos-o-Velho, que morre criança.

1572. Baptismo de Isabel, filha de Lourenço de Salzedo e Vitória de Salazar, na igreja de Santos-o-Velho (8).

1575, 8-I. O pintor testemunha o baptismo de Isabel, filha de Pero Soares e Maria Antunes, na igreja de Santos-o-Velho (9).

1575. Baptismo de Lucas, segundo filho com este nome de Lourenço de Salzedo e Vitória de Salazar, na igreja de Santos-o-Velho.

1577, 22-III. Num emprazamento de casas sitas ao Castelo, feito pelos frades Ióios de São João Evangelista, reunidos em capítu-

lo, em nome de Sebastião Salazar, foi testemunha "*Llouremço de Sauzedo pymtor da rainha nossa senhora morador a Esperança e hasym sebastyaõ de sellazar mayor de quatorze anos enteado do dito llouremço de sauzedo que está de baixo de sua administração (...) de huas casas sobradadas que estão na dita cidade de Lisboa na Alcassova dela na rua que vai dos Paços Velhos para ygreija de samta cruz*" [Rua Direita de Santa Cruz] (10).

1577, 15-IV. É testemunha do casamento do pintor Fernão Gomes com Luísa de Sousa na igreja de Santa Catarina do Monte Sinai, em Lisboa.

1577, 10-VII. Falecimento de Lourenço de Salzedo, enterrado no Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, sendo testamenteiro o cônego Afonso Gonçalves.

1577, 15-XI. Baptismo da sua filha Lourença de Monserrate, em Santos-o-Novo, sendo já falecido seu pai.

1578, 8-II. D. Catarina de Áustria, no seu testamento, recorda o seu pintor Salzedo e deixa um dote à viúva, com licença de usufruto de suas casas para si e seus filhos: "*e assi sera usufructaria em sua vida a viúva que ficou de Salzedo o pintor das casas em que pousava dom Alexo (...)*".

1579, 17-VIII. Óbito de Vitória de Salazar, viúva do pintor Salzedo, sendo testamenteiros João Lopes de la Serna e Diogo Fernandes, tangedor (11).

1585, 20-XII. João Fernandes de Holanda e Diogo de Aguiar, herdeiros de Lourenço de Salzedo, recebem 17.500 rs de um pagamento que reclamavam e era devido por certa obra de decoração que o artista fazia na igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos à data do falecimento (MARKL e SERRÃO, 1980:173) (12).

1720 c^a. Frei Manuel Baptista de Castro refere o «*grande pintor Salzedo*» a respeito da obra do retábulo do mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa.

A obra remanescente de Salzedo inclui os seguintes quadros (25 pinturas de cavalete e 2 ciclos de frescos), a saber:

- Ciclo de frescos da *Sala di Amore e Psiche* do Palazzo Silvestri-Rivaldi em Roma (atribuição de Nicole Dacos), c. 1555 (DACOS, 2012:103-105).
- Ciclo de frescos da *Sala de Cipião o Africano* no Palazzo Capodiferro-Spada em Roma (atribuição de Nicole Dacos), c. 1555 (DACOS, 2012:135-137).

- Retratos régios, 1564: *D. João III* (póstumo) *com seu patrono São João Baptista* e *D. Catarina com sua patrona Santa Catarina*. Mosteiro da Madre de Deus, Xabregas.
- Painéis do antigo retábulo do Mosteiro de Vale Benfeito, c^a 1570 (JORDAN-GSCHWEND, 1990: 187-198) (13): *Imaculada Conceição*, *Santa Catarina disputando com os Doutores*; *São Jerónimo e Profissão de Santa Paula*. Lourinhã, Santa Casa da Misericórdia.
- Paineis de retábulo para altar não discriminado da Sé de Évora, c. 1565-1570: *Cristo deposto da cruz*. Museu de Arte Sacra da Sé de Évora.
- Retábulo de Nossa Senhora da Conceição na igreja matriz de Loures, c^a 1570 (Fig. 1): *São João Baptista* (Fig. 2), *Imaculada Conceição* (Fig. 3), *Santo António de Lisboa* (Fig. 4), *Santo Agostinho* (Fig. 5), *Nascimento da Virgem* (Fig. 6), *São Sebastião* (Fig. 7), *Santa Luzia* (Fig. 8) e *Santa Maria Madalena* (Fig. 9).
- Paineis de antigo retábulo, c^a 1570: *Cristo deposto da cruz*. Igreja de São Leonardo de Atouguia da Baleia.
- Quatro painéis com *Oito Santos Apóstolos*, c. 1570, um deles representando *Santo André*, *São Tiago Maior* e *um Doador* (n^o inv^o 1891 Pint.) e mais três tábuas, cada uma com *Dois Apóstolos*. Trata-se de partes de um retábulo desmembrado, pertença do Museu Nacional de Arte Antiga, mas depositado na Embaixada de Portugal em Roma (14).
- Retábulo do Mosteiro dos Jerónimos (Santa Maria de Belém) (1570-1572): *Caminho do Calvário*, *Lamentação sobre o corpo de Cristo*, *Flagelação de Cristo*, e *Adoração dos Magos* (composição tripartida, de que se perdeu a tábua central, só restando hoje os *Reis Magos* laterais).
- Retratos régios, c^a 1572: *D. João III* (póstumo) *com seu patrono São João Baptista* e *D. Catarina com sua patrona Santa Catarina*. Museu Nacional de Arte Antiga.
- Paineis avulso, c^a 1575: *A Virgem do Leite*. Museu Nacional D. Frei Manuel do Cenáculo, Évora.

Vendo-se a estas novas luzes o magnífico altar colateral direito da igreja matriz de Loures, que precisa de ser mais e melhor conhecido, atesta-se a forte educação romana do seu autor: o pintor desenha com sensibilidade, compõe com elegância e gosto cenográfico, alteia os personagens dentro dos cânones deformativos da *Bella Maniera* de Roma e trai a poesia dos segundos planos em prol de um pronunciado sentido de *despejo* (DESWARTE, 1992: 40-67), seguindo assim um repertório compositivo que se guia pela *grande maniera* fresquista de Vasari

no Palazzo della Cancelleria (onde colaborou), com cores matizadas, tensão, bizarria, sensualidade e escala temerária. Nada existe da herança neerlandesa nestas pinturas; sabe-se que, ao voltar de Delft e Roma, e depois de fazer o retrato de Camões, o pintor Fernão Gomes (1548-1612), expoente da última geração maneirista em Portugal, teve relações pessoais com Lourenço de Salzedo, que testemunhou o seu casamento com Luísa de Sousa, em 15 de Abril de 1577, na igreja de Santa Catarina do Monte Sinai, mas o artista faleceria pouco depois, sem que se notem traços de influência dos modelos utilizados por Gomes na obra do pintor da rainha D. Catarina, ao tempo tão celebrado pelos painéis do retábulo dos Jerónimos.

Tal como sucedeu com outros pintores célebres do mesmo tempo que foram a Roma, como Gaspar Becerra e Benito Rabuyate em Castela, Pietro Morone em Aragão, Pablo de Céspedes em Córdoba, Mateo Pérez de Alesio em Sevilla, Campelo e Gaspar Dias em Lisboa - todos eles herdeiros do modelo romano de *circa 1550* e seus fiéis intérpretes -, Salzedo assumiu na obra produzida em Portugal a tradição directa do refinado Maneirismo romano e soube adequá-lo com êxito na sua estância em Lisboa, sob mecenato da rainha regente. Os anos em Roma e Florença contaram muito na sua formação estética, com os repertórios rafaelescos-piombescos e miguelangelescos; fica a dúvida de saber se, caso tivesse tido vida mais longa, o seu estilo refinado e anticlássico teria ou não germinado num Portugal já dominado pelos ventos contra-reformistas e as novas directrizes tridentinas de controle artístico...

Seria possível após 1580, numa igreja paroquial, um quadro tão ousado como a *Maria Madalena* de Loures? O corpo, pretexto eterno de criação artística, exaltação de fogo e da sensualidade carnavais, afirmação insubmissa de desejos e da liberdade arrebatada, de dissimulações e ousadias, foi sempre um factor cíclico de actos censórios, de peias repressivas e de indicadores de moralidade que o transformam, de rebelde 'ilha de prazeres', em decoroso testemunho da ordem instituída. Ao longo dos séculos, as obras de arte falaram-nos constantemente dessa dualidade de sentidos, desse auto-controle imposto aos criadores, dessa viagem parangonal em que "*o sutil movimento dos olhos, cuja vista Amor cegou*", como dizia Camões, se transforma em território de consensos. E muitas foram as obras de arte sacra destruídas ou alteradas, após Trento, por razão de fugas ao pretendido *decorum*, como bem atestou o historiador de arte Flávio

Gonçalves (GONÇALVES, 1972), (SERRÃO, 1992: 22-27).

Em todas as épocas, desde a mais remota Antiguidade, o erotismo se soube unir às artes plásticas e à literatura sob formas claras ou disfarçadas, num discurso de obsessões e encantamentos que tende a converter-se em testemunho da materialidade do desejo. Georges Bataille (1897-1962), no seu célebre livro *L'érotisme*, reflectiu sobre essa (o)posição interna do desejo incontido que escorre das fimbrias do discurso poético e pictural pela sua dimensão transgressora (ex.: a interdição bloqueia o impulso transgressor se a emoção é negativa, mas o acto transgressor suplanta o poder inibidor exercido pela interdição se a emoção for positiva). Pelo entrelaçamento de emoções, a expressão erótica revela-se sempre nas obras de arte: basta analisarem-se as acções censórias do decurso da História contra as *imagens proibidas* (e a Contra-Reforma portuguesa multiplicou tais casos de censura...) (SERRÃO, 2007) para se perceber que o que torna difícil falar de interdito não é a variabilidade dos objectos mas seu carácter ilógico; não existe interdito que não possa ser transgredido, ou anulado, conforme as conjunturas vigentes da moral e do gosto. Ora o erotismo tratado nas variadas configurações das artes contribui para a tematização do prazer, deslocando o objecto da sedução e centrando-o no seu próprio "fazer poético", que envolve a relação sexual concreta (ou apenas sugerida) e a transforma num *obscuro objecto do desejo*. Outro autor, o sociólogo Anthony Giddens (GUIDENS, 1992), discutiu as noções de modernidade e reflexividade à luz das mudanças da História e da convivência pública e privada, em que a sexualidade, a promiscuidade e o desejo se relacionam com o inconsciente reivindicativo através da aventura sexual extrema e das suas relações com a dimensão religiosa: o *eu* poetante investe conscientemente no desejo, fazendo do discurso uma projecção de anseios, estabelecendo um pacto de cumplicidade com o espectador na medida em que entra em sintonia com o desejo descrito ou representado. A arte erótica do Renascimento e do Maneirismo, à luz de um ponto de vista rigorosamente fenomenológico, sublinhou os seus significados poderosos, por exemplo, nas obras dos pintores maneiristas florentinos Jacopo Pontormo e Bronzino (PINELLI, 1993), de quem Salzedo foi contemporâneo.

Os aspectos ocultos de uma obra de arte com estas características de *investigação sobre o prazer* ganham significação do carácter expressivo das formas e, quando nos surgem na inter-

secção entre objectividade e subjectividade, possibilitam uma *história das imagens*. Uma obra de arte como a *Santa Madalena* de Loures é sempre um *fazer eloquente e exemplar* que, em última análise, tem como horizonte a produção de objectos perfeitos, aptos a criar valores num movimento contínuo que traz necessariamente consigo uma temporalidade de ordem histórica em que passado, presente e futuro se condensam na obra em si. Mesmo temperado na segunda metade do século XVI sob signo da Contra-Reforma católica, existiu na nossa pintura sacra e profana a irreverência de *Eros*, mais ou menos ousada e aberta à carga sensual, ainda que com maior comedimento por razões doutrinárias: assim o exigiam os dogmas que o Concílio de Trento viera estabelecer como norma para os artistas. A *grazia* corpórea do Renascimento e a nudez *serpentinata* da *Bella Maniera* deram paulatinamente lugar a uma corporalidade de convenção, raras vezes aberta à licenciosidade do nu integrado em alegorias morais ou, mais raro, na versão de temas histórico-mitológicos desde as *Metamorfoses* de Ovídio à *Eneida* de Virgílio - tolerados por um mercado artístico que, apesar de tudo, sentia a força comunicativa das imagens artísticas e o poder que através delas podia ser expresso.

O Portugal pós-renascentista (veja-se Luís de Camões, ou Jorge Ferreira de Vasconcelos) sentiu este apelo à expressão corpórea como terreno para exprimir a alegoria moralizante, através dela afirmando essa constante parangona entre o *Eros* dos sentidos e o *Decorum* do controlo oficial. São inúmeros os testemunhos exarados dos processos do Santo Ofício, revelam-nos como, durante a segunda metade do século XVI e ao longo do século XVII tantas obras de arte foram mandadas destruir pelo seu "*apelo licencioso*", ou repintar e alterar pela sua "*formosura dissoluta*" e "*falso dogma*", sabendo-se de artistas que foram chamados a depor no tenebroso Tribunal da Inquisição por causa de obras não conformes ao *decorum* oficial. Esta era a situação dominante na sociedade portuguesa do tempo de Camões, em que o peso dos ideais ultra-católicos impôs uma conduta especialmente controlada no que tocasse a representações artísticas - e é por isso que assumem tanto interesse obras como o quadro da *Madalena* de Salzedo, que em contexto tridentino ousa afirmar o combate à intolerância e a ardência do apelo sensual através da extrapolação da virtude do arrependimento, em hábil adequação do tema aos objectivos da rígida moral oficial. Mesmo em tempo de asfixia das veleidades sensuais, um

artista de corte como Salzedo pôde desenvolver em perícias de traço o sentido da volúpia e a ambígua ardência do erotismo. O espaço restrito do nicho fingido que envolve a figura da santa no altar de Loures, com sólida percepção sensorial no discurso das formas expostas, é expoente de um singular *inconsciente erótico-religioso*. O artista incita à visão, isola o que desperta resposta dos sentidos, a revelação de arquétipos do inconsciente: o elogio da *Santa Madalena* é o da beleza em si, idealizada, desnuda e libertadora...

Este painel é, em suma, uma alegoria ao Amor Virtuoso, na linha de outras representações neoplatónicas do Renascimento e do Maneirismo italiano. O capricho e a ambiguidade orientam o traço: o artista era conhecedor de modelos maneiristas romanos, de Salviati a Taddeo Zuccaro e Giorgio Vasari, e por isso navegava bem nesta sonoridade da alegoria, que rima com o timbre sensual das formas. Havia por certo clientes de sólida cultura italianizante aptos a entender as irreverências do intelecto, apesar de a reacção oficial e a rigidez dos ditames de Trento disciplinassem o uso e o *modus faciendi* das obras destinadas ao culto. Era importante assegurar que estas não contivessem qualquer desvio às linhas catequizadoras com que se pretendia encarar a função das *"imagens sagradas"*, no quadro de uma espécie de 'fim da História', uma *ars senza tempo*. Sob o lema *"nihil profanum, nihil inhonestum, nihil insolitum"*, a arte devia servir com propriedade o culto. O encantamento pelas formas nuas e a magia sensual da carne, mesmo contornada sob as vestes, eram *caprichos* não mais toleráveis, pelo menos no terreno da arte religiosa. O caso de Loures é, pois, e até ao século XIX, um caso derradeiro na conjuntura criadora da pintura portuguesa, com os efeitos da contra-luz, a ousadia do alongamento e o desenho *serpentinato* das formas em tensões, como que desafiando a estreiteza do espaço que lhes cabe habitar dentro dos nichos...

O retábulo de Nossa Senhora da Graça e as novas orientações tridentinas

O altar colateral do lado do Evangelho é de invocação de Nossa Senhora da Graça (Fig. 12) e inclui na sua estrutura entalhada em andares sobrepostos oito tábuas maneiristas do início do XVII, já integradas no gosto da *Contra-Maneira*, designação geralmente adequada ao último capítulo do Maneirismo, o Maneirismo da Contra-Reforma.



Fig. 12 - Altar de Nossa Senhora da Graça. Princípio do século XVII. Entalhador desconhecido, pinturas da oficina de Simão Rodrigues. Igreja Matriz de Loures, 2022. © José Vicente | Agência Calipo

Embora se integrem num retábulo em tudo similar ao que lhe corresponde na parede colateral da Epístola, as pinturas são muito posteriores e, naturalmente, menos ousadas que as de Salzedo, ainda que a obra de marcenaria e entalhe revele uma mesma empreitada laboral, o que mais confirma a presunção

de que os quadros do altar da Conceição foram alvo de desmontagem de uma anterior estrutura – que seria o retábulo-mor de c. 1570 – e remontados, quatro decénios volvidos, numa nova máquina retabular.

Sobre o mestre entalhador, nada sabemos. Segundo as esparsas notícias constantes das visitas pastorais à igreja, que Mendes Leal deu a conhecer, em 1607, sendo visitador o Dr. Padre António Moniz da Câmara, foi mandado à irmandade do Santíssimo Sacramento que custeasse o douramento do sacrário do novo retábulo-mor – o que indicia de que o anterior retábulo já havia sido então desmanchado, e que o novo estava pronto, ou em vias de ultimção (MENDES LEAL, 1909: 192). Os colaterais, por certo, seguiram-se à factura do principal; em 1611-1613 decorriam obras no arco triunfal, o que pode corresponder à execução dos altares complementares, enquanto em 1614 se colocou uma grade de ferro no espaço da entrada da capela-mor (MENDES LEAL, 1909: 43-44), e em 1623-1626 se realizavam trabalhos nos altares, incluindo a tribuna do retábulo-mor (MENDES LEAL, 1909: 44-45). Sendo muito lacunares, estas referências ajudam a situar, por aproximação plausível, a data de execução dos dois altares colaterais: cerca de 1610-1615.

Já sobre o pintor ou pintores das oito tábuas, que são mais comedidas que as de Salzedo, inserindo-se dentro de um discurso plástico de convenção formal com objectivo de catequização das massas, pensamos que se trate de artista ligado à Oficina de Simão Rodrigues (c. 1560-1629), muito provavelmente com mãos do mestre do atelier nas partes mais importantes, como é o caso evidente do painel central com a *Adoração dos Pastores*, cujos acertos compositivos e de execução atestam um trabalho apurado, ao contrário de outras pinturas do conjunto, subsidiárias de fontes gravadas e com reverente seguidismo face a modelos estabelecidos.

Os painéis representam, na fiada superior, a *Adoração dos Magos*, a *Apresentação do Menino no Templo* e *O Menino entre os Doutores*, na fiada do meio a *Visitação*, a *Adoração dos Pastores* e a *Circuncisão*, e na fiada inferior, ladeando o nicho central, a *Anunciação* e *A Virgem Maria e Jesus Cristo libertando as almas do Purgatório*. As composições, no geral simplificadas, acentuam o seu poder didascálico, seguindo modelos correntes, em detrimento de mais complexas correlações estéticas. As “histórias marianas” desenvolvem repertórios que aparecem em outras obras da oficina de Simão Rodrigues com as quais



Fig. 13 - Oficina de Simão Rodrigues. Adoração dos Pastores. Cerca de 1610. Altar de Nossa Senhora da Graça. Igreja Matriz de Loures, 2022. © José Vicente | Agência Calipo

interessa cotejar as de Loures, como sejam as tábuas do retábulo da igreja do Carmo em Coimbra, por exemplo, ou ainda as do retábulo da Sé de Leiria, as do antigo retábulo do convento de Nossa Senhora das Relíquias do Carmo da Vidigueira, ou as do antigo retábulo-mor da igreja do convento de São Domingos de Elvas, sem esquecer obras mais tardias, como as grandes telas do Museu Machado de Castro oriundas do Convento de

Sant'Ana de Coimbra e, já de 1624 (com colaboração com Domingos Vieira Serrão), o painel que representa *Cristo dando a comunhão à Virgem*, que era de um dos altares do mosteiro do Carmo de Lisboa e se encontra nas reservas do Museu Nacional de Arte Antiga.

É especialmente cuidada de modelação e de desenho a pintura que centra a fiada intermédia deste altar da Senhora da Graça, que representa a *Adoração dos Pastores*, onde se sente toda a segurança de pincel do chefe de oficina, usando com suavidade as cores tradicionais nos trajes das personagens (carmins, amarelos torrados, azuis), a par da elegância de tratamento das cabeças, como a da esbelta Virgem Maria, comum a outras pinturas de Simão Rodrigues, e as dos pastores, enquanto o enquadramento cenográfico se sintetiza na presença de uma arquitectura de *rovine* sobre breves apontamentos de paisagem. Também na *Anunciação* se atestam pronunciados acertos de pincel, e em *A Virgem Maria e Jesus Cristo libertando as almas do Purgatório*, que lembra muito a tábuia de idêntico tema no retábulo da igreja do Carmo em Coimbra, se sente a mesma impressão de eficiência pictórica, enquanto outras tábuas do conjunto parecem de execução mais rápida e sumária, sem intuitos de aprimorar o acabamento. O que leva a concluir que, tal como em outras empreitadas recebidas nesta oficina, Simão responsabilizou-se pelas “partes” principais – quadro central, ou os da fiada inferior, mais expostos à visibilidade dos fruidores – deixando aos colaboradores de quem amiúde se rodeou as tarefas complementares de execução, seguindo os modelos estabelecidos para cada tema ou grupos de figuras, incluindo complementos ornamentais de arquitecturas, tecidos, acessórios, etc. Na oficina do pintor, ao Socorro, em Lisboa, por certo proliferavam os exemplos de “histórias”, em *esbocetos* ou *ras-cunhos* que, em mostruários disponibilizados aos clientes, os interessados podiam apreciar antes das encomendas. Nada de estranho, aliás, nas “produções em série”: em Toledo, o genial Greco fazia o mesmo. Ou Diogo Teixeira, na Lisboa filipina. E assim o faziam, e fizeram, muitos outros pintores e escultores no auge da Contra-Reforma católica, a crer nos termos de muitos contratos e na repercussão fiel de vários modelos compositivos (SERRÃO, 2006: 98-107).

A influência dos modelos devocionais do célebre pintor de Badajoz Luís de Morales, *el Divino*, é outra das constantes na obra da oficina de Simão Rodrigues e de seus colaboradores, como

bem observara já Adriano de Gusmão (GUSMÃO, 1956) como se atesta na constante presença de cabeças em mística mirada (SERRÃO, 2006), adoçadas por um carácter de pietismo que correspondia aos intuitos pedagógicos dessa arte que se desejava *senza tempo* (ZERI, 1957) e que se repete em inúmeras variações dos mesmos modelos. Eram receitas formais e compositivas a que aderiam as clientelas beatas na viragem do século XVI para o XVII, muitas vezes sem recursos suficientes e sem um gosto especialmente apurado. Em Simão, o *moraresco* é sobretudo apurado no processo cromático, no pietismo dos Cristos martirizados - série da sacristia da Sé Velha de Coimbra, c. 1607, uma das melhores obras do pintor, ou de santos em êxtase na igreja de São Luís dos Franceses, Misericórdia e Santarém- ou, enfim, nos modelos idealizados das Virgens (tábuas do Museu de Elvas, Carmo de Coimbra, Sant'Ana de Coimbra, etc).

Os referenciais estéticos desta tão produtiva oficina lisboeta são, com evidência, não os da irreverente e libertária geração romana que tanto inspirara Salzedo, mas os da geração romana que sucedeu àquela, muito mais comedida de soluções, como se vê nas obras de Scipione Pulzone da Gaeta, de Giuseppe Valeriano, de Marcello Venusti e de outros artistas da *pittura senza tempo*, corrente que marca o início dessa grande produção seriada de imagens sacras da Contra-Reforma católica. Em obras como este altar de Loures resumem-se as opções dessa nova "arte de regime" comprometida com a propaganda de Trento, numa espécie de viragem consequente que, em nome do rigorismo do *decorum* doutrinário, deixava em definitivo quaisquer vestígios já do capricho formal anti-renascentista oriundo da *Bella Maniera*.

Simão Rodrigues foi o nosso melhor representante desta corrente contra-maneirista. Teve certa celebridade no seu tempo, sendo considerado mesmo "hum dos milhores pintores de imaginaria de ollio que há nestes Reinos" segundo um alvará que o isentou, em 1589, de continuar a cumprir os deveres corporativos devidos à Bandeira de São Jorge e lhe conferiu estatuto social liberalizado (GUSMÃO, 1956). Era natural de Alcácer do Sal, sabe-se hoje, veio cedo para Lisboa, formando-se de seguida em Roma nos estaleiros de Sisto V (pelo menos, aperfeiçoou aí o seu estilo), seguindo depois as influências romanas tridentinas da 'ars senza tempo' e da Contra-Maniera. Tornou-se por volta de 1600, dada a qualidade e pessoalismo do seu 'receituário', o mais prolífico e respeitado 'chefe de oficina' de pintura sacra a

nível nacional, um panorama que estava a ficar completamente desguarnecido de valores à medida que iam desaparecendo os melhores representantes da anterior 'geração' maneirista (Francisco Venegas, Diogo Teixeira, Fernão Gomes). Considerado "homem de raro engenho e mui fácil no pintar", como o definiu o tratadista Félix da Costa Meesen em 1696 (um elogio que data já do tempo de D. Pedro II, à distância de quase um século, o que merece ser relevado), era admirada a sua facilidade plástica e o seu estilo de fa presto, como o atestam as suas melhores obras. As grandes tábuas dos retábulos de Santa Cruz e da Capela da Universidade de Coimbra, de 1612-1613, pintadas por Simão e pelo seu "parceiro" Domingos Vieira Serrão, mereceram ao historiador de arte Adriano de Gusmão um primeiro estudo de síntese sobre o artista e a sua 'escola', abrindo campo a novas investigações a seu respeito (GUSMÃO, 1956).

Hoje, sabe-se muito sobre a vida de Simão Rodrigues (SERRÃO, 2006), o seu árduo trabalho produzido para todo o espaço nacional, com obras realizadas também para Angola (Colégio dos jesuítas) e para o Estado Português da Índia, apurando-se com maior certeza quem constituía a rede dos seus múltiplos colaboradores (caso do citado Domingos Vieira Serrão, que ascenderá a pintor régio) e dos epígonos que lhe continuaram os modelos (mais de vinte artistas se contam nesse acervo de discípulos e seguidores, como Jerónimo de Aguiar em Lisboa, Álvaro Nogueira em Coimbra, António de Moura em Évora, André de Moraes em Santarém, Manuel Lampreia Mata em Leiria, André Peres em Barcelos e Vila Viçosa, etc. (SERRÃO, 1995: 496-498), (SERRÃO, 2006: 98-107).

O retábulo da Senhora da Graça inscreve-se assim, pelos reconhecíveis estilemas, no acervo de obras saídas da oficina de Simão Rodrigues, e mostra a eficiência dos seus modelos, ainda que neste caso com larga intervenção de colaboradores, pois há irregularidades entre as várias tábuas, que indiciam a presença oficial.

O retábulo de Nossa Senhora do Rosário, obra de excelência de André Reinoso

O altar da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, a meio da nave da banda do Evangelho, possui uma belíssima tela proto-barroca da autoria de André Reinoso que representa a *Comunhão da Virgem Maria*. Trata-se de uma notabilíssima pintura, apesar de muito deteriorada e que reclama intervenção de con-



Fig. 14 - André Reinoso,
Comunhão da Virgem, c. 1630-
40. Altar de Nossa Senhora do
Rosário. Igreja Matriz de Loures,
2022. © José Vicente | Agência
Calipo

servação e restauro, mas que atesta a finura de pincel do seu autor, em alinhamento com os novos modelos naturalistas de origem sevilhana que vão renovar a pintura portuguesa no fim do primeiro terço do século XVII, esgotadas que eram as receitas tardo-maneiristas, impunha-se que o vocabulário pictural consumido para efeitos de culto deixasse os artifícios estéreis em que a *Contra-Maniera* fora pródiga, e se actualizasse o discurso da pintura no sentido de um maior acento realista.

Foi precisamente André Reinoso (por ironia, um discípulo do velho Simão Rodrigues, mas que não lhe seguiu o estilo) o pioneiro maior dessa viragem de actualização dos modelos da nossa arte da Pintura, depois de um estágio em terras andaluzas e acaso também castelhanas, onde a influência de nomes tão importantes como Francisco de Zurbarán, Juan de Roelas e Juan Bautista Maino lhe marcou o percurso. Acresce que as obras do altar da Senhora do Rosário em Loures tiveram mecenas particulares de renome, ligados a esse processo de actualização dos discursos imagéticos e que contribuíram com benefícios e ré-

ditos para as suas obras, como sucedeu, nomeadamente, com o Padre Jorge Cardoso, escritor do famoso *Agiologio Lusitano*, cujos herdeiros ainda em 1652 cumpriam dotações nesse sentido (MENDES LEAL, 1909: 218). Percebe-se melhor, portanto, a escolha de Reinoso por parte da irmandade do Rosário.

A pintura deste altar tem, portanto, o maior interesse artístico, já sem quaisquer concessões à esgotada tradição epimaneirista, mas seguidora atenta das inovações do naturalismo andaluz, quer no primoroso desenho de figuras e trajes, quer na suave modelação em claro-escuro, de longínquos ressaibos tenebristas (que não caravagescos), quer na delicadeza das cores, abertas a um atento estudo realista dos acessórios do quotidiano. Apesar de estragada e carecida de tratamento, a tela da *Comunhão da Virgem Maria* mostra a actualidade de quem, desde Loures, acompanhava as novidades do mercado artístico e sabia escolher a melhor opção para uma encomenda sacra que se desejava *ao moderno*. Foi sob esse signo, aliás, que em 1628 os mesários da Misericórdia de Óbidos tinham chamado o Reinoso, "*pintor de fama*", para lhes pintar o retábulo, que é obra magnífica, uma das primeiras a introduzir entre nós o naturalismo de inspiração sevilhana.

De facto, André Reinoso (c. 1590-c.1650) foi o primeiro pintor nacional a aderir às novidades do naturalismo e do tenebrismo italiano, por via andaluza e castelhana, criando uma obra desde sempre servida por um desenho excelente e um sentido largo de composição (SERRÃO, 1993), (SERRÃO, 2006). O artista, que era ao tempo considerado "*hum dos milhores pintores de imaginaria dólio que há nestes Reinos*", e que o seu biógrafo Félix da Costa Meesen, em 1696, destacou pelo estilo "*mui naturalista*" com uma "*maneira italiana vaga e doce*", desenvolveu sempre um repertório pessoal, servido por um elegante estilo na modelação de tecidos e cabeças em miradas, com bom sentido de composição e um colorido luminoso e cálido, tudo ao estilo do naturalismo sevilhano de Roelas e do toledano Maino, referências actualizadas de um artista português que cedo rejeitara o legado tradicionalista de seu primeiro mestre Simão Rodrigues, e se alcandorara por uma via mais vanguardística e internacional. Reinoso foi o mais operoso e seguramente o nome mais ilustre da chamada 'primeira geração proto-barroca', e os seus celeberrimos quadros com a *Vida de São Francisco Xavier* (c. 1619) nos espaldares dos arcazes da Sacristia da igreja jesuítica de São Roque em Lisboa deram-lhe justo prestígio.

Tal como a mesa da Misericórdia de Óbidos mandara chamar de Lisboa o Reinoso, em 1628, para que fizesse *"ao moderno e com espírito"*, como dizem os documentos, os quadros da sua igreja, também no caso de Loures, em data próxima (c. 1630), o artista assumiu a composição desse tema tridentino (15) com apurado esmero, desenhando as figuras da Virgem genuflexionada, de Jesus Cristo, como celebrante da missa, com uma arrojada glória angelical no registo cimeiro, uma cenográfica espacialidade barroca com trechos arquiteturais a enquadrar a cena, e com a presença, em baixo, dos anjinhos assistentes, estes especialmente bem moldados, com primores de gosto, dentro das renovadas estratégias de catequização tridentinas (16). Vêm à memória telas de Reinoso como as da Capela do Menino Perdido na igreja de São Roque ou as da igreja franciscana de São José de Ribamar e, ainda, as que se expõem hoje no Museu de Lamego, como exactos paralelos para tais modelos e receitas. André Reinoso compôs a tela com o seu gosto luminoso, assente num desenho irrepreensível e *"ao natural"*, segundo o que se fazia em Sevilha... Tal como os maneiristas iam aprender a Roma, os pintores da nova geração olhavam para a cidade do Guadalquivir como o centro privilegiado (por lá passaram também, nesses anos, Baltazar Gomes Figueira, o pai de Josefa de Óbidos, Martim Conrado, e talvez Avelar Rebelo).

A tela de Reinoso em Loures confirma o que sobre o pintor escreveu Félix da Costa Meesen em 1696, ao destacar o seu estilo *"mui naturalista"*, capaz de produzir *"cousas admiraveis de eterna viveza"*, num grau elogiativo que recusaria, aliás, a todos os pintores tenebristas pós-Reinoso. De facto, as palavras têm concordância com as qualidades demonstradas pelas obras que chegaram aos nossos dias: é forçoso considerar André Reinoso, pintor de excelentes recursos, como o primeiro e mais forte intérprete da ruptura com os cânones do Maneirismo e de abertura ao gosto naturalista proto-barroco. São muito conhecidas, e elogiadas pelo óptimo desenho, pelo claro-escuro e pelos detalhes de exotismo oriental, as telas da *Vida e Milagres de São Francisco Xavier* (c. 1619) em São Roque, uma encomenda dos padres jesuítas, coeva da beatificação do Apóstolo das Índias e que contribuiu para preparar a sua canonização em 1622. Parte das vinte telas é de Reinoso e constitui o que de melhor se produziu na arte portuguesa do século XVII. É por tudo isso que o quadro do altar do Rosário em Loures é, depois das tábuas de Salzedo no altar da Conceição, uma peça de tão grande importância plástica.

Fig. 15 - Oficina de Bento Coelho da Silveira, São Miguel e as Almas do Purgatório, fim do século XVII. Altar do Senhor Jesus e Almas. Igreja Matriz de Loures, 2022
© José Vicente | Agência Calipo



O retábulo do altar do Senhor Jesus e Almas, por Bento Coelho da Silveira

Quanto ao altar da nave do lado da Epístola, fronteiro ao altar do Rosário, sabemos que se tratava da irmandade mais próspera da igreja, a seguir à do Santíssimo Sacramento, a crer nos elementos documentais que sobre ela nos dá Mendes Leal, a partir das visitas pastorais (MENDES LEAL, 1909: 99-100). A tela que representa *São Miguel e as Almas do Purgatório* e que decora o vão desse altar deve-se à oficina do famoso Bento Coelho da Silveira (c. 1620-1708). Está carecida de restauro, com entupimentos de massa cromática e perda de valores plásticos que exigem a boa atenção das tutelas.

Este artista, que foi pintor régio de D. Pedro II e dirigiu uma laboriosíssima oficina de colaboradores, criou uma obra muito vasta, o que leva a que seja considerado o *fa presto* da nossa pintura barroca, tantas são as pinturas que ele e a sua fábrica produziram no Reino, e também para a Índia e Brasil, quase

sempre com uma maneira fácil, usando os mesmos modelos e receitas repetitivas. Coube ao historiador de arte Luís de Moura Sobral (MOURA SOBRAL, 1998) realizar a mais completa análise da sua produção, a partir de um 'corpus' exigente das obras.

Neste caso da igreja matriz de Loures, a composição recorda outras telas com o mesmo tema e que foram compostas com idêntico receituário, como sucede com os quadros da igreja de Almacave em Lamego e da igreja de Cernache do Bonjardim, por exemplo. O mau estado em que se encontra não esconde facilitismos de desenho e dureza de modelação, a mostrar que, mais uma vez, se trata de peça com forte intervenção do discípulo. Seja como for, e apesar da sua qualidade algo displicente, esta tela do final do século XVII constitui um bom testemunho do que era a arte sacra produzida por Bento Coelho (17) e que ajuda a valorizar os acervos da igreja de Santa Maria de Loures, em boa verdade um excelente mostuário da pintura portuguesa da Idade Moderna.

Não estaria completa a descrição da pintura antiga existente na igreja matriz de Santa Maria de Loures sem uma palavra sobre a existência de ténues brutescos, desde os que ornavam o tecto da nave (parcialmente refeitos) aos que preenchiam integralmente as colunas renascentistas, que hoje se preservam em trechos muito esmaecidos, a que o historiador de arte Paulo Campos Pinto prestou devida atenção em estudo de conjunto sobre a temática eucarística de signo tridentino no vocabulário artístico das igrejas da Diocese de Lisboa (PINTO, 2015). A documentação que outrora enriquecia o cartório paroquial, e se perdeu, dava algumas luzes sobre essas decorações: a seguir ao azulejamento da capela-mor, a Irmandade do Santíssimo Sacramento mandou pintar as colunas (algures entre 1636 e 1637) (MENDES LEAL, 1909: 40-41), pinturas essas que terão sido refeitas por inteiro à data das grandes reformas barrocas da igreja, no fim do século XVII e, enfim, à data da factura e douramento do actual retábulo, já em anos quinto-joaninos. Trata-se de uma série de sucessivas campanhas de decoração murária seis-setecentista que atingiu, por certo, um bom efeito cenográfico, testemunho de um gosto vernáculo onde se detectam ainda os típicos motivos das *pinturas de brutesco*, com volutas e enrolamentos de acantos, flores e anjinhos, tudo integrado num repertório ornamental cheio de referenciais eucarísticos e que foi muito usado na nossa pintura ornamental barroca, nos séculos XVII e XVIII, com a designação genérica de *Brutesco Nacional*.

Agradecimentos

O autor manifesta o seu reconhecimento, pelo apoio na presente investigação, a Duarte Nuno Morgado (Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Loures), a Sílvia Ferreira (IHA/NOVA FCSH), Ana Cristina Oliveira (CMLoures), Filipa Avellar, José Manuel Vargas, Rui Mesquita Mendes (FLUL), Paulo Campos Pinto (UCP/CECC), Maria João Pereira Coutinho (IHA/NOVA FCSH), Maria Eugénia Alves, Artur Goulart, Francisco Bilou (CMÉvora), Gonzalo Redín Michaus, Sylvie Deswarte-Rosa (CNRS), Jesús María Palomero Páramo e Fernando Quiles (Universidade Pablo de Olavide, Sevilha), Anísio Franco e Joaquim Oliveira Caetano (MNA), José Meco, Vanessa Antunes e Célia Nunes Pereira (MAC). Um especial agradecimento a Maria João Marques Soares pela revisão do texto.

Notas

*O Autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

(1) Diz Mendes Leal que este retábulo é "*da primitiva construção*" (sic).

(2) O testamento da rainha, firmado nos Paços de Xabregas a 8 de Fevereiro de 1577, foi aberto na presença de D. Sebastião, seu herdeiro universal, no dia 12 de Fevereiro de 1578, com o codicilo e as "*lembranças*", numa das quais consta uma disposição a favor da viúva de Salzedo. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Gavetas*, Gav. 16, maço 1, nºs 11 e 12. Cf. também (Taborda, 1815:166).

(3) A correcção da autoria dos retratos régios de D. Catarina e de D. João III deve-se a Joaquim Oliveira Caetano.

(4) Os resultados do longo processo de conservação e restauro deste grandioso retábulo permitiram o estudo actualizado da obra do pintor Salzedo, definindo-lhe o estilo com total precisão. De novo agradecemos a Fernando Bouza Alvarez (Universidad Complutense de Madrid) a preciosa referência documental que na altura nos comunicou a respeito do retábulo de Belém, a partir de cartas inéditas de Filipe II a seus embaixadores.

(5) Este documento, integrado nos fundos notariais guardados no Archivo Historico Capitolino de Roma, pertence aos cadernos de tabeliães da Nação espanhola, e incluem numerosas doações, pleitos e outras iniciativas envolvendo o referido prelado,

que foi uma figura muito influente na sociedade romana de então.

(6) Girolamo Siciolante foi o mais apto dos discípulos de Pierino del Vaga e atingiu o ápice da sua carreira ao ser nomeado cônsul da Academia de San Lucas em 1554 e ao pintar obras em Santa María sopra Minerva, Santa María in Anima e San Giacomo degli Spagnuoli.

(7) O apelido Salzedo é conhecido na Andaluzia. Refiram-se, por exemplo, os pintores Juan e Diego de Salcedo, activos em Sevilha no último terço do século XVI (LÓPEZ MARTÍNEZ, 1928), bem como o escultor Juan de Sauzedo, que de 1534 a 1561 trabalhava nessa cidade, além do pintor granadino Juan de Salzedo, falecido em 1626, e do arquitecto Rodrigo de Saucedo, activo em Córdoba em 1581 (LLORDÉN, 1960: 350), entre outros artistas de apelido homónimo. Algum destes seria parente de Lourenço de Salzedo? Cremos que novas investigações nos ricos arquivos de protocolos da Andaluzia virão um dia clarificar o assunto.

(8) Segundo (MOSER, 1950: 29), esta Isabel deve ser a Isabel de Sauzedo que foi casada com D. Diogo de Castro, que viveu em Vila Viçosa. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Reservados, Sumários Matrimoniais da Câmara Eclesiástica de Lisboa*, Maço 1, 12630, processos 37 e 40.

(9) ANTT, *Registos Paroquiais, Lº 1º de Mistos da freguesia de Santos-o-Velho*, fl. 54 vº. Referência inédita do Dr. Francisco Bilou, a quem agradecemos.

(10) ANTT, *Mosteiro de São Bento de Xabregas, Lº 2, fls. 240 e segs.* Referência inédita do Dr. Rui Mesquita Mendes, a quem agradecemos.

(11) ANTT, *Registos Paroquiais, Lº 2º de Mistos da freguesia de Santos-o-Velho*, s. nº de fls. Referência inédita de Francisco Bilou, a quem agradecemos.

(12) ANTT, *Arquivo do Antigo Hospital de São José, Lº de Receita e Despesa, de 1585-1586*, fl. 82 vº.

(13) Entre 1538 e 1571, D. Catarina de Áustria patrocinou a construção do mosteiro jerónimo de Vale Benfeito (Óbidos), dotando-o com valiosos paramentos e relíquias (JORDAN-GSCHWEND, 1990, pp. 187-198). A encomenda a Salzedo das pinturas do retábulo será do final dos anos 60, início dos 70.

(14) Devemos esta informação ao senhor Dr. Anísio Franco (MNAA), a quem agradecemos.

(15) Paulo Campos Pinto elencou vários exemplos na sua tese doutoral, entre os temas eucarísticos comuns na iconografia

pictórica dos séculos XVII e XVIII em igrejas da Diocese de Lisboa (Pinto, 2015).

(16) Por erro de identificação, de que nos penitenciamos, a tela que passou por ser a *Comunhão de Santa Maria de Cortona* (Serrão, 1987, pp. 23-3), quando se trata, iniludivelmente, da *Comunhão de Nossa Senhora*, um tema comum na iconografia peninsular da Contra-Reforma e que tem no Portugal seiscentista algumas representações (caso de uma das telas do tecto da igreja de Camarate ou uma outra de Marcos da Cruz na capela da actual Embaixada de França), sem esquecer a tábuia de Simão Rodrigues e Domingos Vieira Serrão (1624) com o mesmo tema de *Cristo dando a comunhão à Virgem*, que pertencia a um dos antigos altares do mosteiro do Carmo de Lisboa e se encontra nas reservas do Museu Nacional de Arte Antiga.

(17) No Concelho de Loures existem ainda, de Bento Coelho ou da sua oficina, outras telas: um bom *Pentecostes* no chamado Conventinho, e três grandes telas na igreja de São Julião do Tojal, estas últimas provenientes de um dos conventos extintos da capital, e carecentes de estudo.

Bibliografia

BROWN, Jonathan BROWN - *La Edad de Oro de la pintura española*. Madrid: Nerea, 1990.

CAETANO, Joaquim Oliveira (1998) - *O que Janus via. Rumos e cenários na pintura portuguesa, 1535-1570* [s.n]. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

DACOS, Nicole - *Viaggio a Roma. I pittori europei nel'500*. Roma: Jaca Book, 2012.

DESWARTE-ROSA, Sylvie - *Ideias e Imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos. Francisco de Holanda e a teoria da arte*. Lisboa: Difel, 1992.

DESWARTE, Sylvie (1994) - *Francisco de Holanda e o Mosteiro de Santa Maria de Belém, Jerónimos - quatro séculos de pintura*. [cat. expo] Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.

FLOR, Pedro (2006) - *A arte do retrato em Portugal entre o fim da Idade Média e o Renascimento*. Lisboa [s.n]. Tese de doutoramento em História da Arte Moderna apresentada à Universidade Aberta.

FRANCO, Anísio (2018) - *Sombras e alguma luz. Panorama do*

retrato português. In FRANCO, Anísio (Coord.) - *Do Tirar polo Natural. Inquérito so Retrato português*. [Cat. expo.]. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 63.

GARRIGA, Joaquim - El Retaule Major Cinccentista de Sant Inscl e i Santa Victòria de Dosrius: les restes del naufragi. *Revista Duos Rios*. Duosrios: Arxiu Municipal de Dosrius. N° 3 (2017), p. 48-61.

GIL, Juan e SERRÃO, Vitor - Vasco Pereira Lusitano, discípulo de Luís de Vargas. Novos dados sobre a pintura maneirista em Sevilha. *Artis*. Lisboa: *Artis*. N° 4 (2005) p. 121-135.

GONÇALVES, Flávio - *Breve Ensaio sobre a Iconografia da Pintura Religiosa em Portugal*. (sep. de Belas-Artes). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes. Série 2/ vol. 27, p. 37-68.

GUSMÃO, Adriano de - A Pintura antiga no Mosteiro dos Jerónimos. *O Século*. Lisboa 1 de janeiro (1950).

GIDDENS, Anthony - *The Transformation of Intimacy. Sexuality, Love & Eroticism in Modern Societies*. Cambridge: Polity Press, 1992.

GUSMÃO, Adriano de - *Simão Rodrigues e seus colaboradores*. Lisboa: Realizações Artis, 1956.

HUNTER, John, Teresa PUGLIATTI, Luigi FIORANI - *Girolamo Siciolante da Sermoneta (1521-1575). Storia e Critica*. Roma: Fondazione Camillo Caetani, 1983.

HUNTER, John - *Girolamo Siciolante, pittore da Sermoneta, 1521-1575*. Roma: Fondazione Camillo Caetani, 1996.

JORDAN-GSCHWEND, Annemarie - *The Development of Catherine of Austria's Collection in the Queen's Household: its character and cost*. Rhode Island: Brown University, 1993, p. 294-297.

JORDAN-GSCHWEND, Annemarie - *Retrato de Corte em Portugal. O Legado de Antonio Moro*. Lisboa: Quetzal, 1994, p. 146-150 e 179-184.

LLÓRDEN, Andrès - *Escultores y entaladores malagueños*, Avila: Ediciones Real Monasterio del Escorial, 1960.

LÓPEZ MARTÍNEZ, Celestino - *Arquitectos, escultores y pintores vecinos de Sevilla*, Sevilla: Rodríguez, Giménez y C^a., 1928.

MARÍAS, Fernando (2004) - Revisando a Antonio Moro, entre España y Portugal. In REDONDO CANTERA, Maria José (coord.) - *Actas do Simpósio Internacional El modelo italiano en las artes plásticas de la Península Ibérica durante el Renacimiento*. Valladolid: Universidade de Valladolid, p. 11-52.

MARKL, Dagoberto L. e SERRÃO, Vitor - Os tectos maneiristas

da Igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos (1580-1613). *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. N.º 86/ Tomo I.º (1980), p. 161-215.

MENDES, Rui Manuel Mesquita - *Documentos inéditos sobre Cristóvão Lopes, Cristóvão de Moraes e Francisco de Holanda: Contributos para o estudo dos pintores de corte no século XVI (1550-1593) Artis*. Lisboa: Artis. N.º 5 (2018), p. 97-98.

MENDES LEAL, Joaquim José da Silva - *Admirável Igreja Matriz de Loures oriunda do V século, edificada pelos Templários, analiticamente historiada em livro ornado de estampas (...)*. Lisboa: edição do autor 1909. (Reedição da responsabilidade de Duarte Nuno Morgado e dos Amigos da Matriz / Paróquia de Santa Maria de Loures, 2017).

MOREIRA, Rafael (1995) - Arquitectura: Renascimento e Classicismo. In PEREIRA, Paulo (coord.) - *História da Arte Portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 673-674.

MOSER, Jorge de - Lourenço de Sauzedo, pintor da Rainha D. Catarina. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: MNAA. Vol. I/ N.º 1 (1950), p. 27-31.

MOURA SOBRAL, Luís de - *Bento Coelho e a cultura do seu tempo (1620-1708)*. [Cat. expo.]. Lisboa: IPPAR, Palácio Nacional da Ajuda, 1998.

PALOMERO PÁRAMO, Jesús María - *El retablo sevillano del Renacimiento*. Sevilla: Excma. Diputación Provincial de Sevilla, 1983.

PINELLI, Antonio - *La Bella Maniera. Artisti del Cinquecento tra regola e licenza*. Torino: Einaudi, 1993.

PINTO, Paulo Miguel Félix de Campos, (2015). *Iconografia Eucarística da Reforma Católica das Igrejas da Diocese de Lisboa: séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutoramento em Estudos de Cultura apresentada à Universidade Católica Portuguesa.

REDÍN MICHAUS, Gonzalo - *Pedro Rubiales, Gaspar Becerra y los pintores españoles en Roma, 1527-1600*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2007, p. 203-206 e 288-292.

SEABRA CARVALHO, José Alberto (1995) - Lourenço de Salzedo. In SERRÃO, Vítor (coord.) *A Pintura Maneirista em Portugal - arte no tempo de Camões*. [Cat. expo.] Lisboa: CNCDP, p. 230-233 e 491-492.

SERRÃO, Vítor - *A Pintura Maneirista em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e das Universidades, 1982, p. 57-59.

SERRÃO, Vitor - Importante Painel Seiscentista na Igreja Matriz de Loures: a Comunhão de Santa Margarida de Cortona do pintor André Reinoso. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Loures*. Loures: CMLoures. Vol. I (1987), p. 23-30.

SERRÃO, Vitor - O corpo e a 'maneira' portuguesa do século XVI. *Vértice*. Coimbra. Nº 51 (1992), p. 22-27.

SERRÃO, Vitor - *A Lenda de São Francisco Xavier pelo pintor André Reinoso*. Lisboa: Quetzal e Santa Casa das Misericórdias, 1993. (2ª ed. revista, Lisboa: Bertrand, 2006).

SERRÃO, Vitor (coord.) - *A Pintura Maneirista em Portugal – arte no tempo de Camões*. [Cat. expo.] Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.

SERRÃO, Vitor - La peinture maniériste portugaise, entre la Flandre et Rome, 1550-1620. *Bollettino d'Arte*. Roma: Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo. Supplemento al nº 100/ Série 6 (1997), p. 263-276.

SERRÃO, Vítor (2000) - Lourenço de Salzedo, pintor do retábulo do Mosteiro dos Jerónimos, 1570-1572. In ALMADA, Carmen Olazabal, Luís Tovar FIGUEIRA e Vitor SERRÃO (Coord.) - *História e Restauro da Pintura do Retábulo-Mor do Mosteiro dos Jerónimos*. Lisboa: IPPAR / Banco Comercial Português, p. 15-77.

SERRÃO, Vitor - La actividad del pintor en Évora, Elvas y Portalegre, 1564-1585 (2001) - *Luis de Morales. A un lado y otro de la Raya* [Cat. expo.] Badajoz-Lisboa: Junta de Provincia de Extremadura e Museu Nacional de Arte Antiga, p. 67-99.

SERRÃO, Vitor - Influencias del Manierismo romano en la obra del pintor de la reina Catarina de Portugal. *Archivo Español de Arte*. Madrid. LXXVI/ Nº 303 (2003), p. 249-265.

SERRÃO, Vitor - 'Pittura senza tempo' em Coimbra cerca de 1600: as tábuas de Simão Rodrigues e Domingos Vieira Serrão na Sacristia da Igreja do Carmo. *Monumentos*. Nº 25 (2006), p. 98-107.

SERRÃO, Vitor - *A Trans-Memória das Imagens. Estudos Iconológicos de Pintura Portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Nova Cosmos, 2007.

SERRÃO, Vitor (2016) - Viaggio a Roma. Campelo e os pintores maneiristas portugueses com presença na Cidade Papal. In PALOMERO, Jesús, (coord.) *Roma Qvanta Fvit Ipsa Rvina Docet. Nicole Dacos In Memoriam*, Actas das Jornadas del Proyecto de Plan Estatal de I+D Ruinas, Expolios e Intervenciones en el Patrimonio Cultural. Coloquio homenaje a Nicole Dacos. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide/Universidad de Huelva, p. 53-74.

SERRERA, Juan Miguel (1985) - Pintura y pintores del siglo XVI en la Catedral de Sevilla- *La Catedral de Sevilla*. Sevilla: Ediciones Guadalquivir, 1985, p. 353-404.

TABORDA, José da Cunha - *Regras da Arte da Pintura*. Lisboa: Imprensa Régia, 1815.

ZERI, Federico - *Pittura e Controriforma. La 'pittura senza tempo' di Scipione Pulzone da Gaeta*. Torino; G. Einaudi, 1957.





Arquitectura, ornamento e iconografia.

A obra de embutidos de pedraria policroma ao serviço da Eucaristia na igreja de Santa Maria de Loures (1692-1716)

Maria João Pereira Coutinho *

IHA / NOVA FCSH / IN2PAST

Nota prévia

A arte dos embutidos de pedraria policroma, revestimento por excelência do barroco nacional que teve particular expressão em Lisboa e arredores, cuja génese resultou dos contactos artísticos estabelecidos com a península itálica, foi desenvolvida por artistas portugueses. Esses artistas, conceberam figurinos, a partir de modelos internacionais, onde se aplicou o lioz, matéria lusitana que conferiu uma paleta cromática única (CARVALHO, 1960-1962; COUTINHO, 2010).

Sendo uma solução decorativa que foi naturalmente abraçada pelas elites culturais da época, introduziu uma nota de erudição e modernidade no contexto das encomendas sacras, levadas a cabo por ordens religiosas e irmandades, mas também por devotos como os instituidores de capelas.

A decoração do primeiro registo da capela-mor da actual igreja matriz de Loures, localizada na várzea homónima, de invocação mariana, a saber: pavimento da capela-mor, supedâneo, primeiro registo dos panos murários, nichos e suas credências e moldura da mesa de altar, inscreve-se nesse conjunto de obras realizadas em Lisboa e arredores que recorreram à obra de embutido fino e que dotaram os espaços sacros com o que de melhor e mais dispendioso se fazia entre finais de Seiscentos e o início da centúria seguinte.

Com composições inspiradas em gravuras e estampas, estas obras, com representações religiosas, extraídas de fontes impressas, como os livros de *Empresas Morais*, dotaram o espaço com a iconografia adequada à celebração eucarística. Por outro lado, através da presença de vocabulário profano, propiciaram o contacto do fiel com um mundo erudito, colhido em obras de re-

ferência, como estampas avulsas com grotescos e Emblematas (COUTINHO, 2010 e 2011).

As obras

A majestosa campanha de obras que configurou a capela-mor, que hoje se observa na igreja matriz de Loures, foi da responsabilidade da confraria do Santíssimo Sacramento, que dela se ocupou por volta de 1676, sendo os anos que sucederam esta data de hesitações no que à escolha dos revestimentos que aí se deveriam utilizar. Segundo notícias dadas por Joaquim José da Silva Mendes Leal, em 1909, as paredes do referido espaço foram em 1692 revestidas a azulejos. Essa reforma, não deverá ter agradado aos seus encomendadores, pois, em 1694, novas remodelações foram impostas ao local (LEAL, 1909: 55- 56). Com efeito, é a partir dessa data que é iniciado o revestimento pétreo que aí se descobre, uma vez que segundo as palavras do anterior autor se fica a saber que: “Em 1694 viera de novo para a sacristia presbyterica a pia baptismal por irem começar na capella mor a obra do mozaico (...)” (LEAL, 1909: 67). Essa tarefa deverá ter sido concluída por volta de 1716, pois o mesmo narrador também afirma:

Em 1694 havendo sido já, como dissemos, bem conhecidas as ditas obras de mozaico e talha dourada em distinctos altares, fora desde então vertiginosamente crescendo nos gerentes destas obras, o desejo de tambem assim engrandecer a capella-mór desta Egreja que, vencendo todos os atrictos e objecções, no fim de 20 annos, em 1716, estavam concluídos os trabalhos do riquíssimo mozaico desde o solo até á cimalha, que está a meia altura das altas paredes; inclusive por detraz do altar-mór, uma bonita e elegante baze onde assenta um novo grande sacrário, bem como coberto mozaico os grandes vãos interiores das duas credencias cavadas nas grossas paredes mestras lateraes e mais acabamentos (...) (LEAL, 1909: 71-72).

Sendo, então, essas balizas cronológicas ajustáveis às de outras obras idênticas, como as da capela-mor da igreja de Santa Maria da Graça de Setúbal, do mesmo Patriarcado, da igreja de Nossa Senhora da Piedade da Merceana, ou da igreja do mosteiro de Santos-o-Novo de Lisboa, importa destacar a unidade conseguida pelos já mencionados pavimentos, pedestais e restantes painéis dos panos murários, nichos, credências e moldura da mesa de altar (COUTINHO, 2010). E se o pavimento, onde sobressai uma

imensa composição concêntrica, incrustada em lajes axadrezadas, é passível de ser comparado com o da antiga sacristia do colégio de Santo Antão-o-Novo de Lisboa, os espelhos dos degraus, que vivem de motivos florais estilizados numa dialética de positivos e negativos, podem ser igualados aos da igreja do convento da Estrelinha de Lisboa e da referida igreja de Santa Maria de Setúbal. Quanto às superfícies murárias, fortemente animadas pelo jogo de saliências e reentrâncias, podem ser também cotejadas com as da igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Cardais ou com os das capelas de Nossa Senhora da Doutrina, de Nossa Senhora da Boa Morte e de Nossa Senhora da Piedade da igreja inaciana de São Roque de Lisboa (COUTINHO, 2006: 118-135). Por fim, no que ao recurso a credências refere, importa reconhecer a funcionalidade destes suportes, destinados a receber estantes de Missal, galhetas e outras alfaia necessárias para o decurso da liturgia, que não só foram integrados nos panejamentos murários da igreja de Loures, como também na igreja dos Cardais, na igreja de São Miguel de Alfama, na capela da Doutrina da igreja de São Roque e na igreja de Santos-o-Novo (COUTINHO, 2014: 47-68).

Fig. 1 - Vista da decoração pétrea da capela-mor, 2018. © Maria João Pereira Coutinho



O(s) artista(s)

Quanto ao artista ou artistas que executaram este conjunto, perpetuou-se, a partir da já mencionada publicação de Mendes Leal, que a obra se devia à mão de Manuel Francisco Botelho, morador em Lisboa na Rua da Rigueira. Com efeito, foi dada à estampa uma transcrição de um contrato notarial para a obra de talha do conjunto, onde se refere que:

(...) no ano de 1721 aos 25 dias do mez de Janeiro em Lisboa, ao chafariz de dentro freguezia de S. Miguel, e casa de mim Tabellião appareceu Manuel Domingues, cabouqueiro morador no logar de Monte mor freguesia de Loures, procurador da Irmandade do Santissimo da mesma freguesia (...) isto de uma parte e da outra Bento de Fonseca de Azevedo mestre entalhador, morador ao relógio de S. Roque, e outro sim Manuel Francisco Botelho mestre pedreiro morador na Rua da Rigueira, por elles Manuel Domingues e Bernardo Gomes e Bento d`Afonseca Azevedo foi dito em minha presença e das testemunhas ao diante nomeadas que elles estão contatados em seus nomes e nos que representam com elle mestre entalhador Bento d`Afonseca fazer uma obra do seu officio na mesma Egreja (...) (LEAL, 1909: 350-354).

O mesmo autor informa ainda o leitor que decorreu durante largos anos um processo judicial entre herdeiros do mestre Francisco Botelho e a irmandade do Santíssimo, o que comprova unicamente que se devia o pagamento de obras efectuadas no interior do templo. Não ficando então clara a sua interveniência nesta obra em concreto, que, aliás, como foi anteriormente dito remonta a 1694, importa, no entanto, por ser o único nome de um individuo apto para concretizar uma empreitada desta natureza, que figura ao lado do entalhador Bento da Fonseca Azevedo (FERREIRA, 2007: 91-114, FERREIRA, 2009), também ligado a espaços onde existem obras de embutidos de pedraria, resgatar o pouco que se sabe da sua actividade laboral.

Para além de estar activo em Loures no ano de 1721, surge, entre 1698 e 1700, na qualidade de procurador de mesteres, a emitir diversos pareceres no Senado da Câmara de Lisboa, nomeadamente: numa consulta sobre a petição da condessa de Pontével e do cabido da Sé de Lisboa, que solicitam que seja demolida a torre velha do muro da cidade, fora das portas de Santa Cata-

rina, em benefício da nova igreja paroquial, localizada defronte da ermida de Nossa Senhora do Alecrim (1); numa consulta do Senado sobre José de Andrade Barreto, provido no ofício de apontador das obras do convento de São Vicente, por morte de Francisco Tinoco da Silva (2); ou ainda num parecer emitido na sequência de uma petição de D. Manuel Caetano de Sousa, Preposto dos Clérigos Regulares da Divina Providência, onde esse prelado solicitava que não fosse aforado a José Fagundes Bezerra um pedaço de chão em frente à sua igreja, alegando que a passagem iria ficar demasiado estreita, impedindo, por isso, a passagem de carruagens (3) (*Vide Quadro*). Por fim, no âmbito da sua actividade laboral, pode ser ainda encontrado a actuar na igreja dos Anjos, na qualidade de mestre pedreiro e juiz do ofício, realizando uma medição e avaliação aos telhados da casa do despacho da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da sacristia e a outras obras de pedraria (COUTINHO, 2021).

Resta, portanto, como foi anteriormente mencionada, a hipótese de poder ter sido subcontratado por Bento da Fonseca Azevedo, para levar a cabo esta empreitada, ou tão-somente para realizar outras tarefas do seu ofício no contexto da preparação da alvenaria que recebeu decoração de talha.

Fig. 2 - Pormenor da decoração que encima as credências, 2018.

© Maria João Pereira Coutinho

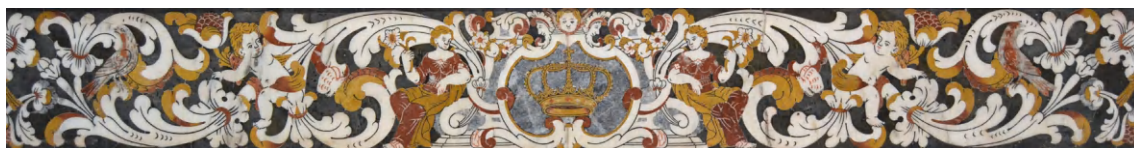


O programa decorativo

No seguimento do exposto anteriormente, importa analisar a obra por si, bem como mencionar agora alguns aspectos relativos à componente decorativa do conjunto, onde, numa apreciação global, se pode afirmar que proliferam composições vegetalistas. Nessas, o carácter ondulatório das várias espécies do reino vegetal e das linhas sinuosas dos *acanthus spinosus*, foi aquele que emprestou maior plasticidade ao conjunto, expressando o horror vacui tão característico do período barroco (COUTINHO, FERREIRA, 2014: 393-411). Contudo, se se detalharem as várias composições, constata-se que também se multiplicaram elementos iconográficos de natureza eucarística, tais como o Cálice, o Pão, as Espigas de Trigo, as Uvas, a Arca da Aliança e o *Agnus Dei*, bem como figuras fantasiosas, e um conjunto de animais como a coruja, o caracol, a borboleta e o gafanhoto.

Fig. 3 - Pormenor da decoração da moldura da mesa de altar, 2018.

© Maria João Pereira Coutinho



Começando então observar aqueles que são parte integrante da composição de pendor vegetalista, independentemente desta ser organizada horizontalmente ou verticalmente, constata-se a forte presença de meninos, ou *putti*, e de aves. Os *putti*, para uns efectivamente profanos e para outros sagrados, passíveis de múltiplas leituras e interpretações, cuja escolha pode ser deixada ao critério do observador, são elementos graciosos, comuns a diferentes manifestações artísticas. E se, em algumas representações marmóreas, surgem alados, na qualidade de anjos meninos, tal como sucede na gravura de um modo geral, em outras, como as da supracitada igreja de Loures, aparecem unicamente na qualidade de crianças que tiram partido das inúmeras potencialidades que os caules e as folhas de grandes proporções oferecem, cavalgando nas sobreditas e escalando-as. Porém, é na postura que estes assumem e na similitude com as posições que apresentam nas gravuras que reside o seu interesse, concluindo-se que, apesar da imagem poder ser livremente interpretada, por vezes até de um modo mais ingénuo, esta tem por base uma origem, que assegura a ligação da obra

com um universo mais erudito. Acerca da presença de meninos ou *putti* no âmbito compositivo importa ainda referir a sua importância na qualidade de sustentáculos de algo, geralmente cestos com flores ou frutos, simbolizando uma enorme riqueza e abundância (BARREYRA, 1698; TAPIÉ, 2000). Essa abundância, sobretudo estética e iconográfica, valoriza os conjuntos e coloca estas figuras numa posição de destaque, aproximando-os das soluções apresentadas nas gravuras do século XVI. Compare-se, pois, com as pranchas de Giovanni Pietro da Birago, de 1505-1507 (MILLER, 1999: 71-73), ou com as de Lambrecht Hopfer, da mesma centúria (BARTSCH, Vol. 17, 1978: 300).



Fig. 4 - Pormenores da decoração pétrea da capela-mor, 2018.

© Maria João Pereira Coutinho

Quanto às aves, representadas nos embutidos, de forma idêntica, particularmente aquelas existentes nas capelas-mores das igrejas matriz de Loures e do mosteiro de Santos-o-Novo de Lisboa, estas surgem indubitavelmente sem qualquer sobrevalorização de características, não permitindo distingui-las e atribuir-lhe o seu verdadeiro valor iconográfico (CHEVALIER, GHEERBRANT,

1994: 99-102; IMPELLUSO, 2003: 288-291). Ainda assim, e pelo facto de se conseguirem relacionar com episódios da Antiguidade, como as carnívoras mortas por Hércules, podem-se colocar nessa época temporal, que tanto fascínio exerceu sobre o homem da Época Moderna. Porém, nos exemplos observados, aquelas que se alimentam, fazem-no de bagas, ou do néctar das flores, como se de colibris se tratassem e parecem mais próximas daquelas que Eurípides definiu como mensageiras dos Deuses (IMPELLUSO, 2003: 288). Aliás, referenciando algumas aves em gravuras, se primeiramente se encontram a percorrer acantos, em outras, consegue-se um enquadramento em universos comunicativos e dialogantes. Ainda assim, é na busca de alimento que se encontram recorrentemente na obra gravada, o que justifica que essa seja a opção mais frequentemente escolhida, nos objectos aqui observados. Neste âmbito destacamos particularmente as gravuras de Agostino Veneziano (MILLER, 1999: 149 e 151), de Zoan Andrea (BARTSCH, Vol. 25, 1978: 300) e de Ludovicus Scalzius (4), onde a figuração das aves nos aparece caracterizada desta forma.

Fig. 5 - Pormenor da decoração pétrea da capela-mor, 2018.

© Maria João Pereira Coutinho



Relativamente aos símbolos Eucarísticos, dispostos nas ilhargas e destacados por se enquadrarem em cartelas, não podem deixar de ser enquadrados num programa mais vasto desta igreja, destacado no contexto da pintura decorativa, mas também numa tendência, mais ampla, de programas que salientaram emblemas marianos ou emblemas ligados à Paixão de Cristo (RÉAU, 1955-1959; PINTO, 2015), como ocorreu na capela da Piedade da igreja de São Roque de Lisboa ou na capela do Senhor do Bonfim de Setúbal. Insígnias claramente filiadas numa estética humanista, que potenciou a produção de Empresas Mo-

Fig. 6 - Gravura avulsa com aves de Ludovicus Scalzius. C. 1607. BNP, Secção de Iconografia, EA-65-A.



rais, foram plasticamente influenciadas pela produção de obras como a *Emblemata* (1.^a ed. 1531) de Alciato (1492-1550) (5), a *Hieroglyphica* (1.^a ed. 1505) de Horapollon (6), a *Hieroglyphicorum* (1.^a edição 1556) de Piero Valeriano (1477-1558) (7), entre muitos outros que lhes seguiram os passos. Outra obra, que inculcou modelos gráficos de relevo neste âmbito, foi indubitavelmente a *Iconologia*, de Cesare Ripa (1560-1625), que contou com uma 1.^a edição ilustrada no ano de 1603 (8), e onde, não só o modelo de emblema encerrado numa cartela terá tido repercussão na arte, como a panóplia de animais, reais e fantásticos, introduzida nas gravuras constantes da edição de 1669, terá servido de modelo para as obras em questão. Porém, e porque estes seres também se revestem de significados bíblicos, importa considerar que não terão sido simples mimetizações de desenhos, desprovidos de um contexto salvífico como o da Eucaristia, mas sim elementos integrados numa mensagem mais concreta de acordo com os ditames pós-tridentinos. Por fim, no que esta perspectiva diz respeito, importa integrar que esquemas compositivos, como aqueles veiculados nas *Rime de Gli Academici occulti con de loro imprese et discorsi*, de 1568 (BRESCIA, 1568), ou as *Empresas morales* de Juan de Borja, dadas à estampa em 1680, terão tido igual papel no que à disseminação de um programa plástico refere (BORJA, 1581 e 1680).

Relativamente ao recurso algumas das figuras fantásticas, resultantes de fusões entre o mundo animal e vegetal, destaca-se



Fig. 7 - Painéis com símbolos Eucarísticos, 2018. © Maria João Pereira Coutinho



Fig. 8 - Vista da decoração pétrea da capela-mor, 2018. © Maria João Pereira Coutinho

o do cavalo, um dos temas mais apreciados durante os séculos XVI e XVII, que apresentou a versatilidade desejada para se metamorfosear e originando soluções particularmente apelativas e dinâmicas. A sua capacidade condutora, e o seu desempenho ao transportarem divindades, bem como, no contexto romano, pelo facto de conduzirem os carros imperiais, conferem às representações relacionadas com estes animais, uma força e um dinamismo que advém da própria energia do cavalo (CHEVALIER, GHEERBRANT, 1994: 171-177; IMPELLUSO, 2003: 257-260). Testemunha estas afirmações, por exemplo, no plano internacional, o conjunto que se ergue na Fonte de Apolo, localizada nos jardins de Versailles, da autoria de Jean-Baptiste Tuby,

datado de 1668-1670, onde a força e a expressão dos animais se assemelha claramente à que encontramos em figuras idênticas existentes na obra de pedraria embutida, como ocorre com aqueles visíveis em pormenores da superfície parietal da capela-mor da igreja matriz de Loures. Todavia, se se tomar esta obra de embutidos como exemplo, e apesar de se negar a importância que o conhecimento do monumento escultórico anteriormente referido terá tido na sua época, é na gravura que se reconhece a principal fonte de inspiração para esta composição puramente ornamental. O motivo que escolhe parte do cavalo para solucionar a parte superior, ou remate, do conjunto acântico, inscreve-se claramente no conceito de erudição que predominava no período barroco e que se prendia com a sua associação à Antiguidade, e com as recriações quinhentistas e seiscentistas que daí resultaram e que influenciaram esse momento artístico. Este aspecto é visível, por exemplo em algumas gravuras do séc. XVI, de anónimos alemães (BARTSCH, Vol. 23, 1978: 339), sobretudo no que à articulação com a vegetação diz respeito, e ingleses (BARTSCH, Vol. 23, 1978: 342), bem como numa gravura de Lambrecht Hopfer (BARTSCH, Vol. 17, 1978: 299). É ainda reconhecível na composição fixada por Filippo Passarini na obra *Nuove inventioni di ornamenti*, de 1698 (9).

Fig. 9 - Composição com elementos ornamentais. CERINUS, Petrus (1677-1687) - [Frisos e elementos ornamentais]. Roma: Domenico de Rossi, Desenho N.º 5. BNP, Secção de Iconografia, EA-65-A.



Fig. 10 - Vista da decoração pétrea da capela-mor, 2018.
© Maria João Pereira Coutinho



Fig. 11 - Composição com cavalos.
PASSARINI, Filippo (1698) - Nuove
inventioni da ornamenti. Roma:
Domenico de Rossi, Desenho N.º
32. BNP, Secção de Iconografia,
EA-65-A.

No mesmo universo decorativo, encontram-se ainda outros elementos fantásticos, como o tritão e mascarões (DELACAMPAGNE, 2003). Quanto ao tritão, parcialmente semelhantes aos golfinhos, este elemento decorativo transporta novamente o leitor para a Antiguidade, conduzindo o carro de Neptuno ou de Vénus ou ligado ao episódio de Arión, no qual o mesmo atraído pela música vinda das profundezas do oceano se atira à água, sendo salvo por um destes animais (CHEVALIER, GHEERBRANT, 1994: 356; IMPELLUSO, 2003: 350). Sendo-lhe conferido um sentido cristológico, o de salvador das almas, terá sido um dos vocábulos ornamentais aceites pela iconografia cristã, tendo sido reproduzido nos mais diversos materiais e com técnicas que os permitiram tornar em obras de arte significativas. Assim, a sua aplicação nas obras de embutidos marmóreos reflectiu diferentes impressões, uma mais renascentista, onde se encontra uma

figura com um ar feroz, e uma outra menos terrífica, frutos da livre interpretação dos mestres que lavoraram esta arte, como se podemos observar em pormenores dos painéis da igreja em apreço, assim como nos panos murários da capela-mor da igreja do complexo conventual de Santos-o-Novo e da capela de Nossa Senhora da Doutrina da igreja de São Roque, em Lisboa. No contexto português, é igualmente conhecida a sua representação no mobiliário do séc. XVI, sobretudo no decorado com esgrafitados, que recorre frequentemente a este animal fantástico (PINTO, 1985-1987: 30-39; FREIRE, Vol. II, 2002: 43-46). Já no plano internacional não se pode deixar de mencionar a importância que adquire a partir de 1642 e 1643, quando Gian Lorenzo Bernini (1598-1680) concebe a fonte da piazza Barberini.

**Fig. 12 - Vista da decoração
pétrea da capela-mor, 2018.**
© Maria João Pereira Coutinho



O mascarão, por sua vez, como ornato que surge na qualidade de elemento axial nas obras estudadas, é uma figuração um tanto ou quanto humanizada, semelhante a uma carranca que pode surgir a expelir grinaldas ou outros elementos decorativos. Resulta da metamorfose da folhagem e apresenta múltiplas soluções, igualmente veiculadas nas fontes gravadas. No caso da obra de Loures, as similitudes com aquelas produzidas por Cornelis Floris, e gravadas por Frans Huys, em 1555, ou as de Aloisio Giovannoli, c. de 1600, e publicadas na *Serie Di Mascheroni Cavati Dall' Antico Che Per la Prima Volta Escono in Luce Intagliati in Rame* (MILLER, 1999: 120-125 e 133-134), permitem concluir que o autor do debuxo era conhecedor deste vocabulário.

Por último, e regressando à utilização de animais como a coruja, o caracol, a borboleta e o gafanhoto se pode deixar de mencionar que estes pequenos animais parecem percorrer as composições acânticas, que se organizam vertical e horizontalmente, de forma discreta, à semelhança do que acontece com as aves anteriormente indicadas. E se a coruja e o gafanhoto são ani-

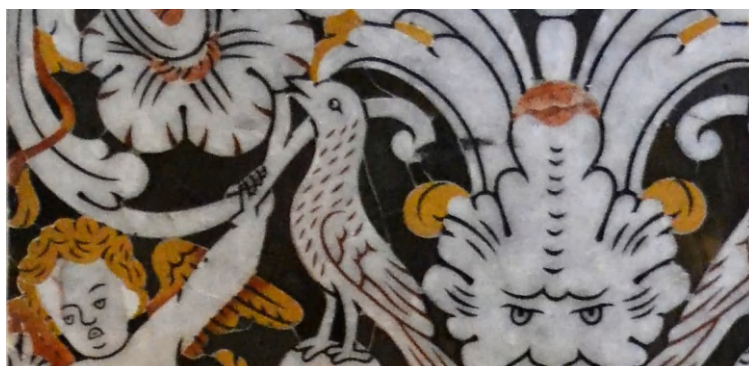


Fig. 13 - Vista da decoração pétrea da capela-mor, 2018.

© Maria João Pereira Coutinho

mais impuros, associados na Sagrada Escritura à destruição, já a borboleta alude à Salvação e à Ressurreição, sendo também utilizados nas composições ornamentais sem qualquer significado para além daquele plástico.

Tal ocorrência manifesta-se coincidentemente, ou não, na decoração das molduras que enquadram as mesas dos altares da igreja de Santa Maria de Loures e das capelas de Nossa Senhora da Piedade da igreja de S. Roque de Lisboa, às quais podem acrescentar-se os painéis que servem de pavimento da capela-mor da igreja de S. José dos Carpinteiros, onde figuram singularmente gatos (FERGUSON, 1954: 14). Esses elementos mimetizados de frontais de altar têxteis, ou azulejares que copiaram os primeiros, ocupam ainda lugar em obras eruditas, tal como na *Emblemata* de Alciato (ALCIATI, 1549), ou na *Iconologia* de Cesare Ripa (RIPA, 1669). Contudo, são as gravuras de Heinrich Aldegrever (CHASTEL, 2000: 38), de 1540, e de Hans Collaert (JONG, GROOT, 1988: 59), que maior panóplia de animais oferece, a par daquelas da autoria de Pieter Huys (BARTSCH, Vol. 18, 1978: 31-37), que recorrem a este tipo de elementos decorativos para compor cercaduras.



Fig. 14 - Vista da decoração pétrea da capela-mor, 2018

© Maria João Pereira Coutinho



Fig. 15 - Vista da decoração
pétrea da capela-mor, 2018.
© Maria João Pereira Coutinho

Nota final

Considerando que os embutidos da capela-mor da igreja de Loures se enquadram estilisticamente num conjunto de obras que proliferaram nos templos de Lisboa e arredores, no último quartel do século XVII e o primeiro quartel da centúria seguinte, é, em primeiro lugar, provável que tenham sido realizados nesse espaço de tempo, sendo o ano de 1694, aquele que Mendes Leal apontou como o da sua empreitada.

Tendo o mesmo autor publicado de um contrato realizado 27 anos mais tarde com o entalhador Bento da Fonseca de Azevedo, onde surge o nome do mestre pedreiro Manuel Francisco Botelho, tem-se especulado acerca deste poder ser o seu autor. Todavia, não existindo nada que aponte explicitamente para tal, e podendo esse mestre ter simplesmente sido responsável pelo processo preparatório da alvenaria que recebeu a decoração marmórea, posterior à de 1694, e de talha dourada, ou só desta última, subsiste a dúvida acerca de quem traçou esta obra, assim como sobre quem a terá executado.

Não podendo ainda esclarecer a questão de autoria do debuxo, nem o(s) nome(s) do(s) executante(s), importa salientar que esta investigação procurou destacar o facto de a escolha de ornamentos não só revelar o conhecimento e actualidade dos encomendadores, como a circunstância desta, através do recurso a fontes eruditas, ir ao encontro de um programa eucarístico, possivelmente gizado em complementaridade com o do tecto.

Promovendo a articulação de elementos tão diversos, quanto aqueles sagrados, como o Pão, as Espigas de Trigo, o Cálice, as Uvas, a Arca da Aliança e o *Agnus Dei*, os enrolamentos de *Acanthus Spinosus* - destacam igualmente as figuras híbridas ou fantásticas, como os mascarões e tritões, bem como um conjunto de animais, como a coruja, o caracol, a borboleta e o gafanhoto.

Em síntese, o programa decorativo da capela-mor da igreja de Loures, à luz da época da sua concepção, espelha a vontade e o conhecimento dos seus encomendadores e a habilidade dos seus concretizadores, que, ao serviço do Divino, reforçaram os ideais da propaganda contrarreformista.

Notas

* Este trabalho decorre da investigação produzida na tese de doutoramento em História (Especialidade em Arte, Património e Restauro, intitulada *A Produção Portuguesa de Obras de Embutidos de Pedraria Policroma (1670-1720)*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2010. Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - [DL 57/2016/CP1453/CT0046].

(1) ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA (AML), Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 452 a 453 v.º.

(2) AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 392 a 413 v.º.

(3) AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 338 a 345 v.º.

(4) BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP), Secção de Iconografia, EA-65-A.

(5) A edição mais antiga existente na Biblioteca Nacional de Portugal é a que dá pelo nome: *Los emblemas de Alciato* (ALCIATI, 1549), e a única tradução para português é aquela constante do espólio da mesma biblioteca: BNP, Secção de Reservados, Cod. 9221: *Declaração Magistral sobre os Emblemas de Andre Alciato com todas as Historias, Antiguidades, Moralidades, e Doctrina tocante aos bons costumes*, (trad. por Teotónio Cerqueira de Barros), 1695.

(6) A *Hieroglyphica* foi descoberta em 1419 e posteriormente levada para Florença, onde hoje se encontra na Biblioteca Laurenziana. A sua primeira edição foi (HORAPOLLO, 1505) e a primeira ilustrada foi a parisiense, da casa Kerver (HORAPOLLO, 1543).

(7) Desse autor destacamos o exemplar pertencente à Biblioteca da Assembleia da República (BOLZANO, 1567).

(8) (RIPA, 1603). Apesar de sabermos da existência de um exemplar desta edição na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, optámos pela consulta de outra, mais acessível, pertencente ao espólio da Biblioteca Nacional de Portugal (RIPA, 1669).

(9) (BNP), Secção de Iconografia, EA-65-A.

Anexo
Quadro Sobre Actividade de Manuel Francisco Botelho no Contexto do Senado da Câmara de Lisboa, onde assina como Procurador de Mester.

Fontes: Aml, Chancelaria Régia, livros 15º, 16º de Consultas e decretos de D. Pedro II

Data	Teor	Fonte
1674-03-29 - 1699-05-02	Figura numa consulta sobre a petição da condessa de Pontével e do cabido da Sé de Lisboa, que solicitam que seja demolida a torre velha do muro da cidade, fora das portas de Santa Catarina, em benefício da nova igreja paroquial, localizada defronte da ermida de Nossa Senhora do Alecrim.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 452 a 453 v.º
1674-08-08 - 1699-04-10	Assina uma consulta sobre a proibição de venda do pão fora do Terreiro, decretada pela coroa, mas com a qual o Senado não concorda, propondo que seja vendido em qualquer local, mantendo o preço em vigor no Terreiro.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls.. 443 a 449 v.º
1697-09-29 - 1700-01-30	Consulta do Senado sobre José de Andrade Barreto, provido no ofício de apontador das obras do convento de São Vicente, por morte de Francisco da Silva Tinoco, que se queixa que o provedor das obras do paço, Lourenço Pires Carvalho não permite que escreva nos livros do ponto, tendo-os fechado, situação que terá que ser resolvida imediatamente.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 392 a 413 v.º
1698-01-11- 1699-05-02	Consulta sobre a petição de João da Costa de Ataíde, que pretende aforar ao Senado uma parte do corredor que fica por trás das casas por onde corria o cano do chafariz do Rossio.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 456 a 459 v.º
1698-12-11 -1700-03-02	Consulta do Senado sobre a petição dos marchantes do Prego da Caça da Cidade, que pretendem ser autorizados a cortar carne, no Prego da Caça.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 428 a 431 v.º
1699-01-21 - 1699-02-29	Consta numa consulta sobre a venda da propriedade do ofício de homem da câmara, vago por falecimento de Manuel Antunes, anterior detentor do cargo.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 439 a 440 v.º
1699-03-05- 1699-06-08	Consulta sobre a petição de José de Siqueira, juiz do crime da repartição do Bairro Alto, que solicita a sua recondução por mais três anos.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 478 a 479 v.º
1699-04-29 - 1699-05-02	Consulta sobre a petição de Manuel Jorge, na qual solicita a prorrogação do prazo, por mais seis meses, no cargo, de procurador da cidade, vago por impedimento de Miguel de Melo.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 454 a 455 v.º
1699-04-30 - 1699-08-03	Consulta do Senado sobre a petição de D. Manuel Caetano de Sousa, prepósito dos Clérigos Regulares da Divina Providência, na qual solicita que não seja aforado a José Fagundes Bezerra um pedaço de chão em frente à sua igreja, alegando que iria ficar demasiado estreita, impedindo, por isso, a passagem de carruagens.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 338 a 345 v.º

Data	Teor	Fonte
1699-05-04 - 1699-06-10	Consulta sobre a petição de Tomás Feliciano Albernaz, juiz do crime do bairro da Sé, que solicita a sua recondução por mais três anos.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 482 a 485 v.º
1699-05-04 - 1699-06-10	Consulta sobre as informações dadas pelo juiz-de-fora de Vila Franca de Xira e pelo provedor das Lezírias a respeito da produção de palha do Ribatejo e que contribuem para que o seu preço seja condicionado.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 486 a 503 v.º
1699-05-04 - 1699-06-10	Consulta sobre a petição de António da Silva Moura, agente dos negócios da câmara, que solicita que o Senado lhe dê, atendendo aos seus bons serviços, dois moios de cevada e um de trigo.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 480 a 481 v.º
1699-05-11- 1699-05-15	Consulta sobre a petição de Frutuoso Pires e outras pessoas, moradores ao pé do monte de Santa Catarina de Monte Sinai, que pretendem aforar uns terrenos baldios, perto dos seus quintais, para os quais necessitam da respectiva vistoria.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 460 a 461 v.º e fls. 462 a 473 v.º
1699-05-15- 1699-06-02	Consulta sobre o pedido do Senado para que sejam tomadas medidas para regulamentar o abastecimento de mantimentos à cidade de Lisboa devido à escassez de produtos originada pela sua venda no termo da cidade.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 474 a 475 v.º
1699-06-01- 1699-06-04	Consulta sobre a petição de António de Almeida Pacheco, que pretende aforar um terreno junto às suas casas, sitas ao postigo de Santa Ana.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 476 a 478 v.º
1699-06-22 - 1699-07-08	Consulta sobre um navio, vindo de Almeria, impedido, pela saúde, de descarregar as suas mercadorias, por ter estado em contacto com focos de peste.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 504 a 507 v.º
1699-07-13 - 1699-07-16	Consulta do Senado sobre a petição de Estevão Viviano, capitão da nau Santa Rosa, na qual se queixa de ter sido proibido, pelos ministros da saúde, de desembarcar no porto de Belém, por ter passado por Génova, Cadiz e Alicante onde existem suspeitas de peste.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 326 a 329 v.º
1699-07-13 - 1699-07-18	Consulta do Senado sobre a petição de Simão Lopes de Samuda, na qual solicita o aforamento de um pedaço de chão para conclusão de obras nas suas casas, no Campo Grande.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 330 a 331 v.º
1699-07-13	Consulta sobre a queixa apresentada por pessoas ligadas a determinados ofícios, como atafoneiros, almoçreves e aguadeiros que dependem do fornecimento de palha para exercer a sua actividade e de que há grande carência na cidade de Lisboa, solicitando que o Senado tome as providências necessárias para o evitar.	AML, Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 508 a 509 v.º
1699-10-12 - 1700-05-12	Consulta do Senado sobre o incumprimento das câmaras de Évora e Mértola, por não permitirem que os condutores tragam pão para provimento da cidade de Lisboa, alegando que devido à sua escassez, o mesmo faz falta a essas cidades.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 255 a 258 v.º

Data	Teor	Fonte
1699-09-04 - 1700-10-23	Consulta do Senado sobre a petição de António José de Melo, que solicita a cedência de um pedaço de chão, na calçada do Combro, para poder efectuar obras de remodelação nas suas casas.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 346 a 351 v.º
1699-10-12 - 1699-10-17	Consulta do Senado sobre a proposta de se extinguir o ofício de procurador da contribuição do termo da cidade, de que é proprietário o menor José Freire, após a morte do seu pai, Bento Freire.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 352 a 357 v.º
1699-10-12 - 1699-10-17	Consulta do Senado sobre a petição das medeiras do terreiro, na qual pretendem que o pão seja repartido igualmente entre elas.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 362 a 369 v.º
1699-10-16 - 1699-10-20	Consulta do Senado sobre a petição de Domingos de Brito e de Francisco Sebastião do Espírito Santo, na qual expõem que ao chegarem a Lisboa, não lhes foi permitido desembarcar por virem da cidade de Cadiz, onde existiam suspeitas de peste e só possuírem o passaporte dessa cidade e solicitam que lhes seja levantada essa proibição por não se encontrarem contaminados.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 370 a 371 v.º
1699-10-25 - 1699-11-06	Consulta do Senado sobre a petição de Maria Antónia, viúva de Manuel Telo, detentor do cargo de feitor do real de água da carne, na qual pretende que a propriedade do ofício seja transmitida à filha natural de seu marido, Catarina Henriques.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 372 a 373 v.º
1699-10-30 - 1700-05-15	Consulta sobre a intromissão indevida que o conde aposentador-mor cometeu nas aposentadorias dos arruamentos dos oficiais mecânicos, cuja jurisdição pertence única e exclusivamente ao Senado.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 245 a 254 v.º
1699-11-20 - 1699-12-23	Consulta do Senado sobre a petição de Diogo Carvalho de Mesquita, tesoureiro da cidade, que pretende ver resolvida a questão levantada pelo provedor dos contos contra ele, sobre uns pagamentos feitos a um empreiteiro.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 388 a 389 v.º
1699-11-20 - 1700-01-13	Consulta do Senado sobre a petição de Manuel de Sousa, proprietário de um dos ofícios de almotacé das execuções da limpeza, na qual solicita licença para nomear pessoa idónea para ocupar o seu ofício, uma vez que se encontra cego e impossibilitado de continuar a exercer as suas funções.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 271 a 272 v.º
1699-11-27 - 1699-12-10	Consulta do Senado sobre a petição do cônsul e mercadores franceses, que pretendem, contrariamente ao decretado, poderem repartir o pão apenas com algumas medeiras, e não igualmente por todas.	AML, Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II, fls. 378 a 387 v.º

Bibliografia

Fontes iconográficas

BNP, *Secção de Iconografia*, EA-65-A, Desenho.

Fontes manuscritas

BNP

Secção de Reservados, Cod. 9221: *Declaração Magistral sobre os Emblemas de Andre Alciato com todas as Historias, Antiguidades, Moralidades, e Doctrina tocante aos bons costumes*, (trad. por Teotónio Cerqueira de Barros), 1695.

AML

Chancelaria Régia, Livro 15º de consultas e decretos de D. Pedro II.
Chancelaria Régia, Livro 16º de consultas e decretos de D. Pedro II.

Fontes impressas

ALCIATI, Andrea – *Los emblemas de Alciato*. Lião: Mathia Bonhome, 1549.

BARTSCH, Adam – *The Illustrated Bartsch*. Nova Iorque: Abaris Books, 1978.

BARREYRA, Fr. Isidoro – *Tratado das Significaçoens das Plantas, Flores, e Fruttos, que se referem na Sagrada Escrittura*. Lisboa: Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1698.

BOLZANO, Giovanni Pierio Valeriano – *Hieroglyphica*. Basileia: Per Thomas Guarinum, 1567.

BORJA, Juan de – *Empresas morales*. Praga: Por Iorge Nigrin, 1581.

BORJA, Juan de – *Empresas morales*. En Brusselas: Por Francisco Foppens, 1680.

BRESCIA, Bartolomeo da – *Rime de Gli Academici occulti com de loro imprese et discorsi*. Brescia: Appresso V. di Sabbio, 1568.

HORAPOLLO – *Hieroglyphica*. Veneza: Aldus Manutius, 1505.

HORAPOLLO – *Hieroglyphica*. Paris: Kerver, 1543.

RIPA, Cesare – *Iconologia*. Veneza: Nicolò Pezzana, 1699.

Estudos

CARVALHO, Aires – *D. João V e a Arte do Seu Tempo*. s. l.: Edição do Autor, 1960-1962.

CHASTEL, André – *El Grutesco*. Madrid: Akal, 2000.

CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Teorema, 1994.

COUTINHO, Maria João Pereira (2010) – *A Produção Portuguesa de Obras de Embutidos de Pedraria Policroma (1670-1720)*. Lisboa: [s.n.]. Tese de Doutoramento em História (Especialidade em Arte, Património e Restauro), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

COUTINHO, Maria João Pereira – A génese dos modelos compositivos nas obras de “embutidos marmóreos” portugueses. In MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, CORREIA, Ana Paula Rebelo (coord.) – *Iconografia e Fontes de Inspiração. Imagem e Memória da Gravura Europeia*. Lisboa: Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, 2011, pp 115-124.

COUTINHO, Maria João Pereira – “Arquitetura e obras de pedraria na igreja dos Anjos (1580-1855)”. In PINTO, Paulo, FERREIRA, Sílvia (Coord.) – *‘Feição especialíssima’ - a Igreja dos Anjos de Lisboa*. Lisboa: Junta de Freguesia de de Arroios, 2021, pp. 35-55.

COUTINHO, Maria João Pereira – Mobiliário litúrgico pétreo no contexto do barroco português: tipologias e funcionalidades”. In *Revista de Artes Decorativas*. Porto: Universidade Católica Portuguesa. N.º 6 (2014), pp. 47-68.

COUTINHO, Maria João Pereira – “Os Embutidos de Mármore no Património Artístico da Misericórdia de Lisboa”. In AA.VV., *Património Arquitectónico. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2006, pp. 118-135.

COUTINHO, Maria João Pereira, FERREIRA, Sílvia – “Construindo Identidades: Reconhecimento dos Elementos Decorativos Comuns na Azulejaria, Embutidos Marmóreos e Talha Dourada”. In VARELA FLOR, Susana (Coord.) - *A Herança de Santos Simões, Novas Perspectivas para o Estudo da Azulejaria e da Cerâmica*. Lisboa: Edições Colibri, 2014, pp. 393-411.

DELACAMPAGNE, Ariane et Christian – *Animaux étrange et fabuleux. Un bestiaire fantastique dans l'Art*. Paris: Citadelles & Mazenod, 2003.

FERGUNSON, George – *Signs & Symbols in Christian Art*. Oxford: Oxford University Press, 1954.

FERREIRA, Sílvia – O retábulo-mor da Igreja matriz de Loures: uma obra emblemática do entalhador Bento da Fonseca Azevedo”. *Revista de Artes Decorativas*. Porto: Universidade Católica Portuguesa. N.º 1 (2007), pp. 91-114.

FERREIRA, Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva - *A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720). Os Artistas e as Obras*. Lisboa: [s.n.]. Tese de Doutoramento em História (Especialidade em Arte, Património e Restauro), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

FREIRE, Fernanda Castro – *Mobiliário*. Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2002.

IMPELLUSO, Lucia – *La naturaleza y sus símbolos, Plantas, Flores y animales*. Barcelona: Electa, 2003.

JONG, Marijnke de, GROOT, Irene de – *Ornamentprenten I*. Amsterdam: Rijksmuseum, 1988.

LEAL, Joaquim José da Silva Mendes – *A Admirável Igreja Matriz de Loures*. Lisboa: Edição do Autor, 1909.

PINTO, Maria Helena Mendes – *Os Móveis e o seu Tempo, Mobiliário Português do Museu Nacional de Arte Antiga, Séculos XV-XIX*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1985-1987.

PINTO, Paulo Miguel Félix de Campos (2015) – *Iconografia eucarística da reforma católica na pintura das igrejas da Diocese de Lisboa: Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: [s.n.]. Tese de Doutoramento em Estudos de Cultura, apresentada à Faculdade Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

MILLER, Elizabeth – *16 th-Century Italian Ornament Prints in the Victoria and Albert Museum*. Londres: V&A Publications, 1999.

RÉAU, Louis – *Iconographie de l' Art Chrétien*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955-1959.

TAPIÉ, Alain – *Le Sens Caché des Fleurs. Symbolique & Botanique dans la Peinture du XVIIe. Siècle*. Paris: Adam Biro, 2000.



A escultura e a talha da capela-mor da igreja de Santa Maria de Loures (1688-1721): uma nova obra para um novo tempo*

Sílvia Ferreira**

IHA-NOVA FCSH / IN2PAST

Introdução

A igreja de Santa Maria de Loures insere-se num conjunto restrito de igrejas da orla da cidade de Lisboa que ainda conserva retabulística de talha dourada afiliada na estética do barroco joanino (Smith, 1963: 95-128). As vicissitudes do tempo e os tumultos resultantes da instabilidade política e financeira do reino, como as invasões francesas, as guerras liberais e a Lei de Separação das Igrejas e do Estado, de 1911, condenaram a persistência da memória escrita sobre o monumento (1), pois escasas notícias documentais restam da época da grande campanha barroca, que fez erguer a atual capela-mor.

Socorremo-nos, atualmente, daquela que comporta a mais fiável, e se não única, notícia abrangente sobre as obras e os artistas presentes na construção da ousia deste templo.

De facto, foi Joaquim José da Silva Mendes Leal, na sua obra *Admiravel Igreja Matriz de Loures*, (MENDES LEAL, 1909) que deu a conhecer, reunida, sistematizada e interpretada, parte da documentação pertencente ao antigo arquivo da igreja. Nesta monografia, o autor revela pela primeira vez as datas de começo das obras para ampliação da capela-mor, os diversos contratemplos que à época surgiram, bem assim como o texto do contrato de obra de talha das ilhargas da capela-mor e o mestre entalhador responsável.

É, assim, nossa intenção neste estudo ensaiar uma aproximação, quer à história da encomenda e execução deste retábulo – afinando a cronologia da obra, bem como as vicissitudes a ela ligadas –, quer apresentar alguns dados recentes compilados sobre a biografia do seu mestre entalhador, Bento da Fonseca Azevedo. A leitura compositiva e plástica do retábulo-mor e das esculturas será também revisitada e cotejada com a de outras obras produzidas em época coeva, na região de Lisboa.



Fig. 1- Capela-mor da igreja de Santa Maria de Loures, 2022.

© José Vicente | Agência Calipo

O projeto de ampliação da capela-mor e as obras seguintes

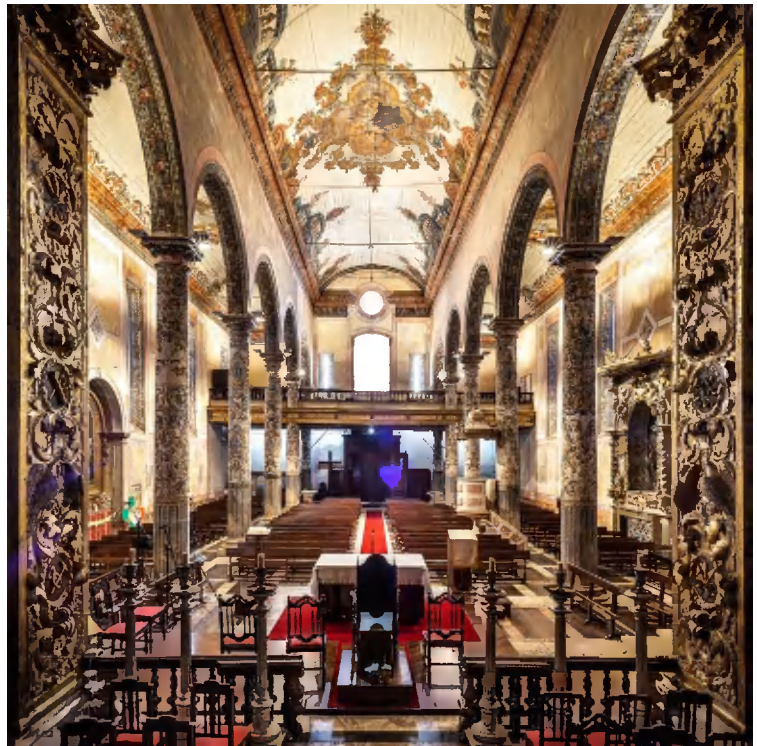
Datam de 1692 as primeiras obras de fundo na capela-mor da igreja de Santa Maria de Loures (MENDES LEAL, 1909: 51-52). Em vista da exiguidade do espaço, que já não correspondia às novas exigências do culto, nomeadamente, a exposição do Santíssimo em trono, prática que se tornou corrente nas igrejas após o concílio de Trento (MARTINS, 1991: 17-58), a irmandade do Santíssimo Sacramento, criada em 1676, chamou a si a responsabilidade pela direção das obras, que começaram pela remoção do sacrário para o altar de Nossa Senhora da Graça e pela deslocação da pia batismal para a sacristia.

A desejada ampliação do espaço da capela-mor pressupôs estudos aturados, certamente levados a cabo por mestres

arquitetos, embora a documentação seja omissa a esse respeito. A obra implicou o derrube da parede fundeira da capela-mor, prolongando-se esta para uma dependência construída em 1672, destinada a guardar as alfaías litúrgicas mais valiosas da igreja. Devido ao desnível de terreno existente entre a capela-mor e a sala da casa-forte - na qual funcionava já um camarim para os atos do Santo Sepulcro, e que a irmandade desejava aproveitar para funcionar como trono da futura capela-mor -, o início das obras demorou mais tempo do que o previsto. Iniciadas as diligências em 1683, constituiu-se uma comissão para o estudo da sua viabilidade e, em 1684, a decisão de ampliar a capela-mor estava firmada na mente da comunidade. Essa resolução foi também coadjuvada pelo visitador diocesano, que nesse mesmo ano concordou com a necessidade de obras prementes no espaço da capela-mor e da sacristia. É assim, que em 1692 se dá início ao derrube da parede fundeira da antiga capela-mor, e logo pelos anos de 1694-95 se começa a idealizar o revestimento da ousia com obra de embutidos marmóreos e talha dourada, na esteira dos modelos em voga na época, principalmente na capital do reino.

Concomitantemente às movimentações para aumentar a capela-mor, a irmandade do Santíssimo Sacramento ocupava-

Fig. 2- Vista do coro da Igreja de Santa Maria de Loures, 2022.
© José Vicente | Agência Calipo



se, a 29 de janeiro de 1686, em contratar por ato notarial a obra do coro da igreja ao mestre carpinteiro António João, residente em Lisboa na Rua dos Ourives da Prata. Através desta escritura de obra ficamos a conhecer a data da construção do coro, que ainda hoje subsiste, o cuidado posto nas premissas da sua execução, a forma de construção e madeiras a utilizar, bem como o montante da obra, uma pequena fortuna à época: duzentos mil réis (FERREIRA, 2007: 94).

Todos estes exemplos acima elencados nos dão conta do esforço aturado de reconstrução e remodelação da igreja, levado a cabo por uma considerável parte da comunidade de fiéis de Loures, representada pela diligente irmandade do Santíssimo Sacramento.

A talha da capela-mor: as campanhas de obra e os mestres

O mote para o arranque das obras de talha da capela-mor terá sido dado pelo revestimento em talha dourada do seu arco triunfal. Estava-se em 1688 e os irmãos do Santíssimo Sacramento dão início às tão desejadas obras de remodelação do espaço da capela-mor, começando exatamente pelo local de acesso à mesma. Enquanto no interior da ousia, os mestres pedreiros contratados para o efeito, iam estudando a forma de derrubar a sua parede fundeira, para assim ampliar o espaço, numa oficina de talha de Lisboa trabalhava-se no entalhe dos motivos decorativos a aplicar ao arco triunfal.

Esta revelação é-nos oferecida por um contrato notarial datado de 1 de junho de 1688. Neste ajuste, firmado entre a irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja e o mestre entalhador António Álvares, é declarada a vontade de se proceder a essa obra nos seguintes termos:

(...) na cidade de Lisboa e paço dos tabaleões parecerão presentes partes João Ferreira, Pedro Carualho, Vicente Domingues Domingos Goncalvez e Francisco Antunes todos moradores no lugar de Loures termo desta cidade E o presente anno mordomos da mesma meza e Irmandade do Santissimo Sacramento da freguesia de Nossa Senhora do dito lugar isto de huma parte E da outra estauão outro sj presentes Antonio Aluares mestre entalhador morador nesta cidade a Rua Noua Dalmada (...) E logo por elles partes foi ditto (...) que estão contratados para elle Antonio Aluarez auer de cobrir o Arco

Figs. 3, 4 e 5 - Arco triunfal da capela-mor da Igreja de Santa Maria de Loures e pormenores, 2022. © José Vicente | Agência Calipo

da capella mor da ditta Igreja de Santa Maria de Loures de entalhado na forma e pello presso clauzullas e condicoes seguintes = A saber se obriga elle mestre emtalhador a que por todo o mes de Agosto que Embora uira neste ditto e prezente anno dara asentada a obra de entalhado no Arco da capella mor da ditta freguesia do lugar de Loures na forma do rescunho que elle mestre fes e tem asinado por elles mordomos da ditta Irmandade de que guardara para cotejo da obra depos della asentada (...) E suposto no dito rascunho mostre nos seguintes duas Aguias em lugar dellas metera elle mestre dous Anjos que mostrem toda a ualentia posiucl. E por toda a dita obra feita acabada e asentada no arco da ditta capella mor se obrigam elles mordomos da ditta Irmandade do Santissimo em seus nomes e dos mais presentes e futuros a dar a elle mestre entalhador cento e outenta mil reis (...) (FERREIRA, 2007: 95-96).



Constatamos, pela data de início destas obras de talha do revestimento do arco triunfal da ousia de Santa Maria de Loures (1688), que a comissão das obras de remodelação da igreja não perdia tempo e, enquanto se ia decidindo e estudando o modo de ampliar a capela-mor, arrancava com outra obra, também necessária e complementar àquela de maior vulto, mas que pelas suas características podia ser levada a cabo independentemente da outra, mais morosa e delicada na sua definição.

Enigmática para nós continua, no entanto, a ser a figura deste mestre entalhador de nome António Álvares, do qual não possuímos mais nenhum registo, nem da obra nem da

vida pessoal. O surgimento como testemunha, neste mesmo documento, de um outro mestre entalhador de nome Domingos Álvares, igualmente morador na Rua Nova do Almada, poderá indiciar uma ligação de parentesco entre ambos. Em arco cronológico semelhante, reconhece-se, ainda, outro mestre de apelido Álvares e de nome próprio Manuel, a laborar em finais de Seiscentos e inícios de Setecentos, em Lisboa e na sua periferia. Entalha, concretamente, o retábulo da igreja matriz da Ameixoeira, limite de Lisboa (1693) (Espírito Santo, 1997: 65- 67) e dois altares na igreja, do então colégio jesuíta de Santarém, atual sé da mesma cidade, especificamente, os dedicados a S. Estanislau Kostka (1703) e a S. Francisco Xavier (1713) (FERREIRA, 2009: 535) Na igreja dos Anjos, de Lisboa, tendo como comitente a irmandade do Santíssimo Sacramento, trabalha na obra de talha da capela-mor da mesma igreja (FERREIRA 2019).

Passados onze anos da data de início da cobertura em talha do arco triunfal, que se deu em 1698, dá-se início às diligências para o douramento dessa obra, contratando em Lisboa os mestres douradores Jerónimo da Costa (2) (FERREIRA, 2009: 590; FLOR, Susana, FLOR, Pedro, 2016: 182) Pascoal de Araújo (3) (VARELA FLOR, Susana, FLOR, Pedro, 2016: 75) e Manuel Quaresma.

Certamente, que o espaço de tempo alargado que mediu a realização da obra de talha e a encomenda do seu douramento derivou das dificuldades financeiras, que a comissão fabriqueira sentiu ao longo dos anos de remodelação da sua igreja. Muitos são os avanços e recuos registados nas obras da matriz de Loures, situação que é amplamente documentada pelo autor da obra *A Admiravel Igreja Matriz de Loures* (MENDES LEAL, 1909: 68-77).

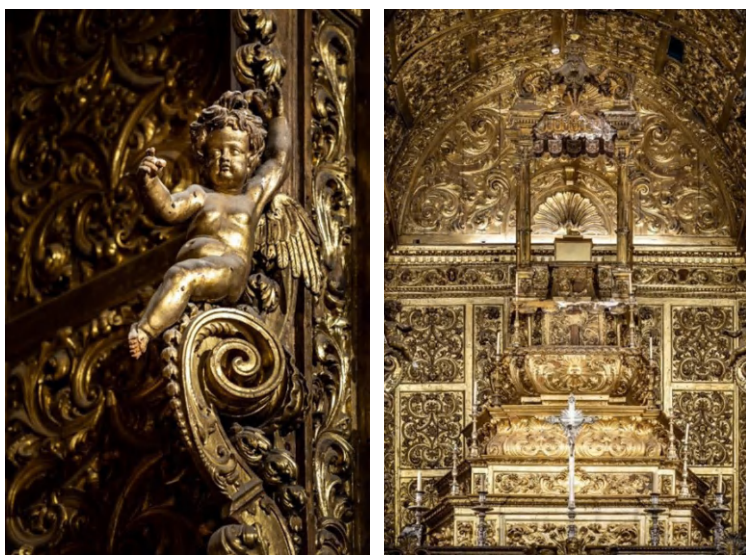
O assento notarial que contratualizou este douramento refere:

(...) nas casas de mim tabaliam parecerão presentes partes de huma Vicente Nunes juis este presente anno da irmandade do Sacramento da freguesia de Loures, termo desta dita cidade e Theodozio de Pontes procurador della ambos moradores na mesma freguesia (...) E da outra Jeronimo da Costa morador a Rua dos Vinagreiros e Paschoal de Araujo morador no limite da Charnequa termo tambem desta cidade, e Manoel Coresma morador na Rua dos Alamos, todos Pintores de tempera, Por elles partes foi dito perante my tabaliam e testemunhas ao diante nomeadas que estão ajustados sobre o doirado do arco da capella mor da igreja Matris da dita freguesia de Loures

como com efeito elles Mestres se obrigão (...) a dourar todo o dito arco que esta ja feito de talha que he desde o tecto, ate baxo da dita igreja com oiro courado do melhor que ouver, e os Anjos que estão nos seguintes os estofarão e encarnarão tambem muito bem, e as mais peças do dito arco serão foscas que vem a ser huas ageas, o huns martirios que se vai seguindo por remate da dita obra; que será toda doirada, e aparelhada sendo primeiro lixada e leuará tres mãos de jeço groço, e dois de jeço mate de sorte que nesta forma fique toda a dita obra muito bem feita, e perfeita (...) (FERREIRA, 2007: 97-98).

A obra maior de talha retabular da igreja de Santa Maria de Loures é, sem dúvida, a do seu altar-mor. Ideada a partir do final dos anos 90 de Seiscentos, só terá tido início cerca de 1716, data em que terão finalizado aquelas de embutidos marmóreos, os quais se estendem desde o solo até meia-parede da capela-mor, contemplando a base do retábulo entalhado e duas credencias afrontadas (veja-se neste livro o texto de Maria João Pereira Coutinho). As pistas para tal base cronológica são, uma vez mais, apresentadas pela documentação do arquivo paroquial, a qual revela ter havido contendias entre o mestre executante, Bento da Fonseca Azevedo, e os comitentes da obra, a irmandade do Santíssimo Sacramento. Estava-se em 1718 e Bento Azevedo reclamava pelo pagamento da obra de talha do retábulo-mor, entretanto já terminada. Este conflito respeitava à falta do resto do pagamento do seu trabalho, que só seria resolvido um ano depois, a 6 de dezembro de 1719, com o saldar do total das importâncias devidas pela irmandade ao mestre. Apesar destes litígios e desavenças entre Bento de Azevedo e a irmandade do Santíssimo Sacramento, continuará a ser ele o responsável pela continuidade das obras de revestimento da capela-mor, contratualizadas a 25 de janeiro de 1721 (MENDES LEAL, 1909: 256-259).

A obra de talha da capela-mor teve duas campanhas, interrompida a primeira pela falta de verbas para a continuação da obra. Os gastos certamente avultados com os trabalhos de embutidos de mármore deverão ter contribuído para o colapso financeiro desta empreitada. Como se sabe, o custo da obra de embutidos pétreos era muitíssimo elevado, razão pela qual a sua aplicação em altares e noutros equipamentos litúrgicos era uma prática, que embora muito desejada pelos comitentes, não era vulgar. A técnica implicava, não só um



Figs. 6 e 7 – Pormenores do altar-mor da Igreja Matriz de Loures, 2022. © José Vicente | Agência Calipo

maior dispêndio monetário com o material – diversos tipos de pedras oriundos de vários locais –, mas, também, requeria um prazo de tempo mais dilatado para a sua concretização e a presença de mestres experientes e seguros do ofício (COUTINHO, 2010). É neste panorama, afetado por uma visão megalómana, mas perfeitamente consentânea com o espírito da época barroca, que a comissão constituída por irmãos do Santíssimo Sacramento vai diligenciando e, com enorme empenho e esforço, conseguindo as verbas necessárias para a continuação das obras da sua tão desejada capela-mor. Assim, no dia 25 de janeiro de 1721 contrata-se uma vez mais com o mestre entalhador Bento da Fonseca Azevedo, desta feita para complementar a obra retabular com o revestimento em talha das ilhargas da ousia.

Em traços gerais, o texto deste assento notarial revela-nos que:

(...) no anno de 1721 aos 25 dias do mez de Janeiro em Lisboa, ao chafariz de dentro freguezia de S. Miguel, e casa de mim Tabellião appareceu Manuel Domingues, caboqueiro morador no lugar de Monte mor freguesia de Loures, procurador da Irmandade do Santissimo da mesma freguezia, e juntamente Bernardo Gomes, lavrador morador no lugar do Pinheiro, escrivão da referida Irmandade (...) isto de uma parte e da outra Bento de Fonseca de Azevedo mestre entalhador, morador ao relógio de S. Roque, e outro sim Manuel Francisco Botelho mestre pedreiro morador na rua da Rigueira, por elles Manuel Domingues e Bernardo Gomes e Bento d`Afonseca Azevedo foi dito em

minha presença e das testemunhas ao diante nomeadas que elles estão contatados em seus nomes e nos que representam com elle mestre entalhador Bento d` Affonseca fazer uma obra do seu officio na mesma Egreja, a saber que elle mestre fará do arco da capella mor para dentro a obra que contem um risco que elle mestre deu a elles officiaes e a seus constituintes no qual todos se acham assignados por detraz do mesmo risco com as condições seguintes: Tirar os Evangelistas do logar onde estão para os vãos juntos ás ilhargas das 2 janellas, fazendo-lhes as suas pienhas e cúpulas e os ornatos que a mesma obra pedir, para ter a maior perfeição, e no respaldo dos Evangelistas fingir cortina; e no logar em que se acham se porão uns rapazes; e a simalha correrá a nível da tribuna e terá a mesma forma d` ella, e da cimalha para cima em forma de aboboda; se fará a forma do risco que tem o mesmo sentado no quartão que vae no prumo do pilar (...) e estará a obra finda e acabada de todo até ao dia de Nossa Senhora d` Agosto próximo que vem e sendo que não a finde n` esse tempo perderá o empreiteiro cem mil réis de castigo ou pena; obra esta ajustada fazer por nove centos sessenta mil réis (...) (MENDES LEAL, 1909: 350-354).

O trecho mais significativo deste ato notarial para a compreensão das fases do trabalho que esta obra conheceu e das opções dos encomendadores, entalhadores e arquitetos na sua composição final, é aquele que descreve o trabalho a ser executado por Bento da Fonseca Azevedo.

Quando se refere que o mestre será obrigado a “Tirar os Evangelistas do logar onde estão para os vãos junto ás Ilhargas das 2 janellas”, pressupõe-se que as estátuas dos santos estariam colocadas no altar-mor, em nichos. A necessidade de remover estas imagens e no seu lugar colocar “uns rapazes”, expressão, neste caso, referente aos atlantes, indicia, como Joaquim José Mendes Leal escreveu, a opção pela elevação da estrutura, em correspondência com a dimensão da capela-mor (MENDES LEAL, 1909: 143-144). Esta ação foi condicionada pela opção de reutilização das colunas torsas oriundas do antigo retábulo.

A necessidade de elevação da estrutura retabular conduziu, assim, a irmandade a uma solução estética, que já tinha sido ensaiada em Lisboa na igreja de Nossa Senhora da Pena. Como sabemos, no retábulo-mor dessa igreja observam-se atlantes nas suas mísulas, esculpidos pelo escultor provençal, Claude

Laprade (CARVALHO, 1964: 41-45; GUIMARÃES, 1968: 31- 48).

Os “rapazes” que se observam no retábulo-mor da igreja de Santa Maria de Loures seguem o modelo daqueles da igreja de Nossa Senhora da Pena, com pequenas alterações na conceção anatómica das estátuas e seu posicionamento na estrutura. De facto, ao compararmos os atlantes da igreja da Pena com estes da matriz de Loures verificamos analogias por demais evidentes, para além das óbvias semelhanças anatómicas. O posicionamento dos braços e pernas, as expressões faciais, o tratamento dos cabelos, a escolha dos ornamentos com que interagem e a qualidade escultórica apontam para o mesmo escultor, neste caso, o provençal Claude Laprade (CARVALHO, 1964: 41-45; FERREIRA, 2017: 162).

Figs. 8 e 9- Atlantes do altar-mor da matriz de Loures, 2022.

© José Vicente | Agência Calipo e Atlantes do altar-mor da igreja de N.ª S.ª da Pena, em Lisboa, 2020. © Sílvia Ferreira



À época da execução do retábulo-mor de Loures, o único statuário com provas dadas no mester e com capacidade escultórica superior, laborando em Lisboa, era Laprade. Com formação na sua terra natal, Avignon, terá contactado e aprendido o seu ofício com alguns dos mestres mais destacados da região no seu tempo, Jean Péru e Pierre Puget. No panorama artístico da escultura em madeira na Lisboa do barroco joanino não identificamos, por ora, outro, executante com a capacidade

demonstrada pelo provençal, que ficou conhecido em Portugal pelo epíteto de “insigne escultor” (FERREIRA, 2017: 167).

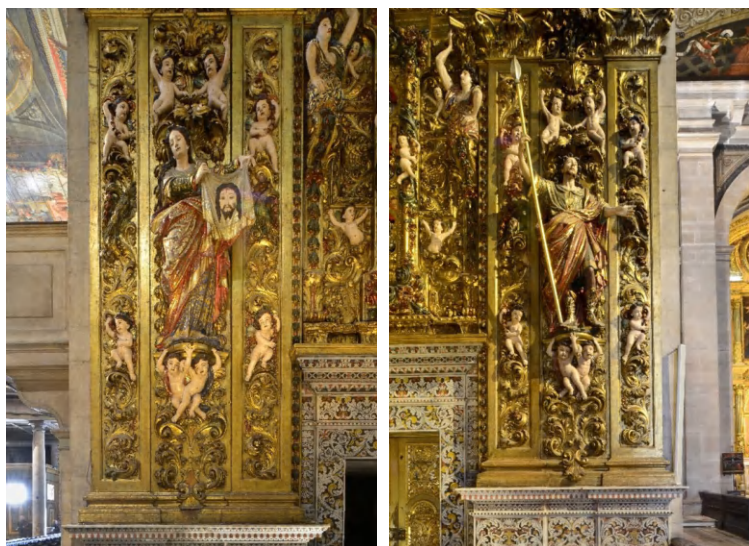
Outra obra escultórica de vulto é aquela do sacrário esférico, situado no altar-mor. Apresenta dois anjos tenentes simulando suportar o recetáculo sagrado. De forma idêntica aos atlantes, a sua anatomia, rostos, cabelos e domínio da técnica escultórica apontam para a mesma mão que esculpiu os atlantes do retábulo em apreço.

Quanto às estátuas dos Evangelistas, embora não possamos avançar com atribuição tão concertada como com as estátuas anteriores, não podemos, contudo, descartar a participação do escultor de Avignon na sua modelação. Aliás, Robert Smith, no seu estudo datado de 1963, ensaia já uma aproximação entre o triângulo retabular formado pelas capelas de Nossa Senhora da Pena, da matriz de Loures e daquela da Senhora da Piedade da igreja de S. Roque, apontando igualmente similitudes entre a sua obra escultórica. O historiador norte-americano, ainda sem acesso à maior parte da documentação que mais tarde seria levantada e estudada sobre estas três capelas, analisadas do ponto de vista estrutural e plástico, pressentindo-lhes afinidades de mãos, que hoje sabemos se podem circunscrever a dois artistas do barroco joanino: Bento da Fonseca Azevedo e Claude Laprade. (SMITH, 1963: 98-99). O que Smith não explorou plenamente foi a circunstância de o retábulo-mor da igreja matriz de Loures ter sido começado em 1716 por Bento da Fonseca Azevedo e não em 1721, como supôs. De facto, 1721 é a data do segundo contrato de obra, a que Mendes Leal faz referência e transcreve parcialmente, e que se refere à obra do “arco da capella-mor para dentro”, ou seja à obra das ilhargas, que necessitava de ser iniciada, pois o retábulo estaria já pronto, motivo pelo qual Fonseca de Azevedo se envolveu em pleitos com a irmandade pelo ressarcimento da quantia que lhe deviam (MENDES LEAL, 1909: 54). Este recuo da cronologia do retábulo-mor da matriz de Loures coloca-o a par das obras do altar-mor da igreja de Nossa Senhora da Pena, de Lisboa, se não em data anterior. Sabe-se que as obras de execução do entalhe e escultura do altar-mor da igreja de Nossa Senhora da Pena decorreram entre os anos de 1714-21, portanto, em tempo idêntico àquela da matriz de Loures. Pergunta-se, assim, quem influenciou quem?

Como acima referimos, as colunas do antigo retábulo-mor foram reutilizadas na nova estrutura, o que nos conduz imediatamente



Figs. 10 e 11 – Imagens dos Evangelistas São Lucas e São Mateus nas ilhargas da capela-mor da Igreja Matriz de Loures, 2022. © José Vicente | Agência Calipo



Figs. 12 e 13 – Imagens de Santa Verónica e São Longuinhos na capela de N.ª S.ª da Piedade da Igreja de São Roque, em Lisboa, 2020. © Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Museu de São Roque | João David Martins

ao tema do reaproveitamento de peças na arte da retabulística. Esta ação coloca questões relevantes ao estudo da talha, sendo as mais prementes, as leituras estilísticas desajustadas que poderão surgir relativamente a cada caso concreto. Como temos afirmado, ao longo dos nossos estudos, a leitura atenta da documentação existente, quer manuscrita, quer impressa, a bibliografia disponível e a incontornável leitura presencial das peças, são elementos fundamentais para qualquer investigação de carácter científico em história da arte e, especialmente neste caso, da obra de talha. Sabemos, por pesquisas recentes, que os exemplares desta arte no nosso país, tal como em muitos outros, sofreram reveses vários, desde os cataclismos naturais até às intervenções de desmantelamento, remontagem e restauro.

Consequentemente, a leitura destes objetos acaba sempre por se afirmar como um processo moroso, que a cada passo reserva surpresas, indica novas linhas de orientação científica, podendo mesmo conduzir a conclusões completamente distintas daquelas que nos habituámos a considerar como corretas (FERREIRA, 2016; idem, 2017; idem, 2018:).

O caso do retábulo-mor em estudo, no que concerne à problemática de inserção de elementos de talha pré-existente, é exemplar, já que nos permite constatar que, apesar das colunas torsas em questão não estarem estilisticamente desajustadas, relativamente ao conjunto do altar, o facto de não serem originais, introduz imediatamente uma variante que torna menos linear qualquer leitura estética deste retábulo, e que poderá induzir em erro o observador, quando é direccionado a ver nas mesmas um apontamento retardatário de gosto do encomendador ou do mestre debuxador.



Fig. 14- Colunas do altar-mor da igreja de Santa Maria de Loures, 2022. © José Vicente | Agência Calipo

As três campanhas de obra de talha da capela-mor da matriz de Loures, a saber arco triunfal, retábulo-mor e ilhargas do mesmo, revelam-nos os nomes de dois mestres entalhadores responsáveis pela direção das mesmas, António Álvares pela obra de talha do arco triunfal e Bento da Fonseca Azevedo pela obra da capela-mor. Quis a fortuna, que destes dois mestres não houvesse até hoje mais nenhum registo documentado de obra de talha que permitisse o cotejo com esta de Santa Maria de Loures. Estamos assim perante os únicos testemunhos conhecidos do labor das oficinas de talha destes dois entalhadores, os que nos dificulta a comparação mais fiel com outras obras de suas autorias. Esta dificuldade, torna exponencialmente mais complicada a leitura comparativa com outras obras de talha coevas, com a finalidade de se tirar do anonimato outras obras destes dois mestres, pois o reconhecimento de uma constante estilística das suas oficinas será sempre uma hipótese de grau de aceitação mais remoto.

No caso concreto de Bento da Fonseca Azevedo possuímos, no entanto, uma pista que foi desvendada com a divulgação de parte da documentação pertencente ao arquivo da irmandade de Nossa Senhora da Piedade sita na igreja de São Roque da Casa Professa da Companhia de Jesus em Lisboa (FERREIRA, 2006: 98-117).

Nesse mesmo arquivo constam documentos que fazem referência ao nome de Bento da Fonseca Azevedo, enquanto membro dessa irmandade. O primeiro é um contrato notarial datado de 9 de fevereiro de 1716, celebrado entre membros dessa irmandade e a Mesa da mesma, entre os quais figura o nome do mestre. Este ajuste legal possui contornos algo singulares, pois vincula oito membros da irmandade a auxiliarem o pagamento do douramento da sua capela de Nossa Senhora da Piedade, com o dinheiro que pedem à Mesa da mesma irmandade (FERREIRA, 2007: 101-102). Conhecendo agora um pouco melhor a vida profissional de Bento da Fonseca Azevedo pelos anos de 1716-18, em que estaria trabalhando no retábulo-mor de Santa Maria de Loures - auferindo os primeiros pagamentos pela obra que executava -, compreendemos melhor o compromisso assumido de contribuir para custear o douramento da capela da irmandade à qual pertencia.

Um outro dado relevante da biografia de Bento da Fonseca Azevedo prende-se com o seu desvinculo da mesma irmandade de Nossa Senhora da Piedade aos 30 dias do mês de novembro de 1721, facto comprovado pelo seguinte documento:

(...) na caza do despacho de Nossa Senhora da Piedade da caza porfeça de Sam Roque estando a menza junta com os jrmaos definidores que ao prezente anno serue, se porpos o jrmão Bento da Fonseca de Azevedo mestre entalhador por desobidiente a Menza e por nam satisfazer a obrigação de humildade (...).

Bento da Fonseca Azevedo é expulso da irmandade de Nossa Senhora da Piedade, no mesmo ano em que contrata a segunda campanha de obras da capela-mor da igreja matriz de Loures. Esta associação do mestre entalhador do altar-mor da matriz de Loures com a irmandade de Nossa Senhora da Piedade suscitou-nos um interesse acrescido, fomentado, também, pela comparação que já havia sido feita em 1963 por Robert Smith, entre o retábulo de Nossa Senhora da Piedade de São Roque e o da capela-mor da igreja Matriz de Loures (SMITH, 1963: 98).

Como já tivemos oportunidade de escrever quando nos debruçámos sobre a talha retabular da igreja de São Roque dos padres inacianos de Lisboa, reconhecemos algumas características compositivas e plásticas que irmanam os dois altares, a saber: as quatro esculturas de vulto dos Evangelistas, colocadas em mísulas nas ilhargas da capela-mor da matriz de Loures e as de S. Longuinhas e Santa Verónica, no retábulo da Senhora da Piedade, em S. Roque. Postura corporal semelhante, afiliação de traços faciais e sugestivo e idêntico tratamento das vestes apontam para uma mesma oficina ou mesmo mestre. O uso de volutas nos fragmentos de arco do remate dos dois altares é igualmente motivo que lhes confere similitude. (SMITH, 1963: 98; FERREIRA, 2006: 108). As afinidades entre estes dois retábulos, já enunciadas por Smith em 1963, ainda sem sustentação documental, confirmam-se atualmente pelo desenvolvimento da investigação sobre esta matéria.

Uma derradeira obra de Bento da Fonseca Azevedo foi referenciada por Miguel Ángel Vallecillo Teodoro no estudo que publicou sobre a retabulística do Alto Alentejo (VALLECILLO TEODORO, 1996: 149). Segundo assento notarial à guarda do Arquivo Distrital de Évora, Fonseca Azevedo contratualizou, a nove de maio de 1722, a obra da capela da ordem terceira de S. Francisco, sita na igreja do antigo convento dos padres franciscanos de Évora. Sabemos, atualmente, que esta obra não foi executada, já que cinco anos mais tarde a mesma ordem terceira acordou com outro entalhador, também ele oriundo de Lisboa, Manuel Nunes da Silva, a execução da talha da dita

capela pela quantia de 900.000 reis (ESPANCA, 1985-1986: 116 e 126).

O ajuste notarial celebrado entre a ordem terceira de S. Francisco e Bento da Fonseca Azevedo estipulava o seguinte:

(...) se ajustarão com o dito Mestre para hauer de fazer a dita obra toda assim do Trono como da casa da Tribuna de Madeira de Bordo boa sem samagos por preso e quantja de quinhentos e quarenta mil reis (...) que a obra do Trono sera na forma do Risco que o dito Mestre presentou Exceto os paineis do primeiro banco que não sera emtalhado que mostra mas sim de coarteis de flores modernas e tudo a talha leuantada leuando nos Reçaltos os meninos que mostra o mesmo Risco e alem do que o dito Risco mostra sera mais obrigado elle dito Mestre a por no dito Trono quatro Anios de Roupas de estatura porpocionada ao mesmo Trono os quais an de ter na mão huma cornicopia e na outra os Instrumetos dos martirios do Senhor e a Taboa ou aduella do arco não sera a do Risco mas sim a de outro Risco que se lhe mostrou (...) E em sima da crus do Senhor huma coroa Jmperial tambem propocional da grandesa do mesmo Senhor e casa com dois meninos (...) (4) (VALLECILLO TEODORO: 1996, 149).

Como acima referimos, Bento da Fonseca Azevedo continua a ser um entalhador mal conhecido pela historiografia da talha portuguesa. A sua obra documentada reduz-se à execução do retábulo-mor da igreja de Santa Maria de Loures, apesar de existirem referências que consubstanciam o efetivo exercício do seu mester na Lisboa joanina.

Pesquisas recentes, contudo, permitiram-nos aduzir elementos aos seus dados biográficos. A localização do seu assento de casamento, datado de 31 de outubro de 1694 (5), com Antónia Maria elucidam-nos sobre a origem da família de Bento da Fonseca Azevedo e o local do seu batismo.

Aos trinta e hum de outubro de seiscentos e nouenta e noue com banhos corentes em minha presença se receberão por marido e mulher com palavras de presente como manda a Santa Madre Igreja Romana Bento da Fonseca filho de Diogo da Fonseca e de sua mulher Maria Madalena Francisca baptizado na freguesia de S. Martinho de Murça termo de Guimaroias (sic), Arcebispado de Braga com Antonia Maria filha de Francisco

Lopes, e sua mulher Maria da Conceição (6) baptizada nesta cidade na freguesia de Nossa Senhora do Alecrim onde são moradores na Rua da Atalaya e de como se receberam fis este assento que assinei com as testemunhas que presentes estavam Francisco Xavier morador dentro das Portas de Santa Catarina e Belchior da Costa morador na dita rua da Atalaya (7).

Originário do norte de Portugal, concretamente da região de Murça, não possuímos ainda mais dados sobre quando terá chegado a Lisboa e em que datas e onde terá feito o seu aprendizado no ofício de entalhador.

Casado com Antónia Maria, deverá ter ficado nos primeiros anos de casamento a residir em casa dos sogros, Francisco Lopes e Maria da Conceição, ou em morada perto, já que só o identificamos a partir de 1709 (8) a residir na Travessa da Boa-Hora, ao Bairro Alto. Nessa data, surge acompanhado de sua mulher Antónia Maria e de uma ocupante de nome Jerónima. Os anos seguintes, até 1722, registam o mestre a residir na mesma morada, oscilando o número de ocupantes da casa, com destaque para a ausência da mulher, que é referida nesta morada, apenas em 1709 e em 1719. No resto dos anos, o mestre faz-se acompanhar-se somente de aprendizes, que vão mudando, o que poderá indicar que nesta cronologia, aquela casa era usada apenas como oficina e não como residência do casal. Em 1710 surge Francisco, que ficará com intermitências até ao ano de 1717. Em 1713 e 1714 regista-se a presença de Manuel Lopes, em 1715 e 1716 surge Carlos da Costa, em 1718, José, em 1719, Paulo de S. Bento, em 1721 e 1722 Custódio Francisco, acompanhado em 1721 por António de Almeida e em 1722 por António Francisco. O livro de róis desta freguesia para o ano de 1723 encontra-se em mau estado de conservação, pelo que não lográmos apurar se o mestre continuava a residir na Travessa da Boa-Hora. Para os anos de 1724 a 1726 não existe no Arquivo Histórico do Patriarcado o respetivo livro de róis de confessados. No livro que contempla os anos de 1727 a 1729 referenciamos Bento da Fonseca Azevedo, em 1729, a morar na Rua dos Calafates, com sua mulher Antónia Maria, uma criada chamada Ana da Conceição e dois ocupantes masculinos de nomes Francisco da Silva e Alexandre. Bento da Fonseca Azevedo e sua mulher mantiveram a morada da Rua dos Calafates até 1742. Durante os anos decorridos de 1729 até 1742 registam-se diversos ocupantes da casa, que convivem com o casal. Alexandre permanece na casa até 1730 e em 1731

registra-se ainda Francisco da Silva. O livro para os anos de 1732 e 1733 não existe no Arquivo Histórico do Patriarcado, e só em 1734 e 1735 reencontramos Bento da Fonseca, acompanhado da sua mulher e outras duas ocupantes: Joana Baptista e Ana da Conceição. Em 1736 surge um aprendiz de nome Manuel de São José, que desaparece no registo do ano seguinte. Este será o último ano em que se reconhecem aprendizes ou criados do sexo masculino a residirem na casa. Se atentarmos bem nestes registos compreende-se que na oficina de Bento da Fonseca Azevedo ter-se-ão formado alguns oficiais de entalhador e alguns terão certamente seguido o seu ofício com casa própria. A partir de 1737 reconhecem-se apenas como moradores, o mestre, a sua mulher, Joana Baptista de Jesus e Ana da Conceição, mãe da sua mulher, que falece em 1739. Desta última data até 1744, Bento da Fonseca Azevedo é registado como ausente, permanecendo na morada, a sua mulher, Joana Batista e em 1741, uma moradora de nome Luísa da Esperança. Em 1742, o agregado conta com a sua mulher, Joana Batista, Josefa Maria e o filho desta José Joaquim.

Em 1743, a família é referenciada a moradar na Rua da Atalaia, sendo referidos ele, ausente, a sua mulher Antónia Maria, Joana Baptista, Josefa Maria, viúva, José Joaquim, seu filho e Ana da Conceição. No ano seguinte desaparece a referência a Bento da Fonseca Azevedo e apenas surge o de sua mulher acompanhada de Joana Baptista. Em 1745, na mesma morada, a sua mulher é registada como viúva e acompanhada de Teodora, escrava.

Bento da Fonseca Azevedo terá falecido entre meados de 1744 e inícios de 1745 em local incerto, pois o registo do seu falecimento está ausente dos livros de óbitos da freguesia de sua morada, a da Encarnação e das freguesias limítrofes. O facto de ser registado como ausente entre os anos de 1739-1744 pode indiciar que o mestre estaria a trabalhar fora de Lisboa, ou mesmo do país, nunca chegando a regressar à sua morada até ao dia da sua morte.

Eram frequentes as ausências dos mestres entalhadores em missões fora de Lisboa e mesmo do país, com deslocações principalmente para o Brasil e em menor escala para África. Os retábulos, algumas vezes entalhados na oficina do mestre, eram posteriormente transportados para o seu local de fixação e essa etapa era, amiúde, acompanhada pelo mestre executor da peça a fim de garantir a sua chegada incólume e o bom assentamento da peça, o processo de ensablagem.

Outra modalidade possível de trabalho era a da mudança de residência do mestre para o local onde se erigiria o retábulo, laborando sob o olhar atento do comitente. Casos reconhecidos destas práticas são os de Manuel Machado, Miguel Francisco da Silva e José Ramalho, entre outros (MANGUCCI, 2007: 3-17; FERREIRA-ALVES, 1993: 71-101; LAMEIRA, FERREIRA, 2008: 140).

No caso concreto de Bento da Fonseca Azevedo, a sua ausência, que se verifica ser prolongada, poderá ter estado ligada a uma empresa de maior escala, que exigiu a sua presença no local de destino da peça.

O retábulo-mor: uma nova obra para um novo tempo

No ano em que os irmãos do Santíssimo Sacramento da igreja de Santa Maria de Loures contratam o mestre entalhador Bento da Fonseca Azevedo para executar a obra de talha da sua capela-mor, 1716, assistia-se em Lisboa a uma viragem na forma de conceber o retábulo nas suas vertentes estrutural e decorativa. A primeira manifestação concreta, e até hoje unanimemente aceite pelos historiadores da arte da talha é a do retábulo-mor da igreja de Nossa Senhora da Pena, cujas obras tiveram início em 1714. A notícia da data de execução deste retábulo foi em primeiro lugar avançada pelo historiador de arte norte-americano Robert Smith (SMITH, 1963: 99), sendo imediatamente secundada pelo investigador Ayres de Carvalho, que apresenta de forma extensa e comentada grande parte das informações constantes de um livro de despesas da irmandade do Santíssimo da igreja de Nossa Senhora da Pena, o qual referia os nomes dos mestres entalhadores intervenientes, os salários auferidos e o período de tempo em que decorreram as obras (CARVALHO, 1964: 50).

As premissas deste novo estilo apontam para o abandono dos remates dos retábulos em arco de volta perfeita, constituídos por arquivoltas torsas, em benefício do uso de remates abertos onde imperam as figuras de *putti*, anjos meninos e adultos, geralmente sentados sobre fragmentos de arco e envolvidos por profusa e dinâmica decoração. Também as colunas dos retábulos se alteram na sua configuração estrutural e no gosto ornamental. Às colunas torsas, cobertas de *putti*, aves Fénix, cachos de uvas e espigas, sucedem-se as colunas salomónicas – com o terço inferior estriado – salpicadas de botões de flores estilizados, interagindo com ampla variedade de espécies vegetalistas leves

e graciosas. O retábulo inicia nos primórdios da cronologia do barroco português, uma escalada em altura. Monumentalidade e acentuação dos valores da perspectiva tornam-se prática comum, acompanhados e agenciados por ornamentação sustentada pelos valores plásticos e simbólicos da figura humana, dos elementos fitomórficos, dos concheados, dos fragmentos arquitetónicos, entre uma panóplia variada de outros motivos, que colocam em marcha um processo, que terá o seu auge nos retábulos ditos de "estilo joanino" (SMITH, 1963: 95-98).

Consagrando os valores estéticos supramencionados, o retábulo-mor da igreja matriz de Loures assenta sobre base de mármore policromos, sobre a qual se elevam duplas colunas torsas, articuladas com igual número de pilastras. Ao centro rasga-se tribuna profunda, que acolhe o trono eucarístico. O remate em arco de volta perfeita encerra a estrutura retabular. Na predela observam-se dois pares de atlantes de vulto inscritos em mísulas. Engalanando a boca da tribuna, surge a sua costumeira renda, à qual se colam, volutas de grado porte, que sustentam dois anjos meninos. Do entablamento irradia o remate, organizado em dois registos. No primeiro, observam-se, sentados nas suas extremidades, anjos adultos descansando sobre bem dimensionadas volutas. Na mão direita seguram cartela. No segundo registo manifestam-se anjos meninos, que agenciam medalhão concheado, albergando o emblema do S.S. Nas ilhargas da capela-mor, quatro Evangelistas, afrontados aos pares, preenchem com as suas imponentes figuras, semelhante número de nichos.

As ilhargas da capela-mor da igreja de Loures destacam-se pela acuidade espacial e sentido de pormenor colocados na sua conceção. A organização do local, concretizada tendo em conta a centralidade espacial e simbólica da ousia, relativamente ao corpo unitário do templo, optou pela eloquente articulação da talha decorativa com a escultura de vulto. A gravidade do tema e a sua carga simbólica recebem resposta eloquente, nomeadamente, no coroamento, que surge ornamentado pelas impositivas formas de dois medalhões, habitáculos do pelicano, do lado do Evangelho e do cordeiro místico, do lado da Epístola.

O sacrário do retábulo-mor da igreja de Santa Maria de Loures

A existência de um sacrário esférico inserido na obra retabular da capela-mor da igreja matriz de Loures autoriza-nos a

comparação com outros seus contemporâneos e congêneres ainda subsistentes ou apenas documentados em igrejas de Lisboa, ou na sua área geográfica de influência. Se esta forma não era a mais usual na época considerada, obteve, contudo, alguma fortuna e despertou o interesse de encomendadores e artistas, quer pelo seu exotismo, quer pela sua afiliação artística (FERREIRA, PEDROSA, 2022). Pensa-se que a influência mais direta terá sido aquela exercida pela banquetta de prata contemplando sacrário esférico realizada pelo ourives de origem alemã, Frederico Ludovice, destinada ao altar-mor da famosa igreja do colégio de Santo Antão-o-Novo de Lisboa (CARVALHO, 1964: 3-7; VALE, 2010:53-72).

Fig. 15. Sacrário do altar-mor da igreja matriz de Loures, 2022.

© José Vicente | Agência Calipo



Apesar de a referida banquetta ter perecido no sismo de 1755, ecos da sua grandiosidade e impacto ficaram fixados na História dos Mosteiros Conventos e Casas Religiosas de Lisboa, da seguinte forma:

(...) resta ainda dar conta da sumptuosissima e admiravel obra do Sacrario (...) se deo principio à obra, e quando foy em tres de Dezembro de 1706, pella festa de Sam Francisco Xavier, se assentou no altar-mor a banquetta lavrada em prata com obra

tam singular que todos confessaram nam podia a obra ser mays perfeyta. No meyo da banquetta dà ella lugar pera assentar o sacrario que he hum grande globo de cobre dourado, e na porta que tem o globo se vê huma sacra perfeytissima de prata com que pera abrir o sacrario e tirar delle o Senhor nam he necessario remover a sacra que fica sempre fixa na porta. Por bayxo della se vem dous serafins prostrados venerando o Senhor que está dentro do sacrario e as imagens dos serafins dizem bem na perfeçam com a que se vê na banquetta (...) (História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa, I, 1950: 447, 448).

A opção de Frederico Ludovice pela inserção de um sacrário em forma de globo terrestre pode ser explicada pela colaboração que prestou aquando da execução da capela de Santo Inácio de Loyola na igreja do Gesù, dos padres jesuítas, em Roma. Ludovice terá colaborado, enquanto mestre fundidor e ourives, na referida capela inaciana, na qual se observa, no centro do remate do retábulo, de frontão interrompido, um globo representando o mundo. A peça, de lápis-lazúli, circundada por raios de bronze dourados, poderá ter servido de inspiração ao ourives alemão na conceção do sacrário esférico da banquetta da igreja do colégio de Santo Antão. Na cidade de Roma referencia-se, ainda, outro exemplar com a mesma configuração, desta feita, com função de sacrário e inserido em banquetta, no altar-mor da igreja romana de Santa Maria in Traspontina. Importa salientar com estes exemplos, uma vez mais, a influência das soluções artísticas dos templos barrocos de Roma e o modo como foram apropriadas e transpostas para a realidade portuguesa pelos artistas entalhadores e escultores nacionais.

Como já tem sido estudado e revelado por inúmeros autores, os jesuítas foram hábeis transmissores da introdução, adoção e disseminação de novos modos de conceber a arte, nos quais se contavam a sua adequação ao serviço da dogmática, principalmente daquela que robustecia as diretrizes dimanadas do concílio tridentino (SALE, 2003). Como instituição forte e influente que era, na corte e na sociedade portuguesa em geral ao tempo do Barroco, as obras artísticas que os jesuítas encomendavam e custeavam, depressa se tornavam modelares no espaço estrangeiro à cidade pontifícia, local de onde dimanavam as coordenadas dogmáticas e estéticas do mundo católico.

É neste contexto que podemos enquadrar a apetência dos encomendadores e artistas pela forma esférica dos sacrários de

talha, que predominarão nas décadas seguintes, com destaque para os anos 30 e 40 de Setecentos.

Um exemplo interessante e coetâneo do sacrário de Santa Maria de Loures é aquele do retábulo de talha de Nossa Senhora do Rosário da igreja de São Tiago, em Lisboa (9). Plausivelmente executado na segunda década de Setecentos, alberga um imponente sacrário esférico ladeado por dois anjos tenentes, simulando carregar a orbe celeste. O impactante conjunto vive também da bem ensaiada cenografia, que faz uso de dois *putti*, colocados na parte superior do tabernáculo, simulando levantar cortina, que estaria a ocultar o recetáculo sagrado.

Para além deste exemplar de sacrário esférico, reconhecemos em Lisboa e nos seus arredores, pelo menos mais cinco casos. São eles o do retábulo da igreja de São Cristóvão, também na capital, do retábulo de Nossa Senhora do Rosário na igreja de São Domingos de Benfica, o do altar da capela do Senhor dos Passos no claustro do antigo convento das Comendadeiras de Avis, hoje transformado, o do retábulo-mor da igreja matriz de Nossa Senhora da Encarnação, na freguesia homónima, concelho de Mafra e o do retábulo-mor da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, em Samora Correia, distrito de Santarém. Estes exemplos são composições cronologicamente mais tardias do que aquela do retábulo-mor em estudo, razão pela qual somos levados a pensar, que o sacrário da igreja de Santa Maria de Loures terá sido um dos primeiros modelos a ser ensaiado, em Lisboa. Esta tipologia colheu os seus frutos também na igreja do extinto mosteiro de freiras dominicanas do Santíssimo Sacramento, em Alcântara. Sabemos, por relatos de um dos cronistas da ordem dominicana, Frei Lucas de Santa Catarina, que, ao centro da tribuna do altar-mor da igreja do referido convento, estava colocada uma charola, no interior da qual se deixava observar: “hum globo dourado (...) sustenta-o nas mãos hum Anjo de estatura de homem, acompanhado de outros dous, que ajoelhados venerão ao Senhor Sacramentado, (...)” (SANTA CATARINA, 1977: 1090-1091). Atualmente, este imponente sacrário faz parte do acervo do Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra. Apresenta-se modificado, relativamente à descrição do cronista, já que o sacrário atual, sustentado por um anjo de grande porte, é uma peça de ourivesaria em prata, cravejada de diamantes e outras pedras preciosas, datada de cerca de 1760 (10) (ALARCÃO, 2005: 84; LEVENSON, 1993: 286).

A provar a apetência e o sucesso da forma circular para encer-

rar a hóstia consagrada, reconhecemos a sua utilização, agora, em manifestações de carácter efémero. Elucidativo sobre esta matéria é o relato das festas que a Companhia de Jesus do colégio de Évora levou a cabo, destinadas a celebrar a canonização de S. Luís Gonzaga e de S. Estanislao Kotska, em novembro de 1727 (Relaçam das festas...1730). Segundo o autor do relato, na capela-mor da igreja do Espírito Santo de Évora, dos padres da Companhia, montou-se um altar ornamentado com ramos de ouro, ramalhetes de prata, flores artificiais e grande quantidade de castiçais, enquadrando as imagens dos dois santos recém canonizados. Estas, vestidas com trajes de seda, apresentavam-se esmaltadas de ouro e pedras preciosas. A reverência devida a tão solene acontecimento foi plasmada pelas artes:

(...) tribuna feita nestes dias ceo aberto, porque patenteando-se aqui hum globo azul, dividia-se no meyo delle em rayos hum resplendor, que parecia de gloria, & ultimamente se encobria, & manifestava o Senhor na forma, com que antigamente entre seis azas de Serafins se mostrou Deos a Izaias (...) (Relaçam das festas...1730).

O que este relato nos comunica é, não só o uso real de um sacrário esférico, efémero ou não, em contexto das festividades da Companhia de Jesus, mas também a sua forma final, semelhante ao globo azul com raios dourados que os inacianos fizeram erigir na sua igreja do Gesù, na capela de Santo Inácio de Loyola.

Podemos, assim, concluir que a forma esférica foi reconhecida pelos comitentes e artistas portugueses da primeira centúria de Setecentos como opção moderna e impactante, o que explica a sua fortuna durante um período de cerca de 30 anos (entre 1720-50).

Conclusão

Na capela-mor da igreja de Santa Maria de Loures ensaiaram-se os modelos estéticos da arte da talha e da escultura de vulto que anunciaram uma nova etapa da relação do crente com a arte e com a fé. De facto, as coordenadas do pensamento barroco, emergentes das correntes filosóficas, dos escritos teológicos e, genericamente, da renovação de pensamento e ação do século XVII, ecoaram fortemente nas artes plásticas, na literatura e na música.

Na vanguarda das novidades estéticas aplicadas à retabulística, e contemporâneo de outros que na cidade de Lisboa se eri-

giram em datas aproximadas, de que é exemplo mais marcante aquele da igreja de Nossa Senhora da Pena, o altar-mor da Igreja de Santa Maria de Loures afirmou-se como obra a mimetizar, ao ensaiar soluções inovadoras e arrojadas.

Nas suas formas opulentas e cenográficas consagrou as novas tendências, mas também potencializou e utilizou algumas escolhas estéticas do período temporal antecedente. Como referimos, ao aproveitar as colunas torsas da estrutura pré-existente, permitiu a memória, a permanência na mudança e um elemento paradoxal para leituras futuras. Mas, é, essencialmente, a sua monumentalidade e acentuado carácter cénico transmitidos pela presença dos grandes atlantes, que simulam o suporte da estrutura ou a abertura do remate a fragmentos arquitetónicos, que se articulam com figuras angélicas de vulto e o uso intensivo de concheados e volutas, que melhor o definem como um dos grandes representantes da emergência de um novo gosto no panorama das realizações de obra de talha retabular da escola de Lisboa.

Para além do seu carácter singular, esta capela-mor, justamente através da história da sua lenta execução, recheada de contratempos, permite-nos, também, obter uma visão mais ampla e esclarecida sobre os processos, nem sempre lineares, ligados, quer à encomenda, quer à execução das obras de talha. A multiplicidade de variantes que uma obra desta natureza comporta, determina-lhe a feição e faz dela o objeto concreto sobre o qual trabalhamos.

Finalmente, importa destacar a qualidade e originalidade do seu sacrário. Se, como defendemos ao longo deste texto, este terá sido dos primeiros exemplares a serem ensaiados no estro daquele que Ludovice desenhou para a banqueta do altar-mor da igreja do colégio jesuíta de Santo Antão-o-Novo, dignificado e enriquecido pela escultura de vulto, o seu lugar na história da evolução do gosto retabular na esfera de influência da escola de talha de Lisboa, torna-se ainda mais relevante (FERREIRA, PEDROZA, 2022).

Notas

* O presente texto amplia aquele por nós publicado na *Revista de Artes Decorativas Portuguesas*, intitulado: “O retábulo-mor da igreja matriz de Loures. Uma obra emblemática do entalhador Bento da Fonseca Azevedo”. Porto: Citar. (2007), pp. 91-112. A

atual versão resulta de uma leitura renovada e atualizada dos dados e reflexões que então apresentámos.

****** Este estudo enquadra-se na investigação financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória– [DL 57/2016/CP 1453/CT0029].

(1) Sobre este tema escrevem detalhadamente nesta publicação, Célia Nunes Pereira e Vítor Serrão.

(2) O mestre surge referenciado na Irmandade de S. Lucas de Lisboa. Foi mordomo da Mesa da mesma em 1690-1691, morando a Santa Justa, nas imediações de outros colegas de ofício, como António Machado Sapeiro, João Pereira Pegado e Vincenzo Bacherelli, entre outros.

(3) Pascoal de Araújo, à semelhança de Jerónimo da Costa, era irmão da irmandade de S. Lucas. Regista-se a sua presença na Mesa da Irmandade nos anos de 1684-1685, como mordomo da mesma.

(4) Arquivo Distrital de Évora, Cartório Notarial de Évora (CNE), n.º 1136, fls. 76 v.º-78. Transcrição nossa.

(5) Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Registos paroquiais da freguesia da Encarnação, Casamentos, 1694-1708, Lv. 4, cx. 15, fls. 120-120v.

(6) Certifica-se que os sogros de Bento da Fonseca Azevedo são o mestre entalhador Francisco Lopes e sua mulher Maria da Conceição, pois no documento que contratualiza ao entalhador Francisco Lopes a execução do arco e teto da capela da Ordem Terceira do Carmo, no mosteiro do Carmo, a 6 de Agosto de 1669 é referido o nome da sua mulher e a sua residência ao Bairro Alto. ANTT, Cartório Notarial de Lisboa ANTT, C.N.L. n.º 1, Cx. 53, L.º 214, fls. 94-95, publ. por Vítor SERRÃO, *A Cripto-História de Arte. Análise de obras de arte inexistentes*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 233, nota 173 e transcrito na íntegra por (Ferreira, 2009, vol. II: 122-126).

(7) Uma das testemunhas do enlace matrimonial é Baltasar da Costa Pinheiro, que deteve o cargo régio de supervisor da horta do Paço de Salvaterra de Magos. O seu sucessor foi o mestre entalhador José Rodrigues Ramalho. Baltasar da Costa Pinheiro não tinha descendência, pelo que o cargo foi atribuído a Rodrigues Ramalho, em reconhecimento dos serviços prestados ao rei. ANTT, Chancelaria de D. João V. L.º 31, fls. 34-34v.º Dois de abril de 1707.

(8) Os livros de Róis de Confessados da freguesia de Nossa Se-

nhora da Encarnação, de Lisboa, surgem apenas a partir de 1708, sendo que os anos anteriores se encontram omissos no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa. No ano de 1708 não se regista o nome de Bento da Fonseca Azevedo.

(9) Robert Smith sugere, pela confluência de estruturas do sacrário do altar-mor da matriz de Loures e o de Nossa Senhora do Rosário, que os retábulos poderiam ser ambos da autoria de Bento da Fonseca Azevedo (SMITH, 1963: 100).

(10) Refira-se o recente estudo de Isabel Mendonça, intitulado: “Novos dados sobre o sacrário-custódia do convento do Sacramento de Alcântara, em Lisboa”, apresentado no *Simpósio História da arte hoje-modus operandi* e a ser publicado brevemente na Revista Artis da FLUL.

Bibliografia

Fontes

ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA (ADE), Cartório Notarial de Évora (CNE), n.º 1141, fls. 8-9 v.º

ADE, CNE, n.º 1136, fls. 76 v.º-78

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT), Cartório Notarial de Lisboa (CNL) n.º 15 (antigo 7A), Cx. 75, L.º 385, fls. 17-18.

ANTT, CNL, n.º 1 (antigo 12A), Cx. 67, L.º 285, fls. 56-57.

ANTT, CNL, n.º 15 (antigo 7A), Cx. 81, L.º 426, fls. 45vº-46vº.

ANTT, Arquivo dos Hospitais Civis de Lisboa - Secção de S. José, L.º 1222, fls. 11-12.

Estudos

ALARCÃO, Adília, (coord.) - *Museu Nacional Machado de Castro. Roteiro*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2005.

AZEVEDO, Carlos de, FERRÃO, Julieta, GUSMÃO, Adriano - *Monumentos e Edifícios Notáveis do Concelho de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1993.

CARVALHO, Ayres de - *Novas Revelações para a História do Barroco em Portugal* (separata de *Belas-Artes*). Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, n.º 20 (1964), pp. 29-65.

Convento do Santíssimo Sacramento/Convento dos Vimiosos - Ficha de Inventário (IPA). Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. [Consult. 10-02-2018] (em linha em www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6539)

COUTINHO, Maria João Pereira (2010) - *A produção portuguesa*

sa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720). Lisboa: [s.n]. Tese de doutoramento em História (especialidade arte, património e restauro) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ESPANCA, Túlio - *Nova Miscelânea. A Cidade de Évora*. Évora. Câmara Municipal de Évora, 1984-1985.

FERREIRA, Sílvia (2019) - Hinos de louvor. As campanhas de talha dourada. In PINTO, Paulo, FERREIRA, Sílvia (coord.) - *‘Feição especialíssima’. A igreja dos Anjos de Lisboa*. Lisboa: Campo das Letras, 2021.

FERREIRA, Sílvia - Memórias de ausência, testemunhos de persistência: a talha barroca das igrejas de Nossa Senhora do Socorro, de Santo Estêvão e de São Miguel, em Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Série II, n.º 9 (2018), p. 81-96. [Consult. 10-12-2018] (em linha em http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/9/07_talha.pdf).

FERREIRA, Sílvia (2016) - A retabulística barroca de Lisboa entre o Liberalismo e a Actualidade: Mecanismos de alienação e de conservação de um património. O papel do Museu Nacional de Arte Antiga. In GLÓRIA, Ana Celeste (oord.) - *O Retábulo no Espaço Ibero-Americano, Forma, função e iconografia*. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / NOVA, Vol. II. [Consult. 02-02-2018]. (em linha em <http://hdl.handle.net/10362/16423>).

FERREIRA, Sílvia - A igreja do colégio beneditino de Nossa Senhora da Estrela de Lisboa: génese, destruição e recuperação/reinvenção de um património. *Conservar Património*. N.º 26 (2017), p. 79-90 [Consult. 02-02-2018] (em linha em <http://revista.arp.org.pt/pt/revistas/26.html>).

FERREIRA, Sílvia - O retábulo-mor da igreja matriz de Loures. Uma obra emblemática do entalhador Bento da Fonseca Azevedo. *Revista de Artes Decorativas Portuguesas*. Porto: Citar (2007), p. 91-112.

FERREIRA, Sílvia (2006) - Da Igreja de São Roque à de São Pedro de Alcântara. Três Séculos da Arte da Talha. *Património Arquitectónico 1*. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

FERREIRA, Sílvia, Pedrosa, Aziz (2022) - Sacrários esféricos entre Lisboa e Minas Gerais. Uma abordagem iconográfica e estilística. In FERREIRA, Sílvia, URIAS, Patrícia (Coord.) - *Barroco em movimento. Portugal e Brasil e a construção de um novo olhar*.

Sevilha: Enredars, p. 209-344 [Consult. 25-03-2022] (em linha em <https://rio.upo.es/xmlui/handle/10433/12224>)

FERREIRA, Sílvia, COUTINHO, Maria João Pereira - José Rodrigues Ramalho (c. 1660-1721): Um Artista do Barroco Lusófono na Casa Professa de S. Roque. (Separata de *Brotéria*), Lisboa: Brotéria. N.º 159 (2004), p. 165-194.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - Iconografia e Simbólica Cristãs. Pedagogia da Mensagem. (Separata da revista *Theologica*). Braga: Universidade Católica Portuguesa. 2º série, Vol. 30, Fasc. 1 (1995).

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho - Breve ensaio sobre a obra de Miguel Francisco da Silva. *Poligrafia*. Porto: Universidade do Porto. N.º 2 (1993).

História dos Mosteiros Conventos e Casas Religiosas de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Vol. I, 1950.

LAMEIRA, Francisco - Os Retábulos da Capela da Ordem Terceira. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. N.º 17 (2002), p. 64-69.

LAMEIRA, Francisco, FERREIRA, Sílvia (2008) - As diversas campanhas de obras retabulares da igreja da Misericórdia de Montemor-o-Novo". In FONSECA, Jorge (Coord.) - *Misericórdia de Montemor-o-Novo. História e Património*. Montemor-o-Novo: Misericórdia de Montemor-o-Novo.

LEAL, Joaquim José da Silva Mendes - *Admirável Igreja Matriz de Loures*. Lisboa: Edição do autor, 1909.

LEVENSON, Jay (Coord.) - *The age of the Baroque in Portugal*. Washington: National Gallery of Washington, 1993.

MANGUCCI, Celso - Francisco Machado e a oficina de retábulos do arcebispo de Évora. *Cenáculo* Boletim on line do Museu de Évora. Évora: Museu de Évora (2007), p. 2-17.

MARTINS, Fausto Sanches (1991) - Trono Eucarístico do Retábulo Barroco Português: Origem, Função, Forma e Simbolismo. *Actas - I Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil do Porto. Vol. II, p. 2-58.

Relaçam das festas com que o collegio, & Universidade da Companhia de Jesus na cidade de Evora applaudio a canonização dos dous gloriosos Santos, Luiz Gonzaga, e Estanislaio Kotska da mesma companhia em Novembro de 1727. Evora: Officina da Universidade, 1730.

SALE, Giovanni (Coord.) - *L'Art des Jésuites*. Paris: Mengès, 2003.

SANTA CATARINA, Frei Lucas de - *História de S. Domingos*. Porto:

Lello & Irmão Editores. Vol. II, 1977.

SMITH, Robert Chester - *A Talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1963.

SERRÃO, Vítor - Uma Obra-Prima do 'Estilo Nacional': O Retábulo da Igreja de Santa Maria da Graça, de Setúbal (1697-1700). *Boletim Cultural da Póvoa do Varzim*. Póvoa do Varzim: Câmara Municipal da Póvoa do Varzim. Vol. XXVI, n.º 2 (1989), p. 637-661.

SERRÃO, Vítor - O Programa Artístico da Igreja de São Cristóvão de Lisboa. O retábulo quinhentista e a campanha de obras protobarrocas (1666-1685). (Separata do *Boletim Cultural*). Lisboa: Junta Distrital de Lisboa. Série IV, n.º 92 (1998), p. 51-94.

VALE, Teresa Leonor (2010) - As Ordens Religiosas e a Mobilidade dos Artistas. A Companhia de Jesus e o ourives João Frederico Ludovice: de Roma a Lisboa. *Atas do Colóquio Lisboa e as Ordens Religiosas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 53-72.

VALLECILLO TEODORO, Miguel Ángel - *Retabística Alto Alentejana (Elvas, Villaviciosa Y Olivenza) en los Siglos XVII-XVIII*. Mérida: Universidad Nacional de Educación A Distancia, 1996.



Calvário (Séc. XVI).

Igreja Matriz de Loures, 2022.

© José Vicente | Agência Calipo

A Igreja de Santa Maria de Loures Ciclos de saque e silenciamento (1834-1910)

Célia Nunes Pereira

Museu Arqueológico do Carmo/ARTis-FLUL

...à Dona Milú

(Maria de Lurdes Isabel dos Reis Mourinho)

Nota introdutória

A igreja de Santa Maria de Loures, ainda hoje ocupa um lugar de destaque entre o património do seu concelho, sendo considerada um dos seus templos mais belos.

À semelhança do que aconteceu de modo geral, com o património de Norte a Sul do país em épocas de crise, a beleza e a riqueza despertam a cobiça e a cólera das massas revoltadas. A igreja matriz de Loures não passou incólume a esses períodos, entre os quais, queremos aqui sublinhar a extinção das Ordens Religiosas em 1834 e a implantação da República em 1910, não esquecendo outras quadras traumáticas como o terramoto de 1755 e as guerras liberais. Períodos temporais em que o património desta igreja foi, particularmente, dilacerado, sujeito à incúria e à imposição de novos valores, que viam o património eclesiástico como uma mera herança da fé cristã, que interessava punir, abalar e transformar num ganho fácil. Objetivos, não muito distantes, dos que hoje as imobiliárias fazem com todo o tipo de edifícios, que conseguem filar.

Seria de esperar, que em pleno século XXI, este tipo de situações já não existisse. É por isso que importa dar voz a quem defende o que é de todos. O património é uma herança global, que faz parte do coletivo que a rodeia, não deve, nem pode estar simplesmente à venda, a troco de um punhado de trocos, que a desenraíza e lhe dilacere as “entranhas” (azulejos, talha, pintura, estuques...a sua alma), convertendo-as em mais um “novo” recheio de um espaço vazio de uso privado.

A Matriz de Loures e o Projeto Igreja Segura

Desde os primeiros anos do século XXI que é impossível falar da defesa do património da igreja Matriz de Loures, sem referir a importância que o projeto da Igreja Segura (1), implementado pela Polícia Judiciária, teve, na proteção dos bens desta igreja (tal como em todas as outras onde o mesmo foi posto em prática), que foi um dos templos-piloto, onde o projeto foi incrementado com o intuito de “criar um modelo de boas práticas em cada diocese” (2). Um dos objetivos principais deste plano de defesa do património móvel (e imóvel), foi fazer o inventário de todo o seu espólio, acompanhado de um levantamento fotográfico, de modo que se criasse um registo dos objetos existentes na igreja. Esse assentamento geral foi criado e assistido por um estudo histórico-artístico global (Pereira, 2005), tendo como intuito dar a conhecer, tanto quanto possível, a integridade do seu tesouro e documentar as diversas vicissitudes de que a igreja foi alvo ao longo dos seus vários séculos de existência, desde a laicização e dispersão dos seus bens à clausura das suas portas em 1912.

Neste sentido, realizaram-se vários pedidos de consulta de processos, documentação avulsa e registos visuais, relativos à Matriz e seu acervo, que se encontram na posse de várias instituições (AAVV, 1999) públicas que têm vindo a colaborar connosco. Ao iniciarmos as investigações, de modo a apurarmos as várias vertentes artísticas de que é composta a igreja matriz de Loures, cedo podemos constatar que, fruto da incúria e negligência humana, atos de vandalismo, entre outras eventualidades, que terão ocorrido neste estratégico território situado às portas de Lisboa, o legado patrimonial móvel que, atualmente, a igreja Matriz alberga encontra-se bastante desvirtuado, não só pelo facto de muitas das suas peças artísticas se encontrarem dispersas, como também pelo degradante estado de conservação que alguns dos objetos integrantes do espólio apresentam. Referimo-nos sobretudo ao núcleo de paramentos, talha, fragmentos de azulejaria, entre outros objetos litúrgicos e ornamentais, o que não invalida que os restantes núcleos como a pintura, escultura e arquitetura não necessitem de cuidados urgentes e continuados de modo a assegurar a sua preservação, conservação e salvaguarda. Neste sentido, cabe-nos sublinhar o papel desempenhado por alguns párocos, bem como paroquianos, que têm vindo a servir este aglomerado religioso ao longo de várias gerações, exercendo vigília sobre o atual espólio artísti-

co que a igreja detém. Entre eles, como adiante verificaremos, é importante destacar o Pe. João Perestrello, o Pe. Álvaro Proença, Mendes Leal, Maria de Lurdes Mourinho, Pe. Pedro, Diácono Simão, Pe. Duarte Morgado, entre outros que ao longo das últimas décadas têm reunido esforços para fazer obras na igreja e zelar pelo seu acervo. A par dos párocos também as irmandades e Ordens foram contribuindo para as diversas etapas de intervenção e restauro, reestruturações e embelezamentos. Cada uma dispunha individualmente dos seus próprios rendimentos e obrigações, entre as quais a eleição periódica dos seus membros administrativos.

A obra *Admirável Igreja Matriz de Loures*, da autoria de J.J. da Silva Mendes Leal (LEAL, 1909), institui-se como um dos mais importantes elementos de apoio à nossa investigação, devido à informação que reúne sobre a igreja, embora deva ser analisada de uma perspetiva bastante crítica, sobretudo, no que respeita ao enquadramento histórico e datações expostas pelo autor. Mendes Leal, terá sido dos últimos paroquianos a ter acesso ao acervo documental da igreja antes da sua desintegração, chegando grande parte (cremos) a ser mesmo destruída após 1910, tal como nos revela o Padre Proença nos seus *Subsídios para a História de Loures* (Proença, 1940).

Envergando uma arquitetura de cariz renascentista de tipologia chã, a igreja Matriz de Loures, alberga um peculiar núcleo de obras de arte bastante singular, entre as quais se destaca a pintura maneirista dos altares colaterais (estudada neste livro por Vítor Serrão) e talha barroca (estudada por Sílvia Ferreira) do altar-mor.

A escultura e ourivesaria, à semelhança do que aconteceu no resto do país, são dois dos núcleos que se encontram mais despojados, pelo facto de terem sido apetecíveis alvos de incursão, principalmente, durante as Invasões Francesas, entre 1807-1811/13, após a extinção das ordens religiosas em 1834 e, ainda, durante o período que se seguiu à proclamação da república em 1910.

Dos núcleos artísticos citados, tem sido o da pintura que tem merecido uma maior atenção por parte dos historiadores de arte portuguesa, sobretudo o altar colateral epistolar, pela *prima maneira* de execução ao *romano*, remetendo para o trabalho que Lourenço de Salzedo executou no altar-mor da igreja de Santa Maria de Belém.

Além do levantamento artístico feito no âmbito do projeto Igreja

Segura, agora alargado através dos contributos que neste livro se publicam, fruto do *Colóquio Igreja Matriz de Loures: descodificar o passado, projetar o futuro*. Sobre a história que envolve a Matriz e a sua implantação, existem muitos fatores a clarificar, nomeadamente, no que respeita às raízes medievais, que a atual construção de fábrica quinhentista poderá ocultar. Trata-se de um estudo que implica colaboração de uma equipa de feição multidisciplinar que interaja entre si, onde a arqueologia desempenha um papel de extrema importância, na medida em que poderá fazer dissipar muitas das perplexidades que envolvem a verdadeira génese desta construção religiosa. É, assim, necessária a execução de um levantamento de conjunto, para o qual contribuíram todos os intervenientes neste colóquio, pondo a descoberto vestígios que nos permitiram sedimentar algumas teses, diminuindo o terreno das especulações, procurando um tracejado de notas históricas de modo a entender-se, proficuamente, a igreja matriz de Santa Maria de Loures; bem como a intensa ação artística de que terá sido alvo durante vários séculos, deixando antever uma prolixa contribuição mecenática, deveras evidente, não apenas pelo elevado custo das obras que ainda ostenta, mas também pela sua linguagem, assaz erudita, proporcionada por artistas largamente conhecidos no nosso circuito artístico português, como podemos atentar ao longo dos vários artigos que compõem este livro.

Ciclos de saque e silenciamento *versus* as vozes que ainda ecoam

Após a implantação do liberalismo em Portugal, a Igreja sofre um intenso golpe, sentido sobretudo no seio do clero regular. Incisão, que viria a atingir o seu cume com a extinção das ordens religiosas em 1834, desaguando na nacionalização dos bens eclesiásticos (Reis, s.d.). Época em que, escoadas as expectativas de obtenção de dóceis ganhos de origem brasileira, fruto da sua independência aclamada em 1822, os estratos burgueses combinados com a nova aristocracia liberal, almejavam o alcance do vasto património clerical. Neste sentido, a venda de propriedades, originou a privatização de muitos imóveis comprados ao Estado, que acabou por não alcançar as quantias esperadas, porque boa parte desses bens foram pagos com títulos de dívida pública.

A extinção das ordens religiosas, e consequente desamortização dos seus bens, terá sido um processo não apenas movido pelo

ávido desejo e necessidade do Estado de vender o património da Igreja angariando as suas parcelas, porque se assim fosse as entidades religiosas poderiam ter continuado a existir. Como consequência da emergente vaga de anticlericalismo fomentada pelos liberais, que argumentavam, que as “antigas casas conventuais não passavam de estruturas obsoletas do Antigo Regime” (Neto, 2001: 65), considerando-as uma oposição à consolidação do novo regime. Embora haja quem tenha alertado para a gravidade da situação em que se precipitava o nosso património – “Há mosteiros famosos pela sua antiguidade, santidade e grandeza, que seria uma barbaridade destruírem-se ou entregarem-se a particulares, que não farão delles uso algum” (Neto, 2001: 66-67) – as perdas culturais foram inevitáveis.

Nesta altura, a igreja Matriz de Loures, à semelhança do que aconteceu por todas as principais dioceses portuguesas, torna-se albergue de uma incomensurável quantidade de espólio artístico pertencente a outras congregações monásticas do concelho. A ausência de inventários, por parte dessas várias instituições, dificulta-nos hoje destrinçar o que realmente fazia parte do tesouro da Matriz e daquilo que nela se veio a aglomerar após 1834 (3). No entanto, conseguimos apurar o destino de algumas dessas peças, penhoradas à igreja de Loures pela Caixa Geral de Depósitos nos anos seguintes. Referimo-nos a cerca de uma centena de objetos artísticos que vieram a ingressar, progressivamente, no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, desde alfaias litúrgicas, a várias peças de ourivesaria, paramentos, cerâmicas, entre os quais podemos destacar a presença de uma custódia quinhentista (inv. 596) em prata dourada, e de uma cruz processional gótica (inv. 611) do mesmo material (AAVV, 1995). Contudo, uma relevante parcela do património que acolhia em si, tal como nos seus arredores, não deixou de estar à mercê da constante destruição, roubo, venda e profanação. Esta situação que havia proliferado por todo o país, à semelhança do que já se tinha conhecido noutros países europeus como em França e Espanha, igualmente vitimizadas pela sublevação de vagas revolucionárias. Esta situação viria a desembocar na progressiva deterioração do património móvel e imóvel (*O Notícias de Loures*, 01-10-1988), recentemente vitimizado pelo terramoto de 1755 e pelos atos de vandalismos praticados durante as Invasões Francesas (1807-1811). Ao dirigirem-se para a capital do reino em 1807, as tropas de Junot, haviam-se instalado em várias quintas e palácios do concelho, nomeadamente no do

Correio-Mor (Proença, 1940: 104-106), onde mais tarde, aquando das mencionadas revoluções liberais, se viria a instalar “o hospital de sangue absolutista (...) pertencente ao conde de Penafiel” (Proença, 1940: 100-101). Alguns meses mais tarde, no âmbito da instituição do decreto-lei de 1 de fevereiro de 1808, pelo governador francês, várias igrejas são espoliadas dos seus bens mais valiosos, em Loures é feita uma relação da prata da freguesia de Santa Maria de Loures, que é enviada para a Casa da Moeda (4). As instituições conventuais, encontravam-se agora desprovidas de rendimentos suficientes para manterem ou repararem, as suas antigas casas, e o adiamento de uma paulatina (5) incrementação de um programa para a efetiva proteção dos imóveis de pendor histórico e artístico por parte do Estado, sempre alegando dificuldades financeiras, viria a demonstrar-se extremamente nocivo quanto à sua preservação. Além de expropriadas, as ordens religiosas são ainda, afincadamente, apontadas como as principais responsáveis pela situação em que o património mergulhava (Santos, 1982), devido à negligência e ignorância dos seus membros (6) (Barbosa, 1887: 11).

Os primeiros restauros em Portugal ocorrem por volta de 1840, liderados pelo mosteiro da Batalha (Neto, 1997) sob a responsabilidade de Mouzinho de Albuquerque. Em Loures, a Matriz via-se cada vez mais abandonada. As irmandades suprimiam-se ano após ano, e em 1889, subsistiam apenas quatro – a do Santíssimo Sacramento, Santo Nome de Jesus, Nossa Senhora da Conceição e a das Almas – resignadas apenas ao auxílio dos funerais, de onde colhiam os seus magros rendimentos. O longo calendário das comemorações festivas, em adoração do orago e respetivos patronos das irmandades, extinguiu-se. Mantinham-se apenas as celebrações ditas essenciais, para satisfazer as necessidades espirituais do religioso povo lourense; o mesmo se sucedia no resto do país.

O panorama em que se enquadrava a igreja Matriz de Santa Maria de Loures, durante o século XIX, era assim de decadência e delapidação, cenário para o qual viriam ainda a contribuir os acesos conflitos entre cartistas e setembristas, episódios de que Loures também foi palco. Poucas foram as intervenções que se registaram a seu favor durante a época liberal, o que ainda se viria a agravar com a implantação da República em 1910 (Assunção, Freire, Montoito, 1984), ano em que é declarada Monumento Nacional (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 de junho 1910, ZEP, DG 214 de 12 de setembro de 1958). A sua nomeação como Monu-

mento Nacional, no seio de uma sociedade de cariz jacobino a anti-clericalista, denuncia uma preocupação não religiosa, mas histórica. Como já tínhamos mencionado anteriormente, a importância da História, das nossas raízes, dos símbolos nacionais irrompe, particularmente, impulsionada pelos princípios do Romantismo: “Esfumam-se, assim, os traços da vivência religiosa dos monumentos e estes renascem apenas como símbolo celebrativo-romântico de determinado acontecimento da história da Nação” (Neto, 2001: 67).

O movimento republicano de 1910 liderado pela junta revolucionária, atingiu em Loures a sua primeira vitória no início da tarde de 4 de outubro, sendo hasteada a primeira bandeira pela mão de Joaquim Augusto Dias.

Em termos de destruição, furto e delapidação, os primeiros anos da República, constituíram um verdadeiro e severo ataque aos bens da Matriz de Loures, que apesar de ter sido consagrada Monumento Nacional, não viu o seu recheio móvel entendido como tal. Ainda que, a sua comunidade sempre tenha zelado pela sua salvaguarda, o crescente fervor contra o conceito de religião, primeiro por via liberalista e depois republicana, exacerbado pelas organizações secretas da maçonaria e carbonária, haviam assinado a sentença do património. Na sua obra, o padre Álvaro Proença, testemunha do destino dos bens pertencentes à Matriz de Loures e diz-nos:

Tenho presente o Tombo que se fez da medição e declaração destes bens (7) feito pelo Escrivão dos Autos com os oficiais da confraria “para que se não possa em nenhum tempo a dita fazenda vender, alienar, nem vir em diminuição para se cumprirem os ditos encargos enquanto o mundo for mundo”. Vão desejo e esperança! Séculos depois, o Estado deitava mão aos bens com que a piedade dos fiéis tinha doado as confrarias, chamava-lhes seus e vendia-os em hasta pública. (Proença, 1940: 50).

Na sequência da incrementação das várias medidas legislativas que antecederam a Lei da Separação das Igrejas e do Estado, de 20 de abril de 1911, o episcopado português reagiu, manifestando-se através de um forte apelo lançado aos seus fiéis sobre orientação eclesial nacional em paralelo com a Santa Sé. Em resposta a esta situação, o governo ativa o beneplácito régio. Conscientes de que não iriam fazer prevalecer os seus direitos, os membros do episcopado, dirigem ao governo

um comentário coletivo relativamente aos fatores a terem em consideração na elaboração da nova lei de Separação das Igrejas e do Estado, sendo totalmente ignorados.

Deixando de ocupar o lugar de religião oficial do Estado perante a incrementação da Lei de Separação, a Igreja Católica é desapropriada da sua patente jurídica e de todos os seus bens, de quem o Estado passa a ser proprietário legal:

Todas as catedrais, igrejas e capelas, bens imobiliários e mobiliários, que têm sido ou se destinavam a ser aplicados ao culto público da religião católica e à sustentação dos ministros dessa religião e doutros funcionários, empregados e serventuários dela, incluindo as respectivas bemfeitorias e até os edifícios novos substituíram os antigos, são declarados, salvo o caso de propriedade bem determinada duma pessoa particular ou duma corporação com individualidade jurídica, pertença e propriedade do Estado e dos corpos administrativos, e devem ser, como tais, arrolados e inventariados, mas sem necessidade de avaliação nem imposição de selos, entregando-se os mobiliários de valor, cujo extravio se recear, provisoriamente à guarda das juntas de paróquia ou remetendo-se para os depósitos públicos ou para os museus (art. 62.º) (Neto, 2001: 73-74) (8).

Havia apenas restado a continuação de prestação de culto nos templos, porque o povo português o continuava a exigir. Embora, a Igreja se encontrasse agora desprovida de qualquer tipologia de recursos económicos, iniciaria uma batalha da qual viria a sair fortalecida, buscando apoio nos seus fiéis e na Santa Sé, que estabelecera recentemente o corte de relações de diplomacia com o Estado português (9).

Em Loures, nem a continuação das celebrações eucarísticas tinha subsistido. Cerca de dois anos depois da implantação da República, a igreja fechava as suas portas sendo o seu pároco António Martins da Silva, perseguido e preso: "Preso em Louza, foi conduzido entre vaias e insultos, e daqui, juntamente com os priores de Bucelas e Fanhões, foi levado para Lisboa entre caceteiros e revolucionários (...)." (Proença, 1940: 46). Ainda antes do encerramento das suas portas em 1912, a Matriz foi alvo de actos tremendamente bárbaros: a maior parte da sua documentação seria destruída (10), e o seu espólio foi arrolado a 6 de junho de 1911 "(...) na presença dos cidadãos João Raimundo Alves, administrador do concelho, António Saraiva, representante

da Câmara Municipal e Valentim Augusto da Costa, aspirante de Finanças do concelho” (Proença, 1940: 26).

Ainda antes deste arrolamento, significativa fração de imagens religiosas, entre outros objetos de semelhante valor, foram barbaramente pilhadas e mutiladas nos seus rostos e membros, acabando muitas delas por serem queimadas, como testemunham os relatos do padre Proença:

Em 1910 certos elementos indesejáveis deram largas aos seus instintos de destruição e, sempre de noite, derrubaram todos os cruzeiros. Os mesmos indivíduos que despojaram a freguesia dos cruzeiros, a cruz à sombra da qual tinham nascido, foram também os que queimaram as imagens que estavam ao culto da igreja paroquial. (...) A igreja foi assaltada e as imagens foram queimadas ou mutiladas (à semelhança do que acontecera na Idade Média às representações dos Demónios). Estas últimas estão guardadas e ficarão a atestar a selvageria sacrílega de certos elementos na sua quasi totalidade já desaparecidos do mundo dos vivos. (Proença, 1940: 32).

Fig. 1 – Imagem de vulto de São Domingos. Igreja Matriz de Loures, 2022. © José Vicente | Agência Calipo

São vivências que até há bem pouco tempo ainda persistiam na memória de alguns munícipes do concelho (11), como era o caso da senhora Maria de Lurdes Mourinho.

Além das estropiadas imagens (12), ainda existentes na Matriz, sublinhe-se aquelas que chegaram mesmo a ser salvas da fogueira como o Cristo Crucificado que, atualmente, figura no nicho do





arco triunfal da capela-mor, obras recuperadas (ou fragmentos destas) por membros da população mais ousados. A este respeito citemos novamente o padre Proença:

O autor encontrou nas Alvogas, num casebre duma velha (...), um braço queimado da imagem de Stª Rosa pertencente à Ordem Terceira. Deparou-se-lhe também, (...) o tronco de um crucifixo, em madeira, de escultura perfeitíssima. A velha tinha a obcessão de que lhe vinham roubar os tristes salvados da fogueira e custou a convencê-la de que devia entregá-los à Igreja. (Proença, 1940: 70).

A par de todos estes atos de vandalismo, os bens que tinham sido arrolados foram vendidos em hasta pública, efetuada a 19 de maio de 1921 (Proença, 1940:33), noticiada pelo jornal *O Mundo* (Freire, 1921) a 18 de maio do mesmo ano.

Neste mesmo ano, no mês anterior à hasta pública, a 20 de abril, é feita uma relação dos objetos (13) que entram no Museu de Arte Antiga, fruto da Lei da Separação, entre os quais se destacam as já citadas duas preciosas peças de ourivesaria, que provieram da Matriz de Loures: uma custódia de prata dourada quinhentista (Inv. 596 Our) e uma cruz processional (Inv.611 Our) do século XIV, do mesmo material.

Reabertura de muito mais que um culto

Os monumentos nacionais, tinham sido cedidos para o exercício do culto público, por intermédio das medidas legislativas sidonistas:

Fig. 2 – Imagem de vulto de Santo Alberto. Igreja Matriz de Loures, 2022. © José Vicente | Agência Calipo

Fig. 3 – Imagem de Cristo crucificado colocado no altar-mor da igreja de Santa Maria de Loures. Atualmente no nicho do arco triunfal da capela-mor, 2005. © Célia Nunes Pereira



Fig. 4– Braço queimado de escultura. Igreja Matriz de Loures, 2005. © Célia Nunes Pereira





Fig. 5 – Nossa Senhora da Graça.
Igreja Matriz de Loures, 2005.
© Célia Nunes Pereira

(...) refere o Decreto n.º 3856 que devem o Estado e os corpos e corporações administrativos seus proprietários manter à sua custa, para efeitos de vigilância e guia de visitantes, os guardas a que se refere o artigo 109.º da Lei da Separação, os quais serão de livre escolha da entidade proprietária do templo, e poderão, querendo, desempenhar qualquer serviço cultual que lhes seja incumbido pela entidade competente dentro da corporação encarregada do culto público (art. 7.º). (Neto, 2001: 78).

A Igreja começava, desta forma, a lograr de uma nova posição que viria a ser reforçada com o estabelecimento da ditadura (14), através da abertura para o ingresso de católicos no governo, in-

citada pelo cardeal-patriarca de Lisboa D. Manuel Gonçalves Ce-rejeira (15).

Com a subida de António Oliveira Salazar (1889-1970) ao poder, a Igreja reavia o patamar de onde havia sido “destronada”, instaurando-se novamente o respeito pela entidade religiosa, ao mesmo tempo que a recristianização a nível político e social se tornava uma realidade. Estas ações eram agora impulsionadas por um poder político de cariz nacionalista, que procurava “tirar partido de uma articulação bem conseguida entre um revivalismo de factos e figuras da História da Nação cuidadosamente seleccionados e os monumentos restaurados a funcionar como documentos, por excelência, desses momentos de triunfo” (Neto, 1999: 429-450), atividades exercitadas pela (extinta) Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN; actualmente substituída pelo Instituto de Habilitação e Reabilitação Urbana - IHRU), no sentido da *propaganda e poder* (16).

A Matriz de Santa Maria de Loures reabre em 1931 e, dentro dos intuitos de se repor o culto, existe um ofício da Secretaria-Geral do Ministério do Interior, datado de 23 de janeiro de 1933, que dirige um pedido ao Ministério da Justiça e dos Cultos solicitando:

(...) a comparência na 4ª repartição daquela Direcção Geral, de um delegado do culto católico de Loures, a fim de se acordar no dia e hora a que se deve proceder à escolha dos objectos de culto pedidos para a mesma freguesia (Santa Maria de Loures) e ainda existentes nas capelas dos Hospitais Civis de Lisboa (17).

Fig. 6- Castiçais e tocheiros da Igreja Matriz de Loures, 2022.

© José Vicente | Agência Calipo



A 25 de Janeiro de 1933, deparamo-nos com outro ofício enviado ao administrador do Concelho de Loures pela mesma comissão, onde pede que seja avisado o presidente da corporação encarregada do culto católico de Loures para se apresentar na 4ª repartição da Direcção Geral "(...) a fim de escolher objectos para o culto da igreja" (18). Sobre o mesmo tema é ainda enviado um outro ofício, datado de 7 de maio de 1933, para que lhe sejam cedidos: "24 castiçais, 12 bancos, dois confessionários e 2 tocheiros, provenientes das antigas capelas hospitalares e existentes no Hospital de S. José, alegando que todo o recheio da igreja matriz foi vendido e carecer daqueles objectos para o culto da referida igreja (...)" (19). Contudo, parece que o presidente da corporação não apareceu nos meses seguintes e, por isso, regista-se um novo Ofício, datado do 28 de outubro de 1933, que é enviado ao administrador do Concelho de Loures, pela mesma comissão, a pedir que se cumpra o que foi determinado no ofício de 25 de janeiro, ou seja, para que seja avisado o " (...) presidente da corporação encarregada do culto católico de Loures para se apresentar na 4ª repartição da Direcção Geral (...) a fim de escolher (trazer) os ditos objectos escolhidos" (20). Desconhecemos se alguma das directrizes documentadas nestes ofícios se cumpriu ou teve resposta, mas manifestam uma clara preocupação com o restabelecimento do culto na Matriz.

Dentro deste contexto, a igreja de Loures terá sofrido, logo nos primeiros anos da sua reabertura (21), várias intervenções de restauro, segundo a documentação arquivada na DGEMN. Atividades, que o padre Álvaro Proença nos deixou registadas na sua obra, que embora de sabor popular, não deixa de ilustrar as intervenções de que a igreja foi alvo:

Por conta do Estado foram-lhe feitas obras muito importantes que devem ter custado centenas de contos de réis. Num louvável desejo de libertar a igreja das construções muito posteriores que prejudicavam o seu conjunto arquitetónico, as sacristias laterais foram deitadas abaixo e o mesmo sucedeu à antiga dependência da Irmandade do Santíssimo (22). O telhado foi arranjado; a antiga casa forte, por detrás do altar-mor, foi transformada em sacristia e para lá foi transportado e metido numa das paredes um magnífico lavabo, em pedra, que existia na sacristia do clero. A velha torre do relógio foi também demolida ficando a igreja liberta dêsse monstruoso apêndice. Assim retomou a sua aparência airosa e linda. O soalho da igreja, que se encontrava em mísero

estado, foi todo levantado e as cantarias das sepulturas que existiam por debaixo foram devidamente trabalhadas e colocadas, fazendo-se tampas de madeira para as antigas campas. (Proença, 1940: 33-34).

Criada pelo Decreto n.º 16791, de 30 de abril de 1929, emerge a citada DGEMN. Organismo impulsionado pelo Ministério do Comércio Comunicações, assume o objetivo de aglomerar sob a sua alçada os serviços relativamente às obras a realizar em edifícios e monumentos nacionais. O seu fundo documental composto por processos de fotografia, desenho técnico e documentação textual, muito nos veio a revelar em relação às várias intervenções físicas que se desenvolveram na igreja ao longo do século XX.

Desenvolvidas entre 1926 e 1997, (23) as campanhas de obras (24) foram surgindo conforme as possibilidades financeiras disponibilizadas, no entanto, a regularidade com que se foram efetuando, atesta não só alguma vigilância por parte das entidades que dela cuidavam, como também várias deficiências no corpo da construção, efeito da sua secularidade, sobretudo a nível da cobertura, bastante vulnerável as intempéries (25), situação nociva para a preservação do tesouro eclesial (26).

No que respeita ao acervo documental da DGEMN, vale a pena sublinhar a importância do núcleo da correspondência a esta instituição, dirigida pelos vários párocos da Matriz ao Estado português, a qual nos dá a conhecer mais algumas das vicissitudes de que foi alvo a igreja paroquial.

Dentro deste núcleo destaquemos a importância das inquietantes cartas enviadas pelo padre João Perestrello de Vasconcelos, entre as quais transcrevemos parte da seguinte:

(...) 1. consta a Matriz de Santa Maria de Loures um dos mais notáveis monumentos de arte sacra do termo de Lisboa. Nela se entrelaçam mais de quatro séculos de História da nossa arte, com vestígios que remontam aos primórdios da nossa nacionalidade. Em 1940 foram executadas grandes obras de restauro e revalorização das suas riquezas artísticas. Desde então, só por duas vezes e ambas nos últimos anos, se procurou remediar aos estragos do tempo. A primeira destas últimas obras, de que teve encargo a paróquia, consistiu da reparação do telhado. Infelizmente, dada a escassez de recursos, não foi possível fazer obra inteiramente perfeita: do topo da nave lateral epistolar e na própria capela-mor surgiram infiltrações de água das chuvas.

A segunda por conta desta Direcção Geral, ocorreu ao perigo de desabamento do belíssimo tecto da entrada que já se encontra todo suportado por espeques. Também esta obra não chegou a ser levada a termo pois o soalho do coro – levantado para reparação do respectivo vigamento – não chegou a ser reposto.

Com o andar dos tempos, porém e com as contínuas infiltrações da água das chuvas – houve tempo, antes da última reparação, em que durante a missa chegaram a abrir chapéus de chuva dentro do templo – agravou-se a situação geral da conservação do edifício, especialmente das talhas e dos tectos de madeira pintada.

O magnífico e riquíssimo trono da melhor talha ameaça ruína. Uma das principais vigas de suporte já tem uma ...(?) de mais de cinco centímetros, em um vão de seis metros. O restante vigamento está em bastante mau estado pois, não sendo, como a própria talha de ...(?) sofreu das mencionadas infiltrações e encontro com bicho.

2. O forro do tecto das naves, em madeira pintada encontra-se despregado em inúmeros lugares, tábuas há que já caíram e grande parte da sanca desapareceu já. O perigo de que se desprendam algumas tábuas constitui risco para os utentes do templo e para os visitantes do monumento.

3. A permanência de infiltrações atrás referida, além das consequências gerais, põe particularmente em perigo dois interessantes polípticos ao topo das naves laterais.

Permiti-me expor as mais urgentes necessidades de conservação do templo, sem sublimar outras obras de valorização do edifício como seriam as que iriam restituir aos altares laterais a sóbria dignidade dos seus arcos do século XVI, total ou parcialmente oculta a talha do século XVIII, de inferior qualidade e contraste com a da capela-mor, essa de primeira qualidade; a conclusão das obras do coro, cujo acesso está interdito por falta de piso; a valorização do baptistério escondido atrás do acanhado gradeamento de madeira antigo mas correspondente a apressado acabamento de obras que, no século XVIII se arrastaram por décadas. A paróquia tem procurado contribuir com o seu esforço para a conservação do edifício de que é utente, como o atestam as obras executadas no telhado e o lento restauro da imaginaria prejudicada pelo tempo, pelas citadas infiltrações de água e a iconoclastia que grassou no concelho nos anos de 1912 a 1920. A escassez dos seus recursos, porém, impedem-na de atender de momento às necessidades expostas e que se afiguram urgentíssimas. Nes-

Figs. 7 e 8- Par de anjos adultos.

Igreja Matriz de Loures, 2022.

© José Vicente | Agência Calipo

tes termos e como pároco e em nome da comunidade especialmente interessada através do seu concelho paroquial, solicitava a mais urgente atenção da Direcção Geral, a cujos destinos V^a excelência tão proficientemente preside, para que se não venham a perder valores do nosso património artístico (27).



Anteriormente às atividades levadas a cabo pelo Padre Perestrello, já se haviam registado outras ações semelhantes desenvolvidas por outros párocos (28), as quais também não deixaram de ter continuação (29) após a sua morte, o que se observa a partir dos registos de vários pareceres e apelos dirigidos à entidade estatal (Gouveia, 15-08-1971: 15-16) (Gouveia, 01-03-1972: 10), no sentido de proteger e salvaguardar o templo, através dos meios disponíveis (30).

O facto de a igreja ter sido reaberta ao culto tornou-se uma mais-valia para o prolongamento da sua existência, conservação e divulgação, visto que, terá sido em boa parte, graças aos apelos realizados pelas entidades eclesiásticas e pela comunidade religiosa, que as diversas intervenções no corpo do templo se foram proporcionando. Porém, não se deve deixar de referir que os processos desencadeados para realização das intervenções foram demasiado morosos e insuficientes, devido a falta de verbas (31), o que, em certas circunstâncias, acabou por acelerar o seu estado de degradação e delapidação (32). Neste âmbito são ainda de registar os apoios contínuos que a autarquia do concelho de Loures tem vindo a oferecer a esta igreja ao longo das últimas décadas, entre os quais queremos deixar bem destacado o papel desempenhado pela senhora Maria de

Lurdes Isabel dos Reis Mourinho, a quem, em 1967, a Câmara Municipal de Loures decidiu contratar como funcionária habilitada a facultar ao público o conhecimento da Matriz, através de visitas guiadas, “Que desta forma, conseguiu com anuência do Patriarcado de Lisboa, tornar conhecido um dos elementos incontestavelmente válidos do património artístico da nação” (33). A senhora Maria de Lurdes Mourinho, mais conhecida como D. Milú, exerceu as funções de técnica auxiliar de museologia nas antigas instalações do Museu Municipal de Loures, e paralelamente, começou por cumprir funções de secretariado na Matriz exercendo, mais tarde, a tarefa de guia, concretamente entre 1967 a 1994. Desempenho pelo qual viria a ser reconhecida, sendo em 1998, condecorada.

Após a análise que temos vindo a fazer, verificamos que, embora a Matriz de Loures tenha chegado até à atualidade muito depauperada, são de louvar as iniciativas que possibilitaram o presente estado de conservação e preservação do seu acervo artístico sobrevivente, que a todos cabe cuidar.

Notas

(1) O projecto teve início a 18 de junho de 2003, após a assinatura do protocolo estabelecido entre as seguintes instituições: Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR), Comissão Episcopal dos Bens Culturais da Igreja, DGEMN, União das Misericórdias Portuguesas, Ordem dos Engenheiros, Universidade Católica, Instituto Politécnico de Portalegre, Associação Nacional dos Municípios Portugueses e Instituto Superior da Polícia Judiciária e Ciências Criminais, sublinhando-se ainda como colaboradores o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, entre outras instituições que ao longo destes meses têm vindo a aderir ao projecto como foi o caso a Fundação Calouste Gulbenkian.

(2) As três directrizes deste projecto são as seguintes: Divulgação da exposição itinerante multimédia “SOS Igreja” – Objectivo: Informar, Sensibilizar; Criação de “Igrejas Piloto” – Objectivo: Criar um modelo de boas práticas em cada diocese; Realização de acções de formação – 1.Prevenção Criminal e Conservação Preventiva; 2.Vigilância em Igrejas.

Dentro da colaboração que prestei a este projecto na Igreja de Santa Maria de Loures, apresento os mais sinceros agradecimentos aos seguintes colegas e instituições, que fizeram parte deste estudo em três momentos distintos: à Câmara Municipal de Loures, ao seu Presidente Dr. Ricardo Leão e à Vice-Presidente Dra. Sónia Paixão pela edição deste livro, ao ex-Presidente Bernardino Soares e ao ex-Vereador Paulo Piteira pelo apoio dado a este colóquio, à Dra. Telma Mestre, Dra. Ana Cristina Oliveira, Dr. Marco Barata, Dr. Michel, Dra. Anabela Ribeiro, Dr. Luís Alexandre, Dra. Eugénia Correia (CMLOURES), ao Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras, Filipe Romão, Pe. Francisco, Padre Alfredo, Diácono Simão, D. Isabel, Dra. Salomé Próseprio, Dra. Luísa Penalva, Dr. José Alberto Seabra (MNAA), Dra. Ana Gaspar (ACMF), Dra. Maria João Gaiato e Dra. Margarida Ortigão Leme (AHCM), Dr. João Paulo, Dr. João Nuno, Dra. Cátia e Dra. Helena Rodrigues da (DGMN), Dra. Maria da Graça Alvim da Direcção Geral do Património, Dra. Ana Seruya, Dra. Nazaré Escobar, Dr. Mário Pereira do Ex-IPCR, Dra. Leonor de Sá da Policia Judiciária, uma palavra de especial agradecimento à Dra. Ana Paula Assunção e a Vítor Serrão pelo incessante apoio, orientação, cooperação, confiança, troca de ideias e cedência de informações, que se revelaram de primordial importância para o desenvolvimento do estudo sobre a Matriz de Loures, enquanto projecto-piloto do Projecto Igreja Segura.

Um último agradecimento a Duarte Morgado e a Sílvia Ferreira pela organização deste importante colóquio sobre Santa Maria de Loures, reunindo alguns dos mais importantes especialistas sobre a sua história.

(3) Informações gentilmente cedidas pela Dra. Luísa Penalva do MNAA.

(4) Imprensa Nacional da Casa da Moeda (INCM)/Arquivo Histórico da Casa da Moeda (AHCM)/Fundo da Casa da Moeda, maços 1-100, documento nº 72, "Relação da prata, que se remete da Freguesia de Santa Maria de Loures termo de Lisboa para a Casa da Moeda, segundo o Decreto de 1 de Fevereiro ...(?) do presente anno 1808". Agradecemos a gentileza do envio deste documento à INCM/AHCM /Fundo Casa da Moeda, através da Dra. Maria João Gaiato.

(5) Em 1836 são criadas as Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, mas a sua atividade a nível nacional terá sido bastante condicionada pelos limitados valores orçamentais de que dispunham para tão vasta torrente de obras artísticas.

(6) “Se os parochos tivessem algumas noções de archeologia religiosa, não consentiriam certamente, que as suas egrejas perdessem, com feições bastardas, o typo primitivo que os ennobrecia, nem haviam de tolerar, que fossem despojadas, por compra ou troca dos seus vasos sagrados e alfaias antigas, que são nos templos verdadeiros braços da sua nobreza, e testemunho autênticos, eloquentes na sua própria nudez, do amor da religião dos nossos antepassados (...)”. (BARBOSA, 1887: p.11). Segundo nos revelou o pároco que se encontrava em funções em 2004 na Matriz de Loures, ainda há cerca de vinte anos esta situação sucedia na Matriz.

(7) Os que se encontravam na posse da irmandade de Nossa Senhora da Graça.

(8) Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (AHMF), Arrolamento dos bens da Igreja de Santa Maria de Loures, 1911: JBC/LIS/LOU/ARROL/006.

(9) Através da circular *Famdudum in Lusitania*, por despacho do Papa Pio X em 24 maio de 1911.

(10) “(...) extractos das visitas pastorais e outros documentos daí a pouco seriam destruídos por certos elementos indesejáveis que tantas ruínas causaram e tantas preciosidades e obras de arte fizeram desaparecer nos tempos que seguiram à revolução republicana de 1910 (...)” (Neto, 2001: 21).

(11) A senhora Maria de Lurdes Isabel Reis Mourinho, de quem nos ocuparemos adiante, é uma das residentes da vila de Loures que, embora não tenha presenciado pessoalmente os actos de vandalismo ocorridos entre 1911-12 e 1920, tinha bem presente na sua mente os relatos que se mantiveram por todo o Concelho durante décadas.

(12) No entanto, durante todo o decorrer do século XX a Igreja não deixou de ser alvo de fáceis incursões; Cf. DGEMN, Igreja Matriz de Loures N.º de IPA (processo): 110707002, PTDGEMN: DSID – 001/0011 – 1527 – 519 págs., pp. 379 e seguintes.

(13) Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Relação dos objectos entrados no Museu Nacional de Arte Antiga, na sequência da Lei da Separação da Igreja e do Estado, 1911-1928: AJF-Cx.4-P.13-Doc.1.

(14) “Com a instauração da ditadura é manifesto o desejo de melhorar as relações com a Igreja corporizado no Decreto n.º 11887, de 6 de Julho de 1926, no Estatuto das Missões Católicas (Decreto n.º 12185, de 13 de Outubro de 1926) e nos Acordos com a Santa Sé relativos ao Padroado, de 11 de Abril de 1926 e de 15 de

Abril de 1928.”, (NETO, 2001: 79).

(15) Carta pastoral de 1636.

(16) Em relação a Loures veja-se: DGEMN, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp. 23 e 24. Carta de pároco, cuja assinatura se encontra ilegível (calculamos que se trate do Pe. Antero Jacinto Marques), onde é sublinhada a intervenção do Estado Novo na Matriz de Loures.

(17) ANTT, Ofício da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e dos Cultos – 23 de janeiro de 1933. Informação gentilmente cedida por Duarte Morgado.

(18) ANTT, Ofício da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e dos Cultos – 25 de Janeiro de 1933. Informação gentilmente cedida por Duarte Morgado.

(19) ANTT, Ofício da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e dos Cultos – 07 de Maio de 1933. Informação gentilmente cedida por Duarte Morgado.

(20) ANTT, Ofício da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e dos Cultos – 28 de outubro de 1933. Informação gentilmente cedida por Duarte Morgado.

(21) *Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Mapa das Despesas em Monumentos relativo aos Anos Económicos 1923-24 a 1925-26* (em milhares de escudos), que terão despendido financiamento para a Matriz de Loures, também no ano económico de 1924-25 (Neto, 2001: p. 99). Todavia, na nossa pesquisa não encontrámos este documento. Encontrámos, sim, documentação relativa ao ano de 1926. Veja-se: DGEMN, PTDGEMN: DSID – 010/127 – 0045, pp.1 e 2.

(22) Veja-se: DGEMN, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1527, pp.13 a 15: *Tarefa de mão d’obra a executar na Igreja Matriz de Loures*; IDEM, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1527, pp.18 e seguintes: *Obras de Restauro e desafrontamento da Igreja Matriz de Loures*.

(23) Segundo a documentação disponível no arquivo da DGEMN, IPA N°1107070002.

(24) Durante este período foram desenvolvidas cerca de 35 campanhas de obras, financiadas todas elas pela entidade estatal.

(25) Veja-se DGEMN, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp. 88, 89 e 90, *Igreja Matriz de Loures – Reparação dos estragos causados pelo temporal de 25 e 26 de Novembro de 1967*.

(26) Circunstâncias registadas documentalmente, não apenas pela DGEMN, como por outras instituições que realizaram intervenções (ou as acompanharam) na Matriz, nomeadamente, o IPPAR, o IPCR, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, Direcção

Geral do Património, entre outras.

(27) DGEMN, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp.78-79. Carta enviada ao engenheiro José Pereira da Silva, director geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a 24 de outubro de 1967.

(28) DGEMN, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp.4, 23, 24, 34; IDEM, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1529, pp. 58- 59; IDEM, PTDGEMN: DSID – 010/127 – 0047, pp. 43 e 75. (Várias acções desenvolvidas pelo Padre Antero Jacinto Marques). Refira-se, igualmente, a vigília desempenhada pelos Visitadores, que periodicamente se dirigiam à Igreja com o intuito de reparar todos os “descuidos” de que o templo estivesse a ser alvo.

(29) DGEMN, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp. 85, 86 e 87. (Padre João M. G. Trindade - Contemporâneo do Padre Perestrello); PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, p. 157 (Padre Octávio Gouveia)

(30) Chegando mesmo a “sacrificarem-se” outras obras, escoando o seu orçamento para a realização das intervenções necessárias na Matriz. Veja-se: DGEMN, PTDGEMN: DSID – 010/127 – 0047, pp. 84-86; IDEM, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, p.192.

(31) Sendo algumas delas retomadas mais tarde, como sucedeu no caso das reparações realizadas nas coberturas: DGEMN, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1527, pp. 507 e seguintes; Telhado: IDEM, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1527, pp.103-138; E coro-alto: IDEM, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1527, pp.167 e seguintes. No entanto, refira-se que noutros períodos, como sucedeu em 1971, o montante financeiro que era necessário despende era de tal forma elevado, que a igreja acabou por não ser incluída no plano de obras desse mesmo ano. Veja-se IDEM, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp. 159 e IDEM, PTDGEMN: DSID – 010/127 - 0050, p. 28.

(32) Sobre as intervenções interrompidas na talha dourada, Cf.: Direcção Geral do Património, Processo N° 26-LG-31 (N° Inv. 1002406) – como este não se encontra paginado, vejam-se as seguintes datas: 09-03-1974 e 11-02-1976.

(33) DGEMN, PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp.76-77.

Bibliografia

Fontes

Arquivo Histórico da Casa da Moeda, Fundo da Casa da Moeda, Maço 1- 100, documento n° 72. “Relação da prata, que se remete

da Freguesia de Santa Maria de Loures termo de Lisboa para a Casa da Moeda, segundo o Decreto de 1 de Fevereiro ...(?) do presente anno 1808”.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Relação dos objectos entrados no Museu Nacional de Arte Antiga, na sequência da Lei da Separação da Igreja e do Estado, 1911-1928: AJF-Cx. 4-P.13-Doc.1.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ofício da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e dos Cultos – 23 de janeiro de 1933

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ofício da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e dos Cultos – 25 de Janeiro de 1933

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ofício da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e dos Cultos – 07 de Maio de 1933

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ofício da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e dos Cultos – 28 de outubro de 1933

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF), Igreja Matriz de Loures; JBC/LIS/LOU/ARROL/006, disponível em linha https://purl.sgmf.gov.pt/142539/1/142539_item1/index.html [consult. Janeiro 2022].

Direcção Geral do Património (DGP), Processo Nº 26-LG-31 (Nº Inv. 1002406) – 09-03-1974 e 11-02-1976

Direcção Geral do Património (DGP), Igreja Matriz de Loures. Processo nº 26-LG-31; Nº de Inventário: 1002406.

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGMEN), Igreja Matriz de Loures Nº de IPA (processo): 110707002.

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), Igreja Matriz de Loures Nº de IPA (processo): 110707002, PTD-GEMN: DSID – 001/0011 – 1527 – 519 págs., pp. 379 e seguintes.

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp. 23 e 24

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 010/127 – 0045, pp.1 e 2.

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1527, pp.13 a 15: *Tarefa de mão d'obra a executar na Igreja Matriz de Loures;*

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1527, pp.18 e seguintes: *Obras de Restauro e desafrontamento da Igreja Matriz de Loures.*

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp. 88, 89 e 90, *Igreja Matriz de Loures – Reparação dos estragos causados pelo temporal de 25 e 26 de Novembro de 1967.*

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp.78-79

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp.4, 23, 24, 34;

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais DGEMN:
DSID – 001/011 – 1529, pp. 58- 59; IDEM, PTDGEMN: DSID – 010/127 – 0047, pp. 43 e 75.

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp. 85, 86 e 87.

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, p. 157

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 010/127 – 0047, pp. 84-86;

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, p.192.

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1527, pp. 507 e seguintes

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1527, pp.103-138

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1527, pp.167 e seguintes

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp. 159 e IDEM, PTDGEMN: DSID
– 010/127 – 0050, p. 28.

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN),
PTDGEMN: DSID – 001/011 – 1528, pp.76-77.

Estudos

AAVV - *Arqueologia em Loures*. Loures: Museu Municipal de Loures, Câmara Municipal de Loures, 1985.

AAVV - *Loures Tradição e Mudança. I Centenário da Formação do Concelho 1886-1986*. Loures: Serviços Culturais do Município de Loures, 1986.

AAVV - *Inventário do Museu Nacional de Arte Antiga. Do Românico ao Manuelino- Colecção de Ourivesaria*. Vol. 1. Lisboa: IPM, 1995.

AAVV - *Património Pelas Ruas e Lugares de Loures*. Loures: Museu Municipal de Loures, 1996-97.

AAVV - *O Medieval e o Moderno em Loures*. Loures: Museu Municipal de Loures, Câmara Municipal de Loures, 1999.

ADRIÃO, Vítor Manuel - *Ode a Loures*. Loures: Pelourinho do Turismo da Câmara Municipal de Loures, 1993.

ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora. Vol. I. 1942.

ASSUNÇÃO, Ana Paula, FREIRE, Maria Eugénia, MONTOITO, Eugénio - *Loures na Memória da República*. Loures: Câmara Municipal de Loures, 1984.

BARBOSA, I. Vilhena - *Resumo Elementar de Archeologia Cristã*. (Introdução de J. Possidónio da Silva). Lisboa: Lallement Frères Imprensa, 1887.

BRAZÃO, Eduardo (1975) - A Igreja Matriz de Loures e os Templários. In *Actas do Colóquio Papel das áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal*, Lisboa: Restituet Omnia.

Idem (1973) - *Relações Diplomáticas de Portugal com a Santa Sé – Da Revolução Francesa a Bonaparte (1790-1803)*. Vol. III. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1973.

CANAS, Dário, *O Concelho de Loures*, Lisboa: [s.n.], 1944.

GOUVEIA, Padre Octávio - "Igreja Matriz de Loures precisa de ajuda (...)". *O Noticias de Loures*. Loures (15-06-1971).

Idem - "A Igreja Matriz de Loures já possui o altar e os bancos novos de que carecia. *O Noticias de Loures*. Loures (01-03-1972).

Idem - A Igreja de Santa Maria de Loures (...). *O Noticias de Loures* (01-10-1988).

LEAL, Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora Mattos Moreira e Companhia, 1873-1890.

LEAL, J.J. da Silva Mendes - *Admirável Egreja Matriz de Loures*. Lisboa: Typographia do Commercio, 1909.

MADEIRA, Silva - *Elementos subsidiários para a História do Concelho de Loures*. Loures: Edição do autor, 1974.

NETO, Maria João - *Memória Propaganda e Poder*. Porto: Publicações Faculdade de Arquitectura Universidade do Porto, 2001.

PEREIRA, Célia Nunes - *A Igreja de Santa Maria de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures, 2005-2006. (documento polycopiado).

PROENÇA, Álvaro - *Subsídios para a História de Loures*. Loures: União Gráfica, 1940.

REIS, António do Carmo - *O Liberalismo em Portugal e a Igreja Católica*. Lisboa: Editorial Notícias, 1988.

SANTOS, Alfredo Elviro - *As artes portuguesas no século XIX ou breves considerações sobre o seu estado causas e remédios do mesmo*. Braga: Typografia Lusitana, 1882.

Agradecimentos

Câmara Municipal de Loures,
Junta de Freguesia de Santa Maria de Loures,
Paróquia de Santa Maria de Loures,
Museu de São Roque,
Duarte Nuno Morgado,
Santa Casa da Misericórdia de Loures.

Coordenação

Sílvia Ferreira

Autores

Ana Cristina Oliveira
Filipa Gomes de Avellar
José Manuel Vargas
Rui Manuel Mesquita Mendes
Vítor Serrão
Maria João Pereira Coutinho
Sílvia Ferreira
Célia Nunes Pereira

Fotografia

José Vicente - Agência Calipo | Ana Cristina Oliveira | Duarte Nuno Morgado
Luís Carlos Reis | Filipa Avellar | Vítor Serrão | Maria João Pereira Coutinho
Sílvia Ferreira | Célia Nunes Pereira

Design gráfico

Câmara Municipal de Loures
Departamento de Marca, Atendimento e Comunicação
Divisão de Marca e Comunicação

Edição

Câmara Municipal de Loures
Divisão do Património Cultural e Bibliotecas
Unidade de Património e Museologia

ISBN

978-972-9142-66-6

Textos

© os autores, 2023

